A QUEDA

RUA ATACARAMBU, 120

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:1;Data:14 de May de 2015 07:40:56

(

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:2;Data:14 de May de 2015 07;40:56

Antônio Nahas Júnior

A QUEDA RUA ATACARAMBU, 120

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:3;Data:14 de May de 2015 07:40:56





SCRIPTUM



© Editora Scriptum, 2015 **EDITORES**

Mário Alex Rosa Rogério Barbosa da Silva Wagner Moreira

Welbert Belfort PROJETO GRÁFICO

Júlio Abreu + Leonora Weissmann / Jiló Design FOTO DE CAPA

Acervo Jornal Estado de Minas

REVISÃO Luciana Lobato

Iara Percegoni

PRODUÇÃO EDITORIAL Silvano Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nahas Júnior, Antônio A queda: Rua Atacarambu, 120 / Antônio Nahas Júnior. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

403 p. ISBN 978-85-89044-81-3

1. Brasil – História – 1964 – 1970 2. Atividades políticas 3. Movimentos sociais 4. Nahas Júnior, Antônio. I. Título CDD: 981.08

Índice para catálogo sistemático:

- 1. Atividades políticas : Brasil : História 981.08 2. Movimentos sociais: Brasil: História 981.08

LIVRARIA E EDITORA SCRIPTUM Rua Fernandes Tourinho, 99 Savassi – Belo Horizonte/MG (31) 3223 1789 editora@scriptum.com.br www.scriptum.com.br

AGRADECIMENTOS

Só foi possível escrever este livro devido à colaboração de muitos amigos.

Agradeço, em primeiro lugar, a Isabel Cristina Leite, que me cedeu todo o material coletado em sua pesquisa para escrever sua tese de Mestrado, intitulada *Comandos de Libertação Nacional*: oposição armada à ditadura em Minas Gerais — 1967-1969.

Também agradeço a Farley Bertolino, que escreveu sua tese de Mestrado, *Movimento estudantil e esquerda católica*, historiando sobre a AP mineira, e me cedeu todo o material que ilustrou a sua pesquisa.

Agradeço ainda a Gilson Mello Martins, o Gilson Fubá, pesquisador nato, que vasculhou com competência o Arquivo Público Mineiro, conseguindo documentos importantes para este trabalho. Agradeço a Tiago Veloso pelo apoio na pesquisa no Arquivo Público Mineiro. Minha gratidão também a Irene Campos, do *Estado de Minas*, que conseguiu achar fotos históricas valiosas no acervo daquele jornal.

A Ângela Pezzuti, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Janice Oliveira Peres e Moises Maltta agradeço pela leitura atenta, a complementação de informações e as sugestões de redação, que tornaram o livro muito melhor.

Agradeço a Iara Percegoni e a Luciana Lobato, pela revisão e sugestões de escrita, que muito me valeram.

Agradeço a minha família, a minha mulher e filhas pelo apoio e interesse que demonstraram pelo livro.

E a Aluisio Marques, velho e bom companheiro, pelo entusiasmo e pelas sugestões para a publicação deste livro.







PREFÁCIO – Uma história necessária: os Comandos de 9 Libertação Nacional

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:7;Data:14 de May de 2015 07;40:56

- CAPÍTULO I A longa noite 15
- CAPÍTULO II BH nos idos de 1964 e o despertar do 19 movimento estudantil CAPÍTULO III – A retomada do movimento estudantil e o 41
- fortalecimento da Polop
- CAPÍTULO IV O amadurecimento político do grupo e o racha 79 com a Polop 95 CAPÍTULO V – Minas começa a ferver
- CAPÍTULO VI Estudantes e sindicatos esquentam os motores 101
- CAPÍTULO VII A greve de abril de 1968 em Contagem 131
- CAPÍTULO VIII Concepção da luta revolucionária 161
- CAPÍTULO IX O 1º de Maio 175
- CAPÍTULO X A invasão da Escola de Medicina e as últimas 187 passeatas do primeiro semestre
- CAPÍTULO XI A luta armada do Colina 199 215 CAPÍTULO XII – A querrilha que não aconteceu
- CAPÍTULO XIII O segundo semestre em BH: o movimento de 227 massas chega ao fim
- CAPÍTULO XIV Outubro: o movimento sindical ressurge 243 255 CAPÍTULO XV – O Colina se revela: a ação do Banco do Brasil,
- 04 de outubro de 1968
- CAPÍTULO XVI Os antecedentes da queda 271
- CAPÍTULO XVII O confronto 285
- CAPÍTULO XVIII O dia seguinte CAPÍTULO XIX – Os primeiros interrogatórios e a morte de 309 João Lucas Alves
- CAPÍTULO XX O IPM do Coronel Medeiros 319
- 331 CAPÍTULO XXI – A luta na prisão

301

CAPÍTULO XXII – O fim e o começo 349





Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:8;Data:14 de May de 2015 07:40:56

CAPÍTULO XXIII – A anistia

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO XXIV – Os Novos Inconfidentes

369

383

391

PREFÁCIO

Uma história necessária: os Comandos de Libertação Nacional

No despertar do século XXI, alguns países da América Latina puderam assistir ao advento de governos progressistas surgidos após longos anos de governos ditatoriais, seguidos de governos neoliberais. Pela primeira vez, chegavam às presidências e aos ministérios pessoas com larga trajetória de militância em organizações de esquerda e movimentos sociais durante os *anos de chumbo* de seus respectivos países. Isso ocorreu na Argentina, com Néstor Kirchner; no Chile, com Michelle Bachelet; e no Uruguai, com José Mujica. No Brasil, tal processo começou com a eleição do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e foi coroado com a eleição da ex-guerrilheira Dilma Rousseff, em 2010.¹

Esse momento histórico trouxe para o debate público a questão da luta armada contra a ditadura militar. A escrita da história referente a esse tema, no Brasil, acompanhou as mudanças políticas ao longo dos anos.

As primeiras publicações que tratam da guerrilha ainda datam dos anos 1970 e foram escritas por militantes. Memórias, entrevistas e algumas informações espaçadas na imprensa alternativa, sobretudo nos periódicos *Em Tempo*, *Debate* e *Movimento*, foram os meios encontrados tanto para a divulgação mais ampla, quanto para a tentativa de entendimento do que foi aquela forma de oposição. Entre fins daquela década e início da década seguinte, ao menos





¹ BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina*: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

três publicações foram importantes para aumentar a "publicização" do tema, mesmo que com enfoques distintos: *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, datado de 1977; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, publicado em 1979; e *Passagem para o próximo sonho*, de Herbert Daniel, lançado em 1981.

Em 1985, veio a público uma importante coletânea de documentos da esquerda radical, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, antigo militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e Jair Ferreira de Sá, da Ação Popular (AP). Para além dos documentos, raros de se conseguir naquele momento, há uma breve apresentação dessas organizações, que compuseram a "nova esquerda". Por "nova esquerda" os autores entendem "partidos e organizações clandestinas que surgiram no país como oposição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro".²

A partir dos anos 1990, a academia começou a se interessar pela temática, na contramão da memória social sobre o período, que ainda era aquela que se consolidou no período da anistia, em 1979: uma memória sedimentada a partir dos *deslocamentos de sentido* promovidos pelos partidários da anistia, que apresentaram as esquerdas como parte da resistência democrática, como se fossem um braço armado dessa resistência. Desse modo, apagouse a perspectiva revolucionária e ofensiva, que foi a razão de ser dessas esquerdas. Outro *deslocamento de sentido* foi a apresentação da sociedade como grande opositora da ditadura, desde seu início.³

10

² REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

³ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de

Nos primeiros anos da década de 1990, foram publicados os estudos clássicos sobre o tema: Combate nas trevas. de Jacob Gorender, antigo militante do PCB; O fantasma da revolução brasileira, do sociólogo Marcelo Ridenti; e A revolução faltou ao encontro, do já mencionado historiador Daniel Aarão Reis Filho. Todos os três dão um panorama da questão da luta armada no Brasil, mas, por maneiras distintas, buscam entender a derrota. Durante os anos 2000, acompanhando a expansão dos programas de pós-graduação pelo país, houve um verdadeiro boom de trabalhos sobre luta armada. Em grande maioria, são estudos de caso de organizações e, muitas vezes, têm a história oral (depoimento) como fonte principal.⁴ À medida que os arquivos das polícias políticas (Dops) foram sendo disponibilizados e antigos militantes se dispuseram a abrir seus arquivos pessoais, os trabalhos ficaram ainda mais ricos em informações e mais refinados em suas análises. Em paralelo, pudemos ver o aumento significativo de autobiografias e de filmes que abordam aspectos mais sensíveis do universo da luta armada, como a traição e a autocrítica.

No contexto atual, em que discutir a luta armada não é mais um tabu, este livro vem somar-se à bibliografia especializada para se debater sobre essa nossa história recente — da luta armada, da luta pelos direitos humanos e da repressão. É, também, uma importante contribuição para o estudo da história da esquerda em Minas Gerais, campo de estudo ainda em processo de construção. Tendo como base uma gama de fontes primárias, tais como jornais de época,





Janeiro: Zahar, 2005.

⁴ SALES, Jean. *Guerrilha e revolução*: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Conferência proferida nas III Jornadas Internacionales de Problemas Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2014.

documentação produzida pela organização, inquéritos militares, depoimentos e uma bibliografia consistente sobre o assunto, Antônio Nahas reconstrói, com rigor, a história do grupo Comandos de Libertação Nacional, tendo como pano de fundo a cidade de Belo Horizonte nos anos 1960, com seus lugares de memória e sociabilidade dos militantes.

Do mesmo modo que reconstrói a história do Colina,

este livro também vai às origens do grupo, lançando luzes sobre a história da Polop, cujos quadros se destacavam pelo refinamento teórico e brilhantismo intelectual. Um dos importantes legados da Polop para o Colina foi o Centro de Estudos Médicos — local onde se proferiam os famosos cursos de marxismo-leninismo e local de recrutamento da militância. Por meio desses cursos e da convivência constante dentro do CEM, o Colina foi o grupo que melhor dosou, dentro das possibilidades, teoria e prática revolucionárias. Tais cursos foram responsáveis pelo sólido embasamento político de seus quadros, conforme se procurou demonstrar na dissertação de mestrado intitulada *Comandos de Libertação Nacional*: oposição armada à ditadura militar em Minas Gerais.⁵

Consta que o Colina foi um dos primeiros grupos no país a praticar ações de guerrilha urbana. Suas ações de expropriação começaram antes que virassem prática corriqueira no país. Desse modo, houve uma demora por parte da repressão para identificar aqueles atos como revolucionários. Efetivamente, essa relação entre os atos e a guerrilha ficou patente após o grupo assinar um panfleto assumindo um dos assaltos a banco, o que, de certa forma, boicotou os planos





⁵ LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional*: oposição armada à ditadura militar em Minas Gerais - 1967-1969. 2009. 233f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

de anonimato de outras organizações que pontualmente praticavam as mesmas ações em outros lugares do país.

A composição básica do grupo era de estudantes universitários, cujos principais líderes pertenciam à Escola de Medicina da UFMG. Tentaram promover um movimento de massa, tiveram forte apelo dentro do movimento estudantil e, dentro das possibilidades, trabalharam com o movimento operário. Não conseguiram implantar o foco guerrilheiro aos moldes da idolatrada Revolução Cubana. Suas ações, algumas vezes bem-sucedidas, serviram para chamar a atenção para a luta revolucionária que tentavam desencadear no país.

Na prisão, a militância continuou. Esses jovens foram fundamentais nas primeiras denúncias contra o regime e as violações aos direitos humanos por meio da "Carta de Linhares". E, mais tarde, esse trabalho de denúncia continuou, no exílio.

Este livro é mais que a história de uma organização que teve breve duração. É uma narrativa sobre idealismo, solidariedade e sobrevivência. Conta a história de grandes perdas, mas também de grandes amizades indissolúveis. É um livro importante para que se conheça o passado e para que se entenda a necessidade da constante reafirmação pela defesa da democracia.

Isabel Cristina Leite Belo Horizonte, 13/01/2015.







CAPÍTULO I

A longa noite

Na noite do dia 28 de janeiro de 1969, a turma barra-pesada do Colina,⁶ que já havia realizado vários assaltos a bancos em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, estava toda reunida em um aparelho⁷ na Rua Atacarambu, nº 120, no Bairro São Geraldo, zona leste de BH, planejando uma ação espetacular: o resgate de um dos líderes do grupo, Ângelo Pezzuti da Silva, que havia sido preso há 15 dias.

Não sabiam por que Ângelo fora preso nem se a polícia tinha pistas sobre o que andavam fazendo ou se estavam sendo seguidos. Tampouco sabiam se Ângelo tinha revelado informações importantes.

Para se refugiarem e evitarem que eles mesmos fossem também presos, esconderam-se todos no mesmo lugar.

Havia outra razão para estarem todos ali. Os membros do grupo de fogo do Colina tinham um forte compromisso de se apoiarem em casos extremos. Quem fosse preso resistiria por duas semanas. Após esse imenso prazo, revelaria à polícia um ponto⁸ que fora previamente combinado entre eles. Na hora exata, seus companheiros lá estariam para o resgate.

O dia seguinte, 29 de janeiro, seria a data prevista. A casa onde estavam fora alugada recentemente. Tinha apenas algumas lâmpadas, poucos móveis, e um Volks vermelho sempre ficava estacionado na garagem. A improvisação tinha uma

⁸ Local de encontro entre militantes políticos.





⁶ Comando de Libertação Nacional. Ver Capítulo III.

⁷ Casa ou local clandestino onde se encontravam ou se abrigavam os militantes políticos.

razão: dois outros aparelhos haviam sido abandonados, por medida de segurança. Ângelo conhecia todos eles.

Seus moradores, seis rapazes e uma moça, se diziam parentes, porém a vizinhança começava a achar aquilo tudo muito estranho.

Estavam em sete: Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Maria José Carvalho Nahas, Júlio Antônio Bitencourt de Almeida, Maurício Vieira de Paiva, Murilo Pinto da Silva e Nilo Sérgio Menezes Macedo. Todos, com exceção de Murilo, eram estudantes, com passagem pelo movimento estudantil. Eles eram migrantes: vieram do interior de Minas para Belo Horizonte em busca de estudo ou trabalho. Todos também iniciaram sua militância política após 1964, quando tomaram consciência do regime ditatorial. Era a nova safra de militantes que surgia embalada pela desilusão com a universidade, com a falta de liberdade política reinante no país e motivada pelas ideias políticas propagandeadas pelos grupos de esquerda existentes.

Tinham alguma experiência de combate. Estavam bem armados e dispostos a tudo.

O plano era muito ousado, de execução difícil e de alto risco. Ângelo deveria ser muito convincente e aparentar abrir informações sigilosas por não suportar mais as torturas. Diria à polícia que teria um ponto com um dos chefes da organização. O local do ponto fora bem escolhido: ficava na região central de BH, numa avenida ampla e muito movimentada, nas proximidades de um dos mais tradicionais colégios de BH, o Colégio Padre Machado.

A polícia estaria por lá, de tocaia. Não poderia estar presente de maneira ostensiva. Os policiais ficariam nas redondezas. Alguns dentro dos carros, outros fingindo namorar nas esquinas, esperando por quem iria entrar na



16

armadilha. Na hora combinada, a polícia deveria deixar Ângelo em pé, sozinho, no local indicado por ele. Quando o suposto chefe entrasse na armadilha, seria imediatamente preso.

Seria o momento em que o Colina agiria. Os militantes iriam para lá em dois carros, fortemente armados. Tinham duas metralhadoras Thompson que poderiam disparar até 50 tiros sucessivamente. Portavam também duas carabinas Urko, calibre 22, e muitas armas curtas. Ao invés de um militante desprevenido, apareceria um grupo tático de resgate, que surpreenderia a polícia.

O fator surpresa era fundamental para o êxito da operação. Supunham que a polícia jamais esperaria tal ousadia por parte dos militantes de esquerda. Para onde iriam, caso o plano fosse bem-sucedido, não estava totalmente definido. Porém, com dinheiro, armas e carros, a fuga seria facilitada.

Mas o plano estava ameaçado. Um militante que sabia da existência do aparelho, Pedro Paulo Bretas, havia sido preso há dois dias.

Bretas morava no local e sabia sua localização. Fora vender o Volks vermelho da organização usado no assalto de Sabará com placa fria e não voltara. Sua prisão era tida como certa.

Por ingenuidade, os militantes achavam que Bretas resistiria, pelo menos até o resgate.

Ele poderia abrir dois aparelhos abandonados e enrolar a polícia, afirmando que todo mundo já havia se mandado. Mas ninguém ainda sabia dos efeitos devastadores da tortura. Acreditavam que resistir era um dever, uma obrigação, um ato heroico dos revolucionários.

O Colina tinha até outro aparelho para alguma emergência, mas resolveu apostar e permaneceu no local.



O grupo era liderado por Jorge Nahas, estudante de Medicina, que entrara para a Polop⁹ em 1966. Já fizera parte do grupo de fogo, mas fora deslocado para o setor estudantil. Com a prisão de Ângelo, voltara para substituí-lo.

Os militantes ficaram até tarde discutindo o plano. Alguns, como Júlio Bitencourt, achavam que o melhor seria todo mundo cair fora, se mandar, mesmo perdendo parte do material que estava no aparelho, porque a barra estava muito pesada. Jorge contemporizou: "Vamos continuar a discussão amanhã. Tá todo mundo muito cansado" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 254). Foram dormir exaustos. Passavam por dias e noites de tensão, esperando o pior. Montavam guardas todas as noites. Como o dia seguinte seria de combates, resolveram descansar. Ninguém ficou de guarda. Não lhes passava pela cabeça que não haveria amanhã.





⁹ Política Operária. Grupo que originaria o Colina. Ver Capítulo IV. 10 Transformado em diálogo pelo autor deste livro.

CAPÍTULO II

BH nos idos de 1964 e o despertar do movimento estudantil

Nos anos 60, BH já ultrapassava um milhão de habitantes, mas guardava ainda traços de uma cidade interiorana. Era uma cidade de migrantes, egressos de pequenas cidades do interior, ou mesmo da área rural, mantendo, pela primeira vez, contato com os ares metropolitanos. Seu crescimento ao longo da década passada fora vertiginoso. No início dos anos 50, tinha pouco mais de 300 mil habitantes e, em 10 anos, sua população quase triplicara. A rede comercial e de serviços fortalecera-se, e a cidade firmava-se como o polo econômico predominante do Estado.

Praticamente toda a vida comercial, cultural, política e até mesmo religiosa ocorria no centro da cidade, delimitado pela Avenida do Contorno, que formava um círculo idealizado para conter toda a cidade. O transporte público convergia inteiramente para lá, e as linhas de ônibus tinham seu ponto final nas principais avenidas daquela região.

Ir ao centro era uma festa, e as pessoas se arrumavam para frequentar aquela parte da cidade. As grandes lojas de varejo — Inglesa-Levi, Lojas Americanas, B. Moreira, Guanabara — exibiam eletrodomésticos, móveis e roupas da moda que atraíam consumidores tanto da capital quanto do interior.

Muita gente ia também comprar tecidos nas cercanias da Rua Caetés para confeccionar calças e camisas nas suas casas. A máquina de costura era um utensílio doméstico essencial.

Além do comércio, era ali que ficavam a Prefeitura, a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa, a Imprensa





Oficial do Estado e, numa região mais elevada, o Palácio da Liberdade, sede do Governo Estadual.

Na Praça Sete de Setembro, localizada na confluência da Avenida Afonso Pena, a principal avenida da cidade, com diversas outras vias, erguia-se o maior e mais famoso cinema da cidade, o Cine Teatro Brasil, projetado na forma de um transatlântico, com capacidade para mais de 1.000 pessoas.

Mais adiante, na mesma avenida, havia o Parque Municipal, vasto e florido, com seus lagos, jardins e brinquedos. Era um local de referência para muitas famílias que para lá iam aos finais de semana.

Lá dentro, havia o Cine Teatro Francisco Nunes, que serviria de abrigo às primeiras manifestações estudantis mineiras ocorridas após 1964.

No esqueleto do futuro Palácio das Artes, funcionava a antiga Escola de Belas Artes, fundada por Juscelino, em 1943, quando era Prefeito de Belo Horizonte. Juscelino trouxe para BH o artista plástico modernista Alberto da Veiga Guignard, que era brasileiro, mas pronunciava o português com forte sotaque, pois tivera como padrasto um barão alemão.

Na década de 50, passaram por lá muitos alunos que se tornaram artistas brilhantes, entre eles, um certo Guido Rocha, mineiro do Serro, militante da Polop, que se tornaria, anos depois, um artista plástico renomado internacionalmente.

Partindo da Avenida Afonso Pena, seguindo a Rua da Bahia, encontrava-se, logo acima, a Câmara Municipal, que funcionou na esquina da Bahia com a Avenida Augusto de Lima, até 1973, num prédio bonito, construído em estilo gótico.

Na outra esquina, erguia-se, e ainda se ergue, o Conjunto Arcangelo Maletta, construído no início da década de 60.





Imenso, pesadão, mastodôntico, abrigando bares, apartamentos, repúblicas, inferninhos. Uma verdadeira cidade.

O Maletta foi o primeiro prédio da cidade a exibir escadas rolantes, para delírio dos seus frequentadores. E "dá bem para imaginar o entra e sai de curiosos e boquiabertos na época, enlevados e embevecidos com esse invento que faz do ato de subir ou descer um ócio para os pés caminhantes" (ASSUNÇÃO, 2010, p.23).

Um pouco acima, à esquerda, num prédio ainda em construção, ficava a Faculdade Federal de Direito, que seria um dos baluartes do movimento estudantil mineiro. As outras faculdades federais também se localizavam pelo centro da cidade. Sua disposição lembrava um círculo, composto pela própria Faculdade de Direito e pelas Faculdades de Arquitetura, Medicina, Escola de Engenharia, a Face - Faculdade de Ciências Econômicas e, mais afastada, a Fafich, que então se denominava apenas Fafi.

Mais acima, próximo à Fafi, situava-se o Colégio Estadual Central, antigo ginásio mineiro, que era considerado o melhor de Minas Gerais, com seus 2.000 alunos que cursavam o Científico e o Clássico. ¹¹ Fora projetado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer, trazido para a cidade por Juscelino Kubitschek. ¹² Sua caixa d'água assemelhava-se ao giz; o auditório, a um mata-borrão, peça hoje de museu, que era muito útil para quem escrevia com a caneta-tinteiro, pois dispunha de uma pena que deixava escorrer mansamente a tinta, enquanto a escrita ia sendo traçada. O corpo central





¹¹ À época, o 2º grau, hoje Ensino Médio, dividia-se em duas vertentes: o Científico, voltado para as Ciências Exatas, e o Clássico, voltado para as Letras e as Ciências Humanas.

¹² Juscelino Kubitschek descobriu Niemeyer quando Prefeito de Belo Horizonte. Encantou-se com ele e, anos depois, o levaria para projetar os grandes monumentos de Brasília, que o tornariam internacionalmente famoso.

lembrava uma régua, e havia diversos professores que eram catedráticos na Universidade de Minas Gerais (UMG).

Os secundaristas, uniformizados, desciam em bando, muitas vezes, a pé, até o centro, para tomar o ônibus de destino ao bairro de origem, enfeitando e alegrando a cidade. O uniforme das estudantes era um saiote com pregas na frente e atrás, uma blusa branca e uma gravatinha verde, que o tornava bem charmoso. Dentro do parque, havia o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (Imaco), formando técnicos em Contabilidade.

Os estudantes, em sua imensa maioria, vinham do interior do Estado, acomodavam-se em repúblicas no centro da cidade, o que dava um jovial e alegre ar à vida noturna. Não eram poucas as garotas que experimentavam, pela primeira vez, o sabor da própria independência.

A IGREJA DE SÃO JOSÉ

No coração de BH, majestosa, no alto de uma colina, erguia-se, e ainda se ergue, a Matriz de São José, que foi construída no início do século passado por padres estrangeiros pertencentes à Ordem Redentorista.

O adro da Igreja é relativamente amplo, fornecendo passagem para duas ruas laterais: Rua Espírito Santo, pois todos os estados brasileiros existentes à época da fundação da cidade de BH estavam representados nas ruas da cidade, e Rua Tamoios, já que as tribos indígenas do Brasil também emprestaram suas denominações para enfeitar a cidade.

À frente da Igreja, uma escadaria imponente permitia que se chegasse à principal artéria da cidade: a Avenida Afonso Pena, ampla, fartamente arborizada e com pistas para bondes e automóveis. Do outro lado da avenida, erguia-se o Edifício Acaiaca, o maior prédio de BH, com 120 metros de altura, onde se reuniam os conspiradores vitoriosos de 64, organizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes).¹³

Foi na Avenida Afonso Pena, nas proximidades da Igreja de São José, ainda em abril, que ocorreu a primeira das celebrações ao Golpe de 64: a Marcha da Vitória, passeata em homenagem "aos heróis da Revolução", na qual a população "reverenciou o guerreiro Mourão Filho, o líder Magalhães Pinto, os generais Luís Carlos Guedes e João Lopes Bragança" (FARLEY, 2010, p. 76).

Àquela época, ainda se acreditava que a quartelada de Olímpio Mourão Filho, que conduziu alguns soldados de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, fora responsável pelo Golpe de 64. A verdade viria à tona aos poucos, revelando a enorme teia conspiratória conduzida por Castelo Branco e Costa e Silva, que acelerou a queda de João Goulart.

"Eu estava de pijama e de roupão de seda vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem no mundo (pelo menos no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama", escreveu Mourão às cinco horas da manhã do 31, ainda pouco ciente da sua "insignificância histórica" (GASPARI, 2002a, p. 68).



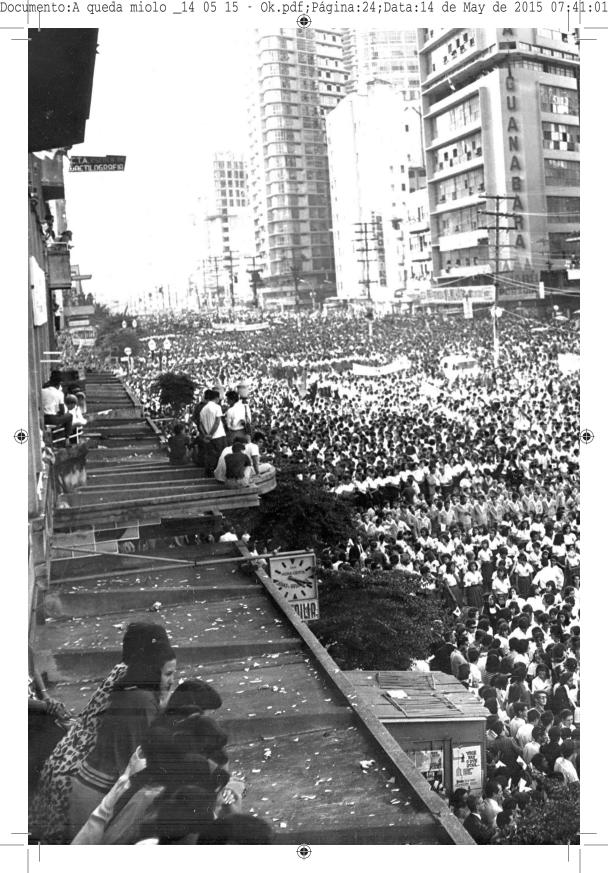


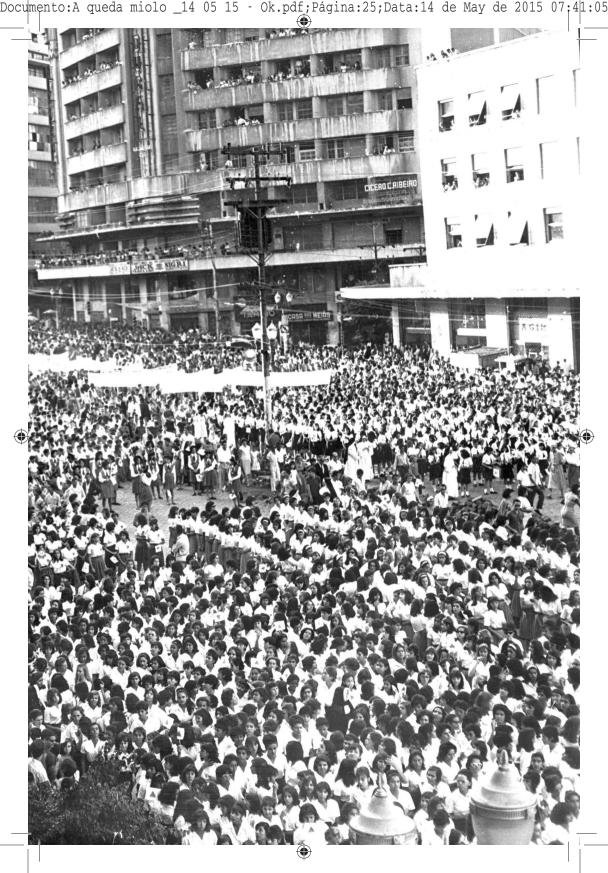
¹³ Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Fundado por empresários paulistas em 1961 e dirigido por Golbery do Couto e Silva, articulou toda a conspiração que tramou o golpe de 1964. O Ipes-MG passou a funcionar em 1962, com a presença de membros da indústria pesada, da indústria têxtil e banqueiros mineiros. A esse respeito, ver STARLING, 1986, p. 204.

Páginas 24 e 25:

Marcha da Vitória, realizada em Belo Horizonte, na Avenida Afonso Pena, em 1964. Foto das imediações da Igreja de São José. Observe-se a presença de religiosos e de colegiais, em fila indiana, como se estivessem em um desfile oficial.

Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.





Mas a grande celebração ainda estava sendo preparada, e, no dia 13 de maio de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu 200 mil pessoas e ocorreu num clima de festa. A concentração inicial se deu nas escadarias da Igreja de São José e, por volta das 16 horas, subiu a Avenida Afonso Pena e partiu em direção à Praça 21 de abril, localizada na Avenida Afonso Pena, cujo nome era uma alusão a Tiradentes.¹⁴

A celebração foi aberta, de forma triunfal, tendo à frente o batalhão policial dos Dragões da Inconfidência, vestidos com uniforme de gala, cavalgando em triunfo pela Avenida Afonso Pena. Papel picado era atirado dos edifícios, e estudantes, em sua maioria, dos Colégios Militar e Helena Guerra, além das Bandeirantes. Distribuíam panfletos aos transeuntes e curiosos que se acotovelavam pelas esquinas. O comércio cerrou as portas, e a tradicional Casa Guanabara "ofereceu seu serviço de funcionários, bem como suas dependências, para ponto de referência das inúmeras delegações de fora, além de servirem lanches organizados pela Frimisa e pela Coca-Cola" (STARLING, 1986, p. 186).

Era uma passeata da ordem, quase um desfile oficial, e as fotos da época revelam colegiais em fila indiana, uniformizados, personagens de um desfile sem a alegria e a espontaneidade que caracterizam as manifestações da juventude.

O público feminino, formado por beatas, professoras, donas de casa e mulheres da sociedade, era muito ativo. Vinham com terços, véus, carregando cartazes alusivos à religião, à tradição, à ameaça comunista que fora, enfim, derrotada. "As multidões", analisa uma especialista, "negavam o nacional-populismo" e pleiteavam a "volta a um passado supostamente



¹⁴ A esse respeito, ver *Os senhores das Gerais*, 5. ed., 1986, Editora Vozes, de Heloisa Maria Murgel Starling, p. 186.

¹⁵ Bandeirantes era a denominação das escoteiras.

democrático que estaria sendo ameaçado pelas Reformas e pela infiltração comunista...". Tinham assim um caráter de um movimento de "restauração", não visando à instauração de uma ordem econômica e social diferente... "Pleiteava-se uma intervenção militar que, como em 1945 ou em 1954, atuasse temporariamente para restabelecer a ordem e logo fizesse os militares retornar aos quartéis" (SIMÕES, 1985, p. 298-299 apud STARLING, 1986, p. 187).

Ao final da marcha, o então deputado Pedro Aleixo, que era vinculado à Ação Democrática Parlamentar, braço parlamentar do Ipes-MG, tentava mostrar-se impressionado e declarava: "A Marcha de Belo Horizonte, do mesmo modo que as de São Paulo e Guanabara, não deixa dúvida sobre o caráter popular da revolução de 31 de março" (STAR-LING, 1986, p. 186-187).

Mas Pedro Aleixo, o futuro vice-presidente de Costa e Silva, sabia da verdade.

Por trás da marcha mineira, estava um grupo muito bem organizado, que se autodenominava "Os Novos Inconfidentes", um verdadeiro comando revolucionário, vinculado e dirigido pela seção mineira do Ipes, que era capitaneado pelo advogado de empresas Aluisio Aragão Vilar. Seu escritório também se localizava no Centro, no Edifício Acaiaca, em frente à Igreja de São José. Eram essas duas estruturas que se complementavam, que atraíam, para o movimento, empresários de todos os setores da indústria, associações de classe, latifundiários, militares descontentes, coronéis da Polícia Militar de Minas Gerais, delegados de polícia, comerciantes, setores conservadores da Igreja, políticos, empresários, advogados, médicos, lideranças estudantis. Ao grupo dos Novos Inconfidentes eram vinculadas a Ação Democrática Parlamentar, a Limde (Liga da Mulher Democrática) e a ADP (Ação Democrática Parlamentar),





órgãos ativos na sensibilização da sociedade pela pregação anticomunista.

A Marcha fora autorizada pela própria Limde, que já se destacara em outras ocasiões como portadora de um violento discurso anticomunista, além de ser capaz de recorrer às vias de fato, quando o momento exigisse. Foi inspirada na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em São Paulo, em 13 de março de 1964, também sob a coordenação do Ipes.

Enquanto alguns celebravam, os vencidos de 1964 passavam sérios apertos. Logo depois do golpe, o convento dos Frades Dominicanos, localizado no Bairro da Serra, foi invadido. Sindicalistas, como Antônio Faria, foram presos. Os deputados Clodsmidt Riani, Sinval Bambirra e José Gomes Pimenta, líder dos mineiros de Nova Lima, foram também presos e tiveram seus mandatos cassados por unanimidade pela Assembleia Legislativa (STARLING, 1986, p. 241).

O Padre Francisco Lage, vinculado aos movimentos urbanos pela moradia, que também era deputado, teve o mesmo destino. Líderes dos favelados, como Francisco Nascimento, e trabalhadores rurais também passaram por maus bocados.

O próprio Ipes havia organizado uma lista daqueles que deveriam ser perseguidos, o que incluía grande número de estudantes, professores universitários, líderes sindicais, padres considerados socialistas, jornalistas, políticos, além de outros profissionais liberais.

Os "Novos Inconfidentes" tinham uma relação de 10 entidades que deveriam ser "lavadas do comunismo", constando, entre elas, o Comando Estadual dos Trabalhadores, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UMG, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e os jornais *Jornal Última Hora*, ¹⁶

¹⁶ O Jornal Última Hora era um dos únicos, senão o único jornal de oposição

Novos Rumos e o Binômio, cujo diretor era o jornalista José Maria Rabelo, que tivera um confronto físico com o General de Brigada Punaro Bley, em dezembro de 1961, do qual saíra vencedor, deixando um grande hematoma no olho do militar.

Em outra lista, havia quase 80 nomes considerados "comprovadamente subversivos", a grande maioria vinculada à Ação Popular (AP) e ao Partido Comunista (PC). Outro agrupamento político era também rapidamente citado nos documentos internos do grupo: a Polop, que, juntamente com a AP e o PC, já teria fundado mais de 30 sindicatos rurais em Minas.

A POLOP

A Polop fora fundada em 1961, numa reunião ocorrida em São Paulo, da qual participaram alguns mineiros descontentes com as correntes oficiais de esquerda que existiam no Brasil de então: o trabalhismo e o comunismo. Aquele encontro reuniu comunistas desgarrados de diversos círculos, insatisfeitos com os rumos do movimento comunista mundial, que ainda era liderado pelo Partido Comunista Soviético. Tinham perdido a fé tanto na doutrina quanto nos objetivos e práticas daquele partido e recorriam aos escritores clássicos — Marx, Rosa Luxemburgo, Lênin — em busca da construção de uma alternativa.



ao regime militar, de circulação nacional. Utilizava uma diagramação arejada, fotos e manchetes chamativas, que encantavam o leitor. Além da sua edição nacional, editava também números regionais, entre estes o de Belo Horizonte. Como estudante secundarista à época, acompanhava com avidez as edições do *Última Hora* e foi com imenso prazer que encontrei uma coleção quase completa do jornal na Hemeroteca da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Daí a utilização em profusão das reportagens do jornal, neste livro, para dar maior vida e colorido à narrativa sobre o período.

Era um momento especial na vida política brasileira, que abria imensas oportunidades e desafios para a esquerda. Um ano antes, Jânio Quadros fora eleito Presidente e João Goulart vice, embora pertencessem a partidos distintos, pois o sistema eleitoral, à época, permitia eleições independentes para os dois cargos.

Quando Jânio renunciou, a posse de Goulart foi vetada pelos ministros militares e só aconteceu depois de uma crise, quando o país estava à beira de uma guerra civil. Jango impõe um regime parlamentarista, que o tornou presidente sem poder para governar.

Goulart só recuperaria o poder em janeiro de 1963, após um plebiscito, do qual saiu vitorioso, derrubando, assim, o Parlamentarismo.

O país vive um clima de intensa mobilização e debate político. A radicalização do movimento de massas, inclusive de militares de baixa patente, era notória. O Governo Goulart navegava em um mar de instabilidade, sendo criticado tanto pela direita quanto pelo PCB. Até mesmo seu cunhado Leonel Brizola, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, disparava críticas contundentes a Jango, propondo medidas nacionalistas radicais para mudar o país. A instabilidade política era crescente, e o desfecho da crise era pressentido por todos.

A Polop participou intensamente desse momento, reivindicando para si o legado do marxismo-leninismo. Para ela, o PC carregava uma herança política maldita, que levava a uma tática política errônea, obrigando os trabalhadores a se submeterem aos interesses da burguesia nacional. Forçava uma aliança de classes que fatalmente levaria os trabalhadores à traição e à derrota.

O trabalhismo, por sua vez, era ainda mais criticado. Seria uma ideologia criada com o único objetivo de ma-





nipular os trabalhadores. A ruptura da classe operária com essas correntes seria a única alternativa para a construção do socialismo no Brasil.

O núcleo mineiro da Polop era formado inicialmente pelo casal Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, Juares Guimarães Brito e Guido Rocha, todos eles estudantes da Face-UFMG, a qual abrigava, à época, também o curso de Sociologia e Política (LEITE, 2009, p. 104-105). Logo em seguida, vieram Cláudio Galeno Linhares e Inês Etienne Romeu, estudantes da Fafi.

A esse grupo se agregaram rapidamente Carlos Alberto Soares de Freitas, Regis Gonçalves, Maria do Carmo Brito, Élvio Moreira Arnaldo e Dirceu Mourthe; os marceneiros Otavino Alves da Silva e Ernesto Santos e os metalúrgicos Jair e Alcides, além de outros personagens, que passaram pelo grupo. ¹⁷ A Face abrigaria também o núcleo político da Juventude Universitária Católica (JUC) e, em sequência, da AP, originária do amadurecimento político da JUC. Ali se destacaram Herbert José de Souza, o Betinho, irmão do cartunista mineiro Henfil, Vinícius Caldeira Brant, Henrique Novais e Wilmar Faria. Aquela faculdade seria o berço das duas correntes que se destacariam em Minas no pós-64.

ERIC SACHS

Entrar na Polop não era fácil. Todo mundo tinha que passar por um curso básico de marxismo, envolvendo leitura de textos de Marx e Lênin. O melhor professor era José Aníbal Peres de Pontes. Culto, inteligente, preparado,





¹⁷ Outros nomes podem ter composto o núcleo original da Polop mineira. Há certa imprecisão, conforme a fonte consultada. Os nomes citados acima servem apenas como referência da composição inicial do grupo.

recheava os cursos com histórias do movimento comunista internacional e até mesmo com exemplos de batalhas da Segunda Guerra Mundial, em que a resistência soviética contra a invasão nazista fora vital para a derrota alemã. O curso ajudava a compreender o mundo fervilhante e em transformação que desfilava à frente dos olhos dos estudantes, que não tinham muitas outras fontes de informação. Era uma verdadeira revelação e gerava um sentimento de pertencimento e felicidade para quem o frequentava. "Éramos muito felizes", sintetiza Maria José Nahas, a futura loura dos assaltos.

O curso era dividido em três módulos: conhecimentos básicos da leitura do marxismo, através da leitura de Bukharin, Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo; realidade internacional e realidade nacional, em que Caio Prado e Celso Furtado eram leituras indispensáveis (LEITE, 2009, p. 114).

Isso tudo porque a Polop considerava que seu papel principal era fazer chegar à classe operária o marxismoleninismo. Se isso fosse feito, ela se tornaria revolucionária, chegaria ao poder e daria início à construção do socialismo.

O grande líder da Polop era um militante austríaco, Eric Sachs, cuja história lembra a de muitos grandes militantes comunistas que vagaram pelo mundo afora levando suas ideias.

Judeu, comunista, antistalinista, sua vida foi uma eterna fuga das perseguições que sofreu.

Nascera em Viena, em 1922. Filho único de uma família judia, proveniente de Tchernowitz, cidade que ficava no antigo Império Austro-Húngaro. Seu pai era membro da social-democracia austríaca e sua mãe nascera na Rússia. Em 1934, Eric muda-se para a União Soviética, para fugir da perseguição aos judeus, que se intensificara no seu país de origem, devido à ascensão do nazismo.



Lá, passa a frequentar a Escola Karl Liebknecht, onde permaneceria até 1937. É nessa escola que sua formação teórica se fortalece, formando um modelo de interpretação da história e da realidade dos países capitalistas que o acompanharia por toda a vida.

Inquieto, observa o que se passa na Rússia e trava contato com a oposição a Stalin, o que lhe valeu a deportação da União Soviética. É obrigado a voltar à Áustria, de onde tem que fugir a pé para a Bélgica e, depois, para a França, onde procura Thalheimer e Brandler, os líderes da social-democracia alemã que estavam exilados naquela cidade.

Em 1939, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a iminente invasão da França pelos nazistas o forçam novamente a fugir. É obrigado a sair da Europa e a emigrar para o Brasil, onde trabalha como gráfico, jornalista, e procura manter-se vinculado ao movimento operário.

Constata que o Partido Comunista Brasileiro refletia a política stalinista que tanto criticara e que o obrigara a deixar a União Soviética. Permanece fiel ao marxismo e procura trilhar um caminho próprio, unificando as correntes nacionais de esquerda que nasciam fora do Partidão, como era conhecido o PCB.

Ao final dos anos 50, Eric Sachs e alguns correligionários fazem circular a revista *O Movimento Socialista*, que pretendia semear as ideias em que acreditavam. A revista cumpriu o papel de aglutinar os círculos independentes, que terminam por organizar seu primeiro Congresso, em janeiro de 1961, na cidade paulista de Jundiaí.

É Eric Sachs quem escreve a convocatória do 1º Congresso da Polop:

Em todos os debates realizados até agora chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na

formação de um partido independente da classe operária. Concordamos que os assim ditos 'Partidos Operários', ou a 'esquerda', como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação, e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009, p. 21).

Era essa a abertura potente da convocatória. O proletariado brasileiro, jovem e ainda em formação, seria dominado e tutelado pela burguesia brasileira e não defendia seus próprios interesses, mas brandia a bandeira das outras classes.

Caberia então à Polop contribuir para a formação de um partido capaz de romper essa submissão ideológica e fazer emergir sua própria consciência.

Nessa época, o país fervilhava, e muitas possibilidades se abriam. A Polop participava da Frente de Mobilização Popular (FMP), criada pelos nacional-revolucionários de Brizola, qualificada por Rui Mauro Marini, um dos teóricos da Polop, como um "parlamento das esquerdas". A FMP reunia soldados, marinheiros, suboficiais do Exército, alguns sindicalistas, o que fazia lembrar os sovietes¹8 surgidos à época da Revolução Russa. Era como se a história tivesse se repetindo no Brasil.

A FMP procurava se impor como força viável às reformas, em face das posições consideradas por eles moderadas do PCB. Dentre seus projetos destacavam-se a desmoralização do Legislativo Federal, uma vez que os parlamentares não aprovavam a reforma





¹⁸ Forma de organização política criada espontaneamente pelos movimentos de massa no processo revolucionário russo. Permaneceram após a tomada do poder pelos bolcheviques.

agrária sem indenização aos latifundiários. Para a FMP, o Legislativo seria uma instituição ultrapassada, formada por políticos distantes do povo (LEITE, 2009, p. 33).

Esse movimento rendeu à Polop importantes contatos com a suboficialidade desencantada com o brizolismo, que veio a se integrar ao grupo.

Em Minas, a Polop caminhou em outra direção. Os militantes mineiros tentaram, de todas as formas, transpor os muros da universidade e transformar em ação suas ideias. Guido Rocha e Carlos Alberto Soares de Freitas, juntamente com o advogado Antônio Romanelli e o comerciante Chaim Katz, participaram ativamente da luta dos posseiros na região de Três Marias. Mantiveram contatos com Francisco Julião, ¹⁹ que pertencia ao PSB, e chegaram a formar as primeiras Ligas Camponesas em Minas Gerais, transformadas, em 1963, em Sindicatos Rurais, por João Goulart. Tinham base no movimento sindical, através do Sindicato dos Marceneiros, e alguns contatos em empresas da Cidade Industrial. O jornal *O Piquete* já era editado e distribuído não só entre os operários, mas para toda a base da organização.

Atuavam no movimento de favelas de Belo Horizonte, em especial, na Vila dos Marmiteiros, e sua relação com o líder político do movimento, Francisco Nascimento, era muito estreita, embora Eric Sachs considerasse que movimentos daquela natureza davam muito espaço para práticas assistencialistas e populistas.





¹⁹ Julião, pernambucano, foi o organizador das Ligas Camponesas naquele estado, movimento camponês que lutava pela extensão dos direitos trabalhistas instituídos por Getúlio Vargas aos trabalhadores do campo. Pela sua postura, foi sempre odiado pelos grandes proprietários rurais, que não reconheciam nenhum direito aos seus empregados.

A Polop não chegou a ter existência legal. Era o Partido Socialista Brasileiro (PSB) que a abrigava.²⁰

O grupo participara ativamente da campanha de José Maria Rabelo à Prefeitura de Belo Horizonte, chegando a angariar 10% dos votos.

O GOLPE E A POLOP

O ano de 1964 pegou todo mundo de surpresa. Os militantes mineiros se esconderam como puderam, na casa de amigos e parentes. Os mais atuantes foram morar no Rio de Janeiro, em apartamentos clandestinos, localizados em Copacabana. Eric Sachs orientou-os a manter contatos com os marinheiros brizolistas, visando à rearticulação daquele movimento, que estava, a seu ver, sem direção política.

O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) estava de olho nos marinheiros e não deu outra: todos foram presos.

Guido Rocha e Cláudio Galeno foram levados para o porta-aviões Minas Gerais e, logo depois, transferidos para a Ilha das Cobras, de onde saíram cinco meses depois.

Com eles "caíram"²¹ Arnaldo e Dirceu Mourthé e Rui Mauro Marini. Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, seria preso logo em seguida, em Belo Horizonte, ao colar pequenos cartazes comemorativos da Revolução Cubana, que o encantava, em postes na Rua Tamoios, no centro da cidade.

Os militantes do núcleo original da Polop que foram para outros estados antes de 1964 também não escaparam.



²⁰ O PSB foi fundado em 1947 por Hermes Lima, imbuído de ideias desenvolvimentistas para o país. Abrigou diversos grupos de esquerda dissidentes do stalinismo, e, do grupo paulista liderado por Paulo Emilio Sales Gomes, Eric Sachs participou, ainda no ano de 1943 (HECKER, 2007, p. 28).

²¹ Na linguagem dos militantes de esquerda, "cair" significa ser preso.

Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que estavam em Brasília, tiveram que partir para São Paulo e, mais tarde, para o exílio, no México.

Juares Guimarães foi preso em Recife e só foi libertado após seis meses. Logo depois, ele e Maria do Carmo Brito se mudaram para o Rio, iniciando ali uma nova vida.

Mesmo dispersos, aqueles militantes nunca perderam contato entre si. Guido Rocha, Inês Etienne, Cláudio Galeno, Juares Guimarães e Maria do Carmo Brito eram, sobretudo, grandes amigos. Os laços que os uniam eram profundos e sobreviveriam àquela diáspora.

A REARTICULAÇÃO

O golpe de 1964 representou a prisão de milhares de pessoas, intervenções sindicais, perseguições, exílios, mas não desarticulou por completo a tessitura que compunha toda a base dos movimentos sociais. O Primeiro Ato Institucional previa eleições que aconteceriam logo a seguir. Os partidos políticos não foram dissolvidos, nem o Congresso foi fechado.

Muitos foram soltos após alguns meses de prisão, embora seus processos estivessem correndo na Justiça.

O mesmo aconteceu com a Polop em Minas. Após alguns meses, Galeno, Guido Rocha e Beto já estavam soltos e voltaram à atividade política.

Galeno e Guido já haviam se formado, mas Beto ainda frequentava a universidade. Lá, juntamente com Inês Etienne, pôde rearticular a Polop no movimento estudantil. Contava com um reforço de peso.

Enquanto estivera preso, conhecera Apolo Heringer Lisboa, que cursava o segundo ano de Medicina. Ativo, articulado,





Apolo já fora vice-presidente do Diretório Acadêmico e possuía uma intensa vocação para a política. Convidado por Beto para entrar para a Polop, ele aceita: "Ele inspirava muita confiança. E eu tinha necessidade de me sentir articulado. A Polop tinha um boletim semanal feito pelo dirigente alemão, Eric Sachs, o Alemão. Tudo isso seduzia muito a gente" (CHACEL, 2012, p. 51).

A Faculdade de Medicina tinha uma antiga tradição política e cultural, o "Show Medicina". Era um evento único, que contava com ativa participação de estudantes e professores. Misturava política, humor e uma crítica inteligente e contundente da sociedade mineira e brasileira. Contava com o apoio do empresariado local, de olho nos médicos que iriam se formar. Já em 1965, ele volta a acontecer, acentuando sua crítica à ditadura que se instalava.

Num terreno fértil como esse, Apolo Heringer, junto com outros estudantes, começam a organizar o Centro de Estudos Médicos (CEM). Era uma estrutura fora do Centro Acadêmico, que se dedicava a estudar, discutir e agir sobre questões sociais relacionadas à Medicina, além de estender suas preocupações para a Arte e a Cultura. Apolo relata que

[...] a gente discutia Teoria de Malthus, discutíamos questões médicas, como endemias rurais, a gente discutia música, discutia cinema. O CEM era uma forma de a gente aglutinar, ampliar, ter personalidade política aqui. Sem caracterizar que era Polop, ou seja, o pessoal desconfiava (LISBOA, 1985, p. 3-4).

Muitos estudantes desconfiavam que a Polop andasse por lá, mas as atividades desenvolvidas eram atrativas, principalmente para os calouros, que lançavam suas vistas para aspectos sociais da realidade, associando doenças a condições de vida da população. Isso não era ensinado em sala de aula.

Daí para a percepção e associação entre desigualdade, injustiça e ditadura era um pequeno passo. O CEM surgia em um momento em que o movimento estudantil se rearticulava em todo o Brasil. O contingente universitário já atingia cerca de 150.000 pessoas, a maioria matriculada em universidades públicas. O ensino se massificava, e parte da classe média, que surgia no acelerado processo de urbanização pelo qual o Brasil passava, chegava à universidade, transformando a visão de mundo herdada dos seus pais.

Os militares acreditavam ser possível neutralizar o movimento estudantil expurgando a esquerda do meio universitário. Para isso, tentaram implementar, na universidade, a Lei Suplicy de Lacerda, que pretendia extinguir a União Nacional dos Estudantes, as Uniões Estaduais dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos, substituindo-os por uma nova estrutura de representação universitária. "O tiro saiu pela culatra, a medida forneceu à esquerda estudantil, que se reorganizava nas faculdades, a bandeira que unificou o movimento estudantil: a defesa da União Nacional dos Estudantes (UNE), vista como a voz dos estudantes" (MARTINS FILHO, 2007, p. 188).

A Escola de Medicina tornou-se a base operacional da Polop. Na Fafi, Inês Etienne também atuava, sendo eleita, em 1965, Presidente do DA. Dali sairiam inúmeros quadros²² importantes, como Vera Lígia Huebra, João Batista dos Mares Guia e Jorge Batista Filho.

No Colégio Estadual, o professor Badih Melhem e o jornalista Cláudio Galeno faziam seus contatos. Nilmário Miranda, Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, Marco Antônio Meyer são exemplos dos que lá iniciaram sua militância.



²² Quadro: militante político bem preparado, com amplos conhecimentos teóricos, capaz de exercer com maestria a atividade política.

base social muito superior àquela que tivera antes de 1964. Logo receberiam uma grande ajuda do Governador Israel Pinheiro.

A inserção da Polop no movimento estudantil permitiu o renascimento daquela organização, dando-lhe uma

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:40;Data:14 de May de 2015 07;4þ:06





CAPÍTULO III

A retomada do movimento estudantil e o fortalecimento da Polop

AS RAZÕES DE ISRAEL PINHEIRO

Israel Pinheiro fora eleito Governador em Minas Gerais pelo PSD em 1965, aproveitando-se da ambiguidade dos primeiros movimentos do golpe de 1964. Mesmo tendo derrubado um governo legítimo, os militares procuravam vestir-se com o véu da legalidade. Apesar das perseguições e cassações que se seguiram ao movimento militar, proporcionadas pela edição do Ato Institucional I, Castelo Branco tomara posse no Congresso Nacional em 11 de abril de 1964. O Ato Institucional I teria validade de apenas seis meses, com o objetivo de combater o comunismo e a corrupção. Na sua posse, prometeu: "Entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor, legitimamente eleito pelo povo, em eleições livres, uma nação coesa" (GASPARI, 2002a, p. 125).

Logo após, conseguiu prorrogar, ainda no Congresso, seu mandato por mais um ano, retirando do seu caminho as eleições que prometera.

As eleições para governador em 12 estados foram mantidas e realizadas a 03 de outubro de 1965. Em Minas e na Guanabara, os candidatos oficiais foram derrotados por Israel Pinheiro e Negrão de Lima, respectivamente. Ambos eram políticos conservadores, velhas raposas políticas, que nunca poderiam ser chamados de oposicionistas, seja lá em que governo fosse.

Israel mantivera-se distante das conspirações que antecederam o Golpe de 64 e, por isso, não gozava da confiança



dos militares. Chegou inclusive a contar com o apoio da AP, com o objetivo de derrotar o candidato da União Democrática Nacional (UDN), o ex-Secretário de Agricultura de Magalhães Pinto, Roberto Rezende.

A vitória dos candidatos oposicionistas significava uma só coisa: em eleições diretas para a Presidência da República, o regime seria derrotado.

Essa constatação causou agitação nos quartéis. Parte dos militares defendia que não fosse dada a eles a posse, pois consideravam que o golpe estava sendo ameaçado pela volta dos políticos tradicionais ao poder. Além disso, era uma demonstração inequívoca da crescente impopularidade dos militares golpistas.

Após três semanas de negociações entre as diversas correntes das Forças Armadas, Castelo Branco editou o Ato Institucional II, que intensificou o regime ditatorial. Transformou em indiretas as eleições para a Presidência da República, frustrando o sonho dos políticos que tinham apoiado o golpe e ajudado os militares nos primeiros anos de exercício do poder. Logo em seguida, surge o Ato Complementar IV, que, na prática, extinguiu os partidos, autorizando a criação de apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

No dia 05 de fevereiro de 1966, foi decretado o AI-3, estabelecendo eleições indiretas para governador. Os prefeitos das capitais passariam a ser escolhidos pelos governadores. O projeto de poder urdido pelos militares revelava-se de maior alcance, e muitos dos seus aliados tiveram frustradas suas esperanças de chegar ao poder.

Logo, forma-se uma aliança que poucos anos antes era impensável: políticos de origens tão díspares como Jânio Quadros, João Goulart, Juscelino Kubitschek e Lacerda se uniriam no que seria a futura Frente Ampla.²³ Velhos inimigos, políticos golpistas e depostos davam-se as mãos, para o desprezo tanto da esquerda quanto dos militares.

Em Minas, Israel Pinheiro adaptou-se rapidamente ao novo cenário. Vendo que a sua posse estava por um fio, abandonou qualquer laivo oposicionista e integrou-se ao partido oficial, a Arena.

Israel não era um homem qualquer. Filho de João Pinheiro, um dos primeiros governadores de Minas Gerais, originário de Caeté, cidade próxima a Belo Horizonte, pertencia ao grupo de tecnocratas mineiros que lutavam pela industrialização do Estado. Era um técnico que simplesmente fechava os olhos para os rumos da política local ou nacional, bastava que seus projetos de industrialização do Estado fossem aceitos. Fora Secretário de Agricultura do Estado à época do Estado Novo, quando Getúlio Vargas governava o país como ditador.

Fora nomeado pelo interventor do Estado, Benedito Valadares, e impulsionou diversas ações modernizantes que culminaram com a implantação da Cidade Industrial em Contagem, com a constituição da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da inauguração da siderúrgica Mannesman na década de 1950.

Participou da constituição da Companhia Vale do Rio Doce, presidiu a Novacap, dando conta da construção de Brasília e, afinal, fora eleito Governador de Minas Gerais pelo PSD em 1965, em oposição ao candidato oficial da ditadura, Roberto Rezende, da UDN (DULCI, 1999, p. 73).





²³ Frente Ampla foi uma articulação que reuniu políticos tão distintos como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Formou-se quando se frustrou o sonho dos políticos que apoiaram o Golpe de 1964 de retornar ao poder. Não conseguiu apoio popular e foi colocada na ilegalidade pelos militares, em 1968.

A REPRESSÃO ÀS CALOURADAS

Assim que toma posse, Israel se depara com uma inocente calourada estudantil, promovida pela UEE. Essa entidade continuava a existir por força da reorganização do movimento estudantil, que repudiara a implantação da Lei Suplicy nas universidades. ²⁴ Tinha sua diretoria eleita pelos estudantes em Congresso e gozava de grande prestígio e representatividade. Possuía sede própria, à Rua Guajajaras, nº 694, e era presidida por Luís Carlos da Costa Monteiro, vinculado à Ação Popular²⁵ (CIAMBARELA, 2007, p.111).

As calouradas eram unificadas e reuniam calouros das duas universidades: PUC e UFMG.

Os estudantes não estavam protestando contra nada em particular. Pelo contrário, o evento era marcado pela alegria dos calouros que estavam entrando para a universidade, um momento definitivo na vida de todos.

Como sempre acontecia, havia brincadeiras, manifestações políticas, sátiras, críticas. Muitos estavam de mudança para Belo Horizonte, ainda tomando pé da grande transformação que estava por vir nas suas vidas. Procuravam alojamentos em repúblicas ou buscavam pequenos apartamentos para alugar. Alguns se abrigavam em casas de parentes e só os mais privilegiados ficavam em apartamentos pertencentes





²⁴ A Lei Suplicy data de 1965 e visava a reorganizar as entidades estudantis, substituindo as entidades estudantis importantes por outras, amparadas na estrutura universitária. Seu propósito não foi atingido devido à representatividade que os DCEs e UEEs tinham para os estudantes.

²⁵ A AP surgiu dois anos antes do Golpe de 64, reunindo os setores mais progressistas da Igreja Católica, em especial as estruturas da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC). Esteve presente em quase todas as universidades do país, contribuindo para a reestruturação do movimento estudantil em nível nacional. Nos anos 1965 e 1967, iniciou-se um grande debate interno no agrupamento, o que levou a um progressivo abandono do humanismo cristão rumo ao marxismo e, posteriormente, ao maoísmo.

aos seus pais. Era o caso de Maria José e Jorge Nahas, que habitavam amplo apartamento na Avenida Afonso Pena, próximo ao Parque Municipal. Já Dilma Rousseff morava próximo daí, num edifício muito bem apresentado, chamado Condomínio Pilar, localizado numa das principais avenidas da cidade, a Avenida João Pinheiro, que dava acesso à Praça da Liberdade, onde se localizava a sede do Governo Estadual.

A maioria, porém, estava em busca de uma das muitas repúblicas espalhadas pelo centro da cidade. Era o mais prático: morar, estudar, comer nos restaurantes universitários e, pela noite, dar uma volta no Conjunto Arcangelo Maletta, onde havia muitos bares e inferninhos na sua varanda.

Mas, para aquela moçada, aquilo não importava. Era tudo uma festa. Os estudantes tomaram até mesmo o cuidado de ter autorização do Governo.

O evento foi autorizado "desde que não fosse desvirtuado o cunho de trote e não fossem exibidos cartazes e faixas de cunho político ou insultuoso" (FARLEY, 2010, p. 151).

Possivelmente para demonstrar que também se alinhava com os ideais dos golpistas, Israel lidou mal com a manifestação e conseguiu transformá-la em um fato político de repercussão nacional, que reacendeu o movimento estudantil em todo o Brasil.

A calourada ocorreu no dia 12 de março e, dentro da sua programação, que envolvia eventos culturais e lúdicos, estava prevista uma passeata, que sairia do Teatro Francisco Nunes e percorreria a Avenida Afonso Pena até a Igreja de São José, o ponto de encontro dos manifestantes de todos os matizes. Era um roteiro relativamente curto, e o máximo que os estudantes conseguiriam era arrancar algumas risadas dos transeuntes.

Por determinação do governador, a polícia seguiria a passeata, com a missão de destruir os cartazes considerados ofensivos aos militares, o que ocorreu durante todo o percurso. Porém os cartazes destruídos foram imediatamente substituídos por outros com dizeres como: "Civil não é alvo de fuzil"; "1º de abril: Revolução"; "Revolução: 1º de abril"; "Todo povo tem seu osso e o nosso é um Presidente sem pescoço"; 26 "A demagogia anda fardada"; "Democracia não é prisão, Nacionalismo não é subversão, nem estudante é bucha de canhão" (FARLEY, 2010, p. 152).

Nas proximidades da Igreja de São José, ocorreu o confronto entre estudantes e policiais.

Houve correria generalizada e muitos manifestantes se reuniram nas escadarias da Igreja, passando a entoar o Hino Nacional. Nesse momento, foram reprimidos pelos agentes do Dops, que não hesitaram em persegui-los até dentro da Igreja. Alguns estudantes que temiam ser espancados entraram na Igreja de São José com o objetivo de se esconderem da polícia. No entanto, os policiais não hesitaram em invadir o templo e ali prosseguiram com as violências, travando lutas contra os estudantes até mesmo nas imediações da residência paroquial. Naquele horário, fiéis e sacerdotes encontravam-se no interior da Igreja, presenciando todo o ato ocasionado pela atitude dos policiais (FARLEY, 2010, p. 152).

A atitude inesperada da polícia de invadir a Igreja ofendeu,

[...] principalmente, o setor conservador da Igreja católica mineira e foi considerada um desacato, um comportamento que se compreenderia na Rússia Comunista, mas nunca em nosso país, e, sobretudo, em Belo Horizonte, capital católica do Brasil. Com efeito, o que se assistiu naquela manhá provocou enorme repulsa na sociedade católica mineira, repercutindo em todo o país aquelas cenas (FARLEY, 2010, p. 152).





46

²⁶ Alusão ao aspecto físico de Castelo Branco.

O PROTESTO ESTUDANTIL GANHA CORPO E SE ESPALHA PELO BRASIL

Após esse episódio, os DCEs das duas universidades decidiram decretar greve por três dias em sinal de luto e também deliberaram pela realização de nova passeata de protestos contra os incidentes verificados na manifestação anterior.

A "Passeata do Silêncio", como foi chamada, ocorreu no dia 14 de março de 1966. Os estudantes portavam cartazes pretos e, em todos os prédios das diferentes faculdades de Belo Horizonte, os universitários hastearam bandeiras também pretas.

Imbuído pelo imaginário anticomunista, o Secretário de Segurança, Crispim Jacques Bias Fortes, apelava aos estudantes pela imprensa para que "não aderissem à influência externa e subversiva de elementos que nada têm a ver com a classe universitária, mas que se aproveitam dessas ocasiões para agitar e estabelecer confusão" (FARLEY, 2010, p. 154). O Secretário revelava ainda que havia sido constatada na capital a presença de elementos notoriamente subversivos, infiltrados nas agremiações estudantis, com o objetivo de subverter a ordem.

A passeata acontece e, novamente, nas imediações da Igreja de São José, é atacada pela polícia, mas, dessa vez, preventivamente, os padres haviam fechado a igreja, para evitar sua profanação.

Acossados pela polícia, o grupo de frente da passeata, composto por cerca de 300 estudantes, acabou se refugiando na sede da Assembleia Legislativa, que funcionava naquelas proximidades, na Rua dos Tamoios.

Um Inquérito Policial-Militar (IPM) foi aberto para apuração das duas passeatas e culminou com o indiciamento de 158 estudantes, que foram julgados em uma única

sessão, em um dos cinemas de Juiz de Fora, pois a sala dos julgamentos, na Auditoria Militar, não comportava o número de pessoas detidas (FARLEY, 2010, p. 158).

As prisões continuaram a se suceder em março e em abril de 1966, dessa vez, fora dos eventos públicos, mas direcionadas aos estudantes ativistas.

Um fato representativo da estupidez policial foram as prisões ocorridas no dia 11 de abril de 1966, no Edifício Codó, de oito estudantes, presos por agentes do ativo Cenimar e do Serviço Secreto da PM, acusados de estarem tramando, nada mais nada menos, que um "golpe de estado", fechados numa sala de um prédio comercial no centro da cidade (FARLEY, 2010, p. 158).

Essas prisões não foram suficientes para desarticular o movimento estudantil.

Próximo ao dia 21 de abril de 1966, para comemorar a Inconfidência Mineira, os estudantes promovem uma concentração denominada "Liberdade". O evento,

"[...] que foi autorizado pelo Dops/MG, registrou a presença de líderes sindicais, empresários, economistas, operários, donas de casa, estudantes secundaristas, artistas do teatro e do cinema mineiro, críticos de arte, membros do clero, artistas plásticos, músicos, além dos próprios universitários", fato que nunca mais se repetiria em Minas Gerais (FARLEY, 2010, p. 160).

Após a concentração, os estudantes dirigiram-se à Praça da Liberdade carregando velas, que foram colocadas no chão, formando um enorme "L". Era um bonito espetáculo que se encerrou com a leitura da Declaração Universal dos Direitos do Homem pelo presidente da UEE, Luís Carlos Monteiro (FARLEY, 2010, p. 159).

Do Palácio da Liberdade alguém tentava um diálogo. Foram enviados livros do historiador Augusto de Lima





Júnior, dos quais foram feitas fogueiras para aquecer os manifestantes naquela fria noite.²⁷

O diálogo era impossível, embora as bandeiras içadas pelos estudantes estivessem longe de serem marxistas ou revolucionárias. A "Passeata do Silêncio" era um protesto brando, quase uma lembrança da importância da liberdade para os indivíduos conviverem em sociedade.

Até aquele momento, as organizações de esquerda radical ainda não eram hegemônicas entre os estudantes. Não se falava em socialismo, revolução cubana ou luta armada. Eram bandeiras liberais, que podiam ser encampadas por todos aqueles que ansiavam pelo fim da ditadura.

Tudo estava bem no início. Havia manifestações contra a Lei Suplicy e contra o Acordo MEC-Usaid, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, acusado de estimular a privatização do ensino público, além de mensagens políticas ainda vagas. A luta dos excedentes — os estudantes que eram aprovados no vestibular, mas não eram chamados por falta de vagas — era também recorrente e já era costumeiro o acampamento anual dos aprovados nas escadarias da Igreja de São José, reivindicando vagas na universidade.

O presidente do DCE-UFMG, que funcionava na Avenida Afonso Pena, próximo à Praça Sete de Setembro, era o estudante de Medicina Paulo Habib, que não era vinculado a nenhum grupo político revolucionário, embora fosse um membro atuante da comunidade estudantil. A própria AP,





²⁷ O livro de Augusto de Lima Júnior era, provavelmente, a *História da Inconfidência de Minas Gerais*, que narra a conspiração desde seu início até o exílio dos inconfidentes nas colônias portuguesas da África. Curiosamente, seu autor conspirou e apoiou o golpe militar de 1964, tendo, provavelmente, sugerido o nome de "Novos Inconfidentes" aos golpistas mineiros. Não se sabe o significado do envio dos livros pelo emissário do Palácio da Liberdade: solidarizar-se com os estudantes ou justificar-se perante eles.

com influência na UEE, à época, estava em transição do catolicismo humanista para o marxismo.

A partir daí, tudo iria mudar em BH. A juventude perdera seu espaço de manifestação e liberdade. A militância política nas entidades e nas organizações de esquerda surgiria como a única alternativa para aqueles que queriam pensar e agir fora da sala de aula.

O movimento estudantil ganharia novo fôlego. As ideias da Polop e da AP seriam difundidas e ganhariam adeptos.

A AP e a Polop se unem e conseguem vencer as eleições para o DCE-UFMG, que passa a ser comandado por José Matheus, militante da AP. José Luís Guedes, estudante de Medicina e ex-presidente do Diretório Acadêmico daquela escola, ativo membro da AP e candidato à Presidência da UNE, toma posse na Presidência da UEE em junho daquele ano.

O encontro entre os perseguidos pelo Golpe de 1964 e a nova geração começava a acontecer.

E não só em Minas Gerais:

[...] os espancamentos sofridos pelos jovens mineiros desencadearam passeatas estudantis de solidariedade no Rio, nos dias 19 (mais de três mil alunos) e 24 (mais de cinco mil) de março e em São Paulo no dia 18 (mais de dois mil estudantes), além de manifestações públicas em outros pontos do País, como nos Estados do Paraná e do Espírito Santo (POERNER, 1979, p. 267).

Era o movimento estudantil voltando à cena política.

O CONGRESSO DA UNE EM BH

A repressão aos estudantes mineiros acordou o movimento estudantil em todo o Brasil, e isso não passou despercebido pela





UNE. A capital mineira foi escolhida para sediar o XXVIII Congresso da UNE, nos dias 28 de julho a 1º de agosto de 1966. Segundo o presidente em exercício da UNE, José Fidelis, que estava em Minas no mês de julho para apoiar a organização do Congresso, Minas foi escolhida

por ser um estado central e de fácil acesso para os colegas dos vários pontos do país. Além disso, o povo mineiro tem dado extraordinário apoio às últimas manifestações estudantis em defesa da cultura e da liberdade (JORNAL Última Hora, 07 jul. 1966).

A extinção e o esvaziamento da UNE fora o projeto inicial da Lei Suplicy. Tivera o funcionamento suspenso por força dos Decretos nº 57.634 e nº 8, de 16 de junho de 1966. Seu prédio fora incendiado logo após o golpe, mas, aos poucos, fora se rearticulando, liderada pelo grupo AP, que procurava mover-se nas frestas da legalidade que ainda existiam nos primeiros anos pós-golpe.

Este seria o segundo Congresso após o Golpe de 1964. O primeiro, ou XXVII, na contagem daquela entidade, fora realizado em julho de 1965, em São Paulo, na cidade de Valinhos, sob muitas pressões, ameaças, sem verbas, e contara com a participação de 400 estudantes.

O Congresso elegera Antônio Xavier, da AP, como Presidente, além de José Fidelis Sabino e Altino Dantas como vices. Com a prisão de Antônio Xavier, ocorrida em janeiro de 1966, logo após a edição do AI-2, o baiano José Fidelis assume a Presidência (JOSÉ, 2012, p. 166).

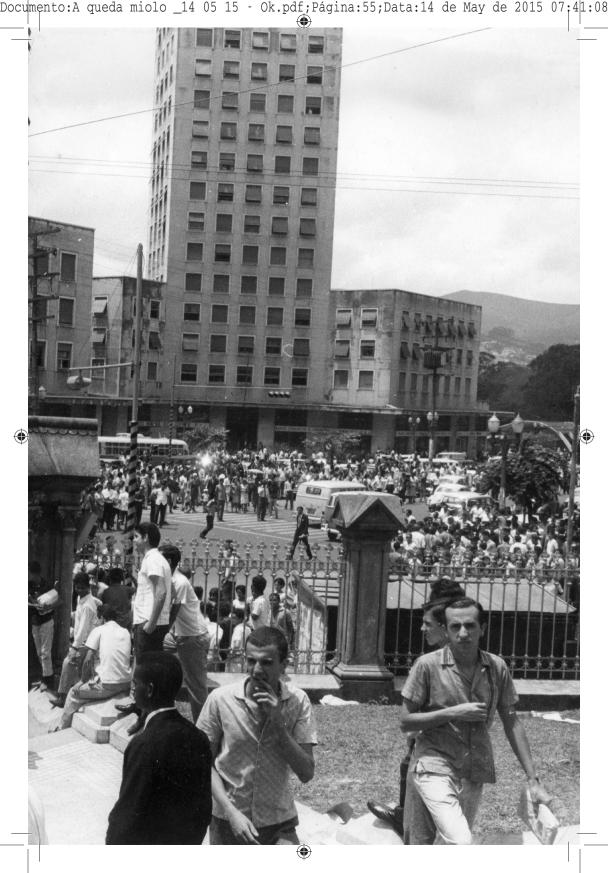
Quem se encarregou da articulação do Congresso em BH foi Altino Dantas. Para ele, a UNE representava uma posição de vanguarda em favor dos movimentos populares e era uma entidade civil, de Direito Público, registrada no Cartório da Guanabara. Sendo assim, não haveria ilegalidade também na realização do Congresso.

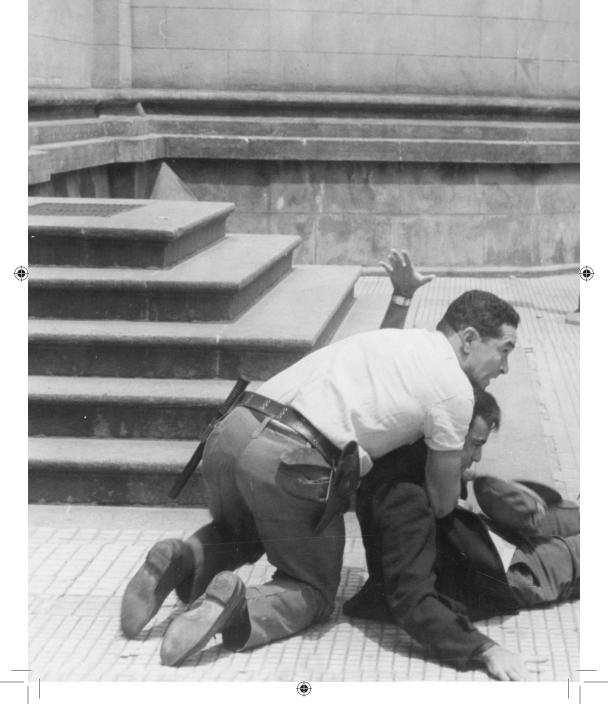


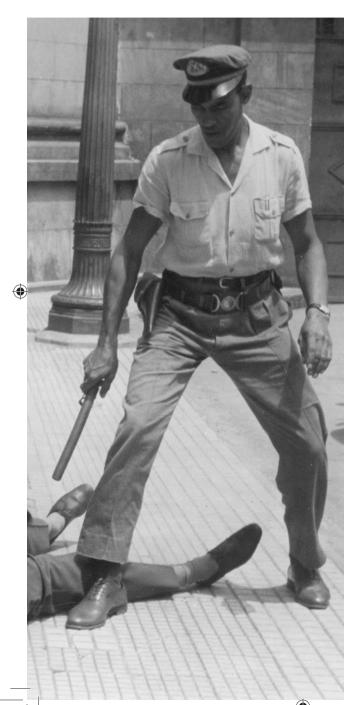












Março de 1966. Policiais imobilizam e agridem jovem no adro da Igreja de São José. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.

Foto das calouradas de 1966, que deram origem às manifestações estudantis que sacudiram o país naquele ano. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.

Páginas 52 e 53:

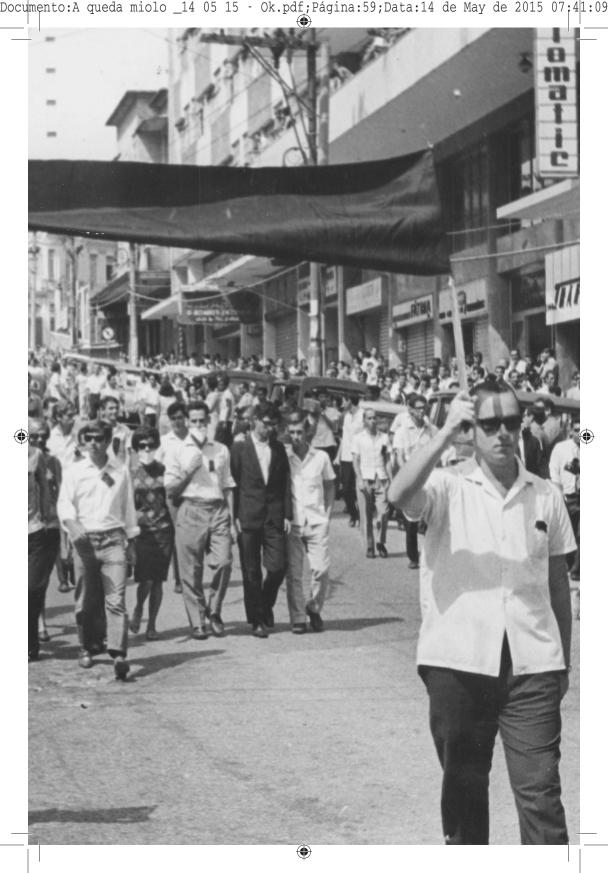
Página anterior:

Imediações da Igreja de São José pouco antes do início dos conflitos, em março de 1966. Ao fundo, à direita, a chegada dos manifestantes. A Igreja seria invadida e depredada por policiais, em busca de estudantes que lá se refugiaram. Fonte – Acervo Jornal Estado

de Minas.

Próxima página: 1966. A Passeata do Silêncio: Estudantes descendo a Rua da Bahia, no centro da cidade. A faixa negra simboliza o protesto estudantil. Muitos iriam às ruas com uma mordaça amarrada no rosto. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.





Agora, a UNE pensava em um Congresso ainda mais representativo, e Minas Gerais fora escolhida para isso. Era previsto o comparecimento de 2.000 estudantes, número extraordinário, considerando a população estudantil total da época — cerca de 150.000 estudantes.

Altino Dantas realizava movimentos políticos hábeis. Por um lado, alimentava a expectativa da realização do Congresso no plenário da Assembleia Legislativa mineira, pois,

[...] na Passeata do Silêncio, realizada em março, em sinal de protesto contra os espancamentos da Polícia, a Assembleia acolheu dezenas de universitários que a procuraram para se refugiarem das bombas e cassetetes policiais e que, desta vez, os "nossos representantes não se furtarão em nos acolher novamente, caso seja necessário" (JORNAL Última Hora, 12 jul. 1966).

Por outro lado, recusava a mão que lhe estendia o Governador Israel Pinheiro, em um ato de contrição. O Secretário de Segurança Pública, Bias Fortes, distribuiu nota à imprensa afirmando que

[...] não autorizava a realização do Congresso da UNE, em atendimento às instruções das autoridades federais, mas, dependendo de breve pronunciamento da Justiça, poderia dar à UNE condições de fazer seu Congresso, devidamente estribada na legislação brasileira (JORNAL Última Hora, 15 jul. 1966).

Mas, para a UNE, solicitar autorização governamental para realizar seu congresso significava curvar-se diante da ditadura, e as afirmações do Secretário foram recebidas com ironia. "O encontro será realizado de qualquer maneira porque o Decreto nº 8 só prorroga o prazo de suspensão da UNE, mas não extinguia a entidade" (JORNAL Última Hora, 15 jul. 1966). Por meio do seu advogado, Sobral Pinto, buscava ainda na Justiça a derrubada



do referido decreto e, consequentemente, a volta da UNE à plena legalidade.

Nesse meio tempo, surge a Igreja, através dos dominicanos, que abrem o Convento para a UNE.

"O Convento dos Padres Dominicanos", relata o *Jornal Última Hora*,

XXVIII Congresso da UNE, colocando o Convento à disposição para o alojamento dos participantes, em especial dos membros do Tuca (Teatro Universitário), afirmando ainda, em nota oficial, não compreender como universitários "sejam impedidos de refletir, coletivamente, sobre problemas brasileiros que interessam a todos os cidadãos, agora e para o futuro" (JORNAL Última Hora, 18 jul. 1966).

[...] anunciou seu total apoio aos estudantes que vão fazer o

Os Dominicanos, Ordem de Frei Betto, tinham uma antiga tradição de apoio aos movimentos populares e tiveram seu Convento invadido por duas vezes em BH, após 64.

Ao mesmo tempo, a Comissão Organizadora do Congresso vai ao Rio encontrar-se com a representação da ONU no Brasil, convidando-a a comparecer ao Congresso.

O CONGRESSO SE TORNA UM FATO NACIONAL

Com o crescimento da mobilização, cresce também o ímpeto da polícia em reprimi-la. Em 21 de julho de 1966, bombas de efeito moral foram atiradas no alpendre da sede administrativa da UEE, no centro da cidade, o que só serviu para ajudar na divulgação do Congresso. A diretoria da UNE entra na Justiça contra os pretensos terroristas e divulga à população o telefone da Comissão de Alojamento, a qual, segundo o *Jornal Última Hora*, já teria sido





procurada por cerca de 800 famílias, oferecendo casas aos estudantes (JORNAL Última Hora, 21 jul. 1966).

Durante o mês de junho, BH vive dias de terror.

O Exército, a Polícia Mineira e o Serviço Nacional de Informações (SNI)²⁸ acertam os planos para impedir a realização do evento.

Com as portas fechadas, vedada inclusive a entrada da imprensa — as autoridades policiais do Estado, juntamente com representantes do Exército e do Serviço Nacional de Informações acertaram ontem, durante três horas, os planos para impedir qualquer tentativa dos estudantes realizarem em Belo Horizonte, a partir do próximo dia 28, o XXVIII Congresso da UNE. A reunião contou com a presença do Secretário de Segurança Pública, Bias Fortes, do comandante da Polícia Militar, General Dióscoro do Vale, Cel. Antônio de Pádua Falcão, Chefe do SNI, Major Gilberto Passos, chefe do G2, Coronel Sílvio de Sousa, do delegado do Dops, Fábio Bandeira de Figueiredo, de um representante da IV Região Militar, Coronel Fleuri, entre outras autoridades (JORNAL Última Hora, 23 jul. 1966).

A realização do Congresso ganhou *status* de "crise" a ser conjurada, e as medidas preventivas aventadas poderiam incluir ocupação das escolas e outros prédios cogitados pelos universitários para servirem de local do Congresso.

Para apertar o cerco, no mesmo dia, foi solicitada pelo diretor do Dops paulista, Alcides Cintra Bueno, a prisão de Altino Dantas, acusado de "articular, em todo o país, movimentos da classe estudantil de natureza política" (JORNAL Última Hora, 21 jul. 1966). Segundo o delegado, o líder estudantil





²⁸ O SNI – Serviço Nacional de Informações foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, como um órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação. Entre as suas atribuições, destacava-se a função de "estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades paraestatais".

vinha se "destacando de forma assustadora, depois de haver sido condenado pelo Juiz da 2ª Auditoria a três anos de prisão, o presidente eleito" (JORNAL Última Hora, 21 jul. 1966).

A UNE, por sua vez, reage à altura:

[...] primeiro decretaram a prisão preventiva de José Fidelis, agora querem decretar a minha. Acho que seria melhor que se decretasse a prisão preventiva de todos os 80 mil universitários brasileiros, que estão lutando contra a ditadura, por democracia, liberdade e justiça. Como o Governo não pode cassar os mandatos dos estudantes, decretaram prisões preventivas, mas, mesmo assim, será realizado o Congresso dos estudantes em Minas, com o apoio de todos os bons brasileiros, entre eles os líderes religiosos (JORNAL Última Hora, 23 jul. 1966).

Nos dias seguintes, a polícia prende mais oito estudantes e ocupa a sede da UEE em Belo Horizonte, que se localizava na antiga sede administrativa do DCE, à Rua Guajajaras, nº 694.

Faltando três dias para o início do Congresso, uma verdadeira operação de guerra foi montada em BH: ocupação de todas as faculdades e outros prédios federais por soldados armados com fuzis e baionetas; vigilância nas barreiras rodoviárias, além de policiamento das estações rodoviárias e ferroviárias.

No dia 27 de junho de 1966, ocorre, em BH, um evento inusitado, demonstrativo da burrice e imbecilidade do regime: homens do Exército, da Aeronáutica e da Polícia Militar mineiras desfilaram pela principal artéria da cidade, a Avenida Afonso Pena, numa clara tentativa de intimidação dos congressistas.

"Durante toda a tarde, desfilaram pela Afonso Pena tropas do Exército, da Polícia Militar, da Base Aérea e guarda civil, compostas", segundo o *Jornal Última Hora*, "por milhares de





soldados, todos devidamente equipados, inclusive armados de fuzis e metralhadoras". O Exército tenta se explicar, afirmando tratar-se de "simples exercício de rotina, semelhante a outros que se têm realizado nas proximidades da Capital..." (JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966).

A UNE, por sua vez, colecionava apoios, como o do MDB, declarado pelo deputado federal Vieira de Melo, "em nome da bancada federal do Movimento Democrático Brasileiro". E divulgava a pauta do encontro, vasta, ampla, variada, que continha assuntos como problemas do ensino, situação política nacional, situação da América Latina, África e Ásia, entre outros (JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966).

No mesmo dia, o Secretário de Segurança, Crispim Jacques Bias Fortes Filho, pronuncia-se em nome do Governo, através de uma cadeia de rádio e televisão. Afirma que o XXVIII Congresso da UNE "não será realizado, porque tal reunião está proibida, uma vez que a entidade que pretendia promovê-lo está com suas atividades suspensas...". Fez também "um apelo à população de BH no sentido de seguir suas orientações, que visavam à manutenção da tranquilidade social e ordem pública" (JORNAL Última Hora, 25 jul. 1966).

Está provado — continuou o Secretário — pelos documentos encontrados em poder das autoridades e até pela programação do Congresso, que o seu objetivo era lançar um movimento nacional, visando à dissolução violenta da estrutura social-cristá brasileira para a implantação de uma ditadura socialista (JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966).





O DIA DO CONGRESSO

Antes mesmo da realização do Congresso, os objetivos da UNE foram totalmente alcançados. O regime militar fora desafiado, e a Igreja, o MDB, entidades internacionais, intelectuais e artistas se posicionaram a favor dos estudantes. Até aquele momento, ainda havia espaço para realização de movimentos inteligentes como esse, concretizados no terreno estritamente político. Havia relativa liberdade de imprensa, e o movimento estudantil gozava de certa liberdade de ação.

Basta observar que mais de 60 escritores, artistas, jornalistas e poetas divulgam manifesto de apoio aos estudantes. Assinam, entre outros, Alceu Amoroso Lima, Otto Maria Carpeaux, Lúcio Costa, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Thiago de Mello, Ziraldo Pinto, Sérgio Ricardo, Jaguar, José Honório Rodrigues, Eduardo Portela, José Carlos Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, boa parte da intelectualidade que dois anos mais tarde daria as mãos na famosa passeata dos 100 mil, que se realizou no Rio de Janeiro, em maio de 1968.

Os preparativos tornaram o Congresso um fato nacional, e a UNE aproveitou a oportunidade para divulgar seu manifesto ao povo, assinado pela própria entidade, pelas UEEs de Minas, São Paulo, Espírito Santo, Brasília e Guanabara.

Dos Estudantes ao Povo: o Povo brasileiro vive instantes difíceis. A cada dia um novo fato vem acrescentar-se à opressão em que vivemos. São cassações, prisões, aumentos constantes de preços, apreensões de livros, invasão de universidades, intervenções e outras aberrações (JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966).





E mais: "Ao lado disso, nossos soldados são enviados para reprimir o povo da República Dominicana [...]" (JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966), continuava o manifesto, que construía toda uma simbologia em torno da realização do Congresso.

Havia, ainda, o ato final: a UNE conseguiria realizar o Congresso apesar de toda a pressão? O cerco imposto seria furado? Esse era o desafio esperado por todos.

No dia 28 de julho, BH amanhece totalmente ocupada pelo Exército e pela Polícia Militar. A cidade presenciava o mais forte dispositivo militar colocado em ação, havendo cerco até mesmo a Igrejas e ao Palácio Episcopal, localizado na Praça da Liberdade.

Apesar da ameaça de violências, feita pela própria Secretaria de Segurança, e com todas as faculdades, prédios públicos e a sede do Diretório Central dos Estudantes ocupados militarmente, os universitários mantiveram sua decisão de instalar hoje, em Belo Horizonte, o XXVIII Congresso Nacional dos Estudantes. Policiais reforçaram a vigilância nas barreiras rodoviária e ferroviária e o Marechal Castelo decretou a suspensão das atividades da UEE-MG [...] Belo Horizonte viveu um dia de grande tensão, com estações de rádio sob controle e metralhadoras postadas à porta de vários edifícios (JORNAL Última Hora, 28 jul. 1966).

Ao todo, foram mobilizados cinco mil soldados da Polícia Militar, do Exército e da Aeronáutica, armados de fuzis e metralhadoras, enquanto os estudantes, corajosamente, continuavam a afirmar não temerem a repressão e a garantir a realização do Congresso. Cerca de 30 soldados com





²⁹ Os Estados Unidos invadiram a República Dominicana em 1965, com mais de 41 mil homens, por receio de que aquela ilha se transformasse numa nova Cuba. Posteriormente, foi formada pela Organização dos Estados Americanos – OEA e o Brasil uma Força Interamericana de Paz para legitimar a invasão, da qual o Brasil participou com mais de mil homens

metralhadora foram postados em frente às faculdades de Arquitetura, Engenharia, Filosofia, Medicina, e até mesmo os restaurantes universitários foram fechados.

No dia seguinte, fica claro que os estudantes se reuniriam no Bairro Carlos Prates, no Convento dos Franciscanos. A invasão do convento foi dada como iminente, mas, até aquele momento, a ditadura ainda tinha escrúpulos. Os órgãos de repressão ainda careciam de integração, e os governadores estaduais ainda tinham algum poder. Além disso, era impossível a reunião de dois mil estudantes no Convento, conforme fora prometido pelos estudantes, por razões de espaço.

No dia 30 de julho de 1966, a UNE anuncia que o XXVIII Congresso fora efetivamente realizado em BH. "Estudantes driblaram o Governo", mancheteia o *Jornal Última Hora*.

O novo presidente eleito da UNE era José Luís Moreira Guedes, que ratificou o seu programa de "luta contra a ditadura". Em nota oficial, a UNE afirmou que o Congresso fora instalado com a presença de 300 estudantes, às 20 horas do dia 28 de julho de 1966, conforme o planejado, rapazes e moças procedentes de 13 estados.

De fato, era impossível a realização do Congresso naquele Convento, que fora cedido apenas como alojamento e não dispunha de recinto para abrigar ou reunir o número de estudantes citado pela UNE.

O que aconteceu foi um encontro patrocinado pelas principais forças políticas do movimento estudantil — AP e Polop —, que tinham bases em outros estados do país. A UNE reuniu suas principais lideranças, elegeu sua nova Diretoria e deu o Congresso por realizado. Era a única alternativa que lhe restava, sob pena de mostrar-se derrotada pelos militares.





Quarenta por cento dos delegados eram da AP, que emplacou José Luís Moreira Guedes na Presidência da entidade. Já a Polop de Minas indicou Apolo Heringer como vice-presidente

Em nota oficial encaminhada à redação dos jornais, a UNE afirma:

- Que todo o dispositivo policial (Exército, PM de Minas, SNI, Dops, Cenimar e outros) foi burlado pela vontade dos estudantes [...].
- 2. Que assim ficou cumprido o propósito dos estudantes, que, na hora marcada, na cidade de Belo Horizonte, instalaram e encerraram o Congresso (JORNAL Última Hora, 30 jul. 1966).

O Prior do Convento, no entanto, divulgou nota confirmando que os estudantes realmente se hospedaram ali, mas assegurou que os padres

[...] não presenciaram nenhuma reunião formal e sim apenas conversas em grupo ao pé do ouvido [...] Se os nossos hóspedes quiseram chamar de "Congresso" aquelas conversas, consideramos esta atitude um abuso de confiança neles por nós depositado e por eles explicitamente aceita, bem como um desrespeito à hospitalidade, embora precária, mas caridosamente oferecida (JORNAL Última Hora, 30 jul. 1966).

Para o Governo Estadual, as palavras da UNE soaram como uma humilhação. De fato, pela sua falta de legitimidade e pela cobertura que parte da imprensa deu à UNE, o Secretário de Segurança teve que voltar várias vezes à imprensa, reafirmando insistentemente que o Congresso não se realizara, que a sua realização não passava de uma mentira dos estudantes.

Seus sucessivos desmentidos só fizeram aumentar a importância que a realização do Congresso ganhara junto à

sociedade mineira e brasileira. O movimento estudantil e a UNE saíram fortalecidos e vitoriosos de todo o processo.

Logo depois, o governo inicia uma repressão generalizada ao movimento estudantil, com base no argumento de que somente o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEES) (entidades previstas na Lei Suplicy, subordinadas ao MEC) seriam legais.

As ações de protestos que repudiavam o regime militar se tornaram mais frequentes no meio estudantil e desenrolaram-se ao mesmo tempo em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Belo Horizonte, ficando este período conhecido como Setembrada (FARLEY, 2010, p. 172).

Poerner denomina esse período de:

"O Setembro heroico de 1966": A suspensão das aulas na Faculdade Nacional de Direito, a prisão de 178 estudantes paulistas — 36 dos quais enquadrados na Lei de Segurança Nacional — e as passeatas de protesto em Minas constituíram a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais intensos, agitados e heroicos do movimento estudantil brasileiro (POERNER, 1979, p. 274).

Fato que merece lembrança foi a passeata programada para o dia 16 de setembro de 1966. A concentração se deu na Praça Afonso Arinos, em frente à Escola de Direito e, "logo pela manhã, cerca de dois mil estudantes se preparavam para a passeata quando foram surpreendidos com a ocupação da polícia, que, imediatamente, isolou todas as imediações" (FARLEY, 2010, p. 172).

João Batista dos Mares Guia conta que:

[...] fomos naquela ocasião cercados pela Polícia Militar e pelo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),





na Praça Afonso Arinos. Foi um episódio muito grave, porque chegou a haver aquartelamento militar do Exército por ordem de Brasília. E foi feito um cerco policial pelo Dops liderado pelo Delegado Thacyr Menezes Sia e pela Polícia Militar em torno de toda aquela Praça. E o prédio ficou isolado. Eu me recordo que nós nos entrincheiramos; colocamos as carteiras de todo o prédio, que tem mais de 20 andares, bloqueando todos os acessos até o quarto andar ou quinto da Faculdade de Direito. E nos preparando para a eventualidade de uma invasão, que seria respondida com uma resistência dos estudantes. Isso durou todo o dia. E os dois Reitores, o da (Universidade) Federal, professor Aluísio Pimenta, e o da PUC/MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), o então Bispo Dom Serafim Fernandes, negociaram com Brasília o dia inteiro. Até que na madrugada conseguiram a saída pacífica dos estudantes sob a garantia de que não haveria repressão e de que não haveria prisões, porque as cenas de confrontação foram muito duras e violentas durante boa parte do dia, especialmente no período da manhã (GUIA, 2011, p.5-6).

E mais:

[...] num dado momento o (delegado) Thacyr Menezes Sia foi atingido com uma pedra na testa, perdeu o controle por completo, sacou um revólver enorme e foi contido por um policial. Mas chegou a disparar o revólver contra o prédio da Faculdade de Direito. Então, o clima era muito tenso, e com a possibilidade de uma ação direta do próprio Exército. Saímos de madrugada (GUIA, 2011, p. 5-6).

Thacyr Menezes Sia ficaria tristemente famoso por ser um dos torturadores mineiros de pior fama. A pedrada tinha endereço certo.

A partir dessa data, acirra-se a repressão sobre o movimento estudantil. A sede da UEE mineira é fechada e devolvida à Universidade Federal. No início de 1967, a ditadura coloca a UNE na ilegalidade. Encerra-se um ciclo e abre-se um fosso profundo entre os estudantes e o regime militar, cujas consequências seriam colhidas em 1968.

A POLOP NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Dos sete que foram presos na Rua Atacarambu, apenas Jorge Nahas militava na Polop em 1966. Ele, Jorge Batista e Apolo Heringer eram os membros mais conhecidos do grupo. Até aquele momento, a hegemonia política do movimento pertencia à AP, que controlava diversos Diretórios Acadêmicos além do DCE da UFMG e da UEE, presidida por Luís Carlos da Costa Monteiro.

É a partir de 1966 que o grupo se fortalece. Apolo torna-se vice-presidente da UNE. Jorge Nahas e Jorge Batista foram eleitos vice-presidentes do DCE da UFMG. Maurício Vieira de Paiva seria o secretário-geral da entidade, filiando-se à Polop no final de 1966.

Nos anos seguintes, o grupo dividiria com a AP a hegemonia do movimento estudantil mineiro. Em 1967, Jorge Batista foi eleito presidente do DCE da UFMG. A maioria dos militantes da Polop ingressou naquela organização a partir de 1966. Data desse ano o recrutamento de Ângelo Pezzuti, terceiranista de Medicina, que se tornaria um dos líderes da organização, e de Maria José Nahas e Herbert Eustáquio de Carvalho. No Colégio Estadual, Marco Antônio Meyer elegera-se presidente do Diretório Acadêmico, abrindo caminho para o trabalho de Ageu Heringer Lisboa, irmão de Apolo, além de Dilma Rousseff e Fernando Pimentel. Dilma e Fernando construiriam uma amizade que os uniria por toda a carreira política que seguiriam.

A importância e a necessidade da luta contra a ditadura se tornavam cada vez mais claras para aqueles com vocação para a política.

Na universidade, as condições de ensino eram péssimas e a maioria dos professores tinha outras ocupações, utilizando a sala de aula como complementação dos seus rendimentos.





Predominava o sistema de cátedra vitalícia, que seria substituída mais tarde pela estrutura departamental. O professor catedrático era, na maioria dos casos, desinformado e desatualizado das mudanças que ocorriam no mundo real e dificultava a modernização do ensino.

O acordo estabelecido entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency of International Development (Usaid) deu farto combustível para as organizações de esquerda denunciarem a infiltração imperialista no ensino.³⁰

A rendição sem luta ocorrida em 1964, quando os militares tomaram o poder com extrema facilidade, sem qualquer reação das forças de esquerda, deixava claro que não havia o que esperar dos políticos e dos partidos de outrora, fossem eles quem fossem.

Atitudes como a de Israel Pinheiro, de se acomodar na Arena, após vencer as eleições pelo PSD, só faziam aumentar o desprezo da juventude pelas elites políticas nacionais.

Além da ditadura, o país vivia um longo período de recessão. A Prefeitura e o Estado de Minas encontravam-se falidos, atrasando salários dos funcionários. Uma longa greve dos professores estaduais, liderada por Marta Nair Monteiro, terminou, já em 1967, com a lua de mel que a tradicional família mineira vivia com o golpe de 1964.

A recessão econômica e a ditadura militar eram vistas como faces da mesma moeda. A falta de liberdade política e sindical seria necessária para a superexploração do trabalho, condição para a sobrevivência do capitalismo em nível



³⁰ O acordo MEC-Usaid foi firmado secretamente entre o Brasil e os Estados Unidos. A Usaid assumiu sigilosamente a tarefa de reordenação da educação nacional até que o Ministro Tarso Dutra, ameaçado de crime de responsabilidade pelo então deputado Márcio Moreira Alves, prestou informações ao Congresso Nacional. Visava a vincular o ensino às necessidades das empresas, transformando-o numa fábrica de "gerentes, de técnicos bitolados, de autônomos", nas palavras de Márcio Moreira Alves (POERNER, 1979, p. 233).

mundial. Isso só fazia crescer o papel dos revolucionários, que seriam a vanguarda, ou a direção política do proletariado: "A transformação do proletariado em classe política independente não pode ser confiada à ação espontânea da história", dizia a Polop para fascínio dos seus correligionários. "A criação da classe para si pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da história, a vanguarda revolucionária", o que realçava enormemente o papel do indivíduo na história e a dependência dos operários da ação dos intelectuais (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009, p. 167).

Era como se o destino do país estivesse unicamente nas mãos dessa juventude. Mais que uma opção política, colocava-se uma opção moral: lutar ou resignar-se. Combater ou curvar-se perante a ditadura.

A participação no movimento estudantil funcionava como uma escola política. Embora ativo e desafiador, os limites daquele movimento eram muito claros. A sociedade, os trabalhadores eram meros espectadores das escaramuças que ocorriam nas ruas.

Filiar-se às organizações de esquerda era uma decisão difícil e com muitas consequências. Era um comprometimento que mudaria radicalmente a vida de quem tomasse aquela decisão. Não se tratava de participar de passeatas, jogar pedras e correr da polícia. Significava colocar em primeiro lugar a militância política, mesmo que fosse necessário pegar em armas.

A Polop ministrava um curso inicial de formação, em que eram fornecidas apostilas para leituras de textos de Marx, Engels, Lênin, que serviam para impulsionar a formação política dos jovens militantes. Após o curso, os novos militantes eram agrupados em células — pequenos grupos de trabalho que reuniam, na maioria das vezes, três

militantes. Cada um escolhia seu codinome — o nome de guerra — como uma forma de defesa de sua identidade, caso houvesse quedas.

As células eram assistidas por membros da direção, que participavam das reuniões e organizavam o trabalho. Os militantes tinham várias obrigações, e toda a vida do indivíduo passava a girar em torno da organização. Ela praticamente decidia o destino de todos, e quem não se submetesse era excluído ou rebaixado para a condição de simpatizante.

Uma cópia de ata da Célula 23, do movimento estudantil, relata a vida interna do grupo. Havia discussões políticas, organização das tarefas, distribuição da literatura produzida pela Polop e, mais tarde, pelo Colina, em especial o jornal *O Piquete*, recolhimento de contribuições financeiras. As prisões eventuais e o comportamento dos companheiros detidos eram também avaliados e discutidos.

Célula 23 comunica ao CPM/ME: 1 - O Companheiro Lécio foi rebaixado a simpatizante devido ao baixo nível teórico, à falta de responsabilidade no tocante às tarefas que deveria desenvolver. Prejudicou, inclusive, o plano de estudo elaborado para o período de férias. Depois que passou a simpatizante, não recebeu mais material [...] (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 16, rolo 2, imagem 13, p. 142).

O rebaixamento era uma punição pesada, que atingia moralmente aqueles que não eram considerados aptos a desenvolver tarefas revolucionárias.

A formação teórica e as discussões políticas eram frequentes, para se evitar o ativismo, característica do movimento estudantil, considerado um movimento pequeno-burguês.

Eram discutidos, frequentemente, a linha política da organização, textos marxistas e experiências revolucionárias de outros países. Os militantes herdavam

74

[...] uma série de rituais e símbolos, que formavam a identidade do militante comunista: fé inabalável na revolução; confiança absoluta no ideário marxista-leninista; obediência ao centralismo democrático das organizações; disposição para o aprendizado constante através da chamada crítica e autocrítica, que visava ao aprimoramento constante dos seus membros (LEITE, 2009, p. 20).

O vocabulário dos militantes passou a incluir novas palavras: Ponto significava encontro de militantes em determinado local. Cobrir um ponto era ir àquele encontro. Aparelho era o lugar reservado para as intermináveis reuniões a que se submetiam os militantes. Cair significava ser preso. Desbundar era um termo pejorativo, designando aqueles que abandonavam a luta. Quadro era sinônimo de militante bem preparado; Quedas era a denominação para as prisões ocorridas; Centralismo democrático era o modo como a Polop e outras organizações funcionavam: na prática, queria dizer que era a direção que decidia tudo e as bases tinham que aceitar. Clandestinidade era também uma palavra importante. Ao entrar na sua célula, o militante escolhia o seu nome de guerra, ou codinome. Todos tinham seu nome falso, como uma forma de proteção, caso houvesse prisões. Era um véu muito frágil para compartimentar as células umas das outras. Mas, para quem começava, funcionava como um mistério fascinante, como se fosse o passaporte de entrada para um novo mundo. Intelectuais eram aqueles que tinham muitas ideias, debatiam muito, mas não tinham coragem para ir para o front da luta armada (LEITE, 2009, p. 30).

Havia também o novo vocabulário político. Marxismoleninismo; economicismo; reformismo; foquismo; stalinismo; bonapartismo; trotskismo, maoísmo; imperialismo; subdesenvolvimento; coexistência pacífica; e, sobretudo, uma palavra que sintetizava tudo isso: "Revolução". Era um novo universo cognitivo, com novas fronteiras de conhecimento.

Novos teóricos que surgiam: Paul Sweezy, Paul Baran, Louis Althusser, Gunder Frank, Franz Fanon, entre muitos outros, traziam ideias que nem sempre eram estudadas e absorvidas. A Polop considerava que tinha todas as respostas para fazer a revolução no Brasil.

Os militantes da Polop e das outras organizações deixavam de lado seus interesses pessoais, sua vida particular, seus talentos, suas vocações, sua carreira, e adentravam numa vida turbulenta, de destino incerto. A Revolução valia o sacrifício imposto.

Mesmo com a transformação pela qual o grupo passava, até aquele momento, a Polop ainda era um clube de amigos. Os laços de amizade, fraternidade, afetivos, se sobrepunham a quaisquer outros. Dilma Rousseff e Cláudio Galeno; Maria José e Jorge Nahas; Apolo Heringer e Carmem; Juares e Maria do Carmo eram alguns dos casais que compunham aquele círculo. Ângelo e Murilo eram irmãos. Juntos com sua mãe, Carmela, aderiram à revolução. E, assim, tantos outros que se aproximavam, se relacionavam, pois tinham valores e visão de mundo comuns.

Os militantes se visitavam, e as casas de uns e outros eram conhecidas.

Eu morava no Pilar (Condomínio Pilar) e a Dilma morava no Solar (Condomínio Solar). O Pilar é de frente para a Afonso Pena, mas é perto um do outro. Era um tal, de vez em quando, de aparecer gente lá perguntando coisa. Eu respondia: "Eu acho que você errou de Condomínio, acho que você ia no Solar" (NAHAS, 02 abr. 2005 *apud* LEITE, 2009, p. 103).

Alguns anos mais tarde, essa informalidade iria cobrar um preço alto ao Colina.



Segundo semestre de 1966. O Delegado Thacyr Menezes Sia, com o rosto e a camisa manchados de sangue. Uma pedrada, atirada da Faculdade de Direito, o atingiu. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.



CAPÍTULO IV

O amadurecimento político do grupo e o racha com a Polop

Em meados de 1967, a Polop mineira já era um grupo expressivo. Além de dividir com a AP a hegemonia do movimento estudantil mineiro, tinha presença em várias cidades do interior, como Teófilo Otoni, Ipatinga e Uberaba, terra de Gilberto Vasconcelos, o Giba, que se tornaria uma figura de destaque. O grupo chegou a contar com cerca de 200 integrantes, entre militantes e simpatizantes, em sua maioria estudantes e profissionais liberais recém-saídos da universidade. Os militantes que não eram estudantes, como Cláudio Galeno, Guido Rocha, Badih Melhem, eram, em sua maioria, originários também da universidade.

Havia alguma atuação no movimento operário. Nilmário Miranda se reunia com os marceneiros Otavino Alves da Silva, Milton Freitas e os metalúrgicos Alcides, Ernesto e Jair, em busca da tão sonhada penetração dos marxistas junto ao proletariado.

O grupo editava semanalmente um pequeno jornal, *O Piquete*, que era redigido por Carlos Alberto, o Beto, e ilustrado por Guido Rocha. O jornal era distribuído por toda a área de influência da Polop, inclusive no movimento estudantil.

A PREPARAÇÃO DO IV CONGRESSO DA POLOP

Nacionalmente, a situação da Polop era também favorável. Até 1964, sua influência era exercida, sobretudo, nos meios intelectuais e nos círculos de esquerda. Seus documentos





eram lidos, debatidos, e havia algum intercâmbio de ideias entre intelectuais nacionais e estrangeiros, com visão semelhante sobre o desenvolvimento dos países chamados então de subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil.

O grupo possuía um núcleo sólido de intelectuais, composto por Eder Sader, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e pelo próprio Eric Sachs, que tinham fértil terreno para divulgar suas ideias.

Após o golpe militar, o fracasso da política do PCB torna-se evidente. Toda a esquerda sofre profundas mudanças. Era a hora de a Polop se afirmar perante a esquerda. O reformismo e o trabalhismo saíam de cena. O campo estava livre para a influência dos novos revolucionários.

As explicações da Polop para o fiasco de 1964 recaíam, sobretudo, nos erros do Partido Comunista Brasileiro, que não seria revolucionário, mas reformista. O PCB baseara sua prática em concepções políticas ultrapassadas, originárias do IV Congresso da Terceira Internacional Comunista, realizado em 1928.

A Terceira Internacional fora fundada por Lênin, logo após a Revolução Russa de Outubro de 1917, com o objetivo de levar a revolução socialista aos países capitalistas desenvolvidos da Europa.

O conhecimento da Terceira Internacional sobre os países latino-americanos era ilusório, devido, entre outras razões, à falta de tradição política de esquerda nesses países.

A tendência dos comunistas europeus era reproduzir a visão que tinham sobre a Europa para os demais países do mundo. Segundo essa concepção, o país tinha traços feudais na sua base econômica, que dificultavam o desenvolvimento do capitalismo. Antes da construção do socialismo, seria necessária a realização de uma revolução burguesa, como acontecera em diversos países europeus. Nessa primeira



fase do processo revolucionário, a aliança com a burguesia nacional se impunha. Só após esse momento, haveria lugar para a Revolução Socialista.

Essa doutrina acompanhou o PCB em toda a sua trajetória. A interpretação da situação do Brasil só começou a sofrer alterações a partir da segunda metade da década de 50, no Governo Juscelino Kubitschek, quando o desenvolvimento da indústria brasileira se acelera, transformando a realidade do país.

Outro fator também contribuiu para a mudança do PCB: O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com a revelação dos crimes de Stalin.³¹ Subitamente, ficava claro que a Pátria Socialista, a União Soviética, fora dirigida por um ditador cruel, que submetera o movimento comunista internacional aos interesses da burocracia dirigente da União Soviética.

Dissolvera-se a sacralidade das diretivas emanadas da Terceira Internacional. Não fazia mais sentido interpretar a realidade brasileira à luz de ecos do passado.

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, procura absorver essa nova realidade, porém extrai consequências políticas em outra direção. A revolução continuaria a ser concebida como um processo em etapas. O imperialismo e o latifúndio continuavam a ser os maiores obstáculos ao desenvolvimento. A burguesia nacional se opunha a esses





³¹ Stalin governou com mão de ferro a antiga URSS desde a morte de Lênin, em 1924, até a sua própria morte, em 1954. O culto à sua personalidade foi alimentado por todo o período, à custa de mortes, assassinatos, mentiras e deturpações históricas. Seus crimes começaram a ser admitidos pelo mundo comunista a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Seu sucessor, Nikita Kruschev, pronunciou, naquele Congresso, longo discurso, enumerando os crimes cometidos por Stalin. A denúncia chocou e desorientou comunistas de todo o mundo, que acreditavam piamente nas mentiras construídas em torno de Stalin.

dois aliados e ainda teria um papel histórico a cumprir. A aliança dessa classe com camponeses, trabalhadores urbanos e rurais e a burguesia nacional ainda seria necessária.

A mudança principal acontece com a absorção progressiva pelo PC das ideias da democracia. O PC procura tornarse cada vez mais um partido político institucionalizado, em busca de espaços na sociedade civil, no parlamento, nos sindicatos, na imprensa, buscando demonstrar que lutava pelo desenvolvimento nacional e pela paz. A luta armada e a derrubada do Governo por uma revolução popular foram, na prática, abandonadas. Eram incompatíveis com o perfil de um partido que se submeteria às regras do jogo político eleitoral.

Após o Golpe de 1964, o PCB só reúne seu Comitê Central em maio de 1965. Nessa reunião, ao invés de esboçar qualquer autocrítica, o Comitê Central referenda a linha do IV Congresso — a via pacífica para a Revolução — que teria sido mal aplicada. O Golpe de 64 é explicado por "desvios de esquerda" dentro e fora do PCB.

Sua direção é preservada, os críticos, sufocados. Estava aberto o caminho para a desintegração do Partidão.

A DIÁSPORA DA ESQUERDA

Talvez confirmando os prognósticos da Polop, o Partido Comunista Brasileiro começa a se espatifar já em 1965, com as dissidências do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e, em seguida, com a formação da ALN³² de Carlos Marighella e do grupo mineiro que se denominava Corrente, que se alinhou com Marighella.

³² Principal dissidência do PCB, encabeçada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Toledo.

O PCB perde mais da metade dos seus quadros, que saem em busca de novos caminhos e alternativas para a Revolução.

O quadro ao final deste capítulo dá uma ideia da miríade das organizações de esquerda no Brasil, naquele período.

Além da desintegração do PCB, o MNR³³ de Brizola também se desintegra, especialmente após o fracasso de Caparaó.³⁴

É nesse momento que a Polop prepara seu IV Congresso, procurando firmar-se como uma alternativa para toda a esquerda brasileira.

Porém, mesmo dentro da Polop, não havia consenso. E a polêmica começava por Minas Gerais.

O INÍCIO DA POLÊMICA EM MINAS

Ao invés de tornar-se um polo de aglutinação das esquerdas em plena desagregação, a direção da Polop acaba por tornar-se também alvo de críticas dos seus militantes.

A polêmica em Minas foi iniciada pelo veterano Guido Rocha, em um artigo publicado pela revista *Mosaico* do





³³ Grupo político nascido após o golpe de 1964, originário da articulação dos exilados em torno do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Responsável pela fracassada guerrilha de Caparaó, que foi desmantelada em abril de 1967.

³⁴ O foco de Caparaó começou a ser organizado ainda em 1966, na região do Pico da Bandeira, por Bayard Boiteux e diversos grupos de ex-sargentos e marinheiros. Quatorze militantes se deslocaram para a região, porém ficaram totalmente isolados, sem munição, alimentos, armas e remédios. Cinco militantes se retiraram do local e os demais foram presos em 03 de abril de 1967, pela Polícia Militar mineira, sem disparar um só tiro. Outra tentativa também foi desbaratada em Uberlândia. O fracasso de Caparaó desmantelou o MNR, grupo ao qual o ex-governador gaúcho estava ligado, e pôs fim à sua relação com os cubanos (Ver RIDENTI, 2010, p. 31; GORENDER, 1987, p. 124).

DCE da UFMG, na edição de 08 de agosto, ainda no ano de 1966, intitulado "Por uma Assembleia Nacional Constituinte". "Ilustrado pelo cartunista Henfil, o artigo conclamava os universitários do Brasil a empunhar a bandeira da Constituição, rasgada pela ditadura militar" (CHACEL, 2012, p. 53). Isso aconteceu ainda em 1966, quando o grupo iniciava sua rearticulação em Minas.

A proposta de Guido era baseada apenas na sua intuição política, mas vislumbrava um caminho de combate à ditadura que unificasse todos que eram contra o regime: da oposição liberal aos socialistas. A luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte permitiria utilizar os espaços ainda existentes na imprensa e nos partidos convencionais. A opção pela luta armada não era sequer cogitada. Guido Rocha, apesar de pertencer ao Colina, sempre foi contra qualquer forma de luta armada porque achava que sua deflagração deveria ser cuidadosamente preparada, para que não fosse uma aventura.

Para Ernesto Martins, a proposição era um grande retrocesso. Significava aceitar as regras da democracia burguesa; submeter-se à luta política convencional. Sobretudo, surgia como uma proposição de aliança de classes — setores dissidentes da burguesia e o proletariado — contra a ditadura.

Ao invés de colecionar aliados contra a ditadura, era melhor tê-los em menor número e sob a liderança dos partidos de esquerda. Isso era o oposto de tudo que era defendido pela Polop até então.

Martins passa a visitar semanalmente seus pupilos em Minas, travando acirradas discussões com Carlos Alberto, Inês Etienne, Guido Rocha e Régis Gonçalves.

A proposição de Guido era realmente larvar, ingênua, mas colocava uma questão essencial: O que fazer e como lutar naquele momento?

As discussões sobre a linha política da Polop abrem os olhos de boa parte dos militantes mineiros sobre as limitações da tática política esboçada pela organização. Até então, o grupo teria se limitado a criticar o reformismo. Agora, era necessário dar um passo à frente.

Para eles, o momento político exigia muito mais do aquilo que a Polop propunha.

Guido começou a discussão. "Atirou no que viu e acertou no que não viu":

O livro de Debray³⁵ causou grande impacto. A pessoa que mais resistiu foi o Guido. Ele foi o paladino da luta pela Constituinte e, naquele embalo, embarcou conosco na continuidade da disputa com a direção ortodoxa da Polop. Quando nós já migrávamos na direção do militarismo, ele se deu conta: "Opa! Criei um monstro!" "Guido sempre fora contra a luta armada e acabou isolado dentro do grupo, embora tenha permanecido no Colina até partir para o exílio", afirmou Jorge Nahas (CHACEL, 2012, p. 55).

Mas não fora ele o principal responsável pela transformação do Colina. A Revolução Cubana já sacudira toda a América Latina. Beto já visitara Cuba com Élvio Moreira, também veterano da Polop, em 1962, quando entrara para a universidade e voltara maravilhado com o que vira.

A experiência da Revolução Cubana fora transformada em inovação teórica e metodológica por Régis Debray, que publicara um pequeno livro intitulado *A revolução na revolução*, sucesso imediato em toda a América Latina.

Debray era francês, colega de Louis Althusser e se apaixonara pela Revolução Cubana desde 1961, quando assistira à grande campanha de alfabetização em Cuba e visitara vários países da América Latina. Voltara a Cuba em 1965

³⁵ A revolução na revolução, livro de Jules Régis Debray, escrito em 1967.

e, em janeiro de 1967, a Casa de Las Américas, editora de Cuba, publica seu livro *A revolução na revolução*, causando furor nos círculos políticos da América Latina e da Europa.

Debray não ficou só na teoria: uniu-se a Ernesto Gueva-ra³⁶ e foi fazer guerrilha nas selvas da Bolívia, onde acabou preso ao final de 1967. Dialogava não só com os revolucionários latino-americanos, mas também com seus colegas europeus. Suas considerações ecoaram na Europa, chegando ao Secretariado Unificado da Quarta Internacional Trotskista, sediado em Paris e comandado pelo belga Ernest Mandel, que aderiu às suas teorias. Mandel era um intelectual de sólida formação, que contribuiu enormemente, com suas análises, para desvendar os rumos do socialismo e do capitalismo no século XX. Mas não resistiu ao fascínio da Revolução Cubana.

Seu exemplo e, principalmente, o de Guevara, era uma referência de heroísmo e coragem para toda a juventude.³⁷

Em meados de 1967, Fidel passou a propor uma ação continental, com todas as esquerdas, que deveriam marchar juntas na Organização Latino-Americana de Solidariedade — Olas —, como parte de uma estratégia do governo





³⁶ Ernesto Guevara, médico argentino, foi, juntamente com Fidel, um dos líderes da Revolução Cubana. Lutou a guerra de guerrilhas em Cuba e, depois, retirou-se daquele país em busca de novas aventuras revolucionárias. Morreu em 08 de outubro de 1967, nas selvas bolivianas.

³⁷ Debray criticava não apenas os partidos comunistas da América Latina, que julgava inúteis para a Revolução. Disparava sua metralhadora também contra cantos insuspeitos: "O trotskismo dá uma grande importância ao caráter socialista da Revolução, ao seu programa futuro e gostaria que o julgamento (da sua ação) fosse baseado nesta questão puramente fraseológica, como se declarar mil vezes que a revolução deve ser socialista lhe ajudasse a nascer. Mas o nó da questão não é teórico: reside nas formas de organização através das quais se realizará a 'Revolução Socialista'" (DEBRAY, Jules Régis. *A revolução na revolução*. Cadernos da Revista Casa de Lãs Américas Havana, 1967. p. 20). Suas palavras foram ouvidas, como se pode observar.

cubano de defender e apoiar movimentos de luta armada e guerrilheiros em todo o mundo.

A estratégia de luta esboçada pela Polop não mais serviria aos interesses dos revolucionários. Essa polêmica foi levada pelos militantes mineiros ao IV Congresso da Polop, realizado em setembro de 1967, no Rio de Janeiro.

Participaram desse Congresso 30 militantes e, entre eles, toda a velha guarda de Minas: Carlos Alberto, Inês Etienne, Badih Melhem, Apolo Lisboa, José Aníbal Peres de Pontes, além de Ângelo Pezzuti e Edson Lourival, militante oriundo da Fafi.

Havia pelo menos três posições diferentes da linha oficial, refletindo a falta de credibilidade das propostas da direção do grupo sobre a sua base militante, inquieta pelo que via acontecer no Brasil e no mundo.

Guido chegou com sua posição: um governo nacionaldemocrático, com base na luta por uma constituinte democrática e soberana. Os militantes do Rio defendiam a centralidade da luta contra o imperialismo, e uma ala de São Paulo se opunha à proposta de governo de transição, elaborada pela direção da Polop, e propunha a luta direta pela ditadura do proletariado.

Durante o Congresso, houve uma reviravolta. Os mineiros substituíram a tese inicial por outra, de conteúdo foquista.³⁸ A oposição da Guanabara seguiu o mesmo caminho. O debate no Congresso acabou ficando polarizado entre uma ala militarista, defendida pelos mineiros, e outra oficial, com foco no peso do proletariado urbano no processo revolucionário. Seus mentores se colocavam como pensadores da revolução.



³⁸ Instalação da guerra de guerrilhas na área rural do país por intermédio de um pequeno grupo de combate, chamado de foco guerrilheiro.

Porém, mesmo unidas, as frações internas foram derrotadas. Foi aprovado, então, em votação final, o documento oficial da Polop, defendido pelo núcleo central da direção, denominado Programa Socialista para o Brasil.

As três alas unidas conseguiram 14 dos 30 votos possíveis e saíram insatisfeitas com o Congresso, acusando a direção da Polop de realizar manobras oportunistas. Bases de Minas, Guanabara, São Paulo e militantes de todo o país se retiraram da Polop.

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL

O documento aprovado naquele Congresso, denominado "Programa Socialista para o Brasil", era imponente, bem elaborado, bem informado, revelando a sólida formação teórica dos seus autores, mas pobre em formulações políticas práticas que servissem para orientar o trabalho dos militantes.

Faz uma análise do cenário internacional, que seria marcado pelo conflito entre o mundo socialista, composto pela extinta União Soviética, pela China e por Cuba, e o sistema imperialista, liderado pelos Estados Unidos. A humanidade estaria vivendo a época do confronto final entre o "velho" regime capitalista e as forças que lutavam pelo socialismo.

A Revolução não seria um sonho distante. O socialismo, no Brasil, era a única opção para a superação definitiva do estado de miséria e opressão reinante no país.

No Brasil, o imperialismo seria articulado com a burguesia nacional e com o latifúndio, tornando inevitável o caráter socialista da Revolução Brasileira. Tais alianças estariam bloqueando o desenvolvimento do capitalismo no país, o que levaria à crise capitalista que se estava presenciando. Essa crise levaria à intensificação da exploração sobre a classe





trabalhadora e à concentração e centralização de capitais, tornando presentes e atuais as tarefas revolucionárias.³⁹

Após longa análise, que consome a maior parte do documento, o grupo propõe a formação de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, que sucederia o Governo burguês-imperialista existente no Brasil. O país passaria a ser governado por uma frente de trabalhadores da cidade e do campo, que implementaria um programa de nove pontos. 40

Para adentrar esse caminho, seria necessária a formação do Partido Revolucionário da Classe Operária, como resultado da fusão da teoria marxista (que a Polop deteria) com o movimento operário vivo. Essa seria a função principal do grupo.

Ao final, sem muita articulação com o texto, surge a Guerra de Guerrilhas, que seria deflagrada

[...] em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes oprimidas (REIS FILHO, 1985c, p. 115).





³⁹ As formulações da Polop foram elaboradas sobretudo por Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra. Outros autores, como André Gunder Frank, Michel Lowy, que mantiveram contato com o grupo, também abordaram o tema. Caio Prado Júnior, vinculado ao PCB, sistematizou a questão de forma definitiva, no livro *A revolução brasileira*. Como sequência dessa linha de pesquisa, existe também um conjunto de teses denominado "Teoria da dependência", que acirrou o debate sobre as características do capitalismo brasileiro, defendendo a possibilidade do seu desenvolvimento e expansão, apesar das suas debilidades estruturais. A esse respeito, consultar: LEAL, 2013, p. 140-144 e RIDENTI, 2010, p. 35.

^{40 1.} Destruição final das atuais forças armadas; 2. nacionalização da terra; 3. liquidação do latifúndio; 4. completa liberdade de organização e expressão para os trabalhadores; 5. política externa anti-imperialista e de solidariedade aos movimentos revolucionários; 6. retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa; 7. convocação de um congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime; 8. combate à carestia; 9. medidas para elevação do nível de vida do povo (REIS FILHO, 1985c, p. 111).

A meta real da Polop seria a formação de um Partido Revolucionário sob sua direção, unindo segmentos de esquerda com setores proletários. O foco surge como uma complementação do modelo soviético de revolução, baseado em uma insurreição urbana, precedida da organização de um partido operário e da formação dos sovietes. Era uma concessão teórica às pressões vividas naquele momento, mas nunca seria entendida como uma nova e criativa maneira de fazer revolução, tal como preconizava Debray e seus seguidores.

Seu programa era bem elaborado, mas sua implementação era muito difícil. A Frente da Esquerda Revolucionária, em torno dos princípios programáticos do grupo, não era bem-vista pelos militantes de outros partidos. O PCB tinha forte tradição histórica, presença nos meios artísticos, intelectuais, sindicais e sólida base militante. Havia cerca de 20 mil militantes na sua órbita em 1964 e, entre eles, quadros políticos como Carlos Marighella, Joaquim Câmara Toledo, Mário Alves, Jacob Gorender e tantos outros, cuja vida fora inteiramente dedicada à Revolução.

Ao saírem do PCB, tinham seus próprios projetos e constituíram seus próprios partidos, trilhando seus próprios caminhos, fortemente influenciados pela Revolução Cubana. Optaram pela luta armada para a derrubada da ditadura, sem, contudo, abandonarem toda a base teórica herdada do PCB.

Alguns trechos dos documentos da ALN demonstram o cansaço, a desilusão com a vida burocrática do PCB, as reuniões incansáveis, as táticas políticas mirabolantes e a falta de resultados práticos:

Os nossos métodos e formas de organização são subordinados à ação revolucionária e nada aceitamos que possa entravar os limites desta ação. Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática [...] (REIS FILHO, 1985b, p. 217).





E, mais adiante: "A nossa função principal não é fazer reuniões, e, sim, desencadear a ação, para a qual se exige sempre rigoroso planejamento" (REIS FILHO, 1985c, p. 111).

Para eles, a Polop era apenas um grupo de intelectuais, referência teórica, e isso significaria mais reuniões, debates, congressos, e pouca ação.

Além disso, as críticas feitas pela Polop ao PCB deixaram marcas amargas. Gorender, intelectual do PC, com uma vida inteiramente dedicada à revolução, se sentia pessoalmente atingido e não via nenhuma coerência nas formulações da Polop. Ao referir-se ao Programa Socialista para o Brasil, aprovado pela Polop no seu IV Congresso, afirma:

Num brevíssimo parágrafo, o golpe militar foi explicado pela necessidade das classes dominantes de "...manter os seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia". Ora, este movimento popular, centrado na luta pelas reformas de base, era alvejado pela Polop antes do golpe. Cabia uma autocrítica cuja ausência se explica: se fosse feita, obrigaria à revisão dos próprios fundamentos doutrinários (GORENDER, 1987, p. 128).

Além disso, a Polop não conseguia praticar seu próprio programa e aproximar-se do movimento operário para dotar os trabalhadores urbanos de consciência de classe. Não bastava apenas afirmar que o caráter da revolução era socialista e que as alianças com a burguesia eram nocivas ao proletariado.

Não era tão fácil divulgar o marxismo no interior da classe operária e fazer com que, aos poucos, as lutas econômicas assumissem um caráter político e revolucionário. O ponto central de uma tática sindical deveria ser a formação de Comitês de Empresa como órgãos representativos dos operários. "Tem que começar a levantar os problemas de emprego, condições de trabalho, salários, situação social do operário frente ao mestre e ao patrão, para chegar



91

à situação política" (CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009, p. 92).

Havia uma limitação estrutural: a base operária da Polop era quase inexistente. Suas palavras de ordem eram quase que somente propagandísticas e caíam no vazio.

Eric Sachs revela seu desespero com a situação:

O número de operários na organização, os problemas levantados pela nossa agitação e propaganda, etc., tornam evidente que ainda não enfrentamos o problema cardeal. Significa que a Organização toda, em suas seções e células, ainda não enfrentou a questão fundamental da nossa linha estratégica, a da formação de uma vanguarda política da classe operária. Significa que persistimos no dualismo pequeno-burguês, da verdade teórica e do empirismo prático (SACHS apud CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009, p. 95).

AS CRÍTICAS DO COLINA

Os dissidentes, retirando-se do Congresso, redigem a "Carta Aberta aos Revolucionários", acusando a Polop de ter um programa constituído de frases feitas e contrassensos, que abusa da estratégia e abandona a tática.

A Polop surgiu propondo ser uma alternativa ideológica ao reformismo; propôs constituir-se em centro de irradiação do marxismo; propôs divulgar os clássicos, voltando aos princípios da análise de classes; propôs combater o reformismo no campo que lhe era mais imediato — o das ideias. Por falta, no entanto, de uma concepção correta que orientasse a sua ação, esta limitou-se à influência ideológica em parcelas da esquerda e à tentativa de radicalização de posições em algumas organizações de massa (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1967, pasta 16, subpasta 2, rolo 2, p. 2-4).

Para aqueles que saíam, o ponto central seria a defesa da prioridade da deflagração da luta armada sem demoras.



Uma nova era se inaugurava. O futuro Colina dava seus primeiros passos de forma independente. O grande desafio era não repetir os erros da Polop e sair rapidamente da teoria para as armas. Uma grande aventura estava se iniciando.

QUADRO: Esquerdas armadas e suas matrizes (1960-1974)

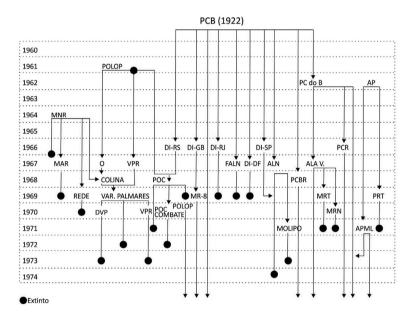


Diagrama: O nome e a origem das organizações de esquerda. A linha da Polop demonstra a origem independente do grupo. O destino do Colina une-se, em 1969, ao da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Fonte — Diagrama elaborado por Daniel Aarão Reis Filho e revisto por Marcelo Ridenti. *História do Marxismo no Brasil*, v. 6, p. 136.





93





CAPÍTULO V

Minas começa a ferver

Enquanto os militantes do Colina discutiam, grandes novidades surgiam em Minas e no Brasil. Costa e Silva toma posse como o novo Presidente da República a 15 de março de 1967, tendo como vice o mineiro Pedro Aleixo.

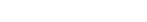
Procurava diferenciar-se de Castelo, fazendo movimentos políticos surpreendentes. Tentava distanciar-se da imagem do ditador latino-americano típico e ensaiava modificações tanto na política econômica quanto no cenário político e sindical.

Colocou o paulista Delfim Netto como seu Ministro da Economia, sinalizando que queria desenvolver o país para aproximar os setores médios do seu governo.

Nomeou Jarbas Passarinho como Ministro do Trabalho para abrir fronteiras de diálogo com os trabalhadores. As intervenções em diversos sindicatos foram suspensas e novas eleições foram convocadas. Em Minas, Antônio Santana e Homero Guilherme foram eleitos presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos e Bancários, ambos com grande tradição de luta.

Os golpistas de 1964 estavam se dividindo. Carlos Lacerda reunia na Frente Ampla políticos que se sentiam alijados da cena política do país, ainda mais após a dissolução dos partidos políticos existentes, por força do Ato Institucional II, que acabara com as eleições diretas à Presidência da República. Lacerda, Juscelino, João Goulart, Magalhães Pinto se irmanavam nas críticas à ditadura, lamentando o poder que tinham perdido.

Ninguém poderia prever que o vulcão de 1968 estava prestes a explodir.



A GREVE DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS

Terminado o governo de Castelo Branco, Israel Pinheiro agraciou seu ex-vice-presidente, José Maria Alkmin, com a Secretaria Estadual de Educação, na qual deveria lidar com uma situação complexa: crônicos atrasos de pagamento dos salários dos professores, que, em alguns casos, chegavam até seis meses.

Marta Nair Monteiro, então presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APP-MG), deixou seu testemunho da situação:

Novembro de 67. Professores e funcionários efetivos, mestres contratados, substitutos, recém-nomeados e rurais com seus pagamentos atrasados, acumulados do governo Magalhães Pinto para o de Israel Pinheiro: dois a seis meses na Capital e até em 22 meses no interior. Cartas e mais cartas que provocavam lágrimas. Agiotas comprando os ordenados com desconto de até 40%. O comércio já não fia alimentos (MONTEIRO, 1991, p. 173).

Essa situação não poderia perdurar por muito mais tempo. A APP-MG decreta greve, denominada "Greve Santa", convocando os professores a não retomarem as aulas no início do ano letivo, em meados de fevereiro de 1968. O Dops, por meio dos delegados David Hazan e Thacyr Menezes Sia, ambos de triste memória, se envolvem nas investigações e táticas intimidatórias ao movimento.

O Sr. David Hazan confirmou que a líder das professoras vai ter que responder na Justiça Militar "pelo crime de haver infringido o art. 33, inciso V, da Lei de Segurança Nacional [...]" O enquadramento oficial da professora só sai depois que algumas diretoras, inspetoras e professoras do interior que já foram convocadas para prestarem também depoimento no DOPS de Belo Horizonte [...] (MONTEIRO, 1991, p. 175).





Tratava-se de um movimento majoritariamente feminino, levado à frente por professoras e normalistas, oriundas, na sua maioria, de colégios de freiras, onde eram preparadas para alfabetizar e transmitir valores cristãos. Esta fora uma opção feita pela Igreja já no início do século, quando a República rompe com a instituição do padroado e torna o Estado brasileiro laico. Boa parte das professoras constituía uma classe média que formava a "tradicional família mineira", que, em 1964, engrossara as fileiras de manifestações como a "Marcha da Família com Deus pela Propriedade", realizada em maio de 1964.

O movimento acaba por gerar protestos nas ruas de BH, resultando em uma passeata do chamado "Movimento Popular" ou "Minissaias".

Apesar das advertências policiais, a manifestação se realizou, constituindo um espetáculo deprimente para o governo: a manifestação foi dissolvida a jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo, obrigando-as a se refugiarem no Palácio Episcopal e no Instituto da Previdência (MONTEIRO, 1991, p. 190).

Em Belo Horizonte, 237 grupos escolares paralisaram. O movimento se espalhou por quase todo o interior, onde os atrasos de pagamento eram mais sentidos, alcançando mais de 126 cidades. Teve também uma repercussão intensa em outros estados do Brasil.

Dona Marta nunca politizou o movimento. Manteve-o com um objetivo bem definido: receber os atrasados, e circunscreveu-o a um embate salarial com o Governo Estadu-al. Perseguida pelo Dops, ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, respondeu: "Por que o governo não é enquadrado na Lei?", perguntou ao delegado. "Afinal, ele é o grande e único responsável por tudo que aí está. Ele não cumpre seu mais elementar dever de empregador,





qual seja o de remunerar o serviço prestado" (MONTEI-RO, 1991, p. 187).

O então Secretário de Educação, José Maria Alkmin, conhecido por suas habilidades verbais e capacidade para desdizer o que acabara de dizer, também fazia sua parte. Convocava contratados e substitutos e fazia pagamentos localizados aos professores, em especial, na Capital. Pela imprensa, declara, aos quatro ventos, que não havia atraso de pagamento, o que leva Dona Marta a procurar, como medida extrema, o General Gilberto Pessoa, diretor do SNI, pedindo-lhe que investigasse o atraso: "Mas o Secretário de Educação não sai da televisão, dizendo que o pagamento não está atrasado. A senhora tem provas?" "Tenho general, o senhor pode mandar buscá-las na Associação" (MONTEIRO, 1991, p. 183).

Logo depois, relata Dona Marta,

[...] sou chamada pelo líder do Governo e começam os entendimentos entre a presidente da Associação e os deputados Homero Santos e Gerardo Renault [...] O pagamento dos atrasados seria feito com o seguinte critério: até seis meses de atraso, pagar o mês vencido e um atrasado; para as demais cidades, pagar-se-ia o mês vencido e dois atrasados, sem interrupção sob qualquer pretexto (MONTEIRO, 1991, p.183).

Selado o acordo para o final do movimento, a APP-MG fez questão de enviá-lo ao Dops, ao SNI e ao Cenimar, para deixar bem claros os seus termos. Se o Governo do Estado o infringisse, seria o Governador, não a APP-MG, que estaria desobedecendo à Lei de Segurança Nacional.

O fim da greve valeu a Dona Marta a acusação de "traidora e adesista", feita por outras professoras, que desconfiavam que o acordo não fosse cumprido.

O Piquete captou a importância do que estava acontecendo:

As professoras estão na rua, angariando apoio e dinheiro para sua luta. Depois da vitoriosa passeata ao Palácio, quando as mestras foram espancadas pela polícia, está marcado para hoje, dia 02 (de outubro de 1967), o Dia do Protesto (O PIQUETE, n. 39, ano 3, 02 out.1967).

E mais: "o Governo (mineiro) está fazendo as maiores ameaças através do Secretário 'revolucionário' José Maria Alkmin e do Secretário de Segurança José Ferreira Gonçalves, o torturador de mulheres" (O PIQUETE, n. 39, ano 3, 02 out.1967).

A APP-MG não se posicionava contra a ditadura, nem mesmo contra o Governo estadual. Suas reivindicações eram específicas, voltadas contra o atraso de pagamento. Mesmo assim, sua politização era inevitável. Sob ditadura, qualquer mobilização de massas torna-se uma ameaça.

A importância social e política não pode ser relegada. Era uma demonstração inequívoca da erosão da base de apoio ao regime militar. Mesmo tímida, com uma liderança cautelosa, prudente e que fazia questão de colocar-se como membro da ordem vigente, seu significado ia muito além das palavras da sua líder. Eram os primeiros prenúncios de um ano que ainda traria muitas surpresas.







CAPÍTULO VI

Estudantes e sindicatos esquentam os motores

O ano de 1968 começou muito comemorado pela cidade. BH dava sinais inequívocos de estar se tornando uma metrópole. A vida noturna expandiu e se fortaleceu ao longo de 1967, com a abertura de bares, restaurantes e casas de chope, com nomes sugestivos, como Don Quixope, Garimpo, Bernardão e Bernardinho, Chez Bastião, Le Chat Noir, Fontana di Trevi, Garraphão, Stilingue, Candelabro e Xamego. No Maletta, proliferavam os inferninhos, e a Cantina do Lucas já se encontrava aberta, recebendo intelectuais e jornalistas, que frequentavam a Imprensa Oficial do Estado ou o jornal *Estado de Minas*, localizados nas proximidades.

"Hoje em dia, a maioria da população da cidade não troca nunca – como fazia habitualmente até o ano passado – um programa de televisão debiloide e pseudo-humorístico por um bate-papo num dos nossos restaurantes, comendo um excelente filé ou apenas tomando um choppinho gelado, mas num ambiente em que tudo é festa e contagiantemente alegre", comemorava o *Jornal Última Hora* com certo exagero (JORNAL Última Hora, 05 jan. 1968).

O jornal relatava também a internacionalização do modo de vida do belorizontino.

O mineiro, tradicionalmente conservador, aprendeu a dançar o bugulu, o iê-iê-iê, o *strik* e está hoje por dentro das últimas novidades da música popular de todo o mundo. Canta os mais recentes sucessos dos Beatles, dos Rollings Stones, dos The Mamas and the Papas, de Chris Montez e de Johnny Halliday. Aderiu à moda *hippie*, usa roupas estampadas com cores vivas e brilhantes.





E tem outros gostos que a Tradicional Família Mineira, por mais que tente, não consegue mais gostar (JORNAL Última Hora, 05 jan. 1968).

Para aquele órgão da imprensa, Belo Horizonte descobriu que já seria uma cidade adulta, com mais de um milhão de habitantes, comparável, em termos relativos, às grandes metrópoles do Rio e São Paulo.

Essas mudanças de comportamento refletiam o acelerado processo de transformação pelo qual passou BH durante as décadas de 50 e 60. O ar metropolitano escondia uma cidade de migrantes, egressos de pequenas cidades do interior, ou mesmo da área rural, mantendo, pela primeira vez, contato com os ares da cidade.

Entre estes, estavam os estudantes universitários, que vinham do interior estudar na capital. Seu número chegava a 15 mil alunos. A maioria deles encontrava-se nas universidades públicas, criadas a partir da reunião de institutos isolados de ensino superior (MARTINS FILHO, 2007, p. 187).

Vinham, em grande parte, de cidades do interior, como Araxá, Muriaé, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Rio Acima, e viviam em repúblicas ou em casa de parentes.

Para quem chegava, o choque social e cultural era imenso. Tudo que fora aprendido durante a infância e adolescência, incluindo valores éticos, religiosos e morais, seria sacudido pelo ingresso em um ambiente com vida cultural intensa, liberdade política e uma teia totalmente nova de relacionamentos pessoais. A ascensão social dos seus pais permitira o término do curso ginasial e o acesso à universidade. Ser universitário era uma mudança incalculável na vida, e poucos conseguiam aprovação no vestibular. A vida parecia lhes sorrir. Ter curso superior era garantia segura de sucesso em uma sociedade em que a formação universitária era privilégio de poucos.



Esse sonho era visto como uma passagem quase automática para uma confortável vida futura.

Ao mesmo tempo, os calouros começavam a desenhar os seus próprios caminhos. Os espaços políticos do movimento estudantil já estavam totalmente ocupados pelas organizações de esquerda. Ao contrário do que acontecia no resto do país, havia ampla liberdade nas universidades, a ponto de um dos líderes estudantis, Waldo Silva, declarar, no IPM comandado pelo Coronel Medeiros, sobre as manifestações ocorridas à época, que morava na sede do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia.

A UEE era dirigida pela AP, tendo como presidente seu militante Raimundo Ferreira. Contava ainda com a participação de militantes do Colina, que, mais tarde, ficariam bastante conhecidos: Erwin Rezende Duarte, o Tião, então com 20 anos, recém-ingresso na Faculdade de Medicina, que trancaria sua matrícula para se dedicar à Revolução, e João Batista dos Mares Guia, um dos maiores, senão o maior, líder estudantil mineiro. A eleição fora livre e direta e votou quem quis, apesar de a entidade não ser mais considerada legal. O DCE era presidido por Jorge Batista, vinculado também ao Colina, que controlava os Diretórios Estudantis das Faculdades de Medicina, Veterinária e da Face.

A imprensa universitária era rica e variada. Havia o jornal *PH7*, do DA Medicina, *Jornal Liberdade*, do DA Fafi, *Jornal Manifesto* e revista *Mosaico*, ambos do DCE/UFMG. O famoso e já falecido cartunista Henfil era o chargista oficial do jornal do DA Face, onde estudou seu irmão Betinho.

Os calouros se deparavam com ideias políticas das quais muitos nunca tinham ouvido falar. Nas universidades, circulavam livros de Che Guevara, Debray, Mao Tsé-Tung, Lênin, Marx, além de outros pensadores contemporâneos,





como Herbert Marcuse, Paul Sweezy, Louis Althusser.⁴¹ As organizações de esquerda tinham sua própria imprensa e distribuíam de maneira discreta e seletiva revistas e artigos dos seus próceres, com análises da situação política nacional e internacional.

A vida cultural das faculdades também era intensa. Na Faculdade de Medicina, havia o Show Medicina, uma espécie de teatro amador que existe até hoje, cujas apresentações tinham forte conteúdo político e alguma repercussão na imprensa local. No ano de 1968, o show foi escrito e dirigido por Herbert Eustáquio de Carvalho, o Daniel, também estudante de Medicina, que se tornaria membro destacado do Colina e da VPR. 42 Cultura e política andavam de mãos dadas. Os calouros eram bombardeados com uma chuva de novas ideias pouco disseminadas na sociedade, que forneciam uma visão articulada e convincente da situação do país e do mundo como um todo. Entretanto, a maioria dos entrantes se chocava com uma universidade cujo ensino decepcionava profundamente e deixava os calouros inseguros até mesmo sobre o seu êxito como profissionais.

A insatisfação dos estudantes, principalmente os calouros, era enorme, em especial, com a estrutura da universidade, com o sistema de cátedras, já combalido e decadente pela instituição do sistema departamental, mas que gozava ainda





⁴¹ Mao Tsé-Tung foi o líder da Revolução Chinesa, ocorrida em meados do século passado, na China. Marcuse foi autor de diversos livros polêmicos, que analisavam em profundidade a chamada Civilização Industrial. Paul Sweezy era norte-americano e escreveu diversos livros sobre as características e peculiaridades do capitalismo na sua fase monopolista. Louis Althusser, de quem Debray foi discípulo, era um filósofo que propunha uma releitura do pensamento marxista, fazendo uma profunda diferenciação entre o que chamava de jovem Marx e de Marx.

⁴² Vanguarda Popular Revolucionária. Grupo político também originário da Polop, cuja base principal era São Paulo.

de certa autonomia nas universidades. O professor catedrático tinha seus auxiliares, para os quais a profissão era um bico.

No relatório final da comissão formada para a análise dos incidentes que ocorreram na Escola de Medicina no início do mês de maio do ano de 1968,⁴³ pode-se ler:

É impressionante como os estudantes ouvidos se queixam do ensino. A grande maioria se queixa do mau aprendizado, de deficiência do corpo docente, de aulas práticas não satisfatórias, de má distribuição horária e de restrição do curso para cinco anos (LEITE, 2009, p. 172, nota 554).

A crise pela qual passava a universidade era analisada pelas lideranças estudantis como uma estratégia urdida pelos militares para americanizar o ensino brasileiro, racionalizar seus custos e aproximá-lo das necessidades das empresas privadas. O instrumento para isso seria o chamado Acordo MEC-Usaid, assinado sob sigilo em 1967 pelo então Ministro da Educação, Tarso Dutra. O Convênio do Ministério da Educação e Cultura com a Agência para o Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos — o Acordo MEC-Usaid — era sistematicamente denunciado como prova de que o governo militar queria privatizar a universidade pública e implantar o ensino privado.

O círculo se fechava: a crise universitária era consequência da intenção do governo em aproximar o ensino público das empresas e subordiná-lo aos interesses do imperialismo americano. Dessa forma, a vinculação da precariedade das instituições de ensino com a política educacional do governo e com o regime ditatorial era espontânea e imediata.

Essa visão era comum tanto à AP quanto à nova Organização — denominada simplesmente ainda de O. (O pontinho), que ainda era confundida com a Polop.

⁴³ Ver Capítulo X.

Havia também o movimento secundarista, que começava a se expandir. Seu contingente era muito superior ao dos universitários, e a AP e a O pontinho tentavam reorganizar a Umes (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) e a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), para reforçar a mobilização dos universitários. No Colégio Estadual Central, os alunos se mobilizavam contra a expulsão do presidente do Diretório Acadêmico, Marco Antônio Meyer, também militante do futuro Colina. Marco Antônio fora expulso pelo Reitor José Guerra Pinto, o que causara a ira dos estudantes, que se mobilizavam para defender seu líder. Segundo os estudantes, a expulsão se devia à publicação pelo DA do jornal *A Equipe*, com matérias sobre problemas estudantis, nacionais e internacionais. Dois mil estudantes secundaristas acabaram entrando em greve na defesa de Marco Antônio Meyer.

A MORTE DE EDSON LUÍS

No início de março de 1968, o movimento estudantil se dedicava às tradicionais calouradas, e os excedentes se postavam nas escadarias da Igreja de São José, reivindicando sua entrada na UFMG. À época, o vestibular não era unificado. Cada unidade organizava seu sistema seletivo, e alguns estudantes conseguiam nota suficiente para serem aprovados, mas não eram chamados por falta de vagas nas escolas. Por isso, existiam os chamados excedentes, que lutavam pelo legítimo direito de entrarem na universidade.

O noticiário político nacional era ocupado pelas peripécias da chamada "Frente Ampla", que abrigava políticos aliados de primeira hora dos militares, como Carlos Lacerda, que esperava ansiosamente a oportunidade de voltar ao poder.

Lacerda passara por BH em 15 de março de 1968, a caminho de Governador Valadares, para proferir palestra em que prometia "dissecar o regime militar". Descera no aeroporto da Pampulha, onde fora recepcionado pelos deputados Raul Belém, José Maria Magalhães, Renato Azeredo, Aníbal Teixeira e Jorge Ferraz. O diretor do Dops, Fábio Bandeira, ficou também por lá até que ele tomasse outro avião no mesmo aeroporto. Mal sabia Lacerda o que o futuro lhe reservava. Em 05 de abril de 1968, a Frente Ampla seria fechada por Portaria emitida pelo Ministro da Justiça, Lira Tavares, e, em dezembro, com a edição do AI-5, Lacerda encabeçaria a lista dos políticos cassados.

Cinco mil e quinhentos operários da Acesita, localizada no Vale do Aço, entraram em greve, dirigida pelo presidente do Sindicato, Antônio Brum, movimento que terminou após interferência da Justiça do Trabalho. Era um prenúncio do que aconteceria pouco depois, em Contagem.

Porém, 1968 começaria realmente no dia 28 de março, quando o estudante secundarista Edson Luís foi morto no Rio de Janeiro. Ao anoitecer daquele dia, uma tropa da Polícia Militar atacou um grupo de estudantes que pedia melhores instalações para o restaurante Calabouço, chamado de Calaba pela sua clientela. A comida era ruim e, nas palavras de Élio Gaspari, ele próprio frequentador do restaurante, nos anos 1960-62, "eram muitos os sacrifícios que um jovem seria capaz de fazer pela derrubada do regime, mas pedir-lhe que comesse duas vezes por dia no Calabouço tendo outra mesa à disposição era demais" (GASPARI, 2002b, p. 277).

Os estudantes jogavam pedras contra os PMs, e um aspirante atirou, acertando o peito de Edson Luís, migrante nortista, pobre, secundarista e sem militância política.

A notícia do assassinato trouxe à tona toda a tensão já acumulada na sociedade brasileira por anos de recessão





econômica e repressão política. As manifestações se espalharam por todo o Brasil. No Rio de Janeiro, epicentro dos acontecimentos, coração político do país, acabaram por se transformar em um protesto contra o golpe de 1964. O Governador Negrão de Lima achava-se acuado pela morte de Edson Luís, pois fora a Polícia Militar sob seu comando que matara o estudante. Para reprimir os protestos, mobilizou apenas uma pequena fração do efetivo da PM: 1.750 homens. A atuação da polícia foi cuidadosa, ao contrário do que os estudantes esperavam:

Organizados em piquetes, que avançavam ou recuavam quando hostilizados pelos pequenos contingentes da PM dispersos pelas ruas, os manifestantes chegaram a travar lutas renhidas com as forças policiais, sobretudo nas imediações do prédio do antigo MEC, quando houve tiroteio e luta corpo a corpo (VENTURA, 1988, p. 109).

E mais à frente: "Os líderes e os coordenadores de grupos movimentavam-se sob a proteção de uma equipe especial, formada por jovens em condições físicas de enfrentar a polícia", retrata um entusiasmado Zuenir Ventura (1988, p. 109). O resultado foi que a PM apanhou feio: dos 56 feridos listados, 30 eram policiais. "Poucas vezes a Polícia apanhou tanto", registrou Zuenir Ventura (1988, p. 133).

No dia 1º de abril de 1968, ocorre outra manifestação no Rio de Janeiro, a qual, segundo Artur José Poerner (1979), historiador do movimento estudantil, foi comparável ao cortejo fúnebre de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Segundo ele, nesse dia, houve confrontos no Rio de Janeiro entre cinco mil policiais e manifestantes, que deixaram o saldo de dois mortos, 60 populares e 39 policiais feridos, 321 presos e a ocupação da cidade por tropas federais, do Exército, da Marinha e Aeronáutica.

O que estava acontecendo no Rio refletia diretamente no movimento de BH. Então, logo após a divulgação da notícia, iniciou-se a mobilização dos estudantes de maneira já conhecida: greves, assembleias, confecção de cartazes e, em algumas escolas, como a Fafi, futura Fafich, distribuição de panfletos nas suas portas, colagem de cartazes ou pichação de ônibus com tinta spray fosforescente. A polícia, por sua vez, utilizava sua tática de fustigamento, prendendo preventivamente alguns líderes estudantis, entre eles, Plínio Arantes, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito - CAAP (Centro Acadêmico Afonso Pena), e João Jesus de Oliveira, presidente do DCE da UCMG (Universidade Católica de Minas Gerais).

A primeira manifestação ocorreu já no dia 29 de março de 1968 e não foi reprimida pela polícia. Na manhã desse dia, as escolas apresentavam a movimentação que antecedia as passeatas: reuniões, elaboração de cartazes, discursos, pichações. Foram realizadas assembleias em todas as faculdades para divulgar os acontecimentos e acertar a realização de uma passeata às 18 horas, partindo da Faculdade de Direito da UFMG. Às 12 horas, a Rádio Itatiaia divulgou uma entrevista do presidente do DCE-UFMG, o estudante Jorge Batista Filho, que reiterou suas declarações da noite anterior.

Achamos que essa crise que está aí é a comemoração do 4º golpe de estado covardemente levado a efeito neste país há quatro anos. É a comemoração pelo sangue, a comemoração pela violência. Mas entendemos que não nos cabe calar ante essa violência, que essa ofensiva exige de nós uma resposta em termos de contraofensiva (BATISTA FILHO, 1970, p. 45).

E continuava:

"Nós achamos que não vão ser os fuzis, que não vão ser as metralhadoras, que não vão ser as balas, que não vai ser qualquer arma de morte da ditadura, do governo antipovo atual, que há de calar a nossa voz, que há de barrar a nossa ação", dizia Jorge (BATISTA FILHO, 1970, p. 45).

A cidade foi invadida por uma verdadeira onda de volantes (panfletos), convidando o povo à passeata e redigidos em termos altamente agressivos ao Governo.

Por volta das 14 horas, começaram a surgir os primeiros estudantes na Faculdade de Direito/UFMG. Às 17:45 horas, iniciaram os estudantes a manifestação, tendo discursado em frente à Faculdade: Jorge Batista Filho, presidente do DCE/UFMG; Raimundo Mendes Pereira, presidente da UEE/MG, e o expresidente do CAAP (Faculdade de Direito), Paulo Roberto dos Santos (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 398, p. 375).

E mais adiante:

Portando à frente da passeata uma bandeira nacional com uma faixa preta e vários cartazes contra o Governo, os manifestantes atingiram a Igreja de São José, já então acompanhados por populares e outros colegas, calculando-se as presenças em cerca de três mil... Da Igreja de São José, os manifestantes se dirigiram à Avenida Paraná, onde houve alguns comícios ligeiros e dali partiram para a Assembleia Legislativa, então localizada na Rua Tamoios, entre a Avenida Amazonas e Rua Rio de Janeiro, onde hastearam a bandeira nacional e fizeram novos discursos. Alguns deputados, que tentaram participar das manifestações em frente à Assembleia foram repudiados pelos estudantes (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 399, p. 376).

O repúdio dos estudantes aos parlamentares não era uma tática que unificava o movimento e atraía aliados. Porém, em um estado em que o Governador fora eleito pela oposição e depois migrara para o Partido do Governo, os políticos eram vistos como farsantes e aliados da ditadura.

Mas os protestos apenas se iniciavam.

Uma nova passeata foi marcada para o dia 1º de abril, no mesmo local: a Igreja de São José, às 18 horas.

"Voltaremos às ruas amanhã. Estaremos às 18 horas nas escadarias da Igreja São José. Estaremos em nossa concentração — unidos em novo protesto aberto contra todos os atos, todas as violências, cometidas por este Governo, contra a repressão aos estudantes. Contra o arrocho salarial dos trabalhadores e funcionários. Contra a entrega das nossas riquezas aos estrangeiros", afirmava o então presidente do DCE da UFMG, Jorge Batista, foragido da polícia e escondido em algum ponto de BH (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

O Secretário de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, agiu com firmeza e brutalidade. Utilizou a mesma tática já experimentada em 1966: mobilizou quatro mil PMs e colocou três soldados em cada esquina do centro da cidade, armados de cassetetes tamanho família, chamados pelos estudantes de Fanta, em alusão ao refrigerante que tinha sido lançado recentemente. Era uma forma bem eficaz de prevenir as manifestações através da intimidação. Os agentes do Dops eram instruídos a se infiltrar nas aglomerações que se formavam nas proximidades da manifestação, ou mesmo nos grupos de estudantes que se aproximavam. Ninguém os via ou sabia onde estavam. Agiam sorrateiramente. Esperavam a passeata começar para, subitamente, soltar uma bomba de gás lacrimogêneo no meio da multidão. Ou, então, aguardavam uma oportunidade para realizar a prisão de alguma liderança estudantil que se destacava.

Por vezes, espalhavam-se entre os bolinhos e alguns chegavam até mesmo a participar do início das passeatas, disfarçados de operários, com o propósito de infiltrar-se dentro delas e gritar palavras de ordem para radicalizar o movimento. As lideranças estudantis não se cansavam de denunciar os

[...] elementos que se infiltravam nos comícios e passeatas com o objetivo de tumultuar e conturbar as manifestações [...] são provocadores que estão nos confundindo. Chegam até a divulgar determinações diferentes e contrárias àquelas que as lideranças estão divulgando (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

Os infiltrados cometiam também atos de vandalismo contra lojas, bancos e estabelecimentos comerciais, procurando desgastar a imagem pública do movimento.

COMEÇA A PASSEATA

Tudo isso não desmobilizou os estudantes, que se reuniram preliminarmente na Faculdade de Direito e foram descendo em grupos para a Igreja de São José.

Depois de uma rápida preparação, os líderes dividiram a concentração em grupos de cem pessoas que desceram em silêncio pela Rua da Bahia em direção à Afonso Pena. Na frente da matriz de São José — onde seria realizada a concentração que precederia a passeata — uma multidão de cinco mil pessoas aguardava os acontecimentos [...] Apareceram as primeiras rádio-patrulhas, carregadas de PMs, agentes do Dops, guardas civis. Surgiram as primeiras vaias e os gritos de "Abaixo a ditadura. Queremos liberdade, mais comida, menos balas" [...] De repente, no meio da expectativa geral, centenas de faixas e cartazes foram levantados pelos estudantes. Ao mesmo tempo, o Dops estourou as primeiras bombas de efeito moral, ao lado das vitrines da loja então denominada "Guanabara", cujo prédio existe até hoje, na esquina da principal Avenida da cidade, Afonso Pena, com a Rua Espírito



Santo. A concentração começou a se dissolver na base da correria (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

Mas os estudantes estavam preparados. Dividiram-se em grupos e passaram a agitar todo o centro da cidade, em busca da população que enchia o centro àquela hora nas filas dos ônibus.

A passeata teve, pelo menos, dois grupos principais. Um deles não foi à concentração da Igreja de São José. Procurou enganar a polícia e saiu em direção à principal praça da cidade — Praça Sete de Setembro — e enfrentou pelo caminho diversas rádio-patrulhas, que revidaram as pedradas com tiros.

Outro grupo desceu a Avenida Amazonas, larga avenida central, procurando a Praça da Estação, então chamada de Rui Barbosa, uma das maiores da cidade, que ficava lotada às seis da tarde. Pelo caminho, conseguia reunir os estudantes dispersos e realizava pequenos comícios e panfletagens por todo lugar que passava.

Da esquina de Caetés com Espírito Santo, vários grupos de 100 a 150 cada um tomaram rumos diferentes — numa tática característica de despistamento — e prosseguiram com a manifestação, já sob os aplausos dos populares... (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

Novamente divididos em grupos, os estudantes retornaram à Avenida Afonso Pena, onde reencontraram os policiais (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

Por todo o centro, grupos de estudantes se formavam, se dissolviam e voltavam a se formar, reproduzindo, a cada momento, o confronto com os policiais. Mesmo nas cercanias da Igreja de São José, o epicentro da manifestação, as manifestações não cessavam:





Na Praça Sete, em frente à Matriz de São José, na esquina de Augusto de Lima com Espírito Santo, na Praça Raul Soares, o movimento era o mesmo: gritos, faixas, pequenos discursos. A polícia, então, já estava desnorteada. Era a conta dos PMs dissolverem uma manifestação numa esquina para outras surgirem em todos os pontos do centro da cidade (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

A população que compareceu ao local da concentração, os moradores do centro e aqueles que por lá trabalhavam não ficaram neutros. Dos prédios caía papel picado sobre os estudantes e muitos sacos plásticos cheios de água sobre os policiais. Mas nada que chegasse a ameaçar seriamente a vida deles.

O jornal católico, *O Diário*, também apresenta alguns *flashes* da passeata:

18h15min – um Volks da PM passa na frente de um caminhão cheio de soldados e solta uma bomba de efeito moral em frente ao Cine Acaiaca. O povo invade o saguão daquele edifício, provocando pânico geral [...] 18h45min - Uma empregada do Café Rochinha é atingida por uma bomba de gás no rosto e desmaia, sendo conduzida em estado grave ao Hospital do Pronto Socorro [...] 18h50min – Mais uma bomba é lançada em frente ao Lavourinha (prédio comercial do Banco da Lavoura) – outra correria, e os PMs, impassíveis no lado de dentro do gradil da igreja, não deixam ninguém entrar [...] 19h – Centenas de estudantes começam a chegar da Faculdade de Direito com cartazes de "ABAIXO A DITADURA", "O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA" [...] 19h15min - Milhares de estudantes empunhando cartazes sobem a Avenida Álvares Cabral e Guajajaras, descendo a Rua Espírito Santo, onde são dissolvidos por soldados fortemente armados que ocupavam três caminhões da PM [...] 19h45min – Os manifestantes que vinham da Praça Rui Barbosa entram na Avenida Afonso Pena cantando o hino nacional sob o aplauso do povo. Ao chegarem à Praça Sete, junto ao Cine Teatro Brasil, a PM resolve mais uma vez mostrar sua força contra crianças e senhoras que procuravam se esconder nas





marquises das casas comerciais. Alguns estudantes, que fizeram sua reaparição, são corridos a golpes de cassetete tamanho família (O DIÁRIO, 02 abr. 1968, p. 8 *apud* FARLEY, 2010, p. 228).

O embate era visto pela população como um confronto entre estudantes e policiais em que a maioria das pessoas tomava o partido do lado mais fraco.

Pelo menos três estudantes feridos a bala, centenas de feridos e dezenas de presos é o saldo das manifestações estudantis de ontem que transformaram Belo Horizonte em praça de guerra. Também lojas comerciais e estabelecimentos bancários sofreram danos durante os tumultos verificados na cidade, e, depois das manifestações, os estudantes tomaram a Faculdade Federal de Direito, onde, apoiados por professores, condicionaram sua saída à libertação de todos os colegas presos (JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968).

Policiais também ficaram feridos, entre eles, um inspetor de polícia chamado Frederico, ferido a pedradas, cujo estado de saúde era considerado grave pelos médicos do Pronto Socorro Municipal.

Foram feitas 70 prisões, sendo que a maioria foi relaxada logo no dia seguinte. Na visão dos estudantes, as prisões demonstravam o apoio popular ao movimento:

"[...] os operários, os bancários, os professores, os funcionários públicos, os comerciários, os intelectuais já participam ativa e diretamente do movimento. Basta ver que durante as últimas manifestações em todo o Brasil, particularmente em BH, a maior parte dos presos não foi de estudantes," declarou Jorge Batista à imprensa, num rompante de otimismo (JORNAL Última Hora, 02 abr. 1968).

O Piquete, que era um misto de órgão oficial do Colina e jornal dirigido à área de influência dos militantes

do Colina, em cuja redação se encontravam Guido Rocha, como cartunista, e Carlos Alberto Soares de Freitas, também se entusiasma com o que acontecia Brasil afora:

Assumem características revolucionárias as manifestações de repulsa à violência, que tiveram como ponto central o assassinato do estudante EDSON LUIZ. Os estudantes e os trabalhadores, unidos, saem às ruas e fazem ouvir o seu protesto contra a brutalidade de um regime que assassina jovens indefesos (O PIQUE-TE, n. 65, ano 4, 1° abr. 1968).

Mesmo assim, *O Piquete* frisava que a luta seria longa, "cheia de sacrifícios, que não se limitará a protestos e queima de carros, que não se esgotará nas fábricas, universidades ou praças públicas". E afirmava, num prenúncio do que a O pontinho estava se preparando para fazer: "Somente a violência (das forças populares) poderá vencer a violência dos tiranos" (O PIQUETE, n. 65, ano 4, 1º abr. 1968).

Infelizmente, isso não era ainda uma realidade. As manifestações eram predominantemente estudantis em todo o Brasil e, sobretudo, em BH. Demonstravam um profundo sentimento antiditatorial, mas nunca ultrapassaram esse limite. O número de estudantes presentes nas manifestações era significativo — entre três a cinco mil, nos seus momentos de pico — de acordo com estimativas dos policiais e da imprensa, mas a maioria preferiu manter-se fora dos protestos de rua.

Havia um grande fosso entre a visão elaborada pelo Colina e o sentido das lutas travadas. Muitas vezes, a ideologia nos faz mirar a realidade com lentes de aumento, ou mesmo distorcer completamente a percepção dela.

Por outro lado, mesmo os estudantes mineiros tendo conseguido ampla simpatia da população, o engajamento dos setores de oposição à luta estudantil foi praticamente nenhum. Os intelectuais, os professores, artistas, a classe média em geral permaneceram totalmente alheios às manifestações. Não há nenhum registro de que o movimento estudantil mineiro tenha conseguido expandir sua base de apoio naqueles dias de abril, ao contrário do que aconteceu no Rio. Em BH, praticamente, apenas setores da Igreja e alguns poucos deputados assumiram esporadicamente essa luta.

a missa de sétimo dia

No dia 04 de abril de 1968, foi realizada a missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luís. Preventivamente, a polícia cercou e fechou as faculdades e os restaurantes universitários. Sem sua base operacional, os estudantes acabaram por ocupar a sede da Assembleia Legislativa, contando com o apoio do Presidente da Casa, o deputado Manoel Costa. O policiamento ostensivo nas ruas, a prisão de diversos líderes estudantis e o fechamento das universidades acabaram por deixar praticamente sem ação o movimento estudantil, que não conseguiu se organizar para aquele dia.

O prior dos dominicanos, Eliseu Lopes, fez um apelo à polícia para que não se repetissem os acontecimentos da Catedral de Goiânia, onde os estudantes foram feridos dentro do templo.

No dia da celebração,

[...] a Igreja São José ficou totalmente tomada, desde as 17h30min, por centenas de pessoas à espera do início da missa, que foi celebrada por sete padres. O padre Erich Georg, da Congregação dos Barnabitas, responsável pelo sermão, fez um apelo "para que a Santa Missa sirva para pedir também o restabelecimento da paz." E emendou: "Não a paz do silêncio dos túmulos, não a paz da opressão e das pressões, não a paz dos covardes, mas





a paz fundada na Justiça, na Verdade, no Amor e na Liberdade" (JORNAL Última Hora, 05 abr. 1968).

O ofício religioso iniciou-se com os presentes cantando a música "Fica mal com Deus", de Geraldo Vandré, e foi celebrada pelos sacerdotes Frederico Ozanam, José Vicente Andrade, Jamie Lopes Cançado, Tarcisio Fonseca, Juan Luiz Gopeoni e Erich Georg. A Igreja estava lotada, mas foi fechada pelos padres, preocupados com a repetição dos acontecimentos de 1966. Mesmo assim, um grande número de pessoas se aglomerava na área externa. A cerimônia terminou às 19 horas, com todos os presentes cantando o hino nacional.

Apreensivos com o cerco policial e com a ferocidade demonstrada pela polícia, o estudante Raimundo Mendes Ferreira ocupou o microfone e pediu que se fizesse silêncio e todos dispersassem em ordem (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 405, p. 382).

Fora da Igreja, o clima era tenso. A missa terminava, os presentes se retiravam em silêncio e em pequenos grupos, porém havia um grande número de pessoas nas imediações, aguardando novos acontecimentos.

As ruas estavam saturadas de policiais com cães e cavalaria. Mesmo não tendo sido organizada nenhuma manifestação pelos estudantes, qualquer ato — uma rápida corrida para atravessar a rua ou até mesmo um braço levantado para um táxi ou ônibus — era considerado agressivo pelos policiais. O resultado foi que, em poucos minutos, o centro da cidade se transformou em um local de agressão indiscriminada a estudantes e populares que se aglomeravam por qualquer motivo. Foi um confronto em que só os policiais procuravam a luta. Não havia cartazes, faixas,

118

discursos, comícios, mas apenas espancamentos realizados pelos PMs, brandindo os seus cassetetes colossais.

Apesar de todos esses limites, os protestos estudantis se prolongaram por todo o mês de abril, pontuados por comícios, panfletagens e pichações realizadas por toda a cidade.

AS CONCLUSÕES DO IPM

As manifestações de abril foram investigadas por um Inquérito Policial-Militar, comandado pelo Coronel Otávio de Aguiar Medeiros, que se tornaria tristemente famoso, como será visto nos próximos capítulos.

O Coronel tinha poder para emitir ordens de prisão, prender e interrogar pessoas pelo tempo que bem lhe conviesse, fazer investidas policiais em casas, diretórios acadêmicos ou sindicatos, investigar em profundidade a origem e as causas dos acontecimentos.

Áquela altura, outro órgão do Governo, o SNI, já investigava os grupos de esquerda e sabia muito bem o que pretendiam. A Agência BH do SNI seguia os passos do futuro Colina desde 1967, desde a realização do IV Congresso da Polop.⁴⁴

"De uns anos para cá os órgãos de segurança vêm observando a organização dos grupos marxistas-leninistas brasileiros em diversas frentes, cada uma julgando-se detentora da solução para implementação final do socialismo em nossa pátria", inicia o documento, fazendo ironia com o fracionamento e as pretensões dos grupos de esquerda (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0015, rolo 1, imagem 11, p. 55).

⁴⁴ O grupo Política Operária - Polop editou revista com o mesmo nome, antes de 1964. Ver Capítulo II.







Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:121;Data:14 de May de 2015 07;41:11



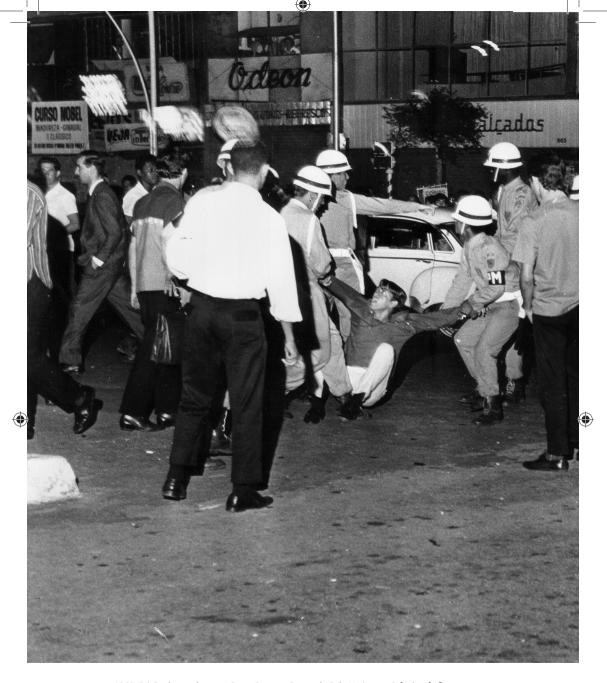
1968. Estudantes refugiam-se na Faculdade de Direito. Observem-se as pedras e os estilingues nas suas mãos.
Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.

ronte – Acervo Marceio Pinneir

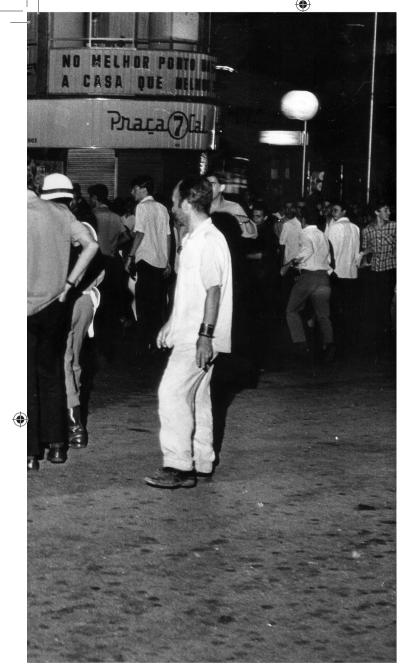
<<p>Manifestação em frente à Faculdade de Direito, em março de 1968, quando foi morto o estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. O orador é o então presidente do DCE da UFMG, Jorge Batista Filho.

Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.





1968. Prisão de estudante na Praça Sete, no Centro de Belo Horizonte. O fotógrafo flagrou o chute desferido pelo policial. Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.





A Agência estava ciente da opção do novo grupo pela luta armada e pela guerra de guerrilhas. Conhecia o porte da nova organização, pois sabia que o racha mineiro retivera quase toda a estrutura da Polop mineira. Possivelmente, sabia até mesmo o nome e endereço dos seus principais militantes e manteve discreta vigilância sobre eles. Seu trabalho se limitava a essa vigilância. Não se preocupou em se infiltrar ou cooptar nenhum militante. Apenas surrupiava textos e manuscritos para informar-se dos planos do grupo.

Porém, como os órgãos governamentais de segurança não eram integrados, tudo indica que essas informações ou não foram repassadas, ou não foram consideradas relevantes pelo Coronel Medeiros.

Talvez por isso o relatório final do IPM seja uma peça tão distante da realidade quanto os sonhos e ilusões alimentados pelos militantes de esquerda. Para o Coronel, reproduzindo a tática da mentira institucional, que seria utilizada largamente pelos militares no Poder, a morte do estudante Edson Luís muito possivelmente teria sido obra dos próprios comunistas:

Não tendo sido, até hoje, apurada com precisão a responsabilidade da morte de Edson Luís, e considerando que os maiores beneficiários do acidente foram, exatamente, as lideranças empenhadas em promover a subversão e agitação, é lícito, mesmo, aventar-se a hipótese de haver sido aquele incidente provocado pelas ditas lideranças com a finalidade de criar um mártir para o "movimento estudantil" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 196, p. 173).

Na mesma linha de raciocínio, o IPM conclui pela existência de um comando único estudantil que coordenou, com técnica e perícia, todas as manifestações ocorridas na capital mineira:





Não constitui novidade a presença de influências ideológicas, como também de técnicas de origem marxista nas manifestações estudantis [...] A novidade surgiu, apenas, quanto ao aperfeiçoamento das técnicas empregadas, que revelaram a existência de um comando único, inteligente e bem coordenado [...] Este comando foi o responsável pela perfeita coordenação das atividades estudantis em assembleias, passeatas, comícios, reunião de meios para enfrentar a polícia, ocupação de prédios, etc. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 405, p. 382).

O IPM discorre sobre o movimento comunista internacional e sobre temas até mesmo surpreendentes. Refere-se, por exemplo, à dissolução da Terceira Internacional durante a Segunda Guerra Mundial e ao conflito sino-soviético, que levou à divisão do movimento comunista em termos mundiais.

Segundo o IPM,

[...] pressentindo o perigo de perder o controle dessas lideranças (estudantis) no nosso continente, diante da preferência que se acentuava em relação aos métodos empregados pelas facções de orientação chinesa, a URSS tentou — e conseguiu — reconquistar aquele controle, admitindo a implementação da tese da libertação por métodos violentos" [...] Através [...] da instalação, em Havana, da Ospaaal - Organização de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 409, p. 386).

O IPM fixa-se em Cuba, como não poderia deixar de ser, descrevendo, em detalhes, e citando, em abundância, trechos de documentos dos encontros e congressos realizados em Cuba.

Enumera as organizações políticas presentes no movimento estudantil — Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Política Operária, Partido Operário Revolucionário Trotskista, mas se mostra totalmente desinformado sobre a dissidência do Colina que atuava em BH.





O outro elemento, que não poderia faltar, era a infiltração comunista. As agitações seriam conduzidas por agentes capciosos, que se misturavam aos estudantes para tirar proveito das insatisfações reinantes nas universidades. O principal agente seria o médico Apolo Lisboa, que chegou a ficar 54 dias preso e era considerado um caso perdido pelos militares, tendo, inclusive, influenciado seu irmão, Ageu Lisboa, convertendo-o à sua ideologia.

O relatório revela também que o Exército considerava possível neutralizar ou até mesmo cooptar o movimento estudantil. Para isso, bastaria isolar as lideranças comunistas que se infiltravam no movimento, aproveitando-se das debilidades do ensino e da estrutura universitária. Além disso, seria também necessário provocar mudanças na estrutura das universidades, tornando-a menos arcaica e permeável à participação estudantil.

Os estudantes ouvidos e indiciados pelo IPM foram: Ageu Heringer Lisboa, Amílcar Vianna Martins Filho, Apolo Heringer Lisboa, Doralina Rodrigues de Carvalho, Gilberto Gusmão de Andrade, Gilce Maria Vestin Cocenza, Hamilton Fonseca Junqueira, João Batista dos Mares Guia, Jorge Batista Filho, José Carlos Novais da Mata Machado, José Carlos Moreira de Mello, José Jarbas Saraiva, José Luis Moreira Guedes, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Luiz Travassos, Marco Antônio de Azevedo Meyer, Maurício Vieira de Paiva, Kassim Gabriel Melhof, Valdo Silva, Plínio Arantes, Nauro Borges, Raimundo Mendes Ferreira, Tibério Canuto de Queiroz Portela e Vilmar do Valle Barbosa.

Dos 24 nomes citados acima, um deles, Amílcar Vianna, confessou pertencer ao PCB. Sete confessaram pertencer ou foram indiciados por pertencer à Polop (Ageu, Apolo, Gilberto, João Batista, Jorge Batista, Marco Antônio e Mauricio Paiva).



Chama a atenção também a existência de dois estudantes secundaristas: Marco Antônio Meyer, que tinha sido expulso do Colégio Estadual, e Ageu Heringer Lisboa, irmão de Apolo, que também se juntaria ao Colina.

Apesar das inúmeras prisões, da farta apreensão de documentos e dos depoimentos, os estudantes foram soltos, tendo sido posteriormente processados pela Justiça Militar.

Tudo indica que o Coronel Medeiros via ainda com certa complacência as manifestações estudantis e considerava possível a aproximação dos estudantes aos ideais do golpe de 1964:

"Ao terminar o presente relatório", afirma Medeiros, "deseja o encarregado do Inquérito manifestar que julga ser necessário iniciar-se, o quanto antes, a canalização da energia e do espírito desprendido da nossa mocidade estudantil para a realização de tarefas de cunho social, que venham ao encontro dos programas estabelecidos pela política governamental. Tratar-se-ia, em última instância, de furtar às correntes extremistas a liderança maléfica que vêm exercendo sobre a massa dos estudantes..." (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, rolo 4, imagem 425, p. 56).

As inúmeras afirmações e análises contidas no relatório, o mundo das organizações de esquerda passavam longe da compreensão do Coronel. Ele ainda acreditava em um comando único das esquerdas, sem perceber a sua trágica trajetória rumo à fragmentação.

As decisões que já se gestavam dentro daqueles grupos — a passagem para a luta armada — escapavam à sua visão. Por enquanto, o Colina trabalharia sem ser incomodado.





O CAMINHO ESTAVA ABERTO PARA A GREVE DE CONTAGEM

O papel cumprido pelo movimento estudantil nesse início de 1968 é inestimável. Seu grito de protesto sacudiu a sociedade brasileira e estabeleceu um padrão de crítica ao regime militar. O grito "ABAIXO A DITADURA" era demasiadamente claro para não ser ouvido por todos.

Com saldo extraordinariamente positivo e importante, restou, de todos estes acontecimentos, a constatação de que a morte de Edson Luiz de Lima e Souto levou os estudantes a procurarem a total integração com o povo. É claro que essa atitude estudantil foi facilitada pelo clima emocional criado no País após o assassinato de Edson Luiz — que incutiu ânimo de participação em amplos setores da população — embora os jovens tivessem que enfrentar enormes dificuldades, como o nível inferior de organização desses outros setores (POERNER, 1979, p. 296).

O grande sonho das lideranças estudantis era que as suas manifestações conseguissem envolver e mobilizar os operários e toda a população na luta contra a ditadura. O horário e o roteiro eram escolhidos para que as passeatas passassem nos locais onde a massa trabalhadora aguardava o transporte coletivo para voltar às suas casas.

Não era um sonho tão distante. No mesmo período, em 28 de março, o Movimento Sindical Antiarrocho — MIA — realizava, em recinto fechado, no auditório da Secretaria de Saúde, atual Minascentro, a primeira concentração de trabalhadores em Minas, depois de 1964.

A manifestação, impulsionada por uma discreta atuação dos remanescentes sindicais do PCB, contou com a participação de centenas de trabalhadores e de mais de 10 entidades profissionais de Belo Horizonte, além de representantes de entidades da Guanabara e do Rio Grande do





Sul. Foi marcada para o dia 1º de maio de 1968 nova manifestação e um manifesto foi distribuído à imprensa.

O conteúdo político dessa movimentação ficava dentro dos limites do que era possível à época. Criticava a repressão contra os trabalhadores, o peleguismo, o arrocho salarial, mas suas proposições eram contidas. Limitava-se a propor a

[...] participação efetiva de todos os trabalhadores não só nas manifestações públicas, mas em reuniões e assembleias dos sindicatos, em todos os lugares possíveis de se trabalhar, é que conseguiremos dizer não a isso tudo que foi imposto ao trabalhador brasileiro (JORNAL Última Hora, 28 mar. 1968).

Quando tudo indicava que BH iria voltar ao normal, no dia 15 de abril, inesperadamente, um movimento grevista paralisa a empresa Belgo-Mineira, localizada na Cidade Industrial de Contagem. Parecia que os estudantes tinham sido ouvidos pela massa operária.







CAPÍTULO VII

A greve de abril de 1968 em Contagem

Na segunda quinzena de abril de 1968, o movimento estudantil perde o seu ímpeto em Minas e em todo o Brasil. Porém, em Minas, surgia uma luz no horizonte: o tão sonhado movimento operário entrava em cena. Em Contagem, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, no dia 15 de abril de 1968, os 1.200 trabalhadores da trefilaria da Belgo-Mineira cruzaram os braços, reivindicando 25% de reajuste salarial.

A trefilaria era o coração da empresa e transformava o aço nos produtos comercializados pela siderúrgica: arames, fios, pregos. Lá ficavam os trabalhadores mais especializados e com melhores salários. O movimento fora muito bem organizado e seu sucesso dependia do fator surpresa. Por isso a paralisação não foi precedida de reuniões ou assembleias sindicais. Não houve piquetes para impedir a entrada dos trabalhadores.

Preparada em absoluto segredo, só os operários sabiam e nem mesmo os funcionários de escritório foram informados [...] A greve começou às sete da manhã, quando o comando do movimento deu o sinal para que as máquinas parassem. Imediatamente depois, nomearam uma comissão de 25 membros, encarregada de dialogar com os diretores da empresa [...] O presidente do Sindicato foi então chamado, para tentar contornar o impasse (JORNAL Última Hora, 17 abr. 1968).

Até mesmo Ênio Seabra, que presidira a chapa de oposição nas eleições ocorridas em 1967, mas que fora impedido de concorrer pelo Ministério do Trabalho, fora pego de surpresa:





[...] (quando a greve foi deflagrada) eu estava de férias. Mas não vou dizer que foi muito espontânea, não. A situação estava muito difícil, os salários já tinham caído e havia certo movimento, certa agitação na época, de grupos também dos próprios trabalhadores. Porque o Sindicato também... tinha mais contato com o pessoal, podia dar melhores informações, distribuir os boletins e mostrar como estava a situação da época, da ditadura. Eles falam espontâneo, mas não foi bem espontâneo [...] Começou dentro da Belgo, mas é onde houve agitação maior. O pessoal estava mais organizado ali dentro e pararam (SEABRA, 1995, p. 2-9).

Para o Colina, a greve não foi uma surpresa. O grupo continuava a fazer o trabalho operário recomendado pela Polop. Além da edição de *O Piquete*, deslocava seus membros para fazer trabalhos de apoio ao movimento operário, dentro da formação profissional de cada um.

É o que relata Maria José de Carvalho Nahas:

Nós, estudantes de Medicina, íamos ao que é o Riacho das Pedras — era um bairro operário que estava começando. No domingo, ia um grupo de estudantes de Medicina fazer consulta lá. Outro grupo ia fazer levantamentos para ajudar. O levantamento era para ver quem era operário, quem trabalhava onde, qual era a fábrica. O interessante é que, nisso, nós detectamos uma epidemia de varíola. Aí, nós conseguimos vacina, vacinamos, a gente conseguia remédios, amostra no laboratório, foi muito gozado. A gente ia nas casas levar *O Piquete*. Tinha dois grupos que faziam esse trabalho [...] Tinha uma outra célula que ia às casas, conversava com os operários, com a família dos operários e outro grupo ia fazer agitação na porta da fábrica (NAHAS, M. J. C. *apud* LEITE, 2009, p. 131).

Do outro grupo participava Oroslinda Goulart, que começou sua militância na Fafi, em 1965, quando era estudante de Comunicação.





Fui ampliada na Fafich, onde estudava Comunicação. Não me lembro mais por quem, no movimento estudantil, onde era bem atuante, a gente conhecia muitas pessoas e havia o mapeamento de quem é quem. Entrei para a Polop, no final de 1965, primeiro cumprindo o estágio de simpatizante e depois virei militante. Como todos os outros (era tipo obrigatório) fiz o famoso cursinho, com o Guido Rocha. Depois disso fiquei muito amiga dele, tínhamos longas discussões sobre socialismo, marxismo, leninismo. O Guido tinha muita consistência (Depoimento concedido ao autor em julho de 2014).

Após o racha, Oroslinda foi deslocada para o Movimento Operário (MO), em que participava de uma célula com mais cinco ou seis pessoas.

O Ângelo (Pezzuti) era o elo entre nosso grupo no MO e a direção. Participava também da elaboração e distribuição do jornalzinho, acho que se chamava *O Piquete*, e dava assistência ao pessoal da Belgo, da SBE e de um núcleo no Barreiro, com alguns contatos na Mannesmann. Nosso pessoal de lá — uns cinco ou seis já bem ampliados — liderou a famosa greve de Contagem. Na SBE (Sociedade Brasileira de Eletrificação), o líder era o Canela (João Anunciato dos Reis), que dirigia um núcleo de mais uns cinco ou seis já ampliados. Eles também participaram muito ativamente da greve (Depoimento concedido ao autor em julho de 2014).

E continua:

O curioso é que nós discutimos muito internamente — inclusive com o Ângelo — se deveríamos incentivar o pessoal a fazer a greve, e concluímos que não, que seria um voluntarismo muito grande, a mobilização não era grande e poderia trazer graves consequências. Os operários não aceitavam nossos argumentos e fizeram a greve assim mesmo. Fomos surpreendidos com a força das lideranças e do movimento grevista e aí corremos atrás, fazendo panfletos e distribuindo. O Comitê de Empresa formado pelo Colina era independente do Sindicato e trabalhava de forma clandestina. Tinha legitimidade e força suficiente para parar a





133

Trefilaria da Belgo, para surpresa do grupo, que sequer suspeitava da dimensão do movimento que o Colina estava ajudando a despertar. Uma série de acontecimentos transformaria a greve num dos movimentos mais importantes do Brasil. Otavino Vieira, veterano da Polop, conta a mesma história: a greve teria começado por iniciativa dos militantes do Colina, que possuíam influência na Belgo-Mineira. *O Piquete* teria sido a porta de entrada para articulação dos contatos do grupo (Depoimento concedido ao autor em julho de 2014).

O CRESCIMENTO E A EXPANSÃO DA GREVE

No dia seguinte, a empresa demonstra sua disposição em negociar, oferecendo 10% de reajuste aos grevistas. Porém, o Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, contribuía para o impasse, advertindo que "a empresa não poderá conceder qualquer tipo de aumento, apenas abono, compensável em futuras negociações" (JORNAL Última Hora, 17 abr. 1968).

Era a lei do arrocho salarial, que impedia reajustes salariais na data-base das categorias profissionais acima dos índices fixados pelo Governo.

Ao longo do dia 15 de abril de 1968, a Belgo continuou ocupada pelos trabalhadores, o que lhes deu oportunidade de entrar em contato com os operários dos turnos de trabalho subsequentes, que também aderiram ao movimento. Foram formados grupos encarregados de manter a disciplina na fábrica. "Esses grupos impediram até mesmo que alguns trabalhadores mandassem comprar bebidas alcoólicas, como pretendiam" (JORNAL Última Hora, 17 abr. 1968).

Do lado de fora, a Polícia Militar cercava a empresa e aguardava os acontecimentos. Ainda não se sabia o que iria acontecer: se os grevistas sairiam pacificamente ou se haveria a intervenção violenta da Polícia Militar.





A Delegacia Regional do Trabalho considera a greve ilegal e começam os entendimentos para a retirada dos grevistas da empresa, que foi precedida por uma série de mediações. Após receberem uma intimação verbal do Delegado Onésimo Viana, os operários solicitaram à direção da empresa que fornecesse um documento que comprovasse que haviam sido expulsos da empresa pela polícia, para evitar que mais tarde perdessem seus direitos, por abandono de emprego. Esse fato demonstra que os grevistas estavam bem assessorados e com plena consciência da consequência jurídica dos seus atos.

O presidente do Sindicato, Antônio Santana, foi chamado pelo Governador Israel Pinheiro a comparecer à Secretaria de Segurança, onde teve um encontro com o Secretário, que deu o prazo de uma hora para que os operários abandonassem a fábrica.

Informou ainda que o pedido de intervenção policial partira da direção da empresa, "para proteção dos bens". O presidente do Sindicato se prontificou a negociar com os grevistas, que se retiraram da empresa na noite do dia 16, em passeata até o Sindicato, onde se concentraram.

Após a retirada, tropas da Polícia Militar ocuparam a trefilaria da Belgo-Mineira.

PASSARINHO ENTRA EM CENA

No dia seguinte à greve da Belgo, a SBE, empresa onde trabalhava o militante do Colina João Anunciato dos Reis, o Canela, entra também em greve. A partir daquele momento, a greve deixa de ser um movimento da seção de uma empresa e passa a preocupar o Governo. Entra em ação o Ministro Passarinho, que faz longa análise



dos acontecimentos, solicitando ao Sindicato que retome o controle do movimento para evitar sua radicalização e mostrando-se disposto ao diálogo.

A greve continua a se alastrar e chega à Mannesman, onde Ênio Seabra trabalhava. A assembleia convocada pelo Sindicato elege uma comissão de greve, presidida pelo próprio Ênio Seabra, que, nesse momento, volta triunfante ao Sindicato do qual fora afastado.

O Ministro passa um final de semana reunido com os Sindicatos patronais, quando estes relatam que a greve não era propriamente contra eles, mas contra o Governo Federal, que não lhes dava liberdade para negociar livremente com os trabalhadores.

O reajuste concedido em outubro fixado pelo Governo — 17% contra uma inflação de 30,4%, quando a expectativa era de 60% — fora achatado em demasia até mesmo para os padrões do rigoroso arrocho salarial imposto pela ditadura. Além disso, o resíduo inflacionário que compunha a fórmula de reajuste salarial vigente à época não era suficiente para manter o poder aquisitivo dos salários, ficando abaixo da inflação projetada para o período seguinte.

Segundo o Ministro,

[...] vim a saber que muitos metalúrgicos passavam fome. Trocavam o contracheque na cooperativa por alimentos que não duravam até o fim do mês. Isso me sensibilizou muito. Vi a justeza da greve, enfrentando possível represália. Era algo motivado pelo desespero (PASSARINHO, 1996, p. 279).

Esse piedoso depoimento do Ministro reflete os caminhos que Costa e Silva pensava em trilhar na Presidência da República. Uma declaração do Ministro explicita bem o papel que estava tentando representar:





Sempre fui considerado um homem perigoso para os patrões, porque tenho defendido, em todas as ocasiões, o fim do sofrimento do povo, através de uma política sem ódio e voltada para os verdadeiros destinos do país, como vem fazendo o presidente Costa e Silva (JORNAL Última Hora, 22 abr. 1968).

O General não pretendia tão somente dar continuidade ao Governo Castelo, mas retomar o crescimento da economia, que já se anunciava, e ensaiava por concretizar diversas ações para legitimar seu Governo perante a sociedade. Fizera seu arremedo de campanha eleitoral nos idos de 1966, mudara a composição da sua equipe econômica e agora tentava flexibilizar a estrutura sindical e até mesmo a política de arrocho salarial. Mesmo a repressão aos movimentos de massa era dosada. Os estudantes presos sofriam maus-tratos, mas não eram torturados.

Sua política colheu frutos. Basta atentar para as palavras de Zuenir Ventura:

O Seu Artur, de Ibrahim Sued, foi realmente o mais simpático dos cinco ditadores que governaram o país de 64 até a abertura, e infinitamente melhor que os três colegas que o sucederam na junta. Gestos como o de, aos 69 anos, tirar a patroa para dançar *Carolina* faziam dele uma figura que estava longe do pedantismo de Castelo Branco, do obscurantismo de Médici, da autossuficiência de Geisel ou da grossura assumida de Figueiredo (VENTURA, 1988, p. 126).

Agora, era a vez do movimento sindical. O jornal *O Piquete*, no seu número 61, já advertia que o Governo estava falando em afrouxo salarial e diálogo com os trabalhadores, através do Coronel Jarbas Passarinho: "Ele chamou esta tática de 'diálogo com os trabalhadores'. Diálogo é conversa. Conversa o governo permite. Não permite é ação, não permite é o povo na rua, lutando pelos seus direitos" (O PIQUETE, n. 61, ano 4, 26 fev. 1968).





Passarinho reúne-se com a equipe econômica em Brasília e volta com uma proposta que seria uma grande inflexão na Política Salarial do Governo: anuncia o fim do arrocho salarial e declara, oficialmente, que os 10% já sinalizados pela Belgo estavam assegurados a todos os trabalhadores, sem que fosse necessária a sua compensação na data-base da categoria, que seria implementada no segundo semestre. Posteriormente, no dia 1º de maio de 1968, o reajuste de 10% seria estendido a todo o Brasil.

Parte então para a segunda fase do seu plano: solicita ao Sindicato a convocação de uma assembleia com os grevistas, a ser realizada na sede do Sindicato, então localizada no centro de BH, na Rua da Bahia, nº 570, no centro de BH. Decide ele mesmo apresentar a proposta governamental por considerar que, por razões óbvias, os líderes do movimento não apareceriam para com ele dialogar:

A cada dia, e até mesmo no próprio dia, os representantes eram diferentes. Nenhum detinha função na Diretoria do Sindicato. Percebi, desde então, que eu ia trabalhar com sujeitos ocultos, isto é, sem contato com os verdadeiros líderes do movimento paredista (PASSARINHO, 1996, p. 278).

Para ele, os "ocultos" seriam os próprios sindicalistas, ou militantes radicais, que utilizavam a variação de interlocutores para evitar represálias.

Achava que era preciso que o Governo criasse novos canais de comunicação e se propõe a ir pessoalmente à assembleia convocada pelo Sindicato para discutir o reajuste que anunciara. Acreditava no impacto que sua presença e suas palavras iriam causar.

Prudentemente, o Ministro prefere não ir à Contagem, onde a greve acontecia, mas à Rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte, onde o Sindicato tinha sua sede, tentando convencer os trabalhadores da justeza da sua proposta, utilizando um misto de argumentos lógicos e ameaças. A diretora do Sindicato, Maria Imaculada Conceição, militante da dissidência do PCB mineiro, denominada Corrente Revolucionária, descreve o encontro:

Quando chegou ao Sindicato, ele pensou que iria se sair muito bem no debate com os trabalhadores. Quando ele falava que o salário não era tão baixo assim e que essa história de arrocho era coisa de agitador, de subversivo, os operários falavam o preço do produto anotado na caderneta e mostravam que o salário não dava para comprar comida. Ele chegou a pedir um quadro negro em que ele, afobado, tentava fazer as contas. Quanto mais ele tentava explicar, mais complicado ficava. Aí ele se desesperou e resolveu ir embora (CASTELO BRANCO, 2008, p. 17).

Passarinho confirma que solicitou o quadro negro e acha que convenceu todos com a sua explicação sobre o resíduo inflacionário. "Saí debaixo de palmas, mescladas com vaias, e me dirigi aos empresários, cujas siderúrgicas estavam paradas e apenas mantidos os altos fornos acesos" (PASSARINHO, 1996, p. 279).

O comparecimento do Ministro à assembleia foi um ato polêmico, mas que requeria coragem pessoal. Por essas ironias que a História nos reserva, Passarinho cita o livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas* — *A esquerda brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada, a seu favor:

A envergadura do movimento impôs o deslocamento do ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações — *algo insólito no comportamento governamental...* (GORENDER, 1987, p. 143).

Porém ele não era um interlocutor ouvido pelos trabalhadores. Suas palavras enfureciam mais do que acalmavam.



Basta recordar o que disse na TV, em horário reservado pelo Governo. "Na TV, disse que a greve era um desafio ao governo e uma transgressão à lei, e que os grevistas poderiam ser demitidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional" (MIRANDA, 2008, p. 22). Na assembleia a que compareceu chegou a declarar para uma plateia atônita que "há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contrarrevolução que saberemos enfrentar com as mesmas armas" (CASTELO BRANCO, 2008, p. 18).

Mesmo os sindicalistas propensos ao acordo não consideravam que sua intervenção tivesse o propósito de mediar e fazer com que ambas as partes cedessem e chegassem a um acordo. Os anos de arrocho salarial e a face repressiva do regime se sobrepunham a qualquer palavra doce pronunciada num momento de tensão e conflito. Qualquer gesto era visto com desconfiança, mesmo que fosse verdadeiro. Passarinho viera propor aumento real de 10% para os salários de todos os trabalhadores, que não seria descontado na data-base, conforme afirmara a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Era uma grande vitória dos trabalhadores, mas a reação das bases foi a pior possível. "Além de fazer ameaças e de prometer um aumento, que não sairá, aos grevistas, o ministro nada acrescentou para a solução do problema", disseram os sindicalistas (JORNAL Última Hora, 24 abr. 1968).

O TIRO SAI PELA CULATRA

Pressionado pelo Governo, o Sindicato convoca nova assembleia, para colocar em votação a proposta apresentada, à qual compareceram diversos diretores de outros sindicatos metalúrgicos, para apoiar a proposta governamental.





Segundo *O Piquete* (n. 69, ano 4, 1º maio 1968), tomaram a palavra o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesita, Antônio Brum, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Jorge Norman, ambos vaiados impiedosamente pelos grevistas presentes. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem também apoia a proposta do Governo.

pelegos, Santana está na senda do recuo, declarando mesmo que estava na greve 'como mediador', que apoiava os trabalhadores, mas não a greve, que era ilegal (O PIQUETE, n. 69, ano 4, 1º maio 1968).

Esquecendo que foi eleito numa chapa de oposição, contra os

Mas, de forma surpreendente, a proposta governamental foi derrotada e, no dia seguinte, a greve se alastra por toda a Cidade Industrial.

No dia 22 de abril de 1968, entram em greve trabalhadores de mais cinco empresas: a RCA Victor, a Industam, Única S/A, Demisa, Metalúrgica Santo Antônio, Simel, Metalgráfico Triângulo, Babel Tratores, Metalferro, Ita e os 2.300 funcionários da Belgo que ainda aguardavam os acontecimentos.

O movimento atinge o seu apogeu, com 12 mil trabalhadores paralisados, ganha projeção nacional e vira manchete nos principais jornais do país. Além dos estudantes e bancários, a Igreja se posiciona abertamente a favor do movimento, baseando-se no direito mais elementar do ser humano: "O direito do feijão na marmita". O MDB também declara seu apoio ao movimento e até mesmo alguns deputados da Arena, como Jarbas Medeiros, ensaiam tímidos gestos de apoio à mobilização. Vários deputados federais, entre eles, Marcio Moreira Alves, Edgar da Mata Machado e Raul Belém, visitam as assembleias e prestam solidariedade irrestrita aos trabalhadores.





Apreensivos, os líderes sindicais, por sua vez, procuravam, a todo o momento, deixar explícitos os limites estritamente econômicos e sindicais da greve. Afirmavam que não estavam querendo derrubar o Governo ou mudar o regime:

Pouco nos importa quem esteja mandando, desde que nossos filhos tenham o que comer e onde morar. As declarações do Ministro na televisão foram contraproducentes, não levando a nada de positivo (JORNAL Última Hora, 23 abr. 1968).

A assembleia definiu que a greve continuaria até o 1º de maio.

OS IMPASSES DA GREVE

Nesse momento, o movimento grevista chega a uma encruzilhada delicada. Os patrões e o Governo tinham cedido; a contraproposta, se não era ideal, garantia a vitória do movimento. A diretoria do Sindicato era a favor do término do movimento, mas os grevistas, radicalizados, não aceitavam o seu fim.

Aceitar a proposta significava reconhecer nela alguma legitimidade, ou seja, que o chamado afrouxo salarial era verdadeiro e que havia disposição por parte do Governo em abrir o diálogo com os grevistas. Recusá-la parecia uma saída mais coerente, porém, com sua liderança rachada e com a diretoria do Sindicato favorável ao fim do movimento, a greve estava fadada ao fracasso. A proposta do Colina reflete esse impasse:

A greve não pode ser paralisada sem a conquista das reivindicações: 25% de aumento, garantia da não punição aos grevistas,



pagamento dos dias de greve. É o mínimo que podemos aceitar. Todos os trabalhadores devem hipotecar solidariedade ativa aos companheiros grevistas. E solidariedade tem nome: é a GREVE GERAL. Esta é a palavra de ordem da classe operária; GREVE GERAL. Vamos partir para paralisar as cem empresas da Cidade Industrial (O PIQUETE, n. 69, ano 4, 1º maio 1968).

A visão do grupo, cuja base sindical era muito restrita, indicava a radicalização do movimento. Para ele, sob a ditadura, "é impossível falar hoje em luta econômica sem suscitar imediatamente problemas de natureza política" (O PIQUETE, n. 69, ano 4, 1º maio 1968). Em suma, a natureza ditatorial do regime facilitava a politização dos movimentos sociais. A radicalização do movimento levaria ao seu amadurecimento e fortalecimento rumo ao socialismo e à luta armada.

O "TEMPO FECHA" E VEM O DECLÍNIO

Era uma profunda ilusão. A greve já havia alcançado seu apogeu e não possuía nenhuma estrutura organizacional para ir além. Embora o Colina lutasse pela constituição de comissões de empresas em todas as fábricas, combinada com uma atuação no interior dos sindicatos, nada disso ainda existia. Era um movimento incipiente, cuja expansão rápida lançara o brilho de uma explosão, que logo se apagaria.

O movimento já estava ferido de morte e as forças patronais e repressivas passam a agir, de forma conjunta. A Cidade Industrial é ocupada pela Polícia Militar, o Sindicato é fechado e mais de 20 lideranças presas. A combinação entre a repressão e a atitude das empresas, que passam a pressionar diretamente seus empregados, juntamente com a falta

de estrutura e organização do Sindicato para dar suporte a um movimento daquela dimensão, termina por levar o movimento a um progressivo esvaziamento.

No dia seguinte, 23 de abril de 1968, inicia-se o retorno desorganizado ao trabalho, e, três dias depois, a Cidade Industrial voltava à normalidade. Pelo menos, os dias parados foram pagos e o reajuste de 10% foi mantido.

A SABEDORIA DA REPRESSÃO

Até o dia 22 de abril, a posição da Secretaria de Segurança do Estado tinha sido extremamente discreta. Resumia-se, nas palavras do Secretário, a "proteger o patrimônio das empresas e garantir o livre acesso ao trabalho" (JORNAL Última Hora, 13 abr. 1968), o que vinha desagradando o patronato, que já se preocupava com o alastramento da greve por toda a Cidade Industrial, que compreendia cerca de 106 fábricas.

O presidente da Federação das Indústrias, Sr. Fábio de Araújo Mota, chega a fazer apelo ao governador para que ele interviesse na crise "para pôr termo ao movimento paredista, evitando, ao mesmo tempo, seu alastramento" (JORNAL Última Hora, 13 abr. 1968). Chegou a afirmar que, se a resposta do Governador Israel Pinheiro demorasse, estaria disposto "a ir até o Governo Federal para pedir sua ajuda para acabar com a greve na Cidade Industrial" (JORNAL Última Hora, 13 abr. 1968).

Segundo o Secretário de Segurança,

embora a greve dos operários tenha sido ilegal, o Governo Estadual tem que aplaudir a sua atitude (dos operários) durante a greve. Não provocaram desordens, não depredaram nada e não entraram em choque com a polícia (JORNAL Última Hora, 23 abr. 1968).





De fato, não houve nenhum confronto entre policiais e grevistas, nem mesmo quando os piquetes foram formados. Mesmo a Delegacia Regional do Trabalho não decretou intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos.

Essa atitude da polícia pode ser explicada de várias formas.

Possivelmente, Israel considerava a greve um problema exclusivo do Governo Federal. Afinal, fora Castelo Branco quem impusera o arrocho salarial, e uma série de medidas da equipe econômica levou inúmeras empresas à falência, combalindo as finanças dos estados. O Estado de Minas estava quebrado, com dificuldades até mesmo para pagamento do salário dos servidores.

Além disso, a greve não assumiu, em nenhum momento, um colorido político, limitando-se a reivindicações econômicas, salariais, restritas ao universo do trabalho.

Até mesmo a atitude do representante do Governo Federal para com a greve fora relativamente amena. Passarinho chegou a criticar abertamente o peleguismo; afirmou que os salários estavam realmente baixos e, sobretudo, negociou com trabalhadores em greve, mesmo estando em uma posição de força. Ele mesmo não propôs a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos.

Havia uma nítida diferença entre as aguerridas, politizadas, mas pouco eficazes mobilizações estudantis e aquela greve. O risco de tratá-las da mesma maneira, considerá-las idênticas e acabar por criar entre elas um vínculo político era uma preocupação do Governo Federal, que procurava evitá-lo a qualquer custo.

A julgar pelo acervo do Dops, a polícia política não localizava a presença de nenhuma organização de esquerda no seio do movimento sindical. Uma repressão indiscriminada poderia semear o terreno para aqueles grupos.

Porém, logo após o término da greve, as forças policiais começam a agir, seletivamente. O Ministro Passarinho deu



a senha, ao culpar novamente os radicais pela greve, que, segundo ele, teria sido liderada por um grupo de operários radicais, que teriam perdido a liderança do movimento nos seus momentos finais.

Nas assembleias de encerramento, o Dops mandou vários agentes à reunião, inclusive fotógrafos encarregados de registrar o evento. No dia 26 de abril de 1968, começam a ser feitas as prisões. O primeiro a ser preso foi o presidente do Sindicato, Antônio Santana, solto seis horas depois.

Depois, foi detida a secretária geral do Sindicato, Imaculada Conceição, cuja casa ficava vigiada 24 horas por dia. Já em maio, foi a vez de Ênio Seabra, cuja prisão foi logo relaxada por pressão dos seus colegas da Mannesman. Vinte e duas demissões são registradas nas fábricas Brasilit e Minas Aço.

A greve fora vitoriosa, mas, agora, era a hora de os trabalhadores mais conscientes e politizados pagarem a conta.

A resposta dos trabalhadores seria o fortalecimento das manifestações previstas para o dia 1º de maio, legalmente autorizada, a ser realizada em recinto fechado.

O CENÁRIO DA GREVE

Para Francisco Weffort, que escreveu um ensaio clássico sobre o assunto,

A greve de abril em Contagem foi um caso típico de irrupção espontânea das massas operárias. Isso não quer dizer que não tenha sido de certo modo 'preparada' por algumas condições. A propósito, é preciso mencionar, em 1967 e 1968, a aguda crise de emprego vivida pela região de Belo Horizonte e a agitação sindical, que em parte constitui uma resposta aos estímulos do Ministério do Trabalho a uma "renovação sindical" e em parte o resultado





dos esforços de mobilização operária realizados pelas "oposições sindicais". Nesse contexto de crise econômica e de crise sindical, é preciso mencionar ainda a presença (que se pode inferir por algumas informações da imprensa como relativamente atuante) de alguns grupos de esquerda. Aí estão, resumidamente, as três condições principais de que nasce o movimento (WEFFORT, 1972, p. 21).

Falar em irrupção espontânea das massas é um exagero. A paralisação iniciada na trefilaria da Belgo-Mineira foi cuidadosamente preparada dentro da própria fábrica, sem que fosse necessária a formação de piquetes. Porém, a expansão do movimento — pela rapidez com que a greve cresceu e seu posterior declínio — guarda características de uma irrupção espontânea, motivada pelas razões citadas pelo pesquisador.

Além do arrocho salarial, as condições de vida e trabalho reinantes na Cidade Industrial eram devastadoras e foram apontadas no "Diagnóstico da Economia Mineira", elaborado pelo BDMG, naquele ano. Cerca de 65% dos que lá trabalhavam ganhavam um salário mínimo, e mais de 87% dos operários ganhavam menos de um salário mínimo e meio.

Trinta e cinco por cento moravam em Belo Horizonte, fazendo, diariamente, uma viagem de 24 quilômetros de ônibus ou a pé, para trabalhar. Setenta por cento dos trabalhadores pagavam aluguel, enquanto uma pequena minoria morava nas ruas.

O grau de instrução era baixíssimo: dos 16.610, 24% tinham curso primário completo; 36% não tiveram oportunidade nem de terminar o primário. Cerca de 160 — 1% — tinham terminado o ginásio e 2,3% tinham o ginásio incompleto.

A maioria dos trabalhadores era formada pelos chamados "peões": sem instrução alguma, fazendo trabalhos braçais,

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:148;Data:14 de May de 2015 07;41:13



Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:149;Data:14 de May de 2015 07;41:13



Abril de 1968. Entrada da Trefilaria da Belgo-Mineira, onde se iniciou a greve dos metalúrgicos, em abril daquele ano. No seu interior, os operários paralisados. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.









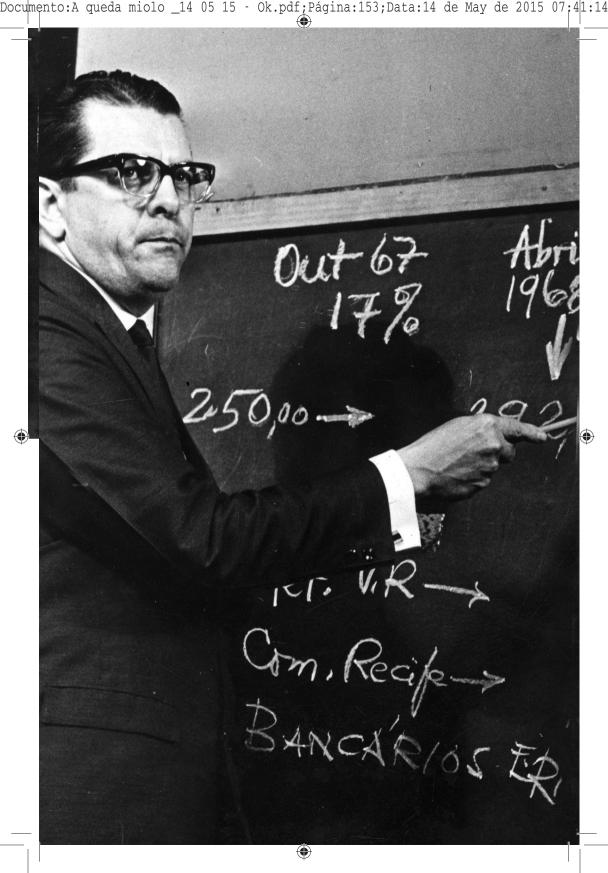
Abril de 1968. Passarinho discursando no Sindicato dos Metalúrgicos. À sua direita, a Secretária do Sindicato, Maria Imaculada Conceição, então militante do grupo Corrente Revolucionária. Fonte — Acervo Marcelo Pinheiro.



1968. Antônio Santana, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O Sindicato comportou-se com determinação durante a greve, apesar de todas as pressões. Anos mais tarde, Santana se revelaria militante do PCB.
Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.

Tonte Necroo Jornal Estado de Ivilite

1968. O Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, na assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos, procurando convencer os grevistas por meio de cálculos matemáticos. A greve foi vitoriosa e conseguiu 10% de aumento, os quais seriam estendidos a todos os trabalhadores do Brasil. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.



destituídos de qualquer especialização. Não seria exagero dizer que a Cidade Industrial estava pronta para explodir.

Os estímulos à renovação sindical também fizeram sua parte. O Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem recomeçara a viver, em meados de 1967, quando terminara a intervenção do Ministério do Trabalho, na pessoa do Sr. Onésimo Viana, que já se prolongava por três anos, deixando toda a categoria sem nenhum canal minimamente legítimo de participação e negociação salarial.

Nas eleições sindicais de 1967, duas chapas concorrem. Uma delas, organizada pelos interventores, e a outra liderada por Ênio Seabra, que fora presidente do Sindicato até 1964, quando foi deposto por força da intervenção do Ministério do Trabalho.

Entretanto, seu nome foi vetado pela própria Delegacia Regional do Trabalho, como era de se esperar.

Ênio consegue concorrer, por força de mandato judicial, mas sua posse e a de mais três outros sindicalistas foram impedidas pela DRT. Como resposta da categoria a esses movimentos repressivos, a posse da nova diretoria foi uma solene homenagem ao seu líder, Ênio Seabra, que se tornou o real presidente do Sindicato.

Era uma diretoria heterogênea, politicamente confusa, mas totalmente diferente do peleguismo reinante no movimento sindical, que era criticado veementemente até pelo próprio Passarinho, interessado na revitalização da vida sindical.

Uma resposta do Ministro à indagação feita em plena greve por um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem clareia o posicionamento das duas partes. Um diretor daquela entidade queixa-se ao Ministro da omissão dos dirigentes da Federação dos Metalúrgicos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que, até aquele momento, não tinham dado uma palavra a respeito da greve de Contagem.



Responde o Ministro:

Eu não tenho culpa do peleguismo existente nos quadros do sindicalismo brasileiro porque a atual estrutura sindical já vem de muitos anos e não é com um dia que vamos acabar com a corrupção e o peleguismo. Mas estamos tentando adotar medidas nesse sentido e uma delas é a lei que exige o rodízio nas eleições sindicais (JORNAL Última Hora, 22 abr. 1968).

A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS

Nesse panorama de renascimento do movimento sindical, liderado por uma diretoria ainda jovem e heterogênea, a presença dos grupos políticos não pode ser subestimada.

A agitação e a propaganda da esquerda organizada traziam para a cena dos trabalhadores imagens e versões do que estava acontecendo nos outros movimentos sociais. Havia a recente greve da Acesita, além das manifestações estudantis, cuja ousadia despertava o entusiasmo de todos que se ressentiam do regime militar. Ao irem às ruas, os estudantes deram um exemplo prático de que era possível lutar. *O Piquete* e os militantes do Colina fizeram contatos e contribuíram para a deflagração do movimento, embora não o tivessem dirigido.

A Frente Sindical antiarrocho, formada principalmente pelo Sindicato dos Bancários e Metalúrgicos, já fizera importante mobilização no dia 28 de março, em recinto fechado, legalmente autorizada, como forma de preparação das atividades do 1º de maio. Recentemente, o então presidente do Sindicato, Antônio Santana, declarou-se militante do PCB à época. A Secretária do Sindicato, Imaculada Conceição, era filiada à Corrente Revolucionária, a dissidência mineira do PCB.

Ênio Seabra dá indícios das movimentações dos outros grupos, que transbordavam as fronteiras do Sindicato: "todos os grupos estavam ali presentes naquele movimento [...] Porque naquele tempo fazia os jornaizinhos internos dos grupos, tinha *O Bodoque*;⁴⁵ tinha o *Flecha*"⁴⁶ (SEA-BRA, 1995, p. 2, 12).

A greve ocorreu, apesar da opinião contrária da direção do Colina, o que demonstra a seriedade e responsabilidade dos seus dirigentes.

Isso não apaga a importância da participação dos grupos de esquerda na sua preparação e expansão. Todos os grupos, inclusive o Colina, cumpriram o papel de trazer novas ideias e propostas ao movimento sindical, preparando o terreno para a deflagração do movimento grevista.

O nome das lideranças do movimento da trefilaria da Belgo nunca apareceu. São aqueles heróis anônimos cujos atos tiveram um alcance que nunca poderiam sonhar. Mas sua ação, certamente, não teria sido possível se alguém não ousasse semear ideias e propostas, na confiança de que seriam, cedo ou tarde, transformadas em ação.



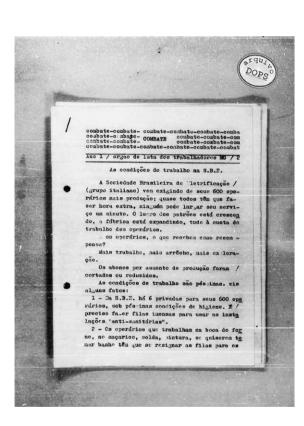
⁴⁵ *O Bodoque* era o jornal editado pela AP, grupo ao qual o próprio Ênio se considerava vinculado, embora não participante. A AP, Ação Popular, realizava à época um profundo movimento de proletarização dos seus quadros. Enviava para a produção seus quadros "pequeno-burgueses", tanto para reeducá-los, fazendo com que se aproximassem dos verdadeiros operários, como para conseguir penetração junto ao operariado. O grupo editava ainda o jornal *O Companheiro*.

⁴⁶ O jornal *Flecha* era editado pela cisão do PCB, a Corrente Revolucionária. O jornal *Combate* era, provavelmente, editado pela antiga Polop, que passou a se denominar POC. Já *O Piquete*, editado pela Polop, era o mais tradicional panfleto ou jornal editado pela esquerda. Em 1968, chegara ao seu número 69 e exercia um papel considerado estratégico pelo grupo: a propaganda política: fazia análises de conjuntura; divulgava as vitórias do povo vietnamita; propagandeava as manifestações estudantis; enfim, abrangia todos os aspectos considerados necessários pelo Colina para formação da consciência de classe dos trabalhadores.

1968. Jornais dos grupos de esquerda Ação Popular e POC: O Companheiro e Combate. Fonte - Acervo Marcelo Pinheiro.







1968. Jornal *Combate*. Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.





1968. Número de *O Piquet*e, misto de jornal dirigido aos operários mais politizados e órgão oficial do Colina. Era ilustrado por Guido Rocha e redigido por Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto.

Fonte – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 16, subpasta 2.





Maio de 1968. Panfleto do POC — Partido Operário Comunista, a denominação escolhida pela Polop, após o racha do Colina. Fonte — Acervo Marcelo Pinheiro.





CAPÍTULO VIII

Concepção da luta revolucionária

Enquanto a greve de Contagem acontecia, na mesma cidade, em um sítio pertencente à família de Reinaldo José de Melo, o Rafael, 23 anos, natural de Nova Lima, estudante de Filosofia, a fina flor do que seria o Colina, estava reunido, junto com outros dissidentes da Polop de outros estados, para tratar da organização do grupo. Lá estavam, entre outros, Carlos Alberto, Herbert Eustáquio de Carvalho, Jorge Batista Filho, Gilberto Martins, Carlos Vilan Piñon, Dilma Vana Rousseff, José Flávio Rodrigues, Jorge Raimundo Nahas, Apolo Heringer Lisboa, Luiz José de Macedo, Guido Rocha, Cláudio Galeno, João Lucas Alves, além dos representantes do Rio de Janeiro.

Apesar da greve dos metalúrgicos, da explosão do movimento estudantil e das peripécias do general Costa e Silva, as concepções do Colina permaneceram inabaladas. As discussões foram acaloradas, mas convergiam para um ponto básico: a defesa da luta armada e da guerra de guerrilhas.

O modelo russo de revolução estaria ultrapassado e a guerrilha seria a resposta política a uma situação concreta, já que, "hoje, no Brasil, estão maduras as condições para o desenvolvimento da luta armada" (REIS FILHO, 1985a, p. 137).

Nesse congresso, é aprovado o documento-base do Colina, intitulado "Concepção da luta revolucionária", que era uma resposta ao Programa Socialista para o Brasil, da Polop, aprovado no IV Congresso.

O documento exala a confiança de quem teria encontrado respostas e o verdadeiro caminho para a Revolução Brasileira. Mantendo a erudição e o conhecimento teórico





vindos da Polop, opóe-se àquele grupo com uma defesa caudalosa da luta armada e da guerra de guerrilhas.

A ditadura tenderia a assumir um caráter permanente, devido às características do capitalismo brasileiro, baseado em uma relação entre latifundiários, imperialismo e burguesia brasileira, que levaria à estagnação econômica e à superexploração dos trabalhadores, para manutenção do lucro capitalista. Por essa razão, os movimentos sociais estariam sob total controle e vigilância da ditadura e seriam violentamente reprimidos ao mostrar qualquer combatividade. Sua organização autônoma seria impossível.

"A defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxista-leninistas travam contra os reformistas", afirma o Colina. "A luta armada é a única forma de se alijar do poder os representantes de uma classe social" (REIS FILHO, 1985a, p. 135).

E mais adiante: "A luta armada é a única forma de dar consequência à luta do povo brasileiro" (REIS FILHO, 1985a, p. 135).

O desencadeamento da luta armada fortaleceria o processo de tomada de consciência dos trabalhadores urbanos e rurais. Esta seria iniciada pelos militantes das organizações de forma independente do movimento de massas. A ação armada dos militantes impulsionaria as massas e contribuiria para a formação da consciência política de amplos setores sociais.

O CARÁTER SOCIALISTA DA REVOLUÇÃO

O grupo modifica, de forma um tanto ambígua, a ideiachave da Polop referente ao caráter socialista da revolução. A revolução seria anti-imperialista e antilatifundiária. A luta seria pela libertação de todo o povo brasileiro, visando





à instalação do Governo popular revolucionário, sustentado pela aliança entre operários e camponeses. Os estudantes e as classes médias também participariam dessa aliança, mas de forma secundária. Porém a ideia-chave, herdada da Polop, continuaria a mesma:

Ao integrar o latifúndio e o capital estrangeiro ao seu horizonte histórico, o capitalismo brasileiro associou ao seu o destino do subdesenvolvimento. Em termos mais claros, o subdesenvolvimento brasileiro não pode ser superado dentro dos quadros do capitalismo pois os entraves ao desenvolvimento industrial são o monopólio latifundiário da terra e o capital estrangeiro com os quais o capitalismo brasileiro está comprometido econômica, política e ideologicamente (REIS FILHO, 1990, p. 139).

Não haveria espaço para alianças com a burguesia ou para a revolução em etapas. Como disse Maria do Carmo Brito,

Na União Soviética, a revolução foi socialista [...] Em Cuba, a luta revolucionária tinha o caráter de libertação nacional [...] Eu achava mais ou menos o seguinte: vamos tocando o bonde, que essa revolução vai ser o que for (VIANNA, 2003, p. 44).

Não se falava em revolução por etapas ou aliança com a burguesia. Pode-se concluir que se tratava sobretudo de um discurso tático, visando a granjear simpatias para a proposta de revolução socialista.⁴⁷





⁴⁷ O *Jornal Em Tempo* publicou uma série de reportagens pioneiras na década de 1980, de autoria de Marco Aurélio Garcia, sobre as organizações de esquerda que atuaram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Logo em seguida, o autor publica naquele jornal o artigo "Contribuição à História da Esquerda Brasileira, 1964-1979". Naquelas reportagens, Marco Aurélio agrupa as organizações em torno de três eixos básicos, com base nas suas divergências: o caráter da revolução brasileira — se socialista ou etapista; a organização revolucionária — leninista clássica ou outros tipos; e as formas de luta revolucionária, ou seja, se haveria ou não o privilégio pelo menos teórico na instalação do foco

O FOCO GUERRILHEIRO

O foco proposto pelo Colina seria composto por um pequeno núcleo de militantes, que iniciariam combates armados contra o poder burguês em áreas rurais remotas. O campo era considerado o elo fraco do capitalismo brasileiro, pois as cidades estariam sob cerco atento dos órgãos repressivos. As características geográficas da área seriam mais importantes que as sociais. O foco deveria se localizar em uma área agreste, remota, onde a mobilização de grandes tropas fosse difícil ou impossível. A região escolhida deveria abrigar posseiros, parceiros, pequenos proprietários com contradições violentas com os latifundiários, grileiros e especuladores. A tradição política da região seria menos importante do que as condições geográficas que favorecessem a sobrevivência da guerrilha.

Possivelmente devido ao fracasso da Guerrilha de Guevara na Bolívia, que ocasionou a sua morte no final de 1967, o foco guerrilheiro assume o nome de Força Móvel Estratégica, pois não haveria uma base guerrilheira fixa, para evitar tanto o cerco pelos militares quanto represálias sobre a população civil. A Força Móvel Estratégica seria destacada da população civil e organizada de forma independente dela.

O trabalho político prévio não era recomendado, pois poderia atrair a repressão sobre as massas. Seria o exemplo dos guerrilheiros, os combates que o foco travaria e suas ações na região que despertariam a consciência dos camponeses, os quais, aos poucos, iriam aderir à guerrilha.





guerrilheiro. Seguindo essa classificação, o Colina defenderia o caráter socialista da revolução; optava pela forma leninista de organização; e a forma de luta adotada seria o foco guerrilheiro (Cf. RIDENTI, 2010).

⁴⁸ Grilagem de terras e assumir, muitas vezes, de forma violenta, a posse e a propriedade de terras ocupadas por pequenos proprietários, que não podem comprovar serem donos delas.

Essa adesão acabaria por lançar as bases tanto do Exército quanto do Partido Revolucionário, que se constituiriam em uma alternativa ao poder burguês. As ações armadas cumpririam um papel de educação das massas: "o trabalho político a própria luta o fará". Enquanto, na teoria política leninista, a tomada de consciência dos trabalhadores se daria através do trabalho de agitação e propaganda do partido, transformando as lutas econômicas e espontâneas das massas em impulso revolucionário, no Brasil, e na América Latina, essa tarefa seria cumprida pelo foco guerrilheiro.

Fica evidente a substituição da experiência da luta das massas pela luta isolada de alguns militantes. O exemplo e a luta da vanguarda ajudariam a formar a consciência revolucionária de todo um povo. Na prática, a vanguarda iniciaria isoladamente a luta armada e seria seguida pelas massas, em um momento posterior.

O caráter pedagógico da violência é outro ponto de destaque, embora não seja específico do Colina. Os atos violentos realizados pela vanguarda conscientizariam e mobilizariam as massas.⁴⁹

A IMPORTÂNCIA DO CAMPESINATO

Seria o campesinato pobre, submetido e explorado pelos latifundiários, que sustentaria a guerrilha e a formação do Partido e do Exército Revolucionário. A modificação na correlação de forças através da guerra de guerrilhas criaria





⁴⁹ Leite (2009, p. 55) e Gorender (1987, p. 96) referem-se a Franz Fanon, autor do livro *Os Condenados da Terra*, sobre a guerra de libertação da Argélia, que foi prefaciado por Jean-Paul Sartre, como uma possível fonte de inspiração tanto do Colina quanto da ALN.

as condições para que o proletariado urbano participasse, de forma efetiva, do processo revolucionário, por meio da insurreição urbana e da greve geral, que dariam o golpe final no poder burguês.

O Colina soergue a figura do camponês, do pequeno proprietário rural, e confere a ele um papel idêntico ao que Marx e Lênin delegaram ao proletariado urbano industrial.

Seguramente, o exemplo de movimentos revolucionários, como o da China, do Vietnã e da Argélia, influenciou a leitura que o grupo passou a fazer do campo brasileiro. O conflito entre posseiros e grileiros, entre camponeses e latifundiários, tornava-se o mais importante de todos e assumiria a centralidade no Brasil.⁵⁰

Essa visão era, até certo ponto, pouco coerente com o conteúdo do documento, que afirmava o caráter capitalista da sociedade brasileira e, como consequência, a perda de importância econômica e política dos latifundiários.

Até mesmo o PCB já apontara para a modernização crescente da sociedade brasileira, o acelerado processo de urbanização e industrialização que o país vivia na década de 50, além da importância crescente do trabalho assalariado no campo.



⁵⁰ Em 30 de janeiro de 1968, os guerrilheiros do Vietná do Sul, chamados de Vietcongs, juntamente com as tropas de elite do Vietná do Norte, deflagraram a ofensiva do Tet, o ano novo lunar vietnamita. Os guerrilheiros saíram da guerra de guerrilhas para uma guerra de posições, atacando bases aéreas americanas, ocupando cidades importantes e impondo derrotas aos sul-vietnamitas. Até mesmo a embaixada americana em Saigon chegou a ser ocupada por guerrilheiros Vietcongs, que exibiram sua bandeira no alto do telhado. As imagens da ofensiva vietnamita, feita à custa de mais de 70 mil vidas, correram todo o mundo e demonstraram que o poderoso império americano era impotente para subjugar um povo unido e determinado a preservar sua independência.

A ORGANIZAÇÃO DAS MASSAS E A FORMAÇÃO DO PARTIDO

O foco e a consequente formação do Exército Revolucionário cumpririam também o papel de organizar as massas. Assim, enquanto na Rússia Revolucionária os trabalhadores se organizaram em sovietes, que se constituíram no embrião de um novo poder, no Brasil, esse papel seria cumprido pelo foco guerrilheiro e pelo Exército Revolucionário.

O Exército seria uma organização de massas, aberto a todos que se dispusessem a lutar contra a ditadura.

No interior do Exército seria também formado o Partido Revolucionário. O foco guerrilheiro seria o embrião tanto de uma potente estrutura organizacional dos camponeses e operários quanto de um novo partido político.

A luta armada seria equivalente às greves, às manifestações de rua e a outros embates travados pelos operários na Rússia.

Esses pontos eram considerados chave pelos militantes e os enchiam de orgulho. Assim como a Polop rompera com o reformismo e elaborara uma visão alternativa do processo revolucionário, o Colina estava conseguindo dar seus próprios passos e elaborar sua versão do caminho da revolução brasileira.

AS DIFERENÇAS ENTRE O COLINA E OS OUTROS GRUPOS

Em Belo Horizonte, além dos militantes que continuaram na Polop, formando o POC, eram também expressivos os da Ação Popular, que agora se denominava Ação Popular Marxista Leninista, e os da Corrente Revolucionária, a dissidência do Partido Comunista em Minas Gerais que se aproximaria da ALN de Carlos Marighella.





A polêmica se dá, sobretudo, com a Ação Popular, que se tornara adepta do maoísmo e optou pelo caminho da Guerra Popular Prolongada. A AP originara-se no início da década de 60, inspirada em teóricos do humanismo cristão. Depois do golpe, inicia sua adesão ao marxismo e encanta-se inicialmente pela experiência da Revolução Cubana. Após o envolvimento de um dos seus membros com o atentado praticado contra Costa e Silva, em 1966, a AP afasta-se dos cubanos e aproxima-se dos líderes da Revolução Chinesa e dos princípios do maoísmo. A AP rejeitava o imediatismo da luta armada e condenava as ações expropriatórias ou os atentados praticados pelas organizações militaristas. Preconizava que seus militantes se despissem das suas características pequeno-burguesas e se vinculassem às massas. A luta armada seria consequência natural da radicalização da luta das massas. Segundo essa concepção, a guerrilha seria precedida de um trabalho de massas, que seria feito na região escolhida para deflagração da luta armada. Haveria propaganda do programa e do partido de modo que as lutas econômicas e políticas fossem radicalizadas até sua transformação em conflito armado.

Praticamente nenhum dos seus militantes foi preso acusado de assaltos, sequestros ou outros atentados.

Essa teoria é duramente criticada no documento-base do Colina, alegando que o grupo defendia o espontaneísmo no campo da luta armada.

O texto procura dialogar com outros grupos, em especial a VPR paulista, que estava em processo de formação, abrigando militantes egressos da Polop, do MNR e dissidentes do PCB.

De forma prudente, evita críticas aos outros grupos guerrilheiros, pois seus planos incluíam a aproximação e fusão com organizações próximas.



Os contatos com a ALN também devem ter influenciado a teoria do foco guerrilheiro, embora houvesse divergências em relação ao caráter da revolução e sobre a formação do Partido Revolucionário.

Marighella defendia a formação de colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam Brasil afora, contando com pontos de apoio montados anteriormente, ideia bem próxima à da coluna móvel estratégica defendida pelo Colina. Mais que isso: defendia a ação direta, sem intermediações do movimento de massas.

Na busca da sua identidade, o Colina procurava situarse entre duas vertentes: nem abandonar o movimento de massas, como propunha a ALN, que dava ênfase absoluta ao aspecto militar, nem submeter-se à dinâmica daqueles movimentos, como propalava a AP. O grupo não se considerava uma organização militarista. Preconizava a combinação entre a luta política e a luta armada.

É nesse espaço político que procurava se mover. Seus militantes tinham absoluta certeza de que estavam seguindo os mesmos passos de Marx e Lênin.

Até o Congresso de abril de 1968, a identidade do grupo estava se formando. Os militantes se autodenominavam "racha da Polop", ou O. (O pontinho). O grupo ainda carecia de segurança para postar-se como o embrião do futuro partido.

Detinha quadros experientes, cultos, formados na antiga tradição da Polop, que estimulava seus militantes a estudar o marxismo. O convívio com outros grupos também estimulava a discussão interna e a busca de rumos.

A elaboração de um documento-base, a escolha da sua direção nacional e a consolidação de uma estrutura organizacional interna tinham o papel de diferenciar o grupo e afirmá-lo politicamente.



Enfim, no Congresso, o grupo passa a se denominar Colina (Comando de Libertação Nacional). Ali foi eleita a sua direção, composta por Apolo Lisboa, Ângelo Pezzuti e Carlos Alberto por Minas Gerais, além de Juares Brito, Maria do Carmo e João Lucas Alves, pelo Rio de Janeiro (CHACEL, 2012, p. 66). Foi também definida a estrutura interna, que sua direção começou a montar, dando-lhe a forma de Organização Político-Militar, que o grupo estava almejando.

O passo seguinte seria puxar o gatilho e realizar ações armadas. Sem que percebessem, o primado da ação também encantava os militantes do grupo.

O SENTIDO DA LUTA DO COLINA

Todos os grupos de esquerda, sem exceção, trabalhavam com a hipótese de que o capitalismo brasileiro não tinha saída, que estaria vivendo uma crise profunda, permanente, originária da aliança entre imperialismo, latifúndio e burguesia nacional.

A derrota de 1964 era explicada pela capitulação do Partido Comunista perante a burguesia. A vanguarda que agora surgia se reencontrara com o marxismo, renovado pela experiência da Revolução Cubana.

A ditadura seria um ato de desespero de quem procurava, por todos os meios, manter o poder.

O cenário internacional, marcado pela existência de inúmeros países considerados socialistas e de guerras revolucionárias em andamento, parecia confirmar essa hipótese.

O Brasil seria um barril de pólvora, pronto a explodir. O momento era propício para a luta armada. Esta, quando deflagrada, faria o papel de um detonador, que levaria as

170

massas a uma rebelião, engrossando as fileiras do Exército Revolucionário.

A confiança na vitória era tanta que o Colina e outros grupos não lutavam apenas contra a ditadura: dirigiam suas críticas ao capitalismo e procuravam selecionar seus aliados; estes encontravam-se apenas entre o proletariado e os setores médios.

Não era um discurso antiditatorial, mas anticapitalista. Mais ainda: seria esse posicionamento, combinado com ações armadas, que evitaria novas derrotas do proletariado.

Essa tomada de posição era também impulsionada pelo clima ditatorial. A ilegitimidade do poder e a violência política explícita impulsionavam e davam legitimidade a uma anteposição violenta à ordem vigente. Não se falava em resistir à ditadura, mas em derrubá-la.

Não passava pela cabeça dos militantes de esquerda que profundas mudanças estavam em curso na sociedade brasileira. O saneamento financeiro feito pelo Governo Castelo Branco, acompanhado do arrocho salarial, estava começando a dar lugar para a expansão econômica do Brasil, que geraria espaços para acomodação de amplos setores sociais no seio do aparelho do Estado. A inflação baixava e o emprego crescia em todo o país. Afinal, o capitalismo brasileiro não estava nem bloqueado nem estagnado. O progressivo endurecimento do regime também parecia não importar: não era percebido como um dado fundamental na formulação das táticas políticas.

O fato de o Colina ser um grupo pequeno, pouco articulado nacionalmente, com escassos recursos materiais e sem vínculos orgânicos com Cuba, que era o epicentro da revolução latino-americana, não amedrontava nem desestimulava seus militantes. Os desafios materiais envolvidos para a articulação do foco guerrilheiro deviam ser vencidos por meio de ações de expropriação. O impulso e o desejo de pegar em armas logo se materializariam. Era preciso lutar. A revolução tinha pressa.

A ESTRUTURAÇÃO INTERNA

A direção eleita não estava para brincadeiras e divide o grupo em duas grandes vertentes, que seriam estanques. O princípio era: quem estava no movimento de massas poderia ser seguido ou preso de uma hora para outra. Por isso, o Colina criou duas estruturas, vinculadas verticalmente à sua direção. A primeira delas era o Comando Urbano, responsável pelo trabalho de massas do qual o Colina nunca se desvinculou e ao qual jamais deixou de dar importância. Seria responsável pela inserção do movimento de massas nas cidades, fundamental para o futuro apoio a ser dado à guerrilha rural. Cumpriria também tarefas de recrutamento e ampliação de novos militantes, além do trabalho de imprensa e divulgação das ações guerrilheiras. Para o Colina, a guerrilha rural era a espinha dorsal da estratégia do grupo. A participação no movimento urbano seria necessária para assegurar apoio político à guerrilha. Segundo o IPM que investigou as ações do grupo, em 1969, "as células que realizaram trabalho mais ativo foram as das Faculdades de Medicina, de Veterinária e a do Sindicato dos Metalúrgicos" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 310).⁵¹





⁵¹ De acordo com o IPM do Coronel Medeiros, de onde foram extraídas as informações sobre a estrutura interna do grupo, o Comando Urbano era dirigido pelo militante Badih Melheim e compunha-se dos militantes Herbert Eustáquio Carvalho, João Batista dos Mares Guia, José Flávio Rodrigues Pereira, Marcia Elias Viana Melhem, Marco Antônio de Azevedo Meyer, Jorge Batista

A segunda grande vertente era o Comando Militar, cujo núcleo central estava reunido na Rua Atacarambu, esperando o dia amanhecer.

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:173;Data:14 de May de 2015 07;4|1:17





Filho, Rubem Carlos Pinto de Souza. Muitos outros militantes e simpatizantes



CAPÍTULO IX

O 1º de Maio

A greve terminara. Uma batalha fora travada e, certamente, haveria outras pela frente. O 1º de maio se aproximava.

A Comissão Intersindical de luta contra o arrocho salarial, que fizera seu primeiro ato em recinto fechado no dia 28 de março de 1968, estava às voltas com uma questão complicada: tinha marcado para o dia 1º de maio uma nova manifestação, também em recinto fechado, onde planejara continuar sua campanha — pacífica, legal, praticamente de propaganda — de combate ao arrocho salarial.

Porém, entre o final de março e a data prevista, as coisas mudaram, e, agora, o "1º de maio" estava por se transformar em um movimento real, de massas, e não apenas contra o arrocho, mas também contra a ditadura. Àquela altura, as forças sociais que se moviam contra o Governo tinham visões, ritmos e formas de luta distintas e, algumas vezes, se opunham e se criticavam. O próprio movimento estudantil, que tomava a linha de frente dessa luta, era marcado por profundas diferenças. As organizações de esquerda que atuavam naquele movimento tinham enormes divergências entre si.

Com o desenrolar dos acontecimentos, a posição das principais lideranças foi evoluindo. No dia 29 de abril de 1968, o presidente do DCE, Jorge Batista, foragido da polícia e com prisão preventiva decretada, anuncia que os estudantes compareceriam à manifestação de 1º de maio, convocada para o Auditório da Secretaria de Saúde, localizado no Centro de BH, nas proximidades do Mercado Municipal. Jorge arrematou dizendo que a luta dos estudantes e





operários era a mesma, pois "ambos querem melhores dias e lutam contra o mesmo Governo, que instituiu o arrocho salarial, o arrocho sobre os sindicatos e restringe a liberdade dos estudantes e dos trabalhadores" (JORNAL Última Hora, 29 abr. 1968).

Alguns estudantes passam a panfletar na porta das fábricas na Cidade Industrial e acabam presos: Leovegildo Pereira, José Benedito Nobre Rabelo e Nilmário Miranda, da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), foram presos na porta da Mannesman. Eram os militantes que não racharam com a Polop, propagandeando o seu novo partido: o POC — Partido Operário Comunista. A prisão de Nilmário gerou protestos na Face, que foi fechada pelos estudantes, no dia posterior à sua detenção.

Setores da Igreja Católica também aderiram vivamente ao movimento, passando a convocar a manifestação após a leitura do Evangelho, e, na porta das principais igrejas, eram distribuídos panfletos convidando para o grande momento.

Para esvaziar a manifestação, o Governo tomou medidas: naquele dia, os cinemas passariam filmes de graça. No Mineirão, o grande time do Cruzeiro, com Tostão, Dirceu Lopes, Zé Carlos e grande elenco, que fora campeão brasileiro em 1966, jogaria com os portões abertos.

E, mesmo com as providências tomadas para o esvaziamento da concentração, no auditório da Secretaria de Saúde, reuniram-se mais de duas mil pessoas, entre sindicalistas e estudantes (JORNAL Diário da Tarde, 02 maio 1968). A manifestação iniciou-se pontualmente às 9 horas, quando o presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Guilherme, leu o nome dos sindicalistas que integravam a Comissão Intersindical contra as leis do arrocho e fez a chamada dos sindicalistas que compunham a comissão.

Sintomaticamente,

[...] alguns não apareceram, dentre estes, os Srs. José do Espírito Santo e Nilton Ferreira Borges, que desistiram de participar da concentração. Outros foram representados, como Raimundo Lobo, presidente do Sindicato dos Alfaiates, e Antônio Santana de Barcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que foi representado pela Srta. Conceição Imaculada, secretária do Sindicato. Outros subiram ao palco sob aplausos gerais, como os representantes do funcionalismo público, o presidente da Federação dos Bancários, Abel Nunes, e o presidente do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Daniel dos Santos (JORNAL Diário da Tarde, 02 maio 1968).

Um informante do Departamento de Vigilância Social (DVS) lá presente relata também a presença dos padres Michel Le Ven, Carlos Fragoso, Antônio Gonçalves, Miguel Gonzales, Aguinaldo Leal e Jorge Kesby. Relata ainda que foram convidados à mesa as representantes das professoras dissidentes, Iara Ferreira e Maria do Rosário Caiafa, além de representantes dos sindicatos ausentes, dominados por pelegos (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0250, rolo 17, imagem 212, p. 2).

Composta a mesa, foi dada a palavra ao metalúrgico Ênio Seabra, nomeado presidente de honra do encontro, "em homenagem à corajosa classe dos metalúrgicos, que mostrou a todo o povo brasileiro que a hora é de união de todos" (JORNAL Última Hora, 02 maio 1968).

Ênio foi o primeiro a falar, historiou sobre a greve e as pressões contra os grevistas. Destacou o espírito de luta, apesar das pressões do Ministério do Trabalho, das promessas do Ministro do Trabalho, feitas inclusive pela TV, e da presença da polícia na Cidade Industrial. Criticou alguns diretores que cindiram o movimento, o que, segundo ele, levou a um esvaziamento em sua reta final.





Foi tocado o hino nacional e iniciada oficialmente a assembleia, falando o primeiro orador inscrito, o representante dos trabalhadores da construção civil, que surrou com palavras o presidente do Sindicato da categoria, Francisco Pizarro, pelo abandono da Comissão Intersindical. Pizarro tinha denunciado a Comissão do Ministério do Trabalho como "muito radical".

Depois, foi a vez dos representantes dos marceneiros, trazendo a solidariedade da classe a todos os trabalhadores em seu dia. E desfilaram sucessivamente no microfone, ante aplausos cada vez mais acalorados, os representantes dos bancários, dos servidores públicos, dos empregados em entidades culturais (JORNAL Diário da Tarde, 02 maio 1968).

A manifestação encerra-se às 11h30min e iniciam-se os preparativos para a passeata. Todo o quarteirão da Secretaria de Saúde já estava cercado por mais de 300 soldados quando os operários começaram a sair.

Atrás do prédio da Secretaria, mais de cem policiais esperavam a ordem para dispersar a multidão. Aparecem operários conduzindo duas faixas dizendo: "1º de maio é dia de luta. Abaixo o arrocho". Um operário conduz uma bandeira nacional e dá início à passeata, seguido por um grupo de oitocentos trabalhadores que canta o Hino Nacional (JORNAL Última Hora, 02 maio 1968).

Imediatamente, 300 policiais cercam os manifestantes e jogam bombas de gás lacrimogêneo. A manifestação se dispersa com os trabalhadores refugiando-se na Secretaria de Saúde. Novas bombas são, então, jogadas dentro da Secretaria de Saúde, obrigando os manifestantes a abandonar o recinto, subindo a Rua Curitiba. Encontram-se logo em seguida com os policiais e recuam, sendo perseguidos. A Avenida Augusto de Lima, onde se situava a Secretaria de





Saúde, fica deserta e completamente dominada por policiais. Os manifestantes se reagrupam nas proximidades, na Rua Santa Catarina, sendo atacados pelos policiais, e iniciam-se as prisões. Ao meio-dia, o estudante José Carlos da Mata Machado é preso, apesar da resistência de uma mulher que estava com ele, que trocou sopapos e xingamentos com os policiais.

Grupos de manifestantes se espalham por todo o centro da cidade, chegando nas proximidades da Faculdade de Ciências Econômicas. Além de José Carlos, foram presos Luiz Otávio Matos Macedo, Dilmar Malheiros de Meira, do Colégio Estadual, e Afonso Celso Lana Leite, o Ciro, estudante de Veterinária, 24 anos, natural de Rio Casca, que iria brevemente pertencer ao grupo de fogo do Colina.

Em São Paulo, no mesmo dia, operários e sindicalistas de Osasco expulsaram, a pedradas, do palanque do 1º de maio organizado pelo PCB na Praça da Sé, o Governador Abreu Sodré, que foi atingido por uma batata cravejada na testa e refugiou-se dentro da Catedral.

O palanque foi queimado e os militantes exibiram, orgulhosamente, um pôster de Che Guevara para os presentes. Era o prenúncio da greve metalúrgica que ocorreria em Osasco no mês de julho de 1968.

A REAÇÃO OPERÁRIA AO 1º DE MAIO

As informações fornecidas pela imprensa indicam que a tentativa de passeata que se seguiu à manifestação foi uma iniciativa comum de todos os presentes na manifestação. Porém os membros da Comissão Intersindical contra a política salarial não entenderam assim e, talvez, tivessem razão, pois apenas estudantes foram presos.





Para o presidente do Sindicato dos Bancários, Homero Santos, "houve uma distorção na manifestação, contra a vontade dos dirigentes do movimento." Afirmou ainda que "até parece haver pessoas interessadas em desvirtuar os movimentos dos trabalhadores, incompatibilizando-os com a opinião pública", embora tenha considerado a manifestação (no interior da Secretaria de Saúde) positiva e grande o comparecimento do operariado (JORNAL Última Hora, 03 maio 1968).

E foi mais longe:

A concentração foi um fracasso se considerarmos que não foi realizado nem a metade dos itens previstos no programa da manifestação, unicamente e por culpa dos estudantes, que tomaram conta do encontro, não deixando ninguém adotar uma posição razoável [...] Os estudantes fariam muito melhor se cuidassem das suas reivindicações específicas, sem intervir daquela maneira nos problemas operários, pois a realidade que eles vivem é completamente diferente da nossa e as maneiras de reivindicar devem ser diferentes (JORNAL Última Hora, 03 maio 1968).

Um aviso, uma premonição.

Quando os sindicalistas criticavam os estudantes, era como se dissessem: "ditadura para vocês é falta de liberdade. Para nós, é falta de comida". Era esse o limite imediato da luta. Ter conquistas econômicas era seu objetivo tático e não um pretexto para lutar contra a ditadura.

A unificação desses movimentos, o pior pesadelo pressentido e temido pelos ditadores, estava longe de acontecer.

A crítica dos sindicalistas não era dirigida propriamente aos estudantes, mas às organizações de esquerda, que procuravam impulsionar o movimento sindical na luta contra a ditadura. O PCB, que continuava a ter alguma influência na diretoria de alguns sindicatos, continuava aferrado à sua linha

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:181;Data:14 de May de 2015 07;41:17



Maio de 1968. Estudantes picham ônibus utilizando *spray* fosforescente. Essa tática de propaganda foi largamente utilizada no período. Comícios e panfletagens dentro dos ônibus também eram frequentes.
Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.







•





Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:183;Data:14 de May de 2015 07;41:18



Maio de 1968. Policiais militares cercam a Rua Curitiba, nas imediações do local onde se realizava a manifestação relativa ao 1º de Maio. Após manifestação, realizada no Auditório da Secretaria Estadual de Saúde, atual Minascentro, haveria forte conflito. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





política elaborada antes de 1964 e procurava evitar a radicalização precoce do movimento de massas, que poderia levar à intervenção nos sindicatos e à destituição dos dirigentes sindicais a ele vinculados ou aliados.

Os grupos políticos nascentes, todos eles, inclusive o Colina, consideravam o Brasil um barril de pólvora, prestes a explodir. A extrema politização do movimento estudantil dava ares de verdade a essa opinião.

Àquela altura, o Colina já trilhava outro caminho: a luta armada, o foco guerrilheiro, que teria o papel de acordar, estimular e organizar as massas. As cidades cumpririam papel secundário na fase inicial da luta, devido ao cerco imposto pelo aparelho repressivo.

Porém a surpreendente presença política do movimento operário era muito tentadora.

As raízes desse pensamento estavam na Polop, na doutrina leninista, que considerava os operários "a" classe revolucionária por excelência, a única capaz de derrubar o capitalismo e, na sequência, passar à construção do socialismo.

O marxismo, sua ideologia, sua teoria política, deveria chegar até eles, por meio dos intelectuais que detinham esse conhecimento. A fusão entre o conhecimento dos intelectuais e o ímpeto revolucionário dos trabalhadores geraria um forte partido operário e a transformação social.

Esta só não teria acontecido ainda pelos erros cometidos no reformismo do PC e pela presença do trabalhismo entre os trabalhadores.

Mera ilusão. Em função do seu distanciamento do mundo real, os militantes tendiam a idealizar a classe e o mundo operário, considerando-a um todo homogêneo, pronto para aderir ao marxismo e ao socialismo. Isso nunca pertenceu à realidade. As diferenças sociais, culturais, raciais, sexuais, religiosas, econômicas e educacionais povoam o universo



operário como qualquer outro. Fazer com que os operários aceitassem o marxismo como a "sua ideologia", como se houvesse por trás desse processo um fatalismo histórico, era um sonho impossível, sonhado e perseguido por inúmeras gerações de revolucionários, em todo o mundo.

Porém, naquele momento, parecia que, enfim, uma solu-

ção havia sido encontrada. As ações armadas, a deflagração da guerrilha, combinada com a presença nos movimentos de massas, levariam o Brasil ao socialismo.

Mas 1968 ainda reservava muitas outras surpresas. Novas greves iriam eclodir em BH.







CAPÍTULO X

A invasão da Escola de Medicina e as últimas passeatas do primeiro semestre

Poucos dias após o 1º de maio, um novo conflito importante explode em BH. As perseguições movidas pelo Coronel Medeiros acabaram por acender a revolta dos estudantes da Faculdade de Medicina. Apolo Heringer Lisboa, o principal alvo das investigações, chegou a ficar mais de 50 dias preso, tendo passado pelo CPOR e pelo Dops, sendo interrogado sucessivas vezes. Para irritação dos militares, tinha respostas para todas as perguntas e justificava seu posicionamento político de oposição ao regime pela situação política e econômica do país. Interrogá-lo não era tarefa fácil.

Sempre assentados num plano superior", relata Apolo, "eles me perguntavam a opinião sobre Cuba, China, Vietnã e Dom Helder Câmara. Apesar da insistência dos coronéis, eu sempre afirmava que não seguia nenhum credo, mas que lutava apenas por um Brasil melhor, sem as explorações do imperialismo norte-americano ou qualquer outro país (JORNAL Última Hora, 05 jun. 1968).

Apesar de não haver torturas, as pressões às quais eram submetidos os interrogados eram pesadas. Outro estudante, Antônio Veber Milagres, da Escola de Engenharia, chegou a tentar o suicídio, cortando os pulsos com cacos de lente dos seus próprios óculos.

Muitas outras lideranças estudantis foram obrigadas a se esconder da polícia, além de parar de frequentar as entidades e a universidade.





As prisões geraram revolta dos estudantes de algumas faculdades, que cobravam também alguma atitude das autoridades universitárias.

Na Escola de Medicina, essa revolta tomou as ruas. Iniciou-se uma atividade de protesto contra essas prisões que consistia em comícios e panfletagens para pedestres, no interior dos ônibus, e pichações com *spray* fosforescente.

No dia 04 de maio, por volta das três horas da tarde, quando mais de trezentos estudantes estavam na Avenida Alfredo Balena na porta da escola pichando os ônibus que passavam e distribuindo panfletos e boletins explicando o sentido da campanha contra o IPM – Inquérito Policial- Militar, presidido pelo Coronel Otávio de Aguiar Medeiros, surgiu um caminhão da Polícia Militar, com dezenas de soldados, que desceram apressadamente do carro, armados de cassetetes, e dispersaram os manifestantes (JORNAL Última Hora, 05 maio 1968).

"A maioria dos manifestantes", continua o jornal "refugiou-se dentro do prédio da escola, onde, depois de transformar carteiras e mesas em barricadas, armou-se de pedras para fazer frente a uma possível invasão da polícia e realizou uma assembleia geral. A proposição aprovada pela maioria dos alunos foi a de que a escola continuaria ocupada — e os professores e o diretor impedidos de sair — até que fosse convocada uma reunião da Congregação para que a faculdade tomasse uma posição, contrária ou favorável, a respeito da invasão dos estudantes" (JORNAL Última Hora, 05 maio 1968).

A atitude dos estudantes foi motivada pelo receio da invasão da faculdade pelos policiais, que continuaram a cercar o prédio, ao invés de se retirarem e permitirem a evasão do grupo. O envolvimento da Congregação era a forma encontrada pelos estudantes para granjear apoio político e colocar o corpo docente da faculdade ao seu lado. Além disso, os estudantes solicitaram a reunião da Congregação

para que esta aprovasse uma moção exigindo o fim do IPM do Coronel Medeiros (ARQUIVO PÚBLICO MINEI-RO, 1968, pasta 0251, rolo 17, p. 2).

Os eventos só ganharam dimensão pela atitude inábil e autoritária do seu diretor, Oscar Versiani Veloso. Este informou aos estudantes que não haveria convocação da Congregação nas condições estabelecidas e que tomaria as providências cabíveis. Certamente, Oscar Versiani deveria se opor frequentemente aos estudantes, e sua presença simbolizava o arcaísmo da estrutura universitária.

Os estudantes não aceitaram a posição do diretor e o mantiveram como refém. Outros 21 professores também continuaram no prédio da faculdade, em solidariedade aos estudantes.

O capelão da Guarda Civil, Padre Antônio Gonçalves, que tentou intermediar uma solução pacífica para o conflito, desejou saber disso através de um professor, tendo o professor Amílcar Viana Martins confirmado sua solidariedade aos estudantes.⁵²

"À noite, Oscar Versiani telefonou para o Secretário de Segurança — Joaquim Pereira Gonçalves — e pediu: manda seu pessoal ocupar a Escola. E assim foi feito" (JORNAL Diário da Tarde, 04 maio 1968).

Ao invés de esperar os ânimos esfriarem, o Secretário de Segurança, Joaquim Ferreira Gonçalves, decide-se pela invasão do prédio da Escola de Medicina.

"Os estudantes rebelados trancaram as entradas do prédio, ergueram enormes barricadas no *hall* e pelos corredores, utilizando, para isso, móveis e cadeiras do estabelecimento"





⁵² O Padre Antônio Gonçalves já dera mostra da sua postura compreensiva ao participar, junto com outros padres, da concentração de 1º de maio, realizada poucos dias antes, mesmo sendo capelão da Polícia Civil (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0251, rolo 17, p. 1).

(ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0251, rolo 17, p. 3).

A polícia cercou e isolou as imediações. Iluminou a fachada da Faculdade de Medicina com holofotes, conclamando os estudantes a se retirarem da escola.

A invasão se deu na mesma noite e foi feita pela Polícia Militar. "A Polícia foi recebida de forma altamente perigosa pelos estudantes, que, das janelas dos vários andares, jogavam objetos de considerável peso e volume" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0251, rolo 17, p. 3-4).

Aquele princípio de confusão armado pelos estudantes da Faculdade de Medicina, ontem à tarde, terminou com um tumulto muito sério na madrugada que passou. Os estudantes armaram barricadas e, na base da pedra, pau e gás de amônia, atacaram a polícia. Por fim, 140 PMs conseguiram desalojar os rebeldes e disso resultou um saldo de 114 prisões (JORNAL Diário da Tarde, 05 maio 1968).

"Na história político-social de Minas, ninguém se lembra de tantas prisões feitas de uma só vez — um marco" (JORNAL Diário da Tarde, 05 maio 1968).

E ainda:

Quando os elementos da Polícia Militar chegaram à Escola, à meia-noite, os estudantes — cerca de 140 — os receberam com pedradas e pedaços de paus, jogados de vários andares. Ao iniciarem a ocupação da faculdade, depois de quebrar as portas de vidro para poder entrar, os militares tiveram uma surpresa: começaram a tossir, os olhos cheios de lágrimas, resultado do gás que os universitários espalharam em todos os andares [...] (JORNAL Diário da Tarde, 05 maio 1968).

A faculdade só foi completamente dominada depois de uma hora e meia de escaramuças. Os estudantes jogaram





amônia em todos os andares, fazendo a polícia chorar e tossir, recuar diante do gás. Os policiais jogaram gás para forçar a retirada dos estudantes, mas a retirada não foi fácil. À medida que os policiais iam conquistando a faculdade, os alunos iam mudando de andar. Os últimos a serem detidos estavam escondidos atrás da caixa d'água do último andar.

Ali aconteceu um fato pitoresco: um praça quase morreu de susto porque um estudante pôs um defunto de pé, encostado à parede.

Quando o soldado abriu a porta, procurando os alunos, deu de cara com o defunto e ficou muito tempo paralisado de medo. O final da ação se deu às 9 horas da manhã, mas Oscar Versiani ainda indicou à polícia onde estavam escondidos os últimos estudantes (JORNAL Última Hora, 06 maio 1968).⁵³

As 11 horas, o Coronel Luiz Nunes Neto, diretor do policiamento, reuniu os soldados no saguão e pediu a presença da imprensa:

Mais 27 estudantes estão numa sala do terceiro andar. Nós vamos retirá-los de lá, mas sem nenhuma violência. Só não aceitaremos agressões. Aí sim usaremos a força. Do contrário, quero o máximo de respeito pela integridade física dos estudantes. [...] Os estudantes saíram lentamente, um a um, sendo conduzidos por dois soldados até à entrada do prédio, onde quatro carros da PM os recolhiam (JORNAL Diário da Tarde, 05 maio 1968).

No total, foram presos 149 manifestantes, que foram conduzidos ao Dops.

Apenas um nascera em Belo Horizonte. Dois terços dos alunos pertenciam aos primeiro e segundo anos da faculdade.





⁵³ Para uma descrição pormenorizada da invasão da Escola, ver Farley (2010, p. 239).

Eram os calouros que compunham a infantaria ligeira e se dispunham à luta. Todos foram ouvidos e logo soltos, com exceção do presidente do DA, Robson Vieira Porto, e seis outros estudantes, pertencentes a outras faculdades.

Havia sete militantes do Colina envolvidos: João Batista dos Mares Guia, Maurício Vieira, o Carlos, Athos Magno, Erwin Rezende Duarte, o Tião, Pedro Paulo Bretas, o Cleber, Carlos Piñon e Herbert Eustáquio de Carvalho, o Olímpio. Dois deles, Maurício e Bretas, já haviam sido alocados no Comando Político Militar, mas ainda participavam do movimento estudantil. Todos passaram despercebidos. Seria a terceira prisão de Maurício. Sua opção pela luta armada seria determinada pelo fustigamento constante a que era submetido. Alguns meses depois, na Rua Atacarambu, viveria sua prova de fogo. ⁵⁴

Apesar de liberados, todos os presos foram obrigados a comparecer ao Exército para prestar esclarecimentos.

No dia seguinte, começa o calvário de Oscar Versiani. Foi recebido na faculdade com vaias e cumprimentos irônicos de toda a comunidade universitária. Era acusado de ter ficado à porta da escola, ajudando na identificação dos presos e de ter facilitado a ação da polícia, indicando onde os estudantes poderiam se esconder. Passou a receber telefonemas anônimos na sua casa, convidando a família para o seu enterro e outras brincadeiras.

Logo em seguida, seria decretada prisão preventiva de todos os líderes estudantis do estado.

O movimento estudantil mineiro só voltaria às ruas em junho, em solidariedade às manifestações que ocorreram





⁵⁴ Athos Magno seria o próximo presidente do DCE/UFMG. Em janeiro de 1970, sequestrou um avião e foi para Cuba, junto com Cláudio Galeno e outros militantes.

no Rio numa sexta-feira, 21 de junho, em que, "durante quase dez horas, o povo lutou contra a polícia nas ruas, com paus e pedras, e do alto dos edifícios, jogando garrafas, cinzeiros, cadeiras vasos de flores e até uma máquina de escrever" (VENTURA, 1988, p. 134). Vinte e três pessoas foram baleadas, quatro mortas, inclusive um soldado da PM.

Em 26 de junho de 1968, ocorre também, no Rio de Janeiro, a maior manifestação de massa do período — a passeata dos cem mil, muito conhecida —, que reuniu, além dos estudantes, boa parte da classe média carioca.

Em BH, os estudantes já falavam em organizar pequenos grupos que se dispersariam pela cidade, realizando comícios e manifestações localizadas para confundir a polícia.

O novo presidente do DCE, o militante do Colina, Athos Magno da Costa e Silva, dizia que a realização de uma passeata era exigência das bases estudantis. "E elas já estão suficientemente organizadas para sair às ruas com sucesso" (JORNAL Última Hora, 26 jun. 1968).

A passeata durou duas horas, ocorreu nas ruas centrais de Belo Horizonte, e tanto a polícia quanto os estudantes revelaram novas táticas. Enquanto mais de quatro mil policiais militares ocupavam a cidade e reprimiam os manifestantes, os agentes do Dops moviam-se em carros particulares, com chapas comuns, prendendo de surpresa os líderes estudantis e estudantes que se destacavam.

A polícia agiu com firmeza, mas sem violência descabida. Não houve mortos nas manifestações estudantis em BH. A classe média mineira preferiu o silêncio.

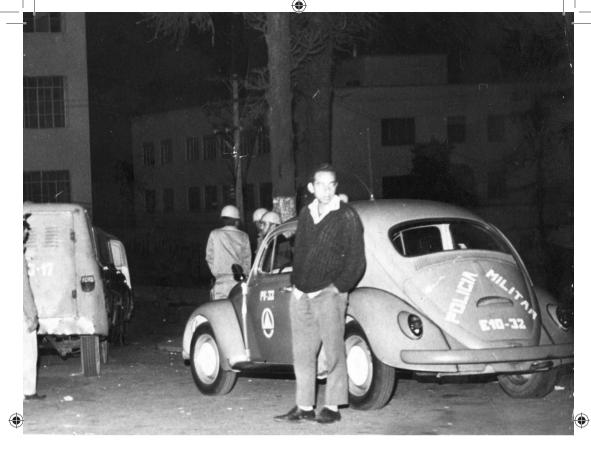
A partir dessa data, as passeatas foram proibidas em todo o Brasil.





Documento: A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf; Página: 194; Data: 14 de May de 2015 07: 4 1: 18





Maio de 1968. A invasão da Escola de Medicina. Os estudantes se refugiaram dentro da escola, após conflito com a polícia. A polícia invadiu a escola e foram feitas cerca de 150 prisões. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:196;Data:14 de May de 2015 07:4|1:19 •

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:197;Data:14 de May de 2015 07;41:19



Maio de 1968. As carteiras destruídas na portaria da escola. Muitas delas foram lançadas das janelas contra os policiais. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.

OS IMPASSES DA ESQUERDA

Todos esses acontecimentos fermentavam na mente da esquerda. Os movimentos feitos por Costa e Silva em busca da legitimação do seu governo haviam fracassado. O isolamento do regime aumentava a cada dia.

Por outro lado, o movimento de massas alcançara o seu ponto máximo e tendia ao refluxo. Eram realizadas manifestações contra a ditadura, marcadas e dirigidas por bandeiras liberais. Os mortos e feridos eventuais eram fruto sobretudo da incompetência da polícia em reprimir. Muitas vezes, os policiais civis atiravam porque estavam em desvantagem nos confrontos de rua. Tiros eram disparados a esmo e não foram poucos que foram feridos sem sequer fazerem parte das manifestações.

Em Minas, nenhum manifestante foi morto ou ferido seriamente.

Porém a leitura sobre essas manifestações pela esquerda e pelo Colina era outra. Para eles, estava claro que as massas queriam lutar, mas a repressão nas cidades impedia a continuidade das batalhas. Não havia meio de prosseguir de forma pacífica, acreditavam. As greves, as manifestações espelhavam essa realidade.

A hora da Revolução estaria chegando.

Impunha-se uma tomada de posição. Já estava na hora de puxar o gatilho. A luta armada falaria por ela mesma.





CAPÍTULO XI

A luta armada do Colina

A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO

Após o Congresso de abril de 1968, o Colina tinha pressa em pegar nas armas para se diferenciar claramente da Polop, pondo em prática suas ideias.

As ações para levantamento de fundos e armas já estavam sendo desenvolvidas por outras organizações, e o grupo corria contra o tempo, pois não queria ser sobrepujado por elas.

A ALN, liderada por Marighella, já realizara seu primeiro assalto, ainda em 1967, e faria várias outras ações ao longo de 1968. O mais espetacular deles foi o assalto ao trem pagador na estrada de ferro Santos-Jundiaí, ocorrido no dia 10 de agosto de 1968. Embora não reivindicasse a autoria dos seus feitos, pois não queria chamar a atenção da repressão, no mundo das esquerdas, todos sabiam quem estava por trás daqueles acontecimentos.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sediada em São Paulo, com a mesma origem do Colina,⁵⁵ também já tomara a dianteira. Já havia realizado, em março de 1968, seu primeiro assalto a banco. Logo depois, em







⁵⁵ A VPR surgiu em torno de três eixos. A dissidência foquista da Polop paulista se associou a ex-sargentos, liderados por Onofre Pinto. Logo depois, um grupo independente de Osasco, formado por trabalhadores-estudantes, que liderou o movimento grevista ocorrido naquela cidade em junho de 1968, foi absorvido. Comunistas experientes oriundos do PCB paulista também aderiram ao grupo. Apesar da sua composição heterogênea, o grupo era liderado por Onofre Pinto, que impôs uma linha militarista, voltada exclusivamente para a realização de ações armadas.

junho, expropria os fuzis do Hospital do Exército e explode os portões do QG do II Exército. Esse atentado foi uma resposta a uma provocação feita pelo comandante do QG, general Manoel Carvalho Lisboa, que ironizou o ataque ao Hospital Militar, para roubar quatro fuzis FAL. "Atacaram um hospital, que venham atacar meu quartel" (GASPARI, 2002b, p. 294).

Como resposta, na madrugada de 26 de junho, a VPR encheu uma camionete C14 de dinamite e direcionou-a ao portão do quartel do II Exército. O veículo trombou em um poste. O praça Mário Kosel, de 18 anos, desceu para verificar a camionete, quando 50 quilos de dinamite explodiram, matando-o e ferindo seis outros militares.

O Colina criticou vivamente a ação do grupo, como se pode ler no jornal *O Piquete*:

Vimos também como grupos desvinculados da luta popular e sem compreendê-la na sua totalidade pretendem resolver o problema político através do terrorismo inconsequente, que dá pretexto ao Governo e à reação para desencadear um processo repressivo ainda mais violento contra as massas [...] movimento urbano não pode se converter numa luta terrorista inconsequente contra os soldados — eles também são povo e precisamos ganhá-los para o lado dos seus iguais (O PIQUETE, n. 80, ano 4, 6 jul. 1968).

Era, na verdade, parte do diálogo de uma disputa política. A VPR e o Colina mantinham contatos políticos estreitos, os militantes mais antigos dos dois grupos se conheciam, e havia até mesmo afinidades pessoais e políticas entre eles. Porém, embora tivessem feito a opção pela luta armada, suas ideias políticas apresentavam nuances bem diferenciadas.

Enquanto o Colina procurava vincular as ações armadas à luta de massas, o grupo dominante da VPR estreitava

cada vez mais seu campo político para a luta armada como um fim em si mesmo. O grupo chegou a dispensar seus militantes secundaristas em benefício de algo mais maduro, "uma organização de grande poder de fogo, ultraclandestina" (GASPARI, 2002b, p. 350).

A crítica refletia o ambiente político reinante entre dois grupos que nunca deixaram de se relacionar e terminariam por se fundir. Porém, a VPR já realizava ações. Não bastava criticar. Era preciso agir.

A inexperiência dos militantes mineiros em luta armada era total, mas contavam com o apoio dos sargentos originários da Polop — João Lucas e Severino Calou —, que já haviam sido treinados em Cuba, pelo MNR de Brizola, nos anos 1965-1966. Essa dupla orientou e participou das primeiras ações do grupo.

Além disso, o grupo aprendeu com a VPR paulista como fazer levantamentos prévios para realização das ações; como dimensionar o número de militantes a participar de uma ação; a importância do roubo e abandono posterior dos carros utilizados nas ações; a necessidade da utilização de um veículo de transbordo, enfim, o mínimo necessário para dar os primeiros passos.

Os depoimentos deixados pelos militantes revelam que o treinamento militar recebido por eles foi praticamente nenhum.

Herbert Daniel, no seu livro autocrítico *Passagem para o próximo sonho*, escrito no exílio, quando trabalhava em Paris em uma sauna para homossexuais, procura até mesmo acentuar essa inexperiência, para ressaltar como eram irrealistas os sonhos do grupo.

De imediato o importante era a disposição revolucionária. O resto viria. Na véspera do primeiro assalto a banco em que iria



participar, levantei uma dúvida — absolutamente secundária — para o companheiro que comandava a operação:

- Escuta, um probleminha: eu nunca dei um tiro na minha vida...
- E daí? Me perguntou. Afinal, ele mesmo, comandante do grupo, tinha como todo treinamento alguns tiros de espingarda num sítio.
- E daí, argumentei, se for preciso atirar...
- O que é que você quer? Se tiver que atirar, aperte o gatilho aqui, e a bala sai aqui na frente. Esta foi a mais completa e mesmo única instrução militar que tive durante os meus primeiros tempos de guerrilha (DANIEL, 1982, p. 16).

Tal limitação não impediu esse grande militante de ir para o treinamento de guerrilha no Vale da Ribeira com o Capitão Carlos Lamarca, de participar do sequestro do embaixador alemão e do embaixador suíço.

Contudo, as ações do Colina foram bem preparadas e planejadas com cuidado. A realização foi precedida de levantamentos nos locais, de tal forma que todos os envolvidos sabiam exatamente o que fazer ao chegar no lugar escolhido.

A ESTRUTURAÇÃO PARA A LUTA

O Congresso de abril decidiu pela estruturação do Comando Militar que possuía, ao menos no papel, de forma extensa e cheia de divisões. Havia o setor de levantamento de áreas, encarregado de estudar e selecionar "social, política, econômica e geograficamente as regiões do Brasil que ofereçam condições favoráveis à implementação da luta armada" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 0031, p. 310.)

Existia também o setor de inteligência, que era incumbido do "planejamento de ações, do levantamento de locais





para ações de sabotagem, levantamento da vida de personalidades, falsificação de informações" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 0031, p. 310), e tinha como personagem principal Carmela Pezzuti, que trabalhava no Gabinete do Governador Israel Pinheiro.

Havia ainda o setor de sabotagem e terrorismo, destinado à preparação de explosivos e à execução de ações de sabotagem e atentados, com a participação também de Apolo e sua mulher, Carmem Helena Barbosa do Vale, e contaria ainda com a de João Marques Aguiar e José Raimundo de Oliveira. João Marques era químico, e José Raimundo, sargento da PM mineira, daí a sua alocação nesse setor. O grupo foi, infelizmente, pioneiro no Brasil em usar o termo terrorismo, conforme se pode ler no documento intitulado "Concepção da luta revolucionária", de abril de 1968, que sintetizou o pensamento político do grupo:

[...] o terrorismo, como execução (nas cidades e nos campos) de esbirros da reação, deverá obedecer a um rígido critério político. Primeiro, deve-se considerar a significação, para as massas, de determinada execução. Se o elemento é um torturador contumaz, um traidor que prejudicou francamente o povo, um indivíduo que representa bem os interesses bem definidos e para os quais se quer chamar a atenção das massas em determinada situação, etc. (REIS FILHO, 1985a, p. 158).

O mais importante e mais dinâmico de todos foi o setor de expropriações, que realizou a maioria das ações do Colina. Este era composto por Afonso Celso Lana Leite, Ângelo Pezzuti da Silva, Antônio Pereira Mattos, Irani Campos, Jorge Raimundo Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Maurício Vieira de Paiva, Murilo Pinto da Silva, Pedro Paulo Bretas, Júlio Antônio Bitencourt de Oliveira e Nilo Sérgio de Menezes Macedo.

O líder incontestável do grupo era Ângelo Pezzuti, que entrara para a Polop nos anos 1965-1966, pelas mãos de Apolo Lisboa e, rapidamente, ascendera à sua direção.

A estrutura desses setores não era totalmente estanque, sendo comum que um militante transitasse de um setor ao outro. Porém, uma vez pertencente ao comando militar, o militante isolava-se das atividades do movimento de massas, dedicando-se exclusivamente às ações armadas.

Para evitar que os militantes desse comando se desligassem totalmente das atividades políticas, suas células dedicavamse à leitura de literatura marxista e ao debate dos documentos internos da organização. Murilo Pinto da Silva relata que, nas reuniões, além de planejamento e crítica das ações, havia uma parte de discussão política, em que se destacavam Ângelo Pezzuti e Jorge Nahas, sendo utilizados como fonte de leituras números da revista *América Latina*, textos do grupo, como "Concepção da luta revolucionária", além de publicações privativas das Forças Armadas, adquiridas por eles na Livraria Amadeu, famoso sebo de Belo Horizonte.

A BUSCA DE ARMAMENTOS

Outra questão era a aquisição de armamento pesado — carabinas e metralhadoras, capazes de aumentar o poder de fogo do grupo e intimidar os seguranças e os funcionários dos bancos.

A primeira arma, uma metralhadora Thompson, capaz de disparar 30 ou 50 tiros, foi conseguida através de empréstimo por Carlos Alberto, possivelmente por meio dos sargentos cariocas.

Após o assalto ao Banco Comércio e Indústria, a metralhadora e duas carabinas calibre 22, marca Urko, foram

204

finalmente adquiridas pelos mineiros. O armamento do grupo era ainda composto por um fuzil FAL e uma pistola calibre 45, que foram expropriados por Antônio Pereira Mattos e Severino Viana Calou de soldados do Exército e da Aeronáutica. A fonte adicional de recursos foi o dinheiro que Maria José de Carvalho tinha economizado para o enxoval do seu casamento com Jorge Nahas.

A MONTAGEM DOS APARELHOS

Com exceção de Carlos Alberto, todos os militantes do Colina tinham uma vida legal. Não eram clandestinos: estudavam, trabalhavam e militavam. O posicionamento político das suas principais lideranças era sobejamente conhecido no meio universitário e era necessário levar uma vida dupla cuidadosamente planejada. Tinham que demonstrar, a todo custo, discrição, evitar a participação nas manifestações estudantis, afastar-se dos diretórios acadêmicos e da vida social com a qual estavam acostumados.

Nos assaltos, usavam disfarces: boinas, perucas, óculos, barbas postiças, que os tornavam figuras exóticas e pitorescas aos olhos de quem os fitava.

Para não levantar suspeitas sobre o que estavam fazendo, deixavam os carros, as armas, as roupas, disfarces e o resultado dos assaltos nos aparelhos do grupo. Havia pelo menos três, todos localizados na zona leste da cidade, área insuspeita, onde nenhum morava ou era conhecido.

Esses aparelhos eram também o ponto de partida para as ações e o local para onde convergiam quando necessário. Serviriam também como refúgio, caso algo de errado acontecesse. Eram esconderijos mal disfarçados, que acabavam por suscitar suspeitas nos vizinhos.





Todas essas providências eram claramente insuficientes para acobertar as debilidades do grupo. Seus militantes tinham quase todos a mesma origem e militaram juntos nos DAs. Participaram dos encontros estudantis, defendendo posições parecidas.

Faltava uma estrutura mais sólida, fora de Belo Horizonte; documentos falsos para viagem; dinheiro para fuga; pontos alternativos em outros estados.

A clandestinidade imposta pela divisão em células e pela escolha dos codinomes era totalmente insuficiente para impor barreiras de informação entre os militantes.

Os militantes desconheciam as técnicas de interrogatório que lhes seriam aplicadas, baseadas na tortura, que procuravam extrair todas as informações possíveis.

O preço pago por isso seria muito alto.

AS AÇÕES ARMADAS: O JUSTIÇAMENTO DO MAJOR ALEMÃO — 1º DE JULHO DE 1968

A primeira ação foi a execução, por engano, com 10 tiros de revólver, no bairro da Gávea, no Rio de Janeiro, do capitão alemão Edward Ernest Tito Otto Maximilian Von Westernhangen, major do Exército da Alemanha Ocidental, realizado pelo ex-sargento da Aeronáutica João Lucas, pelo ex-sargento da PM carioca, Severino Viana Calou, e por um terceiro elemento, hoje identificado como o agrônomo José Roberto Monteiro.

Tudo aconteceu quando o grupo ainda engatinhava. Os núcleos regionais ainda eram autônomos e a seção da Guanabara era muito marcada pela presença dos ex-sargentos.

O major alemão foi confundido com Gary Prado, o oficial boliviano que teria prendido Ernesto Guevara nas

selvas da Bolívia em outubro de 1967, ferido, incapaz de reagir e o assassinado.

Realmente, Gary Prado estava no Rio de Janeiro na mesma época, no mesmo local, cursando a Escola Superior do Estado-Maior do Exército Brasileiro, juntamente com outros oficiais, entre os quais o militar alemão. João Lucas recebera essa informação de um soldado infiltrado e resolvera passar imediatamente à ação. Os dois eram altos, magros e fisicamente parecidos, daí o engano.

No começo da noite de 1º de julho de 1968, João Lucas Alves, Severino Viana Calou e José Roberto Monteiro dirigiram-se, em um Fusca cor gelo, à Rua Engenheiro Duarte, na Gávea. O grupo cercou o suposto Gary Prado, abateu-o com 10 tiros e levou sua pasta ao apartamento onde se encontrava Amílcar Baiardi, datilografando um Manifesto à Nação, justificando e explicando o assassinato.

Ao abrir a pasta que o oficial alemão portava, os militantes encontraram o passaporte do alemão. Perceberam o terrível engano e silenciaram sobre ele. Nenhuma organização jamais assumiu o equívoco. Nem as torturas a que foram submetidos João Lucas e Severino Viana Calou os levaram a revelar tal ato, que só seria confessado em 1987, por Jacob Gorender (1987), no seu magnífico livro *Combate nas trevas* — *A esquerda brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada.

Infelizmente, como diz Gorender (1987, p. 130), "ao erro do militante responsável pela identificação deveu Gary Prado a sua sobrevivência".

O próprio Gary Prado chegou a escrever sobre o episódio:

Numa única ocasião, houve um fato que deixou algumas dúvidas. Em 1968, eu estava cursando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil, no Rio de Janeiro, com uma





bolsa do Exército Boliviano, quando foi assassinado por desconhecidos um companheiro do curso, o major Edward Von Westernhangen, do Exército da República Federal Alemá. Em suas primeiras investigações, a Polícia Federal brasileira e o Serviço de Inteligência Militar consideraram a possibilidade de um equívoco e que Edward tivesse sido assassinado em meu lugar (PRADO apud GORENDER, 1987, p. 130).

Na mesma semana, Gary Prado desapareceu do Rio de Janeiro.

Uma falha primária levou um inocente à morte.

Caso Gary Prado tivesse sido morto, o fato teria tido repercussão internacional, embora o justiçamento de qualquer pessoa seja um ato condenável.

A morte de Guevara ainda era recente. Seu heroísmo, sua coragem pessoal e o diário que deixara, extremamente bem escrito, tornara legendária sua figura. O diário fora escrito na Bolívia, entre janeiro de 1967 até às vésperas de sua morte, em outubro do mesmo ano. Nele, Che narra suas impressões sobre a vida, as lutas, os fracassos e suas esperanças. No Brasil, foi publicado no famoso "Caderno B", do *Jornal do Brasil*, e transformou-se em um sucesso imediato, alimentando uma visão existencialista e romântica da luta revolucionária.

Seu exemplo e seu sacrifício embalariam o sonho de muitas gerações, que se inspiraram na sua vida.

A PRIMEIRA AÇÃO: O ASSALTO AO JIPE PAGADOR — 23 DE AGOSTO DE 1968

A primeira ação para angariar dinheiro foi organizada a partir de uma informação conseguida por Pedro Paulo Bretas. Segundo ele, que é de Guanhães, um seu amigo





motorista da Secretaria Estadual da Fazenda lhe teria dito que, mensalmente, um veículo jipe daquela Secretaria saía de Belo Horizonte levando dinheiro para a coletoria de Guanhães, destinado ao pagamento de funcionários da região. De acordo com o informante, a quantia transportada era fabulosa: cerca de 200 mil cruzeiros novos, equivalentes a um milhão de reais.

Seria uma ação bastante rentável, caso bem-sucedida. Para realizá-la, o grupo se preparou muito bem. O carro oficial seria abordado na estrada por militantes disfarçados de militares, que fariam sinalização na via, desviando o trânsito e fazendo o jipe parar, como se estivesse sendo realizada uma batida policial em busca de material subversivo.

O militante e sargento da PM José Raimundo Oliveira, então com 34 anos de idade, recebeu dinheiro de Jorge Nahas para aquisição de três fardas da Polícia Militar na alfaiataria da própria PM.

Depois, foram roubados dois carros que não existem mais: um Simca Chambord e um Aero Willys, ambos em Belo Horizonte, que tiveram suas placas trocadas, para preparar a fuga após o assalto. No dia combinado, os militantes designados para a ação — Jorge Nahas, Afonso Celso Lana Leite, João Lucas Alves, Murilo Pinto da Silva, Maurício Vieira de Paiva e Irani Campos — se deslocaram para a proximidade de Lagoa Santa no Simca⁵⁶ expropriado, com a placa devidamente trocada.

O carro foi colocado em um desvio, em um local que não era visto da estrada. Maurício Paiva e Afonso Celso usavam fardas de soldados da PM, sendo que Jorge vestiase como sargento. Os três portavam bandeirolas, utilizadas





⁵⁶ O Simca era um carro de luxo, de modelo francês, que era fabricado no Brasil pela Chrysler. Era escolhido por ser espaçoso e ter quatro portas. O modelo não existe mais.

para sinalizar aos veículos a obrigação de parada para vistorias policiais.

Afastado, portando uma metralhadora, à margem da estrada, ficou João Lucas Alves, na cobertura.

Após algumas horas de espera, surge o jipe. Ao parar, é imediatamente abordado por Jorge Nahas, que exigiu os documentos dos ocupantes e disse que iria proceder a uma busca no carro para ver se portava contrabando ou material subversivo.

Porém, após a revista, o único achado foi uma televisão estragada, papéis e uma mala com alguns documentos.

Frustrada a operação, o jipe e seus ocupantes são liberados, não sem antes levarem uma grande esculhambação de Jorge Nahas, alegando que o motorista não estava devidamente credenciado para dirigir aquele veículo.

Segundo Maurício Paiva, logo depois, o grupo foi informado que o dinheiro que pretendiam expropriar fora enviado naquele mesmo dia em um táxi para Guanhães.

Era a segunda ação frustrada por informações inexatas. Além do terrível engano que resultou na morte do inocente, nova ação, na qual fora investido tempo, planejamento e algum dinheiro, também se baldava. Bastava alguma reflexão para se perceber que a fonte de informação era muito frágil, tratando-se possivelmente de alguma especulação do motorista que não manuseava diretamente os recursos. Seria praticamente impossível o transporte de cifras tão elevadas em um veículo frágil como um jipe e, ainda por cima, sem escolta. Além disso, o valor era muito elevado, já que sua destinação era pagamento de pessoal.





A SEGUNDA AÇÃO: O ASSALTO AO BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA, REALIZADO EM 26 DE AGOSTO DE 1968

As frustrações iniciais não desanimaram o grupo. O intento para conseguir fundos suficientes para financiar a guerrilha rural e estruturar o grupo continuava mais vivo do que nunca. Embora ainda não houvesse um plano bem definido sobre o que fazer com os recursos, havia o impulso de pegar em armas contra a ditadura, seja de que jeito fosse.

Quase que imediatamente, Ângelo encarrega Maurício de fazer o levantamento de bancos que pudessem ser assaltados.

Maurício o fez com competência. Observou a Agência do Banco de Crédito Real, que se localizava na Avenida do Contorno, no Bairro Floresta; do Banco do Planalto, localizado no Funcionários; do Banco da Lavoura, no Barro Preto; do Banco Mercantil, no Barreiro; do Banco Comércio e Indústria, na Avenida Pedro II, além de agências dos Bancos Itaú, Lavoura e Mineiro do Oeste, na Cidade Industrial.

E, após avaliarem as condições de cada uma das agências — disposição interna na agência; visibilidade exterior; facilidade de fuga; deficiência de policiamento na região — coube a João Lucas dar a palavra final. Optou pelo Banco Comércio e Indústria na Avenida Pedro II, nº 1.080, local movimentado, de fácil acesso.

A ação começou pelo roubo de um Simca, nas proximidades do Bairro Santa Efigênia. Seu proprietário estava abrindo a garagem quando foi rendido por Ângelo, Maurício e Afonso Celso, que o obrigaram a retornar ao veículo. Para que parecesse crime comum, o trio, além do carro, roubou também o dinheiro e o relógio daquele pobre senhor escolhido ao acaso.



O carro foi preparado para o assalto, tendo sido retirado dele o friso, a antena e as calotas, para que não se parecesse com o carro roubado.

Antes da ação, foram adquiridos também chapéus, óculos escuros e todos usaram esparadrapos nos dedos para evitar as impressões digitais.

O assalto ocorreu às 16h30min, hora em que o banco estaria mais vazio e os cofres cheios. Segundo uma testemunha, entraram no banco cinco elementos: Ângelo, Murilo, Irani, Afonso Celso e João Lucas, este último portando uma metralhadora, que impunha medo aos presentes. Após o clássico "Isto é um assalto", os funcionários foram obrigados a ficar de frente para a parede, com as mãos na nuca. João Lucas ordenou ao gerente que se dirigisse ao caixa forte. O gerente tentou desconversar, mas quando João Lucas disselhe "mande abrir senão eu atiro", o caixa forte foi logo aberto.

A ação foi rápida, durou menos de cinco minutos, e os clientes e funcionários só tiveram coragem de se desvirar quando se fez silêncio dentro do banco. Nenhum tiro foi disparado, ninguém se feriu. Rendeu, segundo Murilo, cerca de 25 mil cruzeiros novos, o equivalente a pouco mais de 100 mil reais.

Até aquele momento, o grupo procurava não conferir nenhum conteúdo político aos assaltos. Pelo contrário, esforçava-se para que eles fossem atribuídos a bandidos comuns, para evitar uma precoce identificação política, que poderia resultar na prisão de todos.

Além disso, as ações visavam única e exclusivamente à obtenção de fundos. Não era, portanto, a luta armada propriamente dita, mas a sua preparação.

A tática do grupo foi coroada de sucesso. A polícia ficou às tontas, sem pistas, e atribuiu a ação a uma suposta quadrilha paulista.



Fonte – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, rolo 2.





"Isto é um assalto", gritou um homem alto, louro, de sotaque paulista, com uma metralhadora na mão para o gerente da agência Carlos Prates do Banco Comércio e Indústria. Em seguida, os outros quatro assaltantes imobilizaram os funcionários e os clientes, trancando-os no banheiro, enquanto o gerente era obrigado a abrir o cofre e entregar 17 mil cruzeiros novos aos assaltantes (JORNAL Última Hora, 27 ago. 1968).

E continuava o jornal:

Para muita gente, eles são os assaltantes de São Paulo, que vieram para Minas. E a polícia tem muitos motivos para acreditar nisso porque ladrão mineiro nunca usou metralhadora para assaltar. Além disso, segundo afirmaram os próprios bancários, eles tinham sotaque paulista (JORNAL Última Hora, 27 ago. 1968).

A polícia paulista chegou a vir até Minas Gerais e identificou o ladrão paulista José Roberto Ruiz Dias como "o homem que dirigia o Simca" (JORNAL Última Hora, 03 set. 1968).

Esta seria a primeira ação bem-sucedida do grupo. Enfim, alguma coisa dava certo. Após esse assalto, a PM colocaria uma dupla de policiais em todos os bancos.

Finalmente, a luta armada começara.





CAPÍTULO XII

A guerrilha que não aconteceu

O setor de levantamento de áreas também deu seus passos. O foco guerrilheiro surgia na mente de muitos militantes como uma ideia tão poderosa, que ofuscava qualquer observação racional da realidade. Como num passe de mágica, todas as dificuldades que a esquerda sempre teve para chegar ao poder seriam solucionadas.

O trabalho de massas não seria mais tão necessário. A conscientização dos camponeses e dos proletários seria consequência das ações armadas. Aquela chatice de ficar escrevendo boletins, fazendo reuniões, discursos, liderando greves, tinha ficado para trás. As armas falariam mais alto. Enfim, era possível fazer revolução sem movimento social. Aqueles que se consideravam vanguarda das massas é que ditariam o ritmo dos acontecimentos.

Como num sonho, mas com consequências práticas enormes, os documentos do grupo diziam que o Colina iria ao encontro "dos camponeses pobres, que habitam os lugares mais agrestes, mais próximos às regiões inacessíveis à mobilização de grandes efetivos de tropas, regiões de dificil transporte de material militar e de difícil comunicação" (REIS FILHO, 1985a, p. 145).

O foco guerrilheiro chegaria de fora da região, não guardando nenhuma relação com o que acontecia realmente com a população local. Era começar a dar tiro e a população iria aderir.

Aos poucos, os dois pilares revolucionários idealizados — o Partido e o Exército Revolucionário — iriam se constituindo. Seria a guerrilha, o embrião de um novo poder,



"assim como o primeiro soviete de operários e soldados, na Rússia, foi o embrião do poder soviético" (REIS FI-LHO, 1985a, p. 150).

O Exército se constituiria gradualmente em um poder real alternativo, concebendo aos poucos um "Estado dentro de um outro Estado", organizando camponeses, soldados, trabalhadores e iniciando as reformas políticas nas áreas liberadas.

O golpe final seria o assalto das cidades pelo campo:

"É preciso preparar e organizar as massas para a greve geral e a insurreição nas cidades, que darão o golpe de misericórdia no regime. Todo o movimento de massas será impulsionado pelo pequeno motor dirigente que é o exército guerrilheiro", o qual seria o embrião do Partido Marxista-Leninista (REIS FILHO, 1985a, p. 154).

Um pingo da Polop, num caldeirão de sonhos, ainda poderia ser detectado nas teses do Colina, que definiriam a ação do grupo e o destino de muitos de seus militantes.

O ESCOLHIDO

O militante escolhido para levar à frente essa tarefa tão complexa e difícil foi o militante mais experiente e, certamente, o líder histórico, Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto, cuja vida foi imortalizada no livro *Seu amigo esteve aqui*, escrito por Cristina Chacel (2012).

Beto, juntamente com Inês Etienne Romeu, Guido Rocha, Maria do Carmo e Juares Guimarães Brito, foi um dos fundadores da Polop em Minas e, posteriormente, um dos militantes que lideraram a formação do Colina.

Fora condenado a três anos de prisão em 21 de fevereiro de 1967, por colar cartazes em um poste na Rua Tamoios,





no centro de Belo Horizonte, na data de aniversário da Revolução Cubana — 26 de julho de 1965.

Condenado, passa a viver clandestinamente, iniciando um longo período de sua vida que só se encerraria com o seu desaparecimento, ocorrido em fevereiro de 1971.

A clandestinidade impunha limites à sua mobilidade e, talvez por causa disso, fora escolhido para essa missão.

Havia ainda outras razões para a escolha de Beto para essa tarefa. Ele era o único que conhecia alguma coisa sobre camponeses no grupo. Ninguém, além dele, tinha informações reais sobre o que acontecia na área rural de Minas e do Brasil.

Beto tinha participado da fundação das Ligas Camponesas em Minas Gerais em 1961, juntamente com Francisco Julião, na época deputado pelo PSB. A Polop, então abrigada dentro do PSB,

desembarca em São Gonçalo do Abaeté, cidade mineira do médio São Francisco, onde se concluíam as obras da usina hidrelétrica de Três Marias e um pequeno grupo de posseiros disputava uma beira de rio (CHACEL, 2012, p. 30).

Através do advogado Antônio Ribeiro Romanelli, as famílias conseguem a reintegração de posse. No acampamento, como faltava de tudo — escolas, alimentos, roupas —, a Polop entra em campo, através de Chaim Samuel Katz, Juares Brito, Vânia Bambirra, Maria do Carmo Brito, Beto e Guido Rocha, oferecendo apoio material aos posseiros.

Beto e Guido Rocha acabam por se mudar para o acampamento e fundam a Associação dos Trabalhadores de Três Marias, pois, à época, era proibida a sindicalização dos trabalhadores rurais, que logo se transformaria nas Ligas Camponesas de Minas Gerais, com Romanelli presidente.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a chegada de João Goulart ao poder, ainda em 1961, as Ligas Mineiras se





transformam em sindicatos rurais. Belo Horizonte foi escolhida para sediar a primeira grande reunião nacional do movimento camponês, que contou com a presença do próprio Jango e do deputado Almino Afonso.

Além disso, Beto conhecia Cuba, que visitara antes de 1964, na companhia de Élvio Moreira, onde, certamente, deixou amizades e contatos.

Seja pela clandestinidade, seja pela sua experiência anterior, durante todo o segundo semestre de 1968, Beto passou a coordenar o Setor de Levantamento de Áreas, viajando por todo o Brasil na companhia de Reinaldo de Melo e Erwin Rezende Duarte.

O primeiro local visitado foi a Serra do Caparaó, na divisa do Espírito Santo, no segundo semestre de 1968. O mesmo local onde o MNR de Brizola fizera uma ridícula tentativa de instalar o foco guerrilheiro, iniciada ao final de 1966.

O MNR deslocara para lá 14 militantes, a maioria deles ex-militares. Comandados pelo ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, o destacamento devia efetuar treinamentos e evitar ser descoberto, antes de iniciar a ação. Como não recebiam armas, munições nem ordem para entrar em ação, o grupo se desintegrou. Cinco integrantes se retiraram e os outros desceram a serra e foram presos, no dia 03 de abril de 1967.

Alguns dias depois, outros cinco militantes foram presos e, posteriormente, Bayard Boiteux, antigo presidente do PSB.

Acontecimento tão ridículo, classificado por Jacob Gorender como peripécias do nacionalismo pequeno-burguês, levou ao afastamento definitivo de Cuba do agrupamento brizolista. Os cubanos passaram a depositar suas esperanças em Marighella, que, por lá, andara, à revelia da direção do PCB, angariando apoio para a futura ALN.

Ocasionou ainda o abandono do MNR pelos cabos e sargentos que compunham sua base de apoio e sua migração para outros agrupamentos políticos, como o Colina e a VPR.

Mesmo assim, Carlos Alberto, o Beto, resolve inspecionar a região. Com o dinheiro do assalto ao Banco Comércio e Indústria, realizado em 26 de agosto de 1968, o grupo adquiriu um jipe, que foi utilizado para visitar toda a região do Caparaó, inclusive a parte que fica no Espírito Santo, tendo passado pelos municípios de Iúna, Muniz Freire e Alegre. Mesmo sem treinamento militar, os militantes do Colina concluíram que a área era inapropriada para a guerrilha, porque era bem povoada, a vegetação era muito rasteira e não oferecia saída caso fosse cercada por forças militares inimigas.

Visitaram posteriormente a região oeste do Paraná, passando por Foz do Iguaçu e Guaíra, percorrendo o oeste catarinense. Em relatório entregue à organização, concluíram que havia possibilidade de desencadear a guerrilha na região, principalmente por causa da grande extensão de florestas existentes. Depois, dirigiram-se ao Mato Grosso, na região de Cuiabá, passando por Poconé, Rosário do Oeste e outras localidades, onde fizeram contato com Hamílcar e Herta Boucinhas, militantes do PC do B que os abrigaram e orientaram a viagem.

Em janeiro de 1969, à época da queda do Colina em Minas, Beto e Reinaldo estavam no Maranhão, na região conhecida como Bico do Papagaio, que fica entre os Estados de Pará e Goiás, onde várias organizações procuraram estabelecer seu foco guerrilheiro, sem sucesso.

Tais expedições foram inconclusas. Foram voltadas exclusivamente para observação de aspectos geográficos das áreas. Não há registro de relatórios sobre existência de conflitos agrários, existência de posseiros, grilagem de terras e outros aspectos sociais. Mesmo as observações





geográficas foram precárias, pois não há referências à existência de estradas, ferrovias, aeroportos ou mesmo proximidade de fronteiras.

Nenhuma área foi selecionada. Em decorrência, nenhuma providência prática foi tomada para a instalação do plano estratégico do grupo. Não houve a seleção de uma área para treinamento, como faria a VPR no Vale da Ribeira em São Paulo, nem deslocamento de militantes ou montagem de uma infraestrutura logística de apoio à guerrilha.

O TREINAMENTO DE MILITANTES EM CUBA

Após a revolução cubana e a opção de Fidel pela via socialista, ocorrida no início da década de 60, Cuba incentivou, de todas as formas possíveis, as atividades anti-imperialistas em toda a América Latina e até mesmo na África. Havia guerrilhas em diversos países latino-americanos, e Guevara considerava que a revolução latino-americana seria continental e diretamente socialista, superando as diferenças nacionais, que seriam secundárias.

Em 10 de julho de 1967, teve início a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em que os cubanos selaram seu apoio à futura ALN.

Cuba, porém, deixava as portas abertas para todas as organizações que procurassem seu apoio. Uma das vertentes foi o treinamento de guerrilheiros.

Segundo estimativa dos Serviços Norte-Americanos de Espionagem, entre 1961 e 1969, 1.500 militantes latino-americanos foram treinados na guerra de guerrilhas. Os grupos de treinamento eram geralmente infiltrados por agentes policiais, que forneciam informações detalhadas do que acontecia. O Centro de Inteligência do Exército (CIE)





identificou 205 brasileiros que foram treinados, sendo 85 vinculados a Marighella.

Entre estes, Ricardo Apgaua, Mario Roberto Zanconato, Antônio Carlos Lana. Além de José Júlio e José Silva Tavares, da dissidência mineira do PCB, intitulada Corrente, que possuía estreitos vínculos com a ALN.

O Colina também enviou seus militantes para serem treinados. Um deles foi Edson Lourival Reis de Menezes, estudante de História, cuja entrada na organização se deu por intermédio de Inês Etienne Romeu, que ficaria conhecida nacionalmente pela denúncia que faria sobre a chamada "Casa da Morte", localizada em Petrópolis.

Edson foi escolhido por ser desconhecido nos meios policiais e por ter-se saído muito bem em treinamentos amadores realizados por militantes em finais de semana (ARQUIVO NACIONAL, 1971, p. 71-75).

Ele fora contatado por Beto em meados de 68 e instruído a ir até o Rio de Janeiro, onde se encontrou com Juares Guimarães Brito, que mantinha contatos com o MPL, de Miguel Arraes. No Rio, Edson esteve ainda com João Lucas Alves e partiu para Paris. Lá foi ao Consulado Tcheco e seguiu para Praga, onde ele e outros militantes foram apanhados pelos cubanos e viajaram para Cuba, onde aguardaram um mês e meio para o início do curso. No tempo de espera, fizeram exames médicos, tratamento dentário e vacinação. Foram então levados para Pinar Del Rio, juntamente com elementos de outras nacionalidades, procedentes de diversos países latino-americanos e africanos. Calçaram coturnos e marcharam na montanha, suportaram mochilas pesadas com até 30 quilos, atiraram com fuzis e submetralhadoras, simularam emboscadas, aprenderam a manipular explosivos e a calcular carga para derrubar pontes. Havia ainda outros brasileiros. Um deles, Osvaldo Soares, também pertencia ao Colina.





O curso durou três meses e meio e tinha exercícios de ataque, aulas de topografia, informação e contrainformações,⁵⁷ explosivos, enfermagem e algumas aulas de política.

Edson e outros participantes disseram à polícia que consideraram o curso de baixíssimo nível, deixando de preparar quem quer que fosse para a guerrilha. Em Havana, Edson e Osvaldo fizeram outro curso sobre explosivos, considerado pouco prático e até mesmo inútil.

Edson Lourival voltou ao Brasil em maio de 1969, após as quedas de Minas Gerais e em pleno processo de aproximação entre a VPR e o Colina, e logo após a realização da ação do assalto à casa de Ana Capriglione, amante do ex-governador paulista, Adhemar de Barros, onde foram expropriados mais de dois milhões de dólares.

No Rio, encontra-se com Juares Guimarães, que integrara o núcleo inicial da Polop em Minas Gerais, antes do golpe. Juares fora preso em 1964, em Recife, e mudara-se para o Rio, onde liderava o Colina. Morreria um ano depois, defendendo sua mulher, Maria do Carmo Brito. Alfredo Sirkis oferece sua descrição:

Tinha quase um metro e noventa. Desengonçado, braços muito compridos, magro com uma discreta barriguinha que lhe estufava a camisa à frente. Meio curvado, tinha uma cara como que talhada em madeira: nariz reto e pontiagudo, maçás e queixo salientes, olhos escuros e um bigode negro, elegante, da mesma cor do cabelo. Tinha uns 40 anos. Mineiro, muito tímido, jeito de filho de pastor protestante, o que realmente era. Tratava todo mundo de professor e tinha um fino senso de humor, às vezes pouco perceptível (SIRKIS, 2008, p. 194).





⁵⁷ Contrainformação é uma atividade de espionagem que consiste em fornecer informações incorretas ao inimigo, como se fossem verdadeiras, para atraílo a armadilhas ou confundi-lo.

Juares Guimarães oferece a Edson uma nova ação fora do país: ir a Argélia para comprar armas e munição: fuzis FAL, metralhadoras leves, morteiros e talvez bazucas. Recebeu, segundo ele, sete mil dólares para as despesas de viagem.

O dinheiro para a compra de armas — cifra que varia entre 800 mil a um milhão de dólares — já havia sido repassado a um diplomata argelino, possivelmente Hafid Keramane, veterano militante da Frente de Libertação Nacional, que liderara a luta revolucionária naquele país contra os franceses na década de 50 e início da década de 60.

Sua viagem foi recheada de desencontros. Ao chegar à Argélia, ocorre o inesperado: já acontecera a cisão entre a VAR e a VPR, e, em Argel, já havia outro representante do grupo com a mesma missão. Confusos, os argelinos decidem não se aproximar de nenhum dos dois grupos.

Edson retorna ao Brasil via Porto Alegre, caminho que era trilhado usualmente por militantes políticos brasileiros.

Frei Betto fora mandado pela ALN para o Seminário Cristo Rei, localizado em São Leopoldo, nas proximidades de Porto Alegre, para fazer parte da infraestrutura de apoio àqueles que saíam e entravam do Brasil via Uruguai e Argentina para, em seguida, viajar para a Europa. "Seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o país, independentemente de siglas políticas e não um serviço exclusivo da ALN" (FREI BETTO, 2000, p. 74).

Quando Edson chega a Porto Alegre, a situação era muito perigosa. Marighella já fora morto e Frei Betto já fora preso e conduzido a São Paulo.

Mesmo assim, ele consegue encontrar-se com Vera Lígia Huebra, a Verinha, e fica sabendo que seria deslocado para Fortaleza, onde encontraria com Beto, mas o ponto não foi coberto, possivelmente porque quem o encontraria já estivesse preso.





Edson perde então o contato com a organização e acaba sendo preso na residência dos seus pais, em Belo Horizonte, no mês de setembro de 1970.

Sua peripécia mundo afora em nada resultou. Seu conhecimento apreendido em Cuba nunca chegou a ser posto em prática.

OUTRAS TENTATIVAS

A maioria das guerrilhas planejadas pelas outras organizações teve o mesmo fim: não chegou a se iniciar. Perseguidas pela repressão, as organizações acabaram por ter um grande e dispendioso contingente de militantes clandestinos, que viviam em aparelhos, impossibilitados de trabalhar, estudar ou dedicar-se a qualquer tarefa legal.

A VPR chegou a ter um campo de treinamento no Vale da Ribeira, em São Paulo, que foi detectado pelas forças policiais, após a prisão de Maria do Carmo Brito. Cercados, os militantes que lá estavam passaram por enormes dificuldades e, por pouco, Lamarca não chegou a ser preso.

O primeiro grupo a brandir a sigla MR-8 teve a fazenda adquirida no Paraná para instalação do foco guerrilheiro descoberta precocemente, antes de ter sido utilizada para qualquer fim.

O PC do B foi o único grupo que teve sucesso nesse intento, ao iniciar a luta armada no Araguaia. Resolveu seus problemas materiais por outros meios, não tendo realizado ações urbanas para levantamento de fundos.

A partir de 1967, passou a enviar para a área um grupo de militantes com treinamento na China, chegando a contar com 69 militantes inseridos na região.





Organizou três grupos de combate e só saiu à luta quando se sentiu em condições de enfrentar as Forças Armadas.

Infelizmente, isso aconteceu em 1972, quando a ditadura já se consolidara e a grande maioria dos militantes de esquerda estava presa, exilada ou morta.

O PC do B resolveu seguir em frente ignorando propositadamente o que se passava no Brasil. A fé inquebrantável na revolução, a grande confiança no próprio partido e os ventos internacionais falaram mais alto.

Sua guerrilha chegou a resistir a duas investidas policiais, mas sucumbiu à terceira, quando os recrutas foram substituídos por um destacamento menor de soldados treinados para a luta no campo, na sua maioria paraquedistas.

A terceira campanha começou em outubro de 1973, de propósito, na época das chuvas. Os paraquedistas foram divididos em pequenos grupos, portando fuzis FAL e metralhadoras leves. Em dezembro, o Exército conseguiu penetrar no reduto da comissão militar e já em abril de 1974 o Exército considerou a guerrilha dizimada.

Sua campanha foi completamente abafada pela censura à imprensa, passando praticamente despercebida pela população. A repressão ao PC do B intensificou-se e seguiu até 1976, quando uma reunião do seu Comitê Central foi detectada e seus militantes foram assassinados pela polícia, no episódio que ficou conhecido como "Massacre da Lapa".

Como diz Gorender (1987, p. 211), o PC do B, apesar de adepto da teoria da guerra popular prolongada, foi quem realmente praticou a tática castro-guevarista do foquismo: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um grupo guerrilheiro com autonomia de comando, etc.

Em todos os casos, as tentativas não nasceram do desdobramento de conflitos sociais. A guerrilha se instalaria em regiões escolhidas por razões sobretudo militares, visando à





iriam fazer com que as massas aderissem à guerrilha. Assim era a esquerda: dividida por divergências que iam

sobrevivência inicial do grupo. Os combates travados é que

do caráter da revolução, passavam pelas formas organizativas, pelas concepções de luta armada e acabavam por não ter sequer um eixo político que a aglutinasse. Por ironia, no seu naufrágio, suas práticas, muitas vezes, se tornavam próximas, ou mesmo idênticas.





CAPÍTULO XIII

O segundo semestre em BH: o movimento de massas chega ao fim

No momento em que o Colina vai à guerra, o movimento de massas começava a refluir. O auge do movimento estudantil pertencera ao primeiro semestre de 1968, quando suas bandeiras ultrapassaram as fronteiras da universidade e mobilizaram a parcela mais consciente e politizada da sociedade, cujo sentimento antiditatorial era crescente.

Porém, esse momento passara. As manifestações de rua cumpriram o importante papel de desgastar profundamente o governo militar, que já perdera as esperanças de buscar legitimidade. As grandes manifestações de massa não conseguiram abalá-lo, mas foram decisivas na mudança da sua postura perante a sociedade. De agora em diante, não haveria mais anteparos ou disfarces. Era uma questão de tempo até o Congresso ser fechado.

Dentro das universidades, a mobilização para as manifestações era cada dia mais sofrida.

Embora simpática à luta antiditatorial, apenas em poucos momentos a maioria realmente se mobilizou. A estimativa de presença nas grandes manifestações que ocorreram em BH revela que somente 20 a 30% dos estudantes universitários foram às ruas. E, mesmo assim, esses estudantes queriam terminar a graduação, exercer suas carreiras profissionais e lutar por um lugar ao sol na sociedade. Os momentos iniciais de grande mobilização não poderiam durar para sempre.

Porém ainda restavam brasas sob as cinzas da fogueira que ardera. No início de agosto, no Rio, a prisão de Vladimir







Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes, desencadeia uma onda de manifestações, duramente reprimidas pela polícia, em colaboração com o Exército. "Cortina de tanques impediu a passeata", mancheteia o *Jornal Última Hora* de 06 de agosto, exibindo foto com uma enorme fileira de tanques que foi mobilizada pelo Exército para reprimir a manifestação. Nenhum deles disparou um só tiro, ao contrário dos chamados Brucutus da Polícia, carro de choque equipado com canhões d'água, que lançaram o líquido em direção às aglomerações de estudantes e populares. Mais de 200 prisões foram feitas, na Cinelândia. Os ventos de agosto eram outros.

Ao final daquele mês, ocorre violento conflito em Brasília, que culmina com a invasão da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e com a morte de um estudante, no seu interior. A ação da polícia foi desastrosa a ponto de o Reitor da UNB, Caio Benjamin Dias, solicitar audiência com Costa e Silva e colocar seu cargo à disposição. Preocupado, o Marechal designa o Chefe do SNI, um certo general Garrastazu Médici, para apurar os fatos.

No início de outubro, ocorre, em São Paulo, a chamada Batalha da Rua Maria Antônia, quando os estudantes da USP foram emboscados por grupos paramilitares escondidos na Escola de Engenharia Mackenzie. As duas escolas se opunham na mesma rua e o confronto resultou em uma morte e vários feridos.

No Rio, ocorreram diversas manifestações que foram reprimidas a tiro por agentes da polícia, desorientados pela determinação exibida pelos manifestantes. Despreparados e acuados, agentes da Polícia Civil à paisana sacaram suas armas e atiraram a esmo contra a multidão, atingindo e matando pessoas inocentes, algumas que nem sequer participavam das manifestações.



Nos dias que se seguiram, nova batalha campal no Rio, na Praça Onze, no Rio de Janeiro. A atriz Vanja Orico ajoelha-se na frente dos tanques pedindo clemência. Seu gesto exibiu uma coragem física e moral extraordinária e teve o efeito de impedir um verdadeiro massacre que estava por vir. Vanja portava uma faixa preta e disse à imprensa que "há momentos em que a gente tem que se definir, senão vira mosca ou barata" (JORNAL Última Hora, 24 out. 1968).

Era o que restava do grande apoio que o movimento estudantil tivera no primeiro semestre.

O QUE ACONTECEU EM BH

O Colina já iniciara suas ações armadas e, para minorar os riscos, os militantes do Comando Político-Militar foram retirados das frentes de massa e passaram a ter uma vida normal, dedicada, aparentemente, aos afazeres do cotidiano. Nenhum dos envolvidos no episódio da Rua Atacarambu aparece nos comícios e passeatas do segundo semestre. Isso pouco adiantava para proteger o grupo das especulações que ocorriam dentro das universidades.

Herbert Daniel, um dos poucos militantes do Colina que deixou suas memórias, relata o frisson causado no meio universitário após a realização de uma ação, reivindicada pelo Colina. No outro dia, as especulações dominavam as conversas:

Na faculdade, no dia seguinte, escutei animadas conversas no diretório, onde se levantaram suposições, com algum conhecimento de causa. A questão: qual dos grupos políticos — denominados na época "foquistas", partidários do foco guerrilheiro guevarista — teria se tornado o Colina? Havia alguém

que pretendia mesmo indicar (falando em segredo, entre nós, sabe como é, somos todos de esquerda) *quais* militantes teriam participado do assalto! [...] Entre as hipóteses apresentadas pelos estudantes (em segredo, entre nós, etc. e tal), a polícia não encontraria maiores dificuldades de selecionar, entre as evidentes, a boa (DANIEL, 1982, p. 83).

Era nesse ambiente temerário que o Colina procurava sobreviver, tentando combinar ações armadas com a sua atuação nos movimentos sociais.

O grupo acabara de eleger Athos Magno da Costa e Silva presidente do DCE da UFMG, sucedendo Jorge Batista. Mantinha também suas raízes no movimento operário de Contagem e necessitava de uma tática específica para os movimentos urbanos.

Pela sua concepção política, os enfrentamentos entre as massas e a ditadura iriam continuar, pois não havia saídas para o capitalismo brasileiro. Porém, isolado nas cidades, sem o apoio do foco, que ainda não existia, o movimento de massas estaria condenado ao fracasso.

Suas lideranças percebiam claramente o desgaste ocasionado pelo chamamento constante para manifestações.

Pressentiam que era necessário estabelecer um vínculo permanente com o interesse imediato dos estudantes, voltado para melhoria da qualidade do ensino e, em certa medida, vocacioná-lo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Passaram a defender a principalidade das chamadas lutas específicas, reivindicando mais verbas para pesquisa e melhoria na qualidade do ensino. Tais lutas trariam de volta a maioria dos estudantes às entidades e, inevitavelmente, assumiriam um colorido político. Propunham que o movimento se concentrasse em torno da preparação do Congresso da UNE, a ser realizado nos próximos





meses, o que aglutinaria novamente as lideranças dispersas e daria um novo impulso ao movimento estudantil, em nível nacional.

AS DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO ESTUDANTIL — UM POUCO DA AP

Tal posicionamento sofria ataque cerrado da AP, uma organização muito maior, de porte nacional, hegemônica no movimento estudantil, cujos militantes vinham presidindo a UNE desde antes do golpe de 1964.

Áquela altura, alinhava-se com a China Comunista e defendia a estratégia da guerra popular prolongada, com base no campo, que se oporia à teoria do foco guerrilheiro. O foquismo era sumariamente tratado como um meio burguês, "por sua posição de classe e base teórica" (OLIVEIRA JUNIOR, 2000, p. 235 apud FARLEY, 2010, p. 84).

No mesmo período, uma grande reviravolta interna já estava em curso inspirada na revolução cultural, que estava acontecendo na China. Enquanto os grupos foquistas preparavam-se para a luta armada, a AP procurava tornar-se o partido proletário brasileiro, o que implicava uma verdadeira revolução nos hábitos, valores e qualidade de vida dos seus militantes. "Para aplicar o princípio da integração com as massas, (a AP) defende resolutamente a política de lutar junto, viver junto e trabalhar junto" (CIAMBARELLA, 2007, p. 119). Todos os seus militantes deveriam ter uma vida simples, trabalhar duro e combinar o entusiasmo revolucionário com a "objetividade científica e o espírito prático" (CIAMBARELLA, 2007, p. 120).

O resultado dessas premissas foi um movimento de integração dos militantes na produção, também chamado de proletarização. Visava a "deslocar seus militantes para o





231

trabalho nas fábricas e para o meio rural, numa tentativa de transformá-los, rompendo com suas origens sociais — notadamente de classe média" (CIAMBARELLA, 2007, p. 120). Procurava também eliminar a distância entre o trabalho manual e intelectual, para acabar com as distâncias sociais, inspirado no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa.

Em Minas Gerais, muitos militantes se dirigiram para o vale do Rio Jaíba, no norte do Estado. Outros foram para a Cidade Industrial, em Contagem, e cumpriram papel de destaque na greve que se aproximava.

O sacrifício pessoal a que esses militantes se submetiam era enorme, talvez até mesmo maior do que ir para a luta armada, propriamente dita. As mulheres deixavam de lado seus vestidos e sua maquiagem para se adaptar a uma rotina de vida rude, escravizada pelo trabalho.

Seus militantes iriam conviver, pela primeira vez, com os camponeses e operários, que idolatravam, mas só conheciam através da literatura marxista. A rotina do trabalho de turno, as privações materiais, tudo isso compunha um ambiente muito mais exigente que a opção pela luta armada, que era recheada de certo romantismo e de uma forte escolha existencial.

A AP não chegou a realizar nenhuma ação armada, nenhum assalto a banco, expropriação de armas ou atos semelhantes, nesse período, que tivesse sido discutida e autorizada pela sua direção.

O outro lado desse posicionamento era uma postura de enfrentamento permanente com a repressão, que era defendida de forma intransigente pelos seus militantes nas frentes estudantis e operária. Liderada por Waldo Silva, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, por Raimundo Mendes, presidente da UEE, por Doralina





Rodrigues de Carvalho, vice-presidente daquela entidade e Antônio Barbosa Filho, militante do CAAP, exibia um profundo radicalismo e grande determinação em dirigir o movimento estudantil para o enfrentamento direto contra a ditadura militar.

AS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES

Essas visões digladiavam frequentemente nas assembleias convocadas nas faculdades, mas não impediam a unidade na ação.

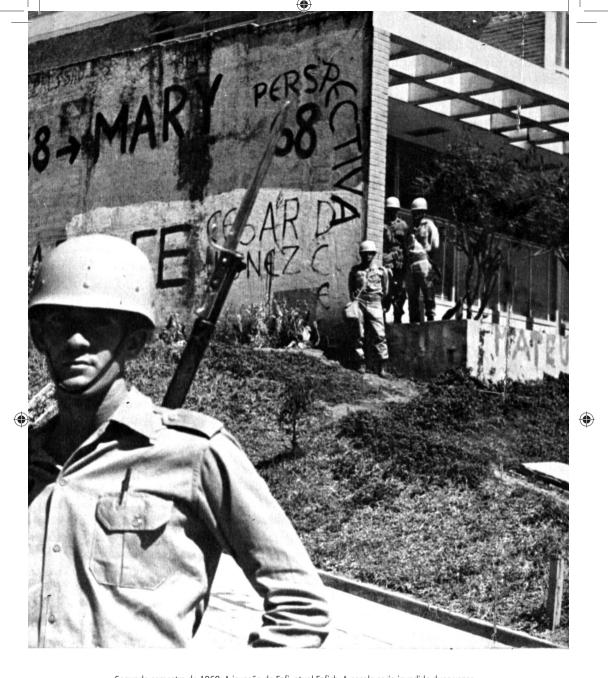
Mesmo com essas diferenças, as duas correntes se propunham a organizar manifestações sucessivas, seja com que público fosse. Ao longo do semestre, os diretórios acadêmicos acabaram por se esvaziar, e a mobilização estudantil, por se tornar quase que exclusiva dos militantes e de uma pequena parcela que os acompanhava fielmente.

Era a chamada "massa avançada", a qual os grupos políticos procuravam manter sob sua influência.

"O movimento estudantil mineiro passa a dedicar-se a uma tática, sintomaticamente chamada de 'grevilha'" (JORNAL Última Hora, 11 jul. 1968), marcada pela realização de comícios relâmpagos e pichações rápidas, que eram realizadas nos diversos cantos da cidade. Os comícios visavam a denunciar a prisão de militantes estudantis e a propagandear o futuro Congresso da UNE:

Centenas de pessoas que passaram ontem às 18 horas em frente à Faculdade de Ciências Econômicas (localizada na esquina das ruas Tamoios e Curitiba, no centro da cidade), ouviram seis estudantes falar sobre o custo de vida, a prisão de estudantes e operários, a defesa do congresso da UNE e a luta contra o imperialismo norte-americano (JORNAL Última Hora, 11 jul. 1968).





Segundo semestre de 1968. A invasão da Fafi, atual Fafich. A escola seria invadida duas vezes pela polícia, nos meses de agosto e outubro. Até o seu diretor, Pedro Parafita de Bessa, seria indiciado em IPM.

Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.



O público preferido passou a ser aquele concentrado por volta das 18-19 horas nas filas de ônibus que agrupavam os trabalhadores de volta para casa, após o trabalho:

"O primeiro comício estava marcado para as 17 horas, mas só começou duas horas depois porque os estudantes descobriram vários agentes do Dops nas filas dos ônibus. Às 19 horas, os estudantes se reagruparam, discutiram mais uma vez o esquema de segurança e se dirigiram para a Rua Curitiba, entre Tamoios e Carijós, com o megafone escondido debaixo da blusa de uma moça. Enquanto uma turma vigiava as esquinas, quatro líderes da UEE e um vicepresidente da UNE falavam que o povo do Vietnã provou que a união faz a força e a força vence a repressão. O comício teve sequência quando os estudantes subiram em cima de uma camionete e improvisaram um segundo comício, sempre aplaudidos por um público de mais de 500 pessoas", afirma um generoso e entusiasmado repórter. "Três líderes estudantis falaram que 'os estudantes não têm medo da repressão' e fizeram um apelo para que os operários, professores, camponeses, bancários unidos esmaguem os opressores" (JORNAL Última Hora, 26 jul. 1968).

A busca de apoio para a realização do Congresso da UNE acaba por levar à prisão Braz Teixeira da Costa, Marilda de Souza e Cesar Epitácio Maia, então ligado ao grupo Corrente, vinculado à ALN.

No dia seguinte, os estudantes realizaram novo comício, no Bairro Salgado Filho.

A Praça JK sempre foi o ponto de encontro dos namorados do bairro. A partir das 16h30min, ela já estava cheia de estudantes, que se dividiram em grupos e saíram pelo bairro para anunciar o comício, que seria realizado às cinco e meia. Pouco a pouco, ela foi se enchendo e, na hora marcada, Valdo Silva, presidente do DA FAFI abriu o comício dizendo que eles estavam ali para conversar com o povo e trazer uma mensagem de luta com a certeza de que "o povo na luta derrota o imperialismo" (JORNAL Última Hora, 15 ago. 1968).

O mais famoso e ousado dos comícios ocorreu no dia 14 de agosto, quando os militantes estudantis invadem a Prefeitura de BH, picham portas e paredes e discursam por 15 minutos contra o imperialismo norte-americano. Os oradores — João Batista Mares Guia, da UEE, Dora Rodrigues, também da UEE, Luiz Raul Rodrigues e Antônio Barbosa Neto — falaram por 15 minutos e saíram antes da chegada do Dops, aproveitando a oportunidade para pichar os muros do Automóvel Clube, do Hotel Del Rey e do Diário do Comércio e Indústria, que se localizavam nas proximidades.

A partir dessa data, a polícia reforçou o policiamento na cidade, levando os estudantes a realizarem comícios em bairros próximos à área central.

Enganando todo o esquema policial-militar, montado para reprimir novas manifestações, os estudantes voltaram ontem às ruas [...] o comício começou às 18 horas na Rua Curvelo, na Floresta. Durante uma hora, os estudantes distribuíram panfletos, picharam ônibus e chegaram a parar o trânsito (JORNAL Última Hora, 15 ago. 1968).

Como resposta, a polícia cercou a Fafi, onde os estudantes se concentravam para novos comícios.

Mais de duzentos estudantes da FAFI entraram em luta corporal com elementos da Polícia Federal e da G2, que não suportaram os estudantes e pediram ajuda à Polícia Militar. Quatro policiais ficaram feridos, com as cabeças partidas e foram conduzidos com urgência ao Pronto Socorro. A briga começou quando os estudantes saíram da FAFI e começaram a pichar os muros do antigo Demae (atual Copasa). Os policiais ameaçaram invadir a Escola, mas, após a intervenção do Diretor Pedro Parafita Bessa, se retiraram. Foram presos os estudantes Estevam de Toledo; Antônio Teixeira; Antônio José de Andrade e Lélia Reis (JORNAL Última Hora, 16 ago. 1968).





O MOVIMENTO ANTICOMUNISTA, A TFP E OS TRAVESTIS

O Movimento Anticomunista (MAC) e o Tradição, Família e Propriedade (TFP), grupo conservador e ultradireitista, também faziam suas aparições.

A porta da Igreja São João Evangelista, localizada no Bairro da Serra, amanheceu pichada com as palavras: "Abaixo a agitação; fora os comunistas. Morte aos comunistas da UNE e viva o MAC". O vigário era o padre Tarcisio Machado Rocha, que denunciou que o MAC pretendia associar a Igreja aos comunistas, "para evitar as reformas sociais que o Brasil tanto precisa".

O MAC contava com a simpatia explícita do Secretário de Segurança de Minas, que declarou publicamente simpatizar com as ideias do Movimento, mas não com seus métodos de ação.

A TFP, por sua vez, acusa de comunistas os padres da Igreja de Santa Tereza, da Igreja do Carmo e o convento dos Dominicanos, liderados pelo frei Eliseu Resende, que sempre apoiou de forma corajosa os movimentos populares no período posterior a 1964.

Alheios a tudo isso, os travestis de BH tentavam eleger sua miss:

Hoje, a partir das 11 horas, tem desfile de travestis no Montanhês Danças, quando uma dezena de deslumbrados, com seus vestidos longos e cheios de lantejoulas, disputam o título de Miss Brasil 68. Sophia di Carlo, um enxuto moreno de 27 anos, é o favorito (JORNAL Última Hora, 03 set. 1968).

Mas não conseguiram. O moralismo da ditadura acabou por prevalecer e a Polícia Federal foi mobilizada para pôr fim ao concurso:





Gritinhos, muito choro, desmaios, foi a forma encontrada pelas "bonecas", que usavam seus vestidos importados, para protestar contra o Departamento de Polícia Federal, que proibiu o concurso de beleza pouco antes de ele começar (JORNAL Última Hora, 03 set. 1968).

Era o discurso da ditadura: falso moralismo e anticomunismo se davam as mãos.

O SUSPIRO FINAL

A última manifestação importante que se realizaria em BH no ano de 1968 ocorreu no dia 20 de agosto. A polícia mobilizou mais de oito mil soldados, ocupando todo o centro da cidade. As escolas foram ocupadas pela polícia, que impediu o acesso dos estudantes às faculdades, dificultando a organização prévia dos estudantes nas escolas.

Em grupos, os estudantes foram se dirigindo ao centro da cidade, nas proximidades da Igreja de São José. Na Praça Sete, o presidente do DA Fafi, Valdo Silva, subiu na estátua de Aarão Reis e fez um discurso contra a repressão policial, "que não nos deixa nem assistir às aulas" (JORNAL Última Hora, 21 ago. 1968).

Às 18 horas, próximo à Igreja de São José, iniciam-se os gritos de "Abaixo a ditadura" e os primeiros cartazes aparecem no meio do povo. Dessa vez, porém, a polícia agiu duramente e os policiais do Dops infiltrados entre os estudantes atacaram com porretes e cassetetes todo mundo que se encontrava nas imediações. Imediatamente, todo o dispositivo policial entrou em ação, dispersando os estudantes.

Porém, uma hora depois, os policiais do Dops foram surpreendidos com a comunicação de que mais de mil estudantes tinham conseguido enganar o dispositivo e





estavam fazendo a passeata no Bairro da Floresta, próximo ao centro, recebendo amplo apoio popular.

A mobilização levou o *Jornal Última Hora*, Edição BH, de 21 de agosto de 1968, a manchetear: "TÁTICA VENCEU REPRESSÃO".

Foram feitas 42 prisões. Deram entrada no Pronto Socorro o agente do Dops José Ferreira da Silva, o inspetor Frederico Nascimento e os estudantes Eustáquio Linhares e Maria Antônia. O tesoureiro do DA da Veterinária, Adélio Ribeiro Borges, vinculado ao Colina, recebeu um tiro nas costas, mas logo se recuperou.

A partir dessa data, o movimento estudantil entra em pleno refluxo. As posições se invertem. Ao invés de os estudantes saírem às ruas, os órgãos policiais vão à ofensiva e passam a caçar as lideranças estudantis de todas as formas possíveis.

No início de outubro, a Fafi é novamente cercada e invadida pela polícia, que procurava impedir a realização de um suposto encontro da UEE, que estava se realizando.

O cerco à FAFI começou às 9 horas da manhã, com a chegada da Polícia Militar, comandada pelo Coronel Luis Nunes Neto. Em seguida, comandados por oficiais do Serviço Nacional de Informações, a tropa invadiu o *campus* da Universidade, fechando as portas e impedindo a saída dos universitários [...] para conseguir prender os estudantes João Batista dos Mares Guia, Jorge Batista e César Epitácio Mayer (JORNAL Última Hora, 03 set. 1968).

Para a repressão, ali estava se realizando o Congresso da UEE, que acabou por frustrar-se pela ação policial.

Mesmo sob cerco, tem sequência a preparação do Congresso da UNE, que envolvia reuniões preparatórias em todas as escolas de BH e do interior. O Congresso Regional da UNE para eleição dos delegados foi realizado, inicialmente,





no prédio anexo à Igreja de Santo Afonso, no Bairro Renascença, e terminou no Colégio Helena Guerra, no município de Contagem.

A queda do Congresso da UNE em Ibiúna é o marco do fim do movimento estudantil no ano de 1968. Ali foram presos mais de dois mil estudantes, sendo 84 mineiros, muitos do interior, entre eles aqueles que estavam sendo avidamente procurados pelo Coronel Cavalieri, que dirigia um IPM, instalado para apurar as manifestações estudantis do segundo semestre.

Lá estavam João Batista dos Mares Guia, Jorge Batista Filho, Waldo Silva, Sálvio Pena, entre tantos outros.⁵⁸

Algumas manifestações de protesto se seguiram em BH, mas poucas e esvaziadas. Alguns, poucos, já estavam na luta armada.



58 Segundo o *Jornal Última Hora*, de 17 de outubro de 1968, foram presos em Ibiúna os estudantes mineiros Wagner Correia Oliveira, Reginaldo Joaquim Pereira, Manoel da Silva Costa Júnior, Danilo Carapa, Ricardo Pontes Cintra, Sálvio Moreira Pena Franco, Etelvino José Rodrigues Bichara, Luiz Lotrrallah, Cássio Rogério Ramos, Edson Gonçalves Soares, José Carlos Mata Machado, Gildo Macedo Lacerda, Luiz Sérgio Fonseca Soares, Arquimedes Capolare e Maqques Botelho Pinto Rodrigues, Jurandir Castro Rezende, Marcos Silvio Pinheiro, Marcos Wilson Spier Prates, Pedro Luiz Matos Giovanini, Olavo Junqueira de Andrade, Antônio de Pádua Machado, Silvio Rodrigues de Moura, Demerval da Silva, Renato Alves Vale, Carlos Alberto Arantes Fernandes Tavares, José Diniz Moreira, Mauro Mendes Braga, Ricardo Samuel de Lana, Quintides Maganini, Elias Antônio Jorge, Carlos Augusto Junqueira Henrique, Ronaldo de Oliveira Rocha, João Albano de Oliveira, João Batista dos Mares Guia, Jorge Batista Filho, Antônio Carlos Drumond Monteiro de Castro, José Norberto Ataíde Mota, Antônio Lázaro Ribeiro, José Jarder da Silva, Paulo Roberto de Magalhães, Rafael Antunes Neto, José Gomes de Paula Filho, Nilton Miranda Sobrinho, Waldo Silva. Mulheres presas: Marília Pires Fernandes, Maria Lúcia Santos Resende, Marília da Silva Costa, Arlinda Lima Costa, Elizabeth Smith Andrade, Arlete Diniz Campolina, Rosa Maria Nacif, Irani Martins, Maria Lúcia Santos Rezende e Elza Pereira.

O IPM DO CORONEL CAVALIERI

Como já acontecera no primeiro semestre, o Exército abre novo IPM, comandado pelo Coronel Euzimar Cavalieri. Esse militar, para sua honra, foi considerado pelos militantes interrogados um "investigador severo", mas não um torturador.

Cavalieri tinha conhecimento somente da existência da AP e do PCB. Demonstra desconhecimento dos outros grupos e não consta no IPM presidido por ele nenhuma menção ao Colina, ou mesmo à Polop.

Athos Magno, presidente do DCE, é tratado como militante do PCB, partido cuja representatividade na UFMG era praticamente nenhuma.

Cavalieri levou adiante uma perseguição implacável às lideranças estudantis que se destacavam. Realiza diversas prisões e ações de busca e apreensão nos Diretórios e nas residências das principais lideranças.

O Coronel chega a indiciar, no seu IPM, até mesmo o então diretor da Fafi, Pedro Parafita de Bessa, por ter-se omitido na fiscalização das atividades do DA Fafi, o que facilitou a tentativa de realização do 22º Congresso da UEE nas dependências daquela escola.

Em uma investida policial, prende o estudante da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Luiz Marcos de Magalhães Gomes, "estruturado na AP", "preso no Barreiro quando se encontrava junto com o líder metalúrgico Ênio Seabra" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, p. 394). Ênio é solto no dia seguinte, mas Marcos Gomes, como seria conhecido nos anos seguintes, continuaria preso. Eram os ecos da greve de outubro chegando ao movimento estudantil.

Em uma outra investida, realizada a 20 de agosto, Cavalieri faz uma busca na casa de João Batista dos Mares



Guia, localizada à Rua Lopes Trovão, nº 32, e apreende documentos do Colina sobre o movimento estudantil, intitulados: "Temário para Encontro do Setor Estudantil", produzido pelo Comando Político-Militar; "Pontos para Análise e Discussão sobre o Movimento Estudantil – seu papel e perspectivas"; "Relatório sobre atividades dos Militantes no Movimento Estudantil".

Mesmo com a verdade saltando aos olhos, o Coronel não deu a devida atenção ao material que apreendera. Na ficha do inquérito referente a João Batista, Cavalieri relata que fora "apreendido, em sua residência, documentos altamente subversivos", para depois concluir: "Estruturado em AÇÃO POPULAR" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 0034, p. 389).

Porém o material apreendido acabaria nas mãos da Agência do SNI de Belo Horizonte, que já estava acompanhando o Colina. Estava pavimentado o caminho para a queda.





CAPÍTULO XIV

Outubro: o movimento sindical ressurge

Quem roubaria a cena no semestre seria novamente o movimento sindical. Ao final de setembro e início de outubro de 1968, ocorreram duas greves importantes. A primeira a ser deflagrada foi a dos bancários, em um movimento articulado juntamente com os bancários da Guanabara e de São Paulo. O sindicato fora dirigido por Antônio Faria até 1964, quando sofreu intervenção, suspensa em 1965. Em 1967, em um movimento semelhante ao que acontecera com os metalúrgicos, uma chapa, possivelmente ligada ao PCB, ganha as eleições, liderada por Homero Guilherme. Desde o início de 1968, o sindicato era atuante e participava do Movimento Sindical Antiarrocho, que realizara diversas manifestações em recinto fechado por todo o Brasil.

Os bancários entraram em contato com a Faculdade de Ciências Econômicas, que ficava nas proximidades do sindicato, e solicitaram estudos, que demonstraram que o poder aquisitivo do povo teria caído 32% desde o último reajuste da categoria. Os banqueiros, por seu lado, ofereciam 15%.

A Diretoria do Sindicato e a Delegacia Regional do Trabalho propõem, então, um acordo com base em um reajuste de 28%, descontando-se o abono de maio, ou 24%, sem a compensação do abono.

Havia ainda outras cláusulas em discussão, mas o percentual de reajuste era o fator de unidade da categoria. A Diretoria do Sindicato era contrária à greve e alertou para os riscos da paralisação em todas as assembleias. O presidente considerou que o índice de reajuste oferecido pelo Governo teve como efeito fortalecer a parcela da categoria





que estava disposta à greve e acabou por detonar o movimento: "O aumento de vinte e quatro por cento oferecido pelo Governo apressou a eclosão da greve, que já era exigência da ala radical da classe" (JORNAL Última Hora, 28 set. 1968). A oposição à Diretoria do Sindicato era encabeçada pela dissidência do PC - Corrente Revolucionária.

Desde a primeira assembleia, os bancários haviam decidido não apelar para o dissídio coletivo e tentar negociar diretamente com os patrões, "a fim de evitar a demora que sempre ocorre nos julgamentos da Justiça do Trabalho" (JORNAL Última Hora, 18 set. 1968).

Para esquentar os motores, foi deflagrada uma greve de advertência de 24 horas. Os sindicalistas foram então chamados a Brasília por Passarinho, que os cravou de ameaças de toda ordem.

Em nova assembleia, a greve é marcada para o dia 26 de setembro. Alertada, a polícia invade e ocupa o sindicato, não permitindo que os bancários lá se reunissem. No dia anterior à greve, prendem também 11 lideranças do movimento, deixando-o acéfalo. A polícia cercou os bancos, impediu os piquetes. Foram presos também os bancários Joaquim Martins Borges, Ubiraci Santos e Nelson Nunes de Castro.

A greve acabou sendo parcial. Apesar de cinco mil bancários, de um total de 12 mil, terem aderido ao movimento, os bancos conseguiram abrir e funcionar normalmente. O movimento estudantil apoiou o movimento, e o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina foi o local das assembleias da categoria.

Apesar de contrário ao movimento, o presidente do sindicato manteve-se firme ao lado dos grevistas e tentando, ao mesmo tempo, manter aceso o diálogo com o patronato, através da Federação dos Bancários. Para ele, as negociações





deveriam acontecer somente se fossem permitidas as presenças dos grevistas.

Os bancários tentaram conseguir apoio popular para sua luta, realizando manifestações de rua, mas foram reprimidos pela polícia:

No fim da assembleia, um bancário levantou e propôs que se fizesse uma passeata, "para mostrar ao povo que a greve continua e também para desviar um pouco a atenção da polícia da Cidade Industrial, transformada em praça de guerra com a greve dos metalúrgicos". Os bancários tomaram a Avenida Afonso Pena, mas, quando chegaram à altura da Prefeitura, apareceu a polícia e dissolveu a passeata com bombas de gás lacrimogêneo (JORNAL Última Hora, 03 out. 1968).

Eram táticas já utilizadas pelo movimento estudantil, o que revela a capilaridade existente entre os movimentos. Assim, como no movimento estudantil, as mobilizações só aconteciam pela presença dos agrupamentos de esquerda. Entre os bancários, a dissidência mineira do PCB, denominada "Corrente", organizava-se como oposição sindical, propunha passeatas e manifestações de rua. Mas salvar o movimento do refluxo e da derrota não era fácil.

No dia 07 de outubro, os bancários voltam ao trabalho, com a homologação de um acordo razoável, mas que não satisfizera a categoria: 30% de reajuste para todos.

A partir daí, inicia-se uma longa onda de demissões, em que os banqueiros se aproveitaram de todos os pretextos para demitir tanto a base sindical grevista quanto reduzir a mão de obra empregada nos estabelecimentos menos rentáveis. O saldo da greve — intervenção sindical, demissões, pequeno reajuste salarial — não deixou boa lembrança na memória dos militantes.





A GREVE DOS METALÚRGICOS

Logo após o início da greve dos bancários, em 1º de outubro, estoura, na Cidade Industrial, a segunda greve dos metalúrgicos do ano de 1968. Aproximava-se a data-base da categoria e os metalúrgicos reivindicavam um reajuste de 50%.

Ao contrário da greve de abril, esta não foi espontânea, mas meticulosamente preparada pelos sindicatos e por lideranças intermediárias operárias.

Houve diversas assembleias preparatórias, inúmeras discussões no sindicato e reuniões isoladas, empresa por empresa, debatendo o custo de vida e a política salarial. A reivindicação dos metalúrgicos era de 50% de reajuste sobre o salário atual, ou seja, sem o desconto do abono de 10%, que fora concedido em abril do mesmo ano. Já os patrões ofereceram 12%, enquanto o mediador do Ministério do Trabalho chegou a 17%.

A presença dos grupos políticos podia ser sentida. Militantes católicos da JOC (Juventude Operária Católica) e da AP já se reuniam na Igreja da Boa Viagem desde o primeiro semestre, formando um comitê de apoio aos metalúrgicos. Ênio Seabra, o líder inconteste dos metalúrgicos, tinha seus passos vigiados e, no dia anterior à greve, foi preso juntamente com Marcos Gomes, militante da AP. Trabalhava na Mannesman e gozava de grande prestígio junto aos operários daquela empresa.

A Diretoria do Sindicato considerava que a intervenção da DRT na entidade seria decretada logo após o início da greve, o que de fato aconteceu. Os metalúrgicos limparam previamente as gavetas e armários dos sindicatos e possuíam um local alternativo para se reunir: a Igreja Católica do Bairro dos Inconfidentes, muito provavelmente conseguida





pelo Comitê de apoio organizado pela JOC.

Como previsto, a intervenção foi decretada ainda no dia 1º de outubro. Toda a diretoria foi destituída, inclusive os suplentes, os membros do Conselho de Representantes junto à Federação e o Conselho Fiscal. O sindicato foi ocupado pela polícia e foi proibido o acesso à sua sede.

Humberto Polo, que já era interventor no Sindicato dos Bancários, foi também interventor no Sindicato dos Metalúrgicos. Era a segunda intervenção sofrida pelo Sindicato no período de quatro anos.

A greve começou no interior da Mannesman, onde trabalhava Ênio Seabra.

A Mannesman, a grande empresa que os metalúrgicos prometiam parar, foi a primeira. Os operários, a uma senha combinada, foram deixando o trabalho e, de repente, trabalhadores de oito indústrias já tinham informações da greve, paralisando o trabalho [...] Às 18 horas já atingia seis mil o número aproximado de grevistas. A técnica da greve sem piquetes foi novamente usada. Tudo foi combinado em segredo. Eles chegaram como se não houvesse nada. Assinaram o ponto e veio a senha (JORNAL Diário da Tarde, 02 out. 1968).

Após a Mannesman, paralisaram a Cimec, a Pohlig Heckel, a Aster, a RCA, a IMA e as metalúrgicas Santa Clara, Ita, a Única e a Metalúrgica Mineira.

A Belgo-Mineira, que liderara a greve de abril, não parou, entre outras razões, porque sua diretoria, percebendo os rumos que estavam sendo tomados pela campanha salarial, antecipou-se e concedeu um pequeno reajuste antecipado.

Apesar de preparados, a intensidade da repressão surpreendeu os grevistas, que não esperavam uma ofensiva tão violenta da polícia. Possivelmente, ainda guardavam na memória as táticas de fustigamento utilizadas pela repressão em abril.









Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:249;Data:14 de May de 2015 07;4|1:24

A greve dos bancários, que ocorreu em setembro/outubro de 1968. PMs descem para ocupar a portaria do Banco do Estado de Minas Gerais — Bemge, na Praça Sete, centro de Belo Horizonte. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.



O policiamento era ostensivo em toda a Cidade Industrial e até mesmo no interior das fábricas, como conta Ênio Seabra:

Quando o pessoal parou lá dentro da fábrica, parou com a polícia lá dentro. A polícia estava nos pontos principais dentro da empresa. Mais de uns cem policiais lá. Depois, quando nós tínhamos parado e estávamos falando, chegou mais um caminhão cheio, armado [...] Os operários permaneceram na empresa aguardando a troca de turno e se retiraram pacificamente do interior da Mannesman, após acordo firmado com o próprio Secretário de Segurança, segundo o qual não haveria prisões ou repressão aos grevistas (SEABRA, 1995, fita 3B, p. 15).

Porém o acordo não foi cumprido. Quando os operários saíram, a polícia iniciou uma repressão calculada e meticulosa, visando a prender as principais lideranças grevistas. Como em abril, não há registro de enfrentamentos entre a polícia e os manifestantes.

Logo em seguida, começam as demissões, atingindo, inicialmente, os metalúrgicos que mais se destacaram no processo.

No dia seguinte, 04 de outubro, a polícia prende toda a liderança metalúrgica que se reunia na igreja localizada no Bairro dos Inconfidentes.

Quando nós preparamos a Assembleia dentro da Igreja, o Joaquim, o famoso seu Joaquim, ⁵⁹ estava na torre (da igreja). Porque lá da torre dá pra ver a Cidade Industrial, na Praça CEMIG, onde estava concentrada a polícia. Quando eles partiram de lá, o Joaquim avisou. Mas acontece que já tinha gente deles (da polícia) dentro da Igreja. Então aqueles que queriam segurar foi Renato Godinho, hoje reitor da Universidade de Ouro Preto. O Renato era arquiteto, mas trabalhava como operário lá na Pohlig





250

⁵⁹ José Joaquim de Oliveira, histórico militante metalúrgico.

Heckel [...] Prenderam uns vinte e desses vinte, acabou ficando no Dops três: o Luis Grapiúna, eu e o Renato Godinho (SEA-BRA, 1995, fita 3B, p. 18).

As prisões ocorreram na Igreja Nossa Senhora da Piedade, no Bairro dos Inconfidentes. A Polícia Militar e os agentes do Dops cercaram a Igreja e prenderam o pároco Peter Marie Lochs, além de Ênio Seabra, Renato Godinho e os metalúrgicos José Antunes Pereira, Lauro Justino Silva, Ercias Gomes Oliveira, Nelson Evangelista Espinosa, João do Carmo Evaristo, Antônio Belo, Eustáquio Pinto de Oliveira, Milton de Freitas Carvalho, Otacino Alves da Silva, Joaquim José de Oliveira, Benedito Guedes, Maurílio José Carvalho, José Pereira Ildefonso, Maurílio José Coelho, José Venâncio Souza, Barcelar Antônio Eustáquio, José Anastácio Machado, Haroldo Turíbio Gonçalves e Onestino Rodrigues Vicente. Foram ainda presas as mulheres Maria Helena Oliveira e Maria Aparecida Costa.

Renato Godinho era um militante da AP, que fora proletarizado pela direção daquela organização. Militante com sólida formação, teve amplo sucesso na sua empreitada. Conquistou o respeito dos seus colegas de trabalho e passou a representá-los junto ao Sindicato. No episódio da Igreja, entre uma fuga apressada pela chegada da polícia e esperá-la e ser preso, optou pela segunda hipótese. Era como se as lideranças grevistas estivessem demonstrando a todos que a polícia não os intimidava, aliás, ao contrário, aceitavam o desafio.

Com as lideranças presas e as demissões em marcha, a DRT age prontamente, alegando que o percentual inicialmente calculado — 17% — ainda aumentaria porque não teria sido incluído o mês de setembro no índice

inicialmente ofertado. O acordo é homologado no Ministério pelo Interventor Sindical, Humberto Polo da Silva Porto, que se prestava àquele triste papel.

Após a homologação do acordo na Justiça do Trabalho, a greve esvazia-se e, já no seu terceiro dia, um número expressivo de trabalhadores da Mannesman volta ao trabalho. A última empresa a voltar foi a "Metalgráfica Mineira".

A greve durara quatro dias.

A POSIÇÃO DO COLINA

O Colina foi contrário à greve, como demonstra o jornal O Piquete nº 93:

GREVE SEM CHANCE

Mais de 200 metalúrgicos foram mandados embora depois da greve. Quase todos são operários estáveis, com mais de 10 anos de casa. Quem são os principais culpados dessa situação? Todo mundo sabe, são os capitalistas e seu governo. Mas — não são apenas eles os culpados. Aqueles que nos arrastaram a uma greve sem chances de vitória também são culpados.

Depois que a greve foi decretada, o *Piquete* lutou para que ela fosse vitoriosa, porque sabemos que a greve é nossa principal arma. Mas esta é uma arma perigosa que não pode ficar nas mãos de irresponsáveis, que começaram a greve fora de hora.

Acontece que aqueles mesmos irresponsáveis não aprenderam nada com a derrota. Estão querendo nos arrastar agora a outra greve, sem chance. Não, companheiros, agora tratemos de nos organizarmos, clandestinamente, para fazer a coisa direita (O PI-QUETE, n. 93, ano 4, 24 out. 1968).

A análise de *O Piquete* revela um impasse de difícil solução vivido: como utilizar meios de luta como a greve, que expõe as lideranças e sua área de influência, sob uma ditadura que possuía imensos tentáculos repressivos?





Os sindicatos tinham liberdade para convocar suas assembleias e reuniões de fábrica. As panfletagens e as reuniões de fábrica eram realizadas em locais escolhidos pelas lideranças sindicais. Porém o risco de as lideranças intermediárias se exporem perante os patrões e a polícia era total.

A única chance seria a constituição de comitês clandestinos, capazes de organizar paralisações de surpresa no interior das fábricas, que tivessem amplo apoio de órgãos da sociedade civil. Mesmo assim, a chance de sucesso era pequena.

O grupo não considerava que havia essa capacidade de mobilização no interior do movimento metalúrgico. Temia que uma greve estruturada a partir do Sindicato expusesse toda a liderança metalúrgica e levasse à definitiva desestruturação do movimento. E foi o que aconteceu.

O SALDO DO MOVIMENTO

Terminava o ciclo grevista do segundo semestre de 1968 em Minas, com um saldo discutível. Os dois sindicatos sofreram intervenção e o reajuste salarial de 30% ficara bem abaixo do pretendido. Desse índice seria ainda descontado o abono de 10%, concedido em 1º de maio.

Apesar de significativo, ficou abaixo do pretendido pelos trabalhadores.

As demissões procuraram desmontar toda a base organizada dos dois sindicatos. Só na Mannesman foram demitidos 115 metalúrgicos, entre eles Ênio Seabra, que trabalhava na empresa há muitos anos, sendo benquisto tanto pelos trabalhadores como por parte da chefia, entre outras razões, por nunca ter permitido danos ao patrimônio empresarial.

Os banqueiros, por sua vez, aproveitaram o pretexto da greve para fazer verdadeira limpeza nos seus estabelecimentos, o



que retirou a capacidade de mobilização daquele Sindicato, com grande tradição de luta.

Os interventores tentavam desmoralizar as diretorias afastadas através da análise das contas dos sindicatos e da documentação existente. Seu propósito era convocar rapidamente uma nova eleição, procurando aproveitar-se da desarticulação da Diretoria Sindical.

No caso dos metalúrgicos, o resultado direto da intervenção foi a eleição de João Silveira, que permaneceu mais de uma década como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Ao seu modo, seguindo sua linha política, o Colina preparava sua resposta para os impasses do movimento.





CAPÍTULO XV

O Colina se revela: a ação do Banco do Brasil, 04 de outubro de 1968

O segundo semestre de 1968 em BH poderia ter prenunciado o início de um poderoso movimento popular, mas nada disso aconteceu. As tentativas de unificação desses movimentos foram parciais e tímidas. Não havia uma liderança política capaz de unificar e liderar os diversos movimentos, nem era permitida a organização de novos partidos.

Ao invés de acumulação de forças, o movimento de massas se exauriu, se espatifou. Tudo parecia dar razão ao Colina: sem ações armadas, a luta das massas não teria continuidade.

O Colina resolve assaltar uma Agência do Banco do Brasil, localizada na Avenida I, nº 10, na Cidade Industrial, nas proximidades do Sindicato dos Metalúrgicos e da Mannesman.

Assaltar um banco enquanto ocorria uma greve não era propriamente um ato armado de apoio ao movimento. Não se tratava de resistir à ocupação do sindicato pela polícia, ou de resistir à ocupação policial das fábricas, ou mesmo montar e reforçar piquetes para que não fossem rapidamente dissolvidos pela polícia.

Era um ato armado independente da greve, que não se relacionava com a sua dinâmica.

Por esse aspecto, era coerente com a linha política do grupo: tratava-se de dar exemplo sobre como lutar aos trabalhadores. Segundo Murilo Pinto da Silva,





[...] a ação seria realizada numa área onde a repressão era mais violenta, para demonstrar a coragem da ação revolucionária, explicando que o dinheiro arrecadado iria contribuir para a luta de libertação, objetivando ainda o manifesto (que seria distribuído) provocar o levante do operariado na Cidade Industrial (ARQUI-VO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 102).

Havia outra razão: o Colina considerou que era o momento de mostrar, em termos práticos, suas diferenças com os grupos que julgava militaristas, em especial a VPR. Ao invés de dinamitar quartéis, o que deveria ser feito era combinar a ação do grupo com as greves e manifestações.

Não seria fácil. A Cidade Industrial estava ocupada pela Polícia Militar e as prisões ocorriam por todo o lado. Seria uma ação audaciosa, que demandaria cuidadoso planejamento.

Para o levantamento da agência, o grupo enviou até lá Maria José, com o objetivo de entender a disposição dos funcionários; onde ficava o gerente; o cofre, o banheiro. Sua visita ao banco causou um grande furor, pois era algo extraordinário a presença de uma mulher como cliente nas agências bancárias. O gerente cobriu-a de gentilezas, deulhe toda a atenção, serviu-lhe água, cafezinho e mostrou com detalhes como a agência era segura e rentável.

Poucos dias antes, um pequeno grupo, composto por Nilo Sérgio, Júlio Bitencourt e Rubens Carlos de Souza, entre outros, é incorporado ao Colina, por iniciativa de Ângelo Pezzuti. Como mostravam grande disposição para embates armados, foram imediatamente alocados no setor de expropriação.

Participariam da próxima ação a ser realizada, ao lado do próprio Ângelo, de Tomaz Weiss, Afonso Celso, Pedro Paulo Bretas e Maria José de Carvalho Nahas.

Durante o roubo dos carros, quase ocorre uma tragédia. Assaltado pelos militantes, o médico José Márcio Gonçalves





de Souza aproveitou-se de uma distração dos militantes e reagiu, travando rápida luta com um deles. Sofre uma coronhada na cabeça e alguns pontapés, mas, mesmo assim, consegue sair correndo rua afora, gritando por ajuda. Ao tentar entrar na residência do Dr. Clóvis Salgado, foi atingido por um tiro disparado por um dos seus perseguidores, Irani Campos. Mesmo assim, consegue entrar na residência e é socorrido a tempo.

O grupo se aproximou do banco, por volta das 16 horas, em dois carros. Nas proximidades do banco ficaram Tomaz David Weiss, Irani Campos e Jorge Raimundo Nahas. Jorge usava um disfarce extravagante, que chamava atenção: estava com óculos escuros, trajava uma capa, usava um boné, ou boina, e carregava uma enorme sacola axadrezada na mão, para guardar o numerário roubado.

No banco, entraram Ângelo, portando uma metralhadora, Irani empunhando uma carabina Urko, calibre 22, além de Nilo Sérgio, Jorge Nahas, Tomaz David Weiss, com armas curtas. Os dois últimos se encarregaram do gerente e de recolher o dinheiro, enquanto Irani e Nilo Sérgio levaram os clientes e funcionários para o reservado do banco.

Na agência assaltada, os militantes deixaram alguns boletins, assinados pelo Colina, com o intuito, segundo Murilo, de chamar a atenção para a organização e angariar simpatias no meio da massa operária. Ainda segundo Murilo, os boletins visavam também a demonstrar aos bancários que a ação não era contra eles e sim contra os capitalistas, os donos dos bancos.

O assalto durou no máximo três minutos, voltando todos aos carros que os aguardavam, saindo em direção ao centro de Belo Horizonte. Seguiram pela Avenida Amazonas, alcançaram um viaduto sobre a Avenida Amazonas e foram em direção ao Bairro Carlos Prates, despistando a polícia.





A imprensa relata os fatos:

Sete homens todos de boina e óculos escuros, armados com quatro metralhadoras e dois revólveres, assaltaram ontem às 14h30min a Agência do Banco do Brasil na Cidade Industrial, levando todo o dinheiro do caixa e do cofre, avaliado em NCR\$ 8 mil (segundo os militantes foram 5.000). Os assaltantes deixaram no Banco manifestos mimeografados, dizendo que eram do Comando de Libertação Nacional — Colina — e tiravam "o dinheiro do povo depositado no banco da ditadura, que era usado contra o povo". Segundo o gerente, José Nogueira, os assaltantes tinham menos de 25 anos. Entraram pela porta da frente, imobilizaram os 33 funcionários e os conduziram para a parede dos fundos do banco, obrigando-os a ficarem de costas, com as mãos para cima. Os assaltantes eram chefiados por um homem com tipo boliviano (JORNAL Última Hora, 05 out. 1968).

O Secretário de Segurança de Minas Gerais, Joaquim Gonçalves, declarou que o assalto "tinha tudo de subversivo". Como prova, mostrou o manifesto deixado no banco à imprensa e afirmou que a organização "é inteligente, bem organizada e ludibria a polícia onde ela não se encontra e conclama o povo à contrarrevolução em nome do Comando de Libertação Nacional" (JORNAL Última Hora, 05 out. 1968).

O panfleto deixado pelo Colina dizia o seguinte:

"Ao povo trabalhador:

Companheiros,

Os companheiros metalúrgicos e bancários estão em greve. Isso porque a mesma situação de miséria e de exploração continua. A opressão e o terror da ditadura militar instalada no Brasil em abril de 64 para proteger os interesses dos patrões de fora e de dentro desencadearam-se sobre





os trabalhadores. O arrocho instituído para aumentar os lucros das empresas norte-americanas e brasileiras arranca de nossas vidas o último alento. Tentando resistir, tentando assegurar o alimento, o agasalho e a educação dos filhos, os metalúrgicos e bancários entraram em greve. A ditadura não esperou um segundo. Mesmo antes da greve, sentiram na carne a violência da repressão. Os pelegos da ditadura — Passarinho e Onésimo Viana — mentem deslavadamente sobre os 'afrouxos' que não existem ao mesmo tempo em que intervêm nos sindicatos e mandam espancar e prender os companheiros. A polícia da ditadura a serviço dos patrões ocupou as fábricas e os bancos, atirando contra o povo. Muitas dessas coisas a imprensa dos patrões não diz. Mas todos nós sabemos o que a ditadura faz, como atiram contra o povo, como prendem e espancam os trabalhadores que lutam pelos seus direitos. Os patrões e a ditadura usam as formas mais infames de pressão para que os trabalhadores furem a greve. Desde a chantagem desonesta, desde as promessas demagógicas, até a violência policial.

Mas isso não pode continuar. Por isso o nosso protesto de hoje é diferente. Contra a violência da ditadura empregamos a violência revolucionária. Não há outra forma de nos libertarmos da miséria e da opressão impostas pelo imperialismo americano e pela ditadura dos patrões. A luta de libertação de nosso povo terá de empregar a violência se quiser ser vitoriosa. E a nossa ação é um grito de solidariedade e de luta. É um exemplo da única maneira que temos de lutar por um futuro melhor.

Escolhemos um banco da ditadura e localizado na Cidade Industrial. O Banco do Brasil deveria ser um banco do povo, mas não. É um banco da ditadura a serviço dos patrões.

A polícia ocupou os bancos e as fábricas. Queremos nos solidarizar com os trabalhadores dos bancos e com os metalúrgicos da Cidade Industrial. De nada adianta a repressão da ditadura se nós somos inteligentes e se nos organizamos bem. Organizados e armados enganamos a polícia no local onde ela mais se concentrou. Agimos com determinação e pegamos a repressão de surpresa.

O dinheiro que a ditadura roubou do povo foi recuperado para organizar e armar o povo para a sua libertação da miséria e da opressão.

O povo deve se organizar e se armar para a luta.

Companheiros, estejam firmes que a nossa luta é árdua e prolongada. Apenas começou. Devemos nos organizar em cada fábrica, em cada banco. Devemos nos organizar com a máxima segurança e estarmos bem unidos e fortes para pegarmos os patrões e a ditadura de surpresa, em ataques fulminantes. Cada uma de nossas lutas parciais, de nossas greves, das nossas manifestações, devem se organizar assim. E devemos começar a empregar a violência do povo, a violência revolucionária contra a violência da ditadura.

Conclamamos os companheiros a ficarem firmes na luta. Devemos avançar, passar à ofensiva e conquistar à força os nossos direitos.

Colina."

(ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1968, pasta 16, subpasta 2, rolo 2, p. 4-11).

O Colina saía então da clandestinidade e se mostrava à sociedade. Agora, a polícia já reunia indícios seguros de que um grupo político, possivelmente mineiro, realizava ações armadas na capital mineira. Porém nem todos acreditavam que também em BH havia grupos armados revolucionários assaltando bancos. Segundo a imprensa, os investigadores destacados para o caso reuniram-se com os delegados Lara Resende e Mário Cândido Rocha, relatando que "Jorge





Fontoura Macedo e Geraldo Ribeiro Farias, maconheiros e ladrões, são os principais suspeitos no assalto ao Banco do Brasil e estão sendo cercados na cidade" (JORNAL Última Hora, 09 out. 1968).

A polícia mineira não estava sozinha no seu engano. Embora o número de assaltos a banco tivesse aumentado principalmente em São Paulo, a polícia ainda estava às tontas, em busca de pistas. Segundo Gorender (1987), o mistério sobre os assaltos só acabaria em novembro de 1968, quando ocorreu o assalto a um carro pagador do Ipeg. Após o assalto, um sargento reconheceu o carro receptador do dinheiro apropriado em um posto de gasolina. Preso, o motorista revelou ser Marighella o mandante dos assaltos.

A partir daí, a polícia passou a tratar os assaltos como atos de guerrilha urbana.

AS BOMBAS NAS CASAS DOS INTERVENTORES DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS E DOS METALÚRGICOS

A intervenção nos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Bancários não poderia passar sem uma ação armada do grupo. Era hora do chamado setor de sabotagem e terrorismo entrar em ação. Um dos membros do setor era o então Sargento da PM, José Raimundo, que fora recrutado para a organização por Carmem Helena do Vale, esposa de Apolo Heringer. José Raimundo pertencia ao Colina desde maio de 1968 e era farmacêutico. Seu conhecimento de química e o fato de ser militar o tornavam uma pessoa ideal para atos de inteligência ou sabotagem.

Nos dias que precederam o assalto ao Banco do Brasil e as intervenções nos sindicatos citados, José Raimundo e



João Marques Aguiar, estudante de Química, receberam a incumbência de confeccionar duas bombas caseiras. Quem as confeccionou, segundo José Raimundo, foi João Marques, o "Braga", como era conhecido na organização. João utilizou um cano de ferro e colocou pólvora na parte inferior e, depois de comprimi-la, colocou cloreto de potássio com açúcar para atuar com o ácido sulfúrico, como agente detonante.

Como tinham dificuldade em comprar pólvora, José Raimundo e João Marques passaram a confeccioná-la no próprio aparelho, utilizando carvão, nitrato de potássio e enxofre, devidamente balanceados.

O artefato era artesanal, caseiro. Não visava a destruir residências, ou a matar qualquer pessoa. Seria utilizado para realizar uma ação de propaganda. João Marques Aguiar, José Raimundo, Ângelo e Bretas se encontraram à meia-noite do dia 12 de outubro na Praça da Estação e dirigiram-se no Volks vermelho da organização para o Bairro Barroca, onde residia o interventor do Sindicato dos Bancários, Humberto Polo. Ao chegar nas proximidades da residência, José Raimundo atravessou um lote vago, aproximou-se do muro, testou o ácido sulfúrico, colocando a bomba em cima do muro, e saiu correndo para o carro que o esperava.

Logo em frente à casa de Humberto Polo, deixaram cair uns panfletos assinados pelo Colina contra a repressão à greve.

No mesmo dia e na mesma hora, outro petardo explodiu na casa do Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana, que se tornara interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Os mesmos panfletos foram lançados nas proximidades da residência do interventor. No mesmo dia, os panfletos foram enviados à redação dos jornais.

Essa ação foi a única com características de apoio ao movimento de massas. Não visava ao levantamento de fundos, como os assaltos a banco, mas apoiar greves que estavam em curso e que foram reprimidas pelo regime militar. Foi uma guinada, ainda que embrionária, em direção à guerrilha urbana. Agora, a polícia não teria mais dúvidas.

A REVELAÇÃO PRECOCE

Um fato que certamente ajuda a entender a precoce e pouco preparada emergência política do Colina foi a subestimação da capacidade de reação da ditadura. Os primeiros assaltos deixaram desorientada a polícia, que nem sequer desconfiava tratar-se de uma ação política. A autoconfiança do grupo era tão grande que, ao invés de contribuir para aumentar a confusão da polícia, o Colina forneceu-lhe pistas.

A realização das ações armadas passava aos militantes uma sensação de poder, um "parecer poder", nas palavras de Marcelo Ridenti (2010, p. 52).

A clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas aumentavam cada vez mais essa aparência de poder, que logo seria desfeita pela força dos fatos (RIDENTI, 2010, p. 53).

O Colina tinha sonhos de se transformar numa organização nacional e a fusão com outras organizações sempre fora pensada e tentada inúmeras vezes. Ao partir para a luta armada, equiparava-se aos outros grupos, tornando-se também uma referência para atração de outros pequenos núcleos que se espalhavam pelo país, alguns também com origem na Polop.



Piedade, localizada no Bairro Inconfidentes, em Contagem. Seria preso juntamente com Renato Godinho, Énio Seabra e o "Seu" Joaquim. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





O mergulho do Colina na luta armada foi o ponto de partida para contatos com grupos e rachas de outros estados, especialmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

"Durante os primeiros meses de 69", relata Herbert Daniel, "em várias conferências de frente, (o Colina) recrutou vários grupos menores, com os quais teria uma grande convergência de ideias. De fato, as ideias eram próximas, mas o que atraía principalmente os outros grupos ao Colina era sua *operacionalidade*. A O. conseguira montar grupos de ação e adquiria alguma operacionalidade militar" (DANIEL, 1982, p. 49).

Não se pode também descartar o impulso, o desejo pessoal dos militantes, que já haviam feito a opção pela luta armada. 1968 estava em curso, com uma explosão contínua de acontecimentos inigualáveis, que impulsionavam irremediavelmente os jovens revolucionários para a luta e o sacrifício pessoal. A assinatura das ações representava, para os militantes, uma realização pessoal indescritível.

Aos poucos, aquilo que era apenas um meio de preparação da guerrilha tornou-se um fim em si mesmo.

AS PRIMEIRAS PRISÕES

Apesar das bombas e dos assaltos, os órgãos policiais centram suas investigações nas possíveis lideranças metalúrgicas, mesmo que não tivessem cumprido papel expressivo na greve de outubro. No dia 27 de outubro, foram presos João Anunciato dos Reis, o Canela, Carlos Vilan Piñon e Pitágoras Oliveira Machado, em flagrante delito, na linguagem policial.

O Canela já estava sendo investigado pelo serviço de inteligência da PM, o G2, desde abril de 1968, por ter sido

"o elemento que representou os operários" em entrevista com o Ministro Jarbas Passarinho.

Às 9h30min, uma caravana policial, comandada pelo delegado Thacyr Menezes Sia deslocou-se para as proximidades da casa de Canela, localizada na Rua Rio Tocantins, nº 593. As portas foram bruscamente arrombadas e, no segundo cômodo da casa, achavam-se, além de Canela, os dois outros militantes citados acima.

Os três estavam sentados em caixotes e cadeiras, conversando, e não esboçaram nenhuma reação. Ao lado deles, vários números do jornal *O Piquete*, que era regularmente distribuído pelos militantes do Colina.

Logo depois das prisões, foi ordenada busca e apreensão nas residências de Carlos Piñon e Pitágoras Machado, sendo encontrado "farto material subversivo", conforme o auto de flagrante delito lavrado pelo Dops.

Canela era negro, metalúrgico, trabalhava na SBE e pertencera à Polop, migrando depois para o Colina. Tinha 31 anos e fora o representante dos metalúrgicos da sua empresa em audiência de reconciliação conduzida por Jarbas Passarinho.

Declarou à polícia que, quando da greve de abril, não pertencia a nenhum grupo político, sendo escolhido para representar os operários da SBE naquela reunião contra a sua vontade e que, depois de firmado o acordo coletivo em abril de 1968, teve seu salário reduzido, o que lhe causou grande revolta.

Disse que sua aproximação com os militantes que estavam em sua casa começou a acontecer em julho do mesmo ano, quando estava em um bar, nas proximidades da sua casa, já um pouco bêbado, dizendo para o dono do estabelecimento que o governo Costa e Silva estava acabando com os trabalhadores e que era preferível a política do expresidente Castelo Branco.





Outubro de 1968. Capa do jornal *Diário da Tarde*, de 03 de outubro, revelando a forte presença policial em decorrência da greve. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





Segundo ele, naquele momento, um cidadão que se dizia médico e que atendia em um posto de saúde no Bairro Riacho, na Cidade Industrial, o chamou para fora do bar e lhe entregou o jornal *O Piquete*, passando os dois a terem contatos semanais. Carlos, que era estudante de Medicina também, conseguia sempre remédios para Canela e seus amigos.

Os depoimentos de Piñon e Pitágoras seguem a mesma linha, com variações. Piñon, que já fora preso anteriormente quando da invasão da Faculdade de Medicina pela polícia, declarou que recebia instruções que eram colocadas no seu armário de faculdade, juntamente com livros e exemplares de *O Piquete*.

Já Pitágoras declarou que se encontrou ocasionalmente naquele dia com Carlos Piñon, que o convidou para ir até a casa de Canela.

Pelo teor revelado nos depoimentos, é quase certo que eles tiveram tempo para combinar seus depoimentos, não tendo sido isolados pela polícia antes dos interrogatórios.

Apesar do vasto material apreendido na casa de Canela e dos outros dois estudantes, incluindo um projeto de programa para a Organização Revolucionária Marxista Política Operária, nenhum dos três cita outros nomes nos seus depoimentos. Nenhum deles cita a sigla Colina, nem consta nos depoimentos que lhes tenha sido perguntado algo a respeito do grupo. Nenhum deles afirma pertencer a qualquer organização política.

Fica também evidente que a tortura ainda não tinha chegado de forma sistemática ao interrogatório dos presos políticos. Os nomes dos outros militantes do grupo que atuavam no movimento operário — Vera Ligia Saavedra Durão, Guido Rocha, que editava *O Piquete*, junto a Carlos Alberto Soares de Freitas e Maria Auxiliadora Lara Barcelos — não surgiram.

268

material apreendido logo confirmaria as suspeitas do SNI sobre a autoria do assalto ao Banco do Brasil. A queda se aproximava.

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:269;Data:14 de May de 2015 07;4|1:25







CAPÍTULO XVI

Os antecedentes da queda

Após a ação do dia 04 de outubro, não restava mais dúvidas à Agência BH do SNI sobre a participação do grupo nos assaltos que estavam se realizando em BH. A Agência já vigiava o grupo desde 1967, quando se realizou o IV Congresso da Polop.

"De uns tempos para cá, os órgãos de segurança vêm observando a organização dos grupos marxista-leninistas brasileiros em diversas frentes, cada uma julgando-se detentora da solução para implementação final do socialismo em nossa pátria", relata a Agência, fazendo ironia com o fracionamento e as pretensões dos grupos de esquerda (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0015, rolo 1, p. 55).

Ao longo do ano, manteve discreta vigilância sobre aqueles que julgava serem os principais militantes do grupo. Possivelmente, tinha algum informante próximo ao grupo, que mantinha contatos com seus militantes e surrupiava discretamente seus documentos.

Acabou tendo em mãos farto material, que comprovava a opção do Colina pela guerra de guerrilhas e as tarefas necessárias para sua preparação. Acompanhara o Congresso de Abril, realizado em Contagem, e outras reuniões preparatórias que aconteceram no primeiro semestre. Sabia dos vínculos que o Colina tinha com militantes da Polop no Rio, São Paulo e Brasília. Conhecia a estrutura do grupo e a importância do Comando Político-Militar, que detinha o poder de realizar ações armadas. E não era para menos. No IPM do Tenente-Coronel Cavalieri, foram apreendidos, na casa de João





Batista dos Mares Guia, em agosto de 1968, documentos como "Temário para encontro do setor-estudantil", elaborado pelo Comando Político-Militar, e "Relatório sobre as atividades de Militantes no Movimento Estudantil", que se referiam diretamente ao Colina. Enquanto o Coronel Cavalieri limitava-se a classificar João Batista como "estruturado na AP", o SNI analisava a fundo a documentação encontrada e tirava conclusões bem diferentes.

Dois meses depois, na casa de João Anunciato dos Reis, o Canela, é apreendido material clandestino que não deixava dúvidas quanto à vinculação de Canela ao Colina: "Projeto de Programa", "Por uma Disciplina Revolucionária", "Considerações sobre uma Organização Político-Militar", "Circular interna, para esclarecimento das células" e muitos outros documentos.

É nesse intervalo de tempo que o Colina assume a autoria do assalto ao Banco do Brasil e da explosão de duas bombas caseiras nas residências dos interventores dos Sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos.

Restava apenas identificar e prender os responsáveis diretos, dentro do grupo.

A Agência BH do SNI resolveu então armar o laço e passou a mapear a técnica do grupo. Nota que os assaltos eram sempre precedidos de roubo de veículos. Os militantes não sabiam "puxar os carros", ou seja, arrombá-los e fazer a ligação do motor sem utilizar a chave do veículo. Tinham que utilizar outro procedimento, que não era comum no roubo de carros.

Observou-se que tais elementos utilizavam, nos assaltos, carros roubados poucos dias antes e com placas trocadas; observou-se, mais, que a técnica usada para a "requisição" dos carros era sempre a mesma, pois os militantes costumavam seguir os carros até





o momento em que o motorista iria estacioná-lo, quando o abordavam de armas na mão (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0015, rolo 1, p. 44).

A partir daí, assaltos de carros colocavam a polícia em alerta. O laço estava armado. Porém o Colina resolve esfriar BH e realiza sua próxima ação no Rio de Janeiro.

O ASSALTO AO BANCO ULTRAMARINO

As agências bancárias de Belo Horizonte estavam bem vigiadas e parecia mais prudente sair em busca de novas alternativas. Uma oportunidade surgiu no Rio de Janeiro, cidade bem maior, onde a ação da polícia não podia ser tão eficaz quanto em BH.

Maurício Vieira de Paiva, Júlio Bitencourt, Nilo Sérgio, Bretas, Murilo e Irani Campos foram convocados por Ângelo Pezzuti para um assalto no Rio de Janeiro, que, inicialmente, seria no Banco do Estado da Guanabara. A caminho para o Rio, o Volks que conduzia os militantes derrapa e capota, o que quase custou a vida de todos.

Ao se dirigirem ao banco, acompanhados de Viana Calou e Mattos, a ação frustrou-se devido à esperteza de um faxineiro, que notou algo estranho no Guarda Civil — Irani Campos — que estava à porta do banco, fora do horário comercial, fazendo sinal que queria telefonar.

No dia seguinte, o grupo dirigiu-se para o Banco Ultramarino, que já havia sido visitado por Severino Viana Calou, por Mattos e pelo próprio João Lucas. O banco foi escolhido por ter a frente toda envidraçada, com cortinas, vedando a visão do interior, e pouco movimento interno.

À hora marcada, deslocaram-se do aparelho localizado no Bairro Bonsucesso para as proximidades, descendo





todos ao mesmo tempo. Somente Bretas não desceu, pois permaneceu ao volante. Júlio entrou à frente dos companheiros, portando uma automática, e foi logo dizendo que era um assalto, frase repetida pelos companheiros, que rapidamente seguiram as instruções que haviam recebido: João Lucas dominou os funcionários; Mattos, os clientes, e Severino Viana Calou, o caixa e o cofre.

No meio do assalto, ocorreu um imprevisto: uma moça e um soldado apareceram na porta. O soldado foi puxado para dentro, quis reagir, mas levou uma coronhada na cabeça e foi levado para o banheiro com todos os outros.

A ação foi rápida, e os militantes refizeram o roteiro previsto: dirigiram-se para o carro que se encontrava nas proximidades com o motor ligado e dispararam em direção ao outro carro já preparado para o transbordo do dinheiro e dos seus portadores.

Ao final, uma surpresa: embora o banco fosse considerado pequeno, o assalto rendera mais de 100 mil cruzeiros novos, a maior importância que o grupo conseguiria arrecadar.

Esse assalto custaria aos seus participantes mineiros a transferência para o quartel da Polícia do Exército (PE) do Rio de Janeiro, após terem sido presos em Minas Gerais, para onde foram levados, em meados de 1969.

Dois militantes designados para a ação não participaram, porque iam se casar, Jorge Nahas e Maria José. Para eles, foi uma grande sorte, pois não foram transferidos posteriormente para o Rio de Janeiro, para novos interrogatórios, após terem sido presos.





O ASSALTO EM SABARÁ

Já se passavam mais de três meses após o assalto ao Banco do Brasil, na Cidade Industrial, e tudo parecia indicar que os assaltos tinham terminado. A situação política do país mudara radicalmente. O Ato Institucional V fora editado, o Congresso, fechado, e muitas cassações de mandato foram feitas país afora.

Em janeiro de 1969, o Colina tentou realmente partir para realização de ações no interior. Sondou diversas cidades, em particular, no Triângulo Mineiro.

Mas, após vários levantamentos, foi escolhida a cidade de Sabará para uma nova ação, por diversas razões: era perto de BH; duas estradas distintas permitiam acesso à cidade; e não havia barreiras policiais nas estradas que uniam as duas cidades. O acesso mais antigo, ainda existente, era um trecho da chamada estrada real, utilizada para escoamento do ouro nos tempos de Minas Gerais colonial.

Havia ainda outra razão: na praça Santa Rita, principal da cidade, localizavam-se dois bancos próximos: Lavoura e Mercantil. O assalto simultâneo às duas agências bancárias seria uma ação com ares cinematográficos, que soaria como um ato político e uma demonstração de força do grupo, que já deixara de lado a prudência.

Sabará fora uma das primeiras vilas de Minas Gerais, capital da antiga Comarca do Rio das Velhas, cidade pela qual passara o bandeirante paulista Fernão Dias em busca das esmeraldas. Lá também ocorrera um dos mais célebres combates da Guerra dos Emboabas, que teve lugar em Minas Gerais ao final do século XVII. Agora, seria cenário da mais espetacular ação do Colina. A escolha de Sabará era uma exposição do grupo a um grande risco. Seria como realizá-la em Belo Horizonte, onde o grupo já era bem conhecido.



O Comando Político-Militar, liderado por Ângelo Pezzuti, fez diversos levantamentos na cidade e planejou a ação em minúcias. Ângelo e Erwin entraram no interior dos bancos nos dias anteriores, trocaram dinheiro, visitaram os bares das redondezas. Nos dias anteriores, foram feitas, pelo menos, duas reuniões de estudo e preparação da ação.

Como a polícia previa, antes do assalto, foram expropriados dois carros por homens armados. Já se pressentia nova ação da "Quadrilha da Metralhadora", como a imprensa denominava o grupo.

Foram roubados um Simca e um Volks bege. O terceiro carro que participaria, um Volks vermelho, havia sido recentemente adquirido pelo grupo.

A ação não passou despercebida para a polícia:

Com efeito, em janeiro do corrente ano (1969), ao tomar conhecimento do roubo de mais dois carros, um Volks cor bege e um Simca-Esplanada cor de ouro velho, a polícia colocou-se em estado de alerta, pois se tornava evidente a iminência de um novo assalto expropriatório (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0015, rolo 1, p. 44).

No dia 14 de janeiro de 1969, por volta de 15 horas, três carros partiram para Sabará. No primeiro deles, o Volks café com leite, o G2, seguiram Júlio Bitencourt, Afonso Celso, João Marques Aguiar, Reinaldo José de Melo e Murilo Pinto da Silva. O grupo portava um rádio transreceptor transistorizado, cuja antena era muito grande e chamava a atenção dos passantes.

No segundo carro, um Simca, estavam Pedro Paulo Bretas, Ângelo Pezzuti, Antônio Pereira Mattos, Nilo Sérgio de Menezes e Maria José de Carvalho Nahas, o G1, pois, no veículo, se encontrava o coordenador da ação.





No terceiro carro, um Volks vermelho, partiram Erwin Rezende Duarte e José Raimundo de Oliveira, o G3, para dar cobertura ao grupo. Em alguns depoimentos, aparece também o nome de Herbert Eustáquio de Carvalho.

Os três veículos se encontraram no alto da estrada que levava ao município vizinho de Nova Lima e partiram para a cidade. Lá chegando, do Simca desceram Ângelo, Nilo Sérgio e Maria José. A loura da metralhadora, como seria mais tarde chamada pela imprensa, se fazia passar por namorada de Ângelo e trajava uma saia xadrez preta e branca, blusa preta e usava um laço amarrado na cabeça, que deixava escapar uma franja loura. Os três se postaram perto do Banco da Lavoura, até que o Simca, completando a volta na praça, parou em frente à Agência do Banco Mercantil.

Quando Ángelo disse que estava na hora, Mattos tirou a metralhadora da mala, enfiou-a debaixo de uma capa cáqui que trajava, desceu do carro, e todos entraram ao mesmo tempo no Banco Mercantil, gritando que era um assalto e que todos colocassem as mãos na cabeça. Os militantes procuraram acalmar os funcionários e clientes, dizendo que queriam apenas o dinheiro do banco. Mattos permanece à porta para dar cobertura ao grupo, enquanto Bretas fica ao volante do Simca, com o motor ligado.

Ninguém esboçou reação, e foram logo todos levados aos reservados. Maria José foi diretamente ao caixa, tirou um revólver da bolsa e o apontou para o pobre senhor que lá se encontrava. Amedrontado, largou seu posto e reuniu-se aos demais, rumo ao reservado. Maria José entra no guichê e arrecada todo o dinheiro disponível, colocando-o num saco que levara.

Nilo Sérgio arrancou os fios telefônicos e ajudou a conduzir os clientes e funcionários para o reservado. Ângelo perguntou quem era o gerente, mas ninguém se manifestou.

Quando ele manobrou a arma automática que empunhava, rapidamente um homem se apresentou e foi obrigado a conduzi-lo até o cofre.

No meio da ação, um problema inesperado: o movimento na agência chamara a atenção de dois policiais militares, que para lá se dirigiram, um deles com arma na mão. Mattos postou-se atrás de uma coluna, num ângulo defensivo, até que, no momento oportuno, apontou a metralhadora para os policiais, que pararam, em pânico. Num ato de coragem, ordenou que eles lançassem suas armas ao chão e arriassem seus cinturões. Mandou que eles entrassem na agência e obrigou-os a se reunirem com os clientes e funcionários nos reservados.

Terminado o assalto, todos correram para o carro, sendo que, na pressa, quatro sentaram atrás, ficando na frente apenas Bretas, que dirigia o veículo. Ao saírem da praça e cruzarem a rua, dois policiais tentaram detê-los de arma em punho.

Nesse momento, Mattos coloca a metralhadora para fora do carro e dá uma rajada para o alto, para amedrontá-los. Há uma correria, todos se escondem como podem, enquanto o carro arranca na direção da sua rota de fuga.

No mesmo momento, acontecia outra ação no Banco da Lavoura, comandada por Murilo. Erwin e José Raimundo permaneceram no carro enquanto entraram na Agência Murilo, portando a metralhadora Thompson; Júlio Bitencourt; Afonso Celso e Reinaldo José de Melo. Quando Murilo gritou que era um assalto, alguns funcionários pensaram tratar-se de uma brincadeira de mau gosto.

"É mesmo um assalto, todos com as mãos na cabeça. Vamos andando e quem resistir leva chumbo". A frase foi repetida de forma mais alta e mais nervosa, levando todos a compreender que o impossível estava mesmo acontecendo. Foram conduzidos para as dependências dos fundos do



banco. Como o caixa já se encontrava aberto, a ação foi mais rápida e fácil. Em pouco tempo, os militantes se dirigiram para o carro e rumaram para a estrada velha, em busca dos seus companheiros

Os carros seguiram por aquela estrada e, antes do Cemitério da Saudade, novamente se encontraram, passando para o Volks vermelho pertencente à organização o armamento e o dinheiro conseguido no assalto.

Os dois carros roubados foram abandonados, mas, antes, Ângelo Pezzuti, junto com Mattos, passou dirigindo-o em frente à Escola de Medicina, localizada na Avenida Alfredo Balena, nas proximidades do centro de BH, e o abandonou, calmamente, numa vaga na Praça da Liberdade.

Andaram um pouco, tomaram um táxi e foram para o aparelho da Rua Itaí.

Ângelo era quintanista de Medicina e sua mãe, Carmela Pezzuti, trabalhava no Palácio da Liberdade. É difícil imaginar o que passou pela sua cabeça naquele momento de triunfo. Certamente, o trajeto que fez com o carro não foi ocasional. Parecia um passeio pelos locais que foram importantes na sua vida. Sem que ele soubesse, seria seu último dia de liberdade. Na madrugada do dia seguinte, foi preso, e morreu no exílio.

A ação rendeu cerca de 70 mil cruzeiros novos, o equivalente a 370 mil reais. Mobilizara três carros, 12 homens e duas metralhadoras. Ninguém se ferira, a não ser Nilo Sérgio, que teve a mão atingida por um cartucho vazio ejetado da metralhadora disparada por Mattos. Não fora o sangue frio revelado por esse militante, que apostara na capacidade de intimidação da arma pesada que portava, o resultado poderia ter sido bem diferente.

Essa seria a última ação do Colina em Minas Gerais. O grupo chegou a fazer levantamentos para assalto ao QG da

Polícia Militar mineira e à Delegacia de Vigilância Social, mas os planos não foram avante. Ao todo, participaram de ações armadas 18 militantes. Murilo Pinto da Silva, irmão de Ângelo, foi o único a participar de todas as ações e aparece claramente como o homem de inteira confiança de seu irmão, Ângelo, o coordenador do Comando Político-Militar. Nessas ações, o grupo arrecadou, em valores de hoje, mais de um milhão de reais, quantia nada desprezível. Nos depoimentos, fica claro que todo o dinheiro foi destinado à atividade política. Ninguém se beneficiou individualmente.

Com exceção dos ex-sargentos Severino Viana Calou e João Lucas, oriundo do movimento dos sargentos, todos os outros tiveram sua iniciação política após o golpe de 1964. Todos se inspiravam na figura do herói, do revolucionário, cujo sacrifício pessoal resultava na libertação do povo, fortemente embasada no cristianismo. Fernando Pimentel, à época, secundarista e estudante do Colégio Estadual Central e que viria a integrar a VPR e participar de diversas ações armadas daquele grupo, relata:

Acho que tinha um misto de heroísmo, a vontade de ser herói, e aquela coisa juvenil de estar fazendo uma grande tarefa, de estar salvando o mundo e o povo. Tinha um pouco disso, e um pouco de aventura, do gosto pela aventura, do clandestino, daquela coisa de estar desafiando as normas, a lei, a repressão... Era uma coisa fascinante esse período que vivi e fiz ações armadas. Era fascinante (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH/UNICAMP, 1985, p. 4-5).

Seja como for, aqueles que efetivamente assaltaram carros, bancos, colocaram bombas nas casas dos interventores, sacrificaram suas vidas e suas profissões, em busca do seu ideal, revelaram uma convicção política e uma coragem pessoal extraordinárias. Até hoje, é espantosa a audácia e a





determinação daqueles que se dispuseram e executar tarefa tão espinhosa. As vidas desses militantes, dos seus pais, mulheres e irmãos seriam totalmente modificadas pelas suas decisões.

A QUEDA DE ÂNGELO E ERWIN

Na noite do mesmo dia, no Gabinete do Secretário de Segurança Joaquim Gonçalves, ocorreu reunião da cúpula da Polícia Civil com o representante do SNI em Minas Gerais, Major Gilberto Pessoa. Após troca de opiniões, ficou acertada a prisão de Ângelo Pezzuti da Silva e Erwin Rezende Duarte, que foram efetuadas na mesma noite.

Ambos foram totalmente surpreendidos pela polícia, a julgar pelo material apreendido com eles. Na casa de Ângelo, no meio de muitos documentos, a polícia encontra um organograma completo da organização, um croqui desenhado à mão, com indicações de um plano para assalto ao Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. O Comando da Polícia obteve provas de que o levantamento teria sido realizado pelo sargento da PM José Raimundo de Oliveira, o qual foi imediatamente expulso e entregue à polícia.

José Raimundo tinha um perfil diferente dos outros presos. Tinha 34 anos, não era nem fora estudante. Teria sido sensibilizado por Carmem Helena Barbosa do Vale, esposa de Apolo Heringer Lisboa. Participava, segundo ele, do setor de sabotagem do grupo.

No dia seguinte, a polícia localizou o carro Simca Esplanada utilizado pelos militantes naquela ação. Segundo o relatório da polícia,

[...] o Simca Esplanada mencionado revelou a ausência do rádio-receptor, sendo encontrados em seu interior dois estojos deflagrados,



calibre 45-auto, com a inscrição "ECB-43", um estojo deflagrado de calibre 9m/m, com a inscrição "10-62", bem como uma impressão digital, que foi verificado pertencer ao dedo médio direito de ÂNGELO PEZZUTI DA SILVA, conclusão esta baseada na existência de 17 característicos idênticos, em forma e localização, conforme laudo nº 57.009 do Departamento de Polícia Técnica (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0015, rolo 1, p. 43).

Era a confirmação da sua participação nos assaltos.

Já eram seis militantes presos: Piñon, Pitágoras, Canela, Erwin, José Raimundo, além de Ângelo. O cerco se fechava. Foram menos de seis meses de ação. A luta armada do Colina, tão cheia de sonhos, que pretendia instalar a guerrilha rural, sofria um duro revés, do qual nunca iria se recuperar.

Com essas últimas prisões, o SNI retira-se do processo e toda a investigação a respeito do assunto passa às mãos do Delegado Luiz Soares da Rocha, que era o Superintendente de Policiamento do Estado.

A PRISÃO DE BRETAS

Os policiais do Departamento de Vigilância Social (DVS) eram homens rudes, acostumados a caçar bandidos comuns. Não viam diferenças entre estes e os militantes. Interrogaram Ângelo e Erwin por dias a fio, sem sucesso. Por um golpe de sorte, pouco mais de 10 dias depois, prenderam Pedro Paulo Bretas, ativo militante, bom chofer, experiente e veterano de ações armadas importantes. Sua prisão não teve relação com os levantamentos do SNI ou com as prisões já ocorridas.

Bretas fora encarregado de vender o Volks vermelho, que fora utilizado na ação de Sabará, com as placas trocadas.





O Volks poderia ter permanecido escondido, o grupo não estava sem dinheiro. A pressa em se desfazer do veículo levou a mais uma prisão, que seria fatal.

O carro já havia sido detectado pela polícia, que avisara sua rede de informantes sobre a possibilidade de descarte do veículo. Ao tentar vendê-lo, o comprador, desconfiado, pagou com cheque sem fundos. Bretas tentou sacar o cheque, não conseguiu e, ao voltar para reclamar, acabou preso.

Seu interrogatório não foi no escuro. A polícia sabia da sua participação nos assaltos e queria a localização dos outros militantes. Ele tentou resistir, mas acabou confessando. Intensamente interrogado, informou primeiro os endereços dos aparelhos que sabia que seriam abandonados, caso fosse preso: um deles localizado na Rua Itaí, nº 519, e o outro, na Rua XXXIV, no Bairro Santa Inês, próximo à Rua Atacarambu.

De posse dessas informações, uma caravana de policiais, composta pelo Delegado Luiz Soares da Rocha, Maurílio Neback, Mário Cândido da Rocha e Antônio Nogueira Lara Rezende, dos subinspetores Cecildes Moreira e João Cotta Teixeira e dos investigadores Nelson, Itamar, José Pereira e João Reis, foi, primeiramente, para a Rua Itaí, talvez por ser mais próxima à delegacia.

A caravana encontrou a casa vazia, mas com vestígios da presença recente dos procurados: lista de nomes, livros e materiais mimeografados. Os policiais retornaram à delegacia e se dirigiram ao imóvel situado à Rua XXXIV, no Bairro Santa Inês. Arrombaram a casa, acharam um Volks, explosivos, caixas de dinamite, pacotes de dinheiro.

Veio então a certeza de que estavam na pista certa. Voltaram a interrogar Bretas com toda a fúria, certos de que ele estava escondendo o refúgio dos seus amigos. Ele acabou revelando a casa da Rua Atacarambu, nº 120. E ainda advertiu: "Se eles estiverem lá, vão resistir à polícia".







CAPÍTULO XVII

O confronto

Já de madrugada, os policiais vão para o endereço citado e, no meio do caminho, o delegado Luiz Soares da Rocha solicita a cobertura da guarnição de nº 17 da Rádio Patrulha, composta pelos guardas civis Vicente Xavier, José Antunes Ferreira e Waldomiro Gualberto de Souza, para a diligência que seria realizada dentro em pouco. Já estavam em 10, mas Luiz Soares, pressentindo o perigo, achou melhor reforçar sua equipe.

Luiz Soares já sabia que os militantes estavam fortemente armados e que haveria confronto. Já era do conhecimento deles que rajadas de metralhadora haviam sido disparadas no recente assalto a Sabará. Mesmo assim, não tomou todas as providências necessárias para o sucesso da operação. Os policiais não portavam metralhadoras, carabinas, bombas de gás ou coletes à prova de balas.

A caravana chegou perto da casa da Rua Atacarambu às 4 horas da manhã. Os veículos foram estacionados nas proximidades, e os policiais se dirigiram para lá silenciosamente, providenciando o cerco ao imóvel. Era uma casa pequena, pintada de azul, de dois quartos, sala, copa e cozinha, com uma porta na frente e outra ao fundo.

Luiz Soares da Rocha mandou que o delegado Lara Rezende, os investigadores Reis e Saraiva e dois guardas civis fossem para os fundos. Na frente da casa, ficaram ele próprio, o delegado Maurílio Nabac e o inspetor Tiago.⁶⁰



⁶⁰ Depoimento prestado pelo delegado Luiz Soares da Rocha, em 13 de abril de 1972, no inquérito 1744/69, p. 89.



Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.

•



Os policiais bateram nas portas do fundo e da frente, simultaneamente, e, "como pressentissem a presença de elementos no interior da mesma" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 17, rolo 2, p. 116), arrombaram uma das portas do fundo e entraram na casa de mãos abanando, alguns sem sequer sacar suas armas.⁶¹

O que se seguiu foi uma grande confusão. Os militantes do Colina foram pegos completamente desprevenidos e acordaram com o ruído do arrombamento. Corriam confusos pela casa afora, em busca de roupas, armas, ou de entender o que estava acontecendo. Os dois que estavam na copa — Júlio Bitencourt e Nilo Sérgio — foram imediatamente rendidos. Nilo Sérgio ainda tentou atirar, mas foi impedido pelo próprio companheiro.

Porém, Murilo Pinto da Silva, que estava na sala, teve mais tempo e agiu com precisão. Murilo era irmão de Ângelo. Fora fascista adepto de Mussolini na adolescência, mas logo evoluíra para o marxismo. Tinha 21 anos, era funcionário público e, nas ações de que participara, revelara firmeza e sangue frio. Estava armado com uma metralhadora Thompson, que podia ser carregada com um pente de 30 tiros ou com um cilindro, ou disco, com 50 tiros. A Thompson fora desenvolvida como arma pessoal ainda na Primeira Guerra Mundial. Podia pertencer a apenas uma pessoa e revelou-se de grande utilidade nas lutas corpo a corpo. Ficou conhecida pelo grande público nas séries de TV, em que era largamente utilizada pelos *gangsters* norteamericanos. Sua característica mais conhecida era o disco. E foi ele que atrapalhou Murilo:

⁶¹ No laudo pericial do corpo do subinspetor Cecildes Moreira, consta que sua arma estava no coldre (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 20, p. 18).

De madrugada fui acordado com o barulho de uma porta arrebentada e, estando dormindo com a metralhadora à mão, a peguei, fui até a porta. Coloquei o cano para fora, e protegi meu corpo contra a parede. Dei duas rajadas: uma curta e outra mais demorada. A metralhadora estava carregada com um pente de 30 tiros. Tirei o pente, entreguei a metralhadora para Ciro (Afonso Celso Lana Leite) e fui procurar no chão o carregador com 50 tiros. Não sabia quem estava lá fora e não quis matar ninguém. Só queria fugir dali. Quando tentava achar o pente, a polícia entrou no quarto e eu me entreguei. Não queria matar ninguém, apenas abrir caminho para poder fugir (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 17, rolo 2, imagem 36, p. 149).

Quem o desarmou foi o delegado Luiz Soares da Rocha, que ouvira o barulho dos tiros e correu para os fundos da casa.

O subinspetor Cecildes, que caminhava para a sala, foi mortalmente ferido. O investigador José Reis foi ferido no braço e no pescoço, mas sobreviveu. Fora da casa, o guarda civil José Antunes Ferreira, que não tinha nada com aquela história e se agregara momentos antes à caravana, também foi mortalmente ferido.

O guarda civil Waldomiro disse que ouviu rajadas de metralhadora e alguns tiros. Logo depois, surgiu um investigador pedindo a ele que fosse socorrer o detetive João Reis, que fora baleado. Como tiros continuassem a ser disparados, Waldomiro foi rastejando até o pátio localizado no fundo da casa e retirou o detetive ferido, levando-o ao Pronto Socorro (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 17, imagem 9, p. 143).

Maurício Paiva, um dos sete que estavam na casa, estudante de Engenharia, conta uma versão um pouco diferente. Segundo ele, os primeiros tiros partiram dos policiais, que estavam escondidos na frente da casa.





Estava escuro e os vidros opacos impediam a visão do que se passava lá fora. À porta do quarto, surgiu repentinamente um vulto. Reconheci a voz embargada do João:⁶²

- O que foi, o que foi?
- São os homens, a polícia, companheiro! respondi, enquanto levava a mão ao trinco da porta (PAIVA, 1986, p. 23).

Enquanto o portão dos fundos era arrombado, os policiais, localizados à frente da casa, começaram a atirar:

Nesse instante, soou o primeiro tiro. O estampido confundiu-se com o estilhaçar de vidros a meu lado. A chama da arma identificou a posição de um homem agachado atrás do muro do jardim, a poucos passos. Descargas cerradas de tiros intermitentes despedaçavam os vidros. O barulho misturou-se com o arrombamento da porta dos fundos (PAIVA, 1986, p. 23-24).

Foi nesse momento que Murilo reagiu:

De imediato, trovejou dentro da casa uma rajada longa de metralhadora. A salinha transformou-se em palco de combate. O matraquear da metralhadora multiplicava-se em ecos ensurdecedores pelos pequenos cômodos fechados, misturando-se com a gritaria histérica e a correria (PAIVA, 1986, p. 24).

O FERIDO

Murilo disparou sua metralhadora, matou dois policiais, mas não foi ferido. Os policiais que o detiveram conseguiram entrar no quarto, ao perceberem que a metralhadora cessara, e o prenderam.

Maurício, que estava no quarto da frente, levou dois tiros, certamente disparados pelos policiais que estavam na

⁶² Em seu livro, *O sonho exilado*, o autor não esclarece quem era João. Pela disposição dos militantes na casa, possivelmente seria Jorge Nahas.



frente da casa.⁶³ Um tiro atingiu o joelho, e o outro, as costas, atravessando a musculatura de lado a lado, mas não abalando a coluna. Não disparou um só tiro. Com medo de morrer, saiu do quarto onde estava, arrastando-se, em direção ao barulho de vozes que ouvia.

Com um esforço sobre-humano, comecei a me arrastar pelo assoalho. Entre gemidos, aos arrancos, fui rastejando em direção à porta. Parei à entrada da sala. Na penumbra, pude ver dois companheiros sentados no chão, com as mãos ao alto, no mesmo lugar onde se deitaram à noite. Da porta arrombada veio o grito:

- Pare! Pare! Não se mova, senão atiro.
- Estou ferido! respondi com a voz entrecortada pelos gemidos (PAIVA, 1986, p. 25).

De nada adiantou. Mesmo ferido, foi empurrado junto com os outros para o quintal, mãos ao alto, encostados à parede da casa. Todos os sete foram presos, algemados em pares e amarrados com arame, que passava pelos punhos, chegando até o pescoço. Ali já começou o espancamento.

A TENTATIVA DE FUZILAMENTO

Fora da casa, foram colocados de frente para o muro e ouviram o *clic* de uma metralhadora sendo armada, para fuzilar todos os presos.

A nossa vida ou a nossa morte eram decididas por dois homens que se engalfinhavam a dois passos de nós: um querendo descarregar, em nossas costas, a metralhadora, e outro segurando-o, para que não o fizesse [...] Saia da frente!... não faça isso!... vou





⁶³ O laudo pericial realizado na casa mostra vários buracos no basculante localizado na parte anterior do quarto onde estava Maurício (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 20, imagem 25, p. 3).

arrebentar esses... larga a arma!... filho da puta!... não... deixa eu... me dá a arma... larga!... deixa, deixa!... larga a arma!... (PAI-VA, 1986, p. 29).

A custo, o homem que empunhava a metralhadora⁶⁴ foi desarmado. Fora de si, continuava gritando histericamente: "Vou acabar com eles!..."

O homem que salvou a vida dos presos era o delegado Luiz Soares da Rocha, policial de carreira, superintendente do Departamento de Vigilância Social. Cometera o terrível erro de subestimar seus oponentes. A casa estava cercada e a polícia tinha a situação sob controle. Antes de arrombar a porta, poderia ter dado voz de prisão e tentado a rendição dos militantes. Mas não fez nada disso. Seus homens entraram despreocupadamente pela casa, como se fossem a um compromisso social qualquer.

Talvez não imaginassem quantos militantes iriam encontrar na casa. Talvez pensassem que não reagiriam, tentassem apenas fugir, como os bandidos comuns.

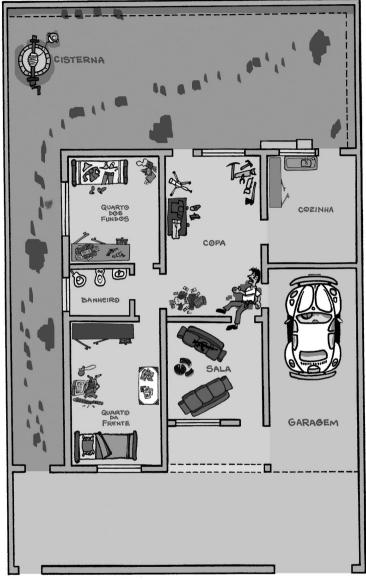
Seja como for, seu erro custara a vida de dois policiais. Eram os primeiros combates entre guerrilheiros e policiais. Os próximos seriam muito mais cruéis e precisos. Havia também muito pragmatismo na decisão do superintendente da polícia: como explicar a morte de sete jovens numa casa da periferia de Belo Horizonte? Seria um fuzilamento quase público de jovens de boas famílias, feito de maneira imprudente, num momento de fúria, numa época em que as mortes desse tipo ainda eram raras.

Além disso, Luiz Soares sabia da importância dos interrogatórios para a extração de novas informações dos presos.





⁶⁴ Se a descrição de Maurício for exata, a metralhadora empunhada pelo policial, possivelmente, pertencia ao Colina, já que a Polícia Civil, à época, não portava aquele armamento.



RUA ATACARAMBÚ, 120 Bairro São Geraldo

Janeiro de 1969. Diagrama do interior da casa da Rua Atacarambu, mostrando a localização dos militantes e o local onde ocorreu o conflito. As manchas exteriores à casa são de sangue, ocasionadas pela remoção do investigador ferido.

Fonte – ARQÚIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, rolo 2. Elaborado pelo artista gráfico Jorge Inácio.





TUDO PODERIA TER SIDO DIFERENTE

A reação dos militantes do grupo Colina deveu-se sobretudo à surpresa e ao medo. O grupo estava bem estruturado e já havia executado diversas ações armadas. Possuía dinheiro, veículos, armamentos e vários aparelhos. Estavam em bom número e com poder de fogo superior ao dos policiais, que não portavam metralhadoras.⁶⁵

Mas não estavam vigilantes, nem tinham um plano de fuga bem traçado. Ao invés de surpreender a polícia, como planejavam, foram surpreendidos.

Apenas um deles abriu fogo. A outra metralhadora estava com Jorge Nahas, que chegou a engatilhá-la, mas preferiu não disparar. "Achei que era inútil porque já estava tudo perdido", disse ele (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 22). Nenhum militante, além de Murilo, disparou um só tiro.

A resistência era possível e o cerco poderia ter sido furado. Isso não aconteceu porque o treinamento recebido pelos militantes não foi suficiente para agirem sob puro reflexo em uma situação de emergência. Ninguém sabia exatamente o que fazer.

Se tivesse sido diferente, o número de mortos teria sido bem maior e dificilmente os sete da Rua Atacarambu escapariam com vida dos combates futuros com a repressão.





⁶⁵ Na casa da Rua Atacarambu e nos outros aparelhos, foram apreendidas duas metralhadoras Thompson calibre 45, com pentes que podiam carregar 30 e 50 cartuchos; duas carabines marca Urko, calibre 22, uma pistola semiautomática marca Luger; uma pistola semiautomática de marca Colt; uma pistola semiautomática de marca Trust, calibre 7.65; uma pistola semiautomática de marca FN; uma pistola semiautomática Beretta, calibre 22; um revólver Rossi, calibre 22; um fuzil Fal, do Exército brasileiro; dois revólveres Taurus, calibre 38; um revólver Taurus, calibre 32; e três granadas de mão (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, p. 209 em diante).

Janeiro de 1969. A Carabina Urko, calibre 22, utilizada para impor medo e respeito durante as ações armadas.
Fonte — ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, rolo 2.

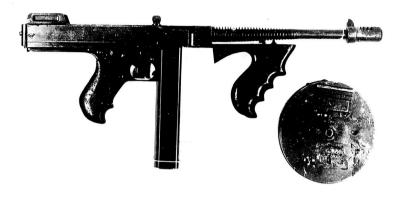
Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:295;Data:14 de May de 2015 07;4|1:29

Tonic Angolvo i oblico milveino, 1303, pasta 0021, 1010



Janeiro de 1969. A pistola automática alemã marca Luger, também muito utilizada nas ações. A qualidade e sofisticação dos armamentos impressionaram os policiais.

Fonte — ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, rolo 2.



Janeiro de 1969. A metralhadora Thompson, armada com o pente de 30 balas. Ao lado, o disco que Murilo não conseguiu encaixar. Fonte – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0021, rolo 2.





- AUTO DE FRISTO EM FLAGRANTE DELITO -

Aos vinte e nove dias do mês de jeneiro de mil. novecentos e sessenta e nove, às 09,30 horas, nesta cidade de Belo Herizon te, Estado de Minas Gerais, no Departamento de Vigilância Social, onde se achave o Senhor Doutor Pábio Bandeira de Figueire do, Chefe do Departamento de Vigilância Social, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, af compareceu o condutor HAYDN PRATES SARAIVA, brasileiro, natural de Rubin, neste Estado, mas cido em 4 de agôsto de 1931, casado, funcionário público estadu al, filho de MANOEL SARAIVA BECO e de ANA PRATES MOREIRA. residente à rus Contendas, nº 390, Barroca, nesta Capital, sebendo' ler e escrever. E, como sos costumes nada dissesse, à autoridade deferiu-lhe o compromisso legal de deper com verdade os moti vos que o levaram a prender em flagrante delito a AFONSO CELSO LANA LEITE, JORGE RAIMUNDO NAHAS, JULIO ANTONIO BITENCOURT AL -MEIDA, MARIA JOSÉ CARVALHO NAHAS, MURILO PIETO SILVA, MAURÍCIO' DE PAIVA e NILO SERGIO MENEZES MACEDO, e, debeixo do mesmo compromisso, depôz: QUE, o depoente é funcionário da Secretaria da Segurança Pública de Mines Gerais, estando prestando serviços no Setor de Investigações da Delegacia de Furtos e Roubes; que. por ocasião dos assaltos verificados às agências bancárias na -Cidade de Sabará, as diligências para elucidação dos assaltos. ficaram a cargo do doutor Luís Soares da Rocha, Superintendente do Policiamento do Estado, contando com a cooperação da Delegacia de Furtos e Roubes; que, depois de várias investigações, as mesmas foram ter ao indivíduo PEDRO PAULO BRETAS, cujo nome da guerra na Organização é KLEBER; que, há dois ou três dias passa dos, PEDRO PAULO BRETAS foi detido na Delegacia de Repressão a Furtos de Veículos, selvo engano, quando negociava um automóvel Volkswagem, pertencente à organização; que, PEDRO?PAULO BRETAS, levado à Delegacia de Furtos e Roubos, após intenso interrogátó rie, confessou sus participação nos assaltos ocorridos nas agên cias bancárias de Seberá, informendo, ainda, que os fundos ou melhor que o dinheiro conseguido nos assaltos, revertia a menci onada organização, ou seja a O.P.M. - Organização Política Mili tar; que, no transcorrer do interrogatório, PEDRO PAULO BRETAS: indicou as casas de números 120, da Rua Itacarambu, no Bairro -São Geraldo, e 31, da Rua XXXIV, no Bairro Santa Ignês, como pos síveis locais de reuniões dos integrantes da Organização, como: também seria possível o encontro de armas, pertencentes a Organização, nos citados enderêços; que, anteriormente, foi enterro

Janeiro de 1969. Primeira página do auto de flagrante delito sobre os acontecimentos na Rua Atacarambu, lavrado pela Polícia Civil.

Fonte – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 17, rolo 2, p. 3-5.





O ENCONTRO

Quando os sete militantes estavam sendo levados, depararam, na esquina da rua, com o Bretas, que estava algemado, dentro de um veículo, de cabeça baixa, totalmente arrasado.

Foi interrogado por dois dias seguidos e resistiu o quanto pôde. Abriu dois aparelhos que já haviam sido abandonados e achava que, assim, poderia enganar os policiais, mas isso não aconteceu. Os detetives e inspetores arrombaram os aparelhos já vazios, revistaram, apreenderam o material que encontraram, mas não se convenceram de que Bretas tivesse dito tudo que sabia.

A dinâmica de um interrogatório é cruel. Quanto mais se fala, mais difícil é esconder a verdade. Ao voltar de mãos vazias de duas diligências, a fúria policial só aumenta e se torna incontrolável. Esconder a verdade vai se tornando cada vez mais difícil.

Não se pode condenar ninguém por falar sob tortura. O simples ato de ser preso, de sentir-se isolado, indefeso, inteiramente nas mãos dos policiais, já é muito traumático. Os primeiros tapas, empurrões, murros, pontapés servem para desorientar quem é preso e produzir a sensação de impotência e fraqueza. A privação de comida, o isolamento, a nudez, a escuridão, o frio preparam o clima para a violência física que vem a seguir. Ceder sob tal pressão não é um ato de covardia ou de colaboração com a polícia. Todos têm o seu limite.

Mas suportar essa responsabilidade, essa culpa, é algo terrível, que destrói inteiramente a autoestima e a dignidade de quem a carrega.

Bretas teve que conviver com seus companheiros nas celas de Neves e de Linhares e contou com a amizade e solidariedade de todos. Integrou-se novamente ao grupo e continuou sua militância. Aos poucos, ia ficando claro que a intensidade da repressão e o uso sistemático e metódico da tortura tornavam seu caso apenas um episódio a mais numa grande série de outros semelhantes que estavam acontecendo por todo o Brasil, povoando as prisões e levando muitos à morte, ao suicídio e a um sofrimento emocional que deixaria marcas profundas na mente de quem os viveu.







No cêrco policial metralhadoras matam dois

Do lado dos moços, uma baixa: um crepar que não è identificado, pare não pre-judicar os investigações, fetrão palos poli-cieis com um tiro no estômego, está inte-dados particios de la completa del completa del completa de la completa del complet









O buraco da fuga não foi usa



O tiroteio furou vidros e paredes

UMA CASA

AZUL

dros. Nas paredes da sala, onde to subinspetor, deixando uma imenso

Janeiro de 1969. Manchete do jornal *Diário da Tarde*, do dia do confronto. Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.





CAPÍTULO XVIII

O dia seguinte

A REAÇÃO DA POPULAÇÃO

Logo pela manhã, a notícia começou a invadir as casas pelas ondas de rádio. Um pouco mais tarde, os diários que circulavam pela tarde divulgaram as fotos do local, as mortes e as prisões. "No cerco policial, dois mortos por metralhadora", dizia o *Diário da Tarde* (JORNAL Diário da Tarde, 29 jan. 1969).

A notícia chocou toda a cidade de Belo Horizonte. A morte dos policiais foi explorada ao extremo pelos meios de comunicação, colocando a polícia na condição de vítima de terroristas cruéis. O enterro dos policiais foi concorrido e frequentado por todas as autoridades.

Até então, BH tinha presenciado passeatas, greves, confrontos entre manifestantes e policiais, mas sem vítimas fatais. Os assaltos a banco já agitavam a cidade, e a imprensa divulgava notícias sobre a gangue da metralhadora, liderada por certa loura, lindíssima e boa de tiro.

Agora, a cortina descia e surgiam militantes armados, dispostos a tudo.

A composição social do grupo foi outra surpresa. Eram jovens de classe média, com idade entre 20 e 25 anos, alguns deles pertencentes a famílias ricas e tradicionais, de cidades importantes de Minas Gerais.

O número também impressionava: sete prisões ao mesmo tempo e, entre eles, uma mulher. Surgia em carne e osso Maria José Carvalho Nahas, a loura dos assaltos, a loura de Sabará, cuja presença vinha lançando um véu de mistério e





romantismo às ações revolucionárias que agitaram a cidade no segundo semestre de 1968.

OS AZARES CONTINUAM: MARCOS ROCHA, MATTOS E CARMELA

Após a prisão, os estudantes foram levados ao DVS, antigo Dops, então localizado à Avenida Afonso Pena, próximo à Praça Tiradentes, onde foram visitados por policiais de diversas guarnições, que iam até lá conhecer os "terroristas" e, de quebra, dar-lhes algumas "cacetadas".

Os presos ficaram no subsolo do DVS para os primeiros interrogatórios.

A notícia das mortes e prisões correu rapidamente toda a cidade, e uma grande aglomeração, composta por jornalistas, estudantes, familiares e curiosos formou-se em frente àquele departamento. Todo mundo queria notícias, tentar ver os presos e entender o que estava acontecendo. O quarteirão da Avenida Afonso Pena, onde se localizava o DVS, foi fechado por cavaletes, devido ao grande público que se aglomerava nas imediações.

A certa altura, o jornalista Marco Antônio Rocha, da revista *Manchete*, que fora ao local para, segundo ele, levar um sanduíche para o fotógrafo do jornal em que trabalhava, notou que um policial acenava para ele, da varanda do DVS. Era o delegado Thacyr Menezes, velho conhecido dos estudantes, veterano dos combates de rua, onde já levara algumas pedradas, que lhe abriram o supercílio.

Ingenuamente, Marcos pensou tratar-se de alguma deferência à imprensa e caminhou calmamente ao encontro do delegado, quando lhe foi dada voz de prisão. Da varanda, foi se juntar aos seus companheiros dentro do DVS. Interrogado, Marcos Rocha revela-se também militante do Colina,





passa três meses preso, mas é libertado por conseguir provar que já havia cortado seus contatos com o grupo.

Destino pior teve Antônio Pereira Mattos, trocador de ônibus, 35 anos. Mattos era um migrante nordestino, que fora para o Rio de Janeiro em um pau de arara. Entrara para o grupo pelas mãos do ex-sargento Severino Viana Calou, amigo de João Lucas Alves.

Participara no Rio de roubo de fuzis FAL do Exército e de algumas ações no Rio e em BH. Viera para BH juntar-se ao grupo de resgate. Pegou o ônibus pela noite e chegou pela manhã em BH, mas não encontrou ninguém para recebê-lo. Ficou no Hotel Pedro II e resolveu ir para o aparelho da Rua Itaí, que já conhecia. Possivelmente, fora convocado para participar do resgate de Ângelo. Vendo o aparelho da Rua Itaí cercado, ao invés de fugir, resolveu ir até a Rua Atacarambu.

Fui com a intenção de verificar se tudo corria bem. Quando estava manjando as imediações, fui percebido por um menino, que, com certeza, era morador da região. Ele me reconheceu e me apontou para a polícia. Saí correndo, fui perseguido e preso uns 200 metros mais na frente (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 0031, p. 111).

Mattos consegue enganar a polícia por algum tempo, alegando que era um curioso, que estava passando pelo local, até que, numa acareação, um militante já preso anteriormente revela sua identidade. Essa prisão custaria caro ao Colina, pois acabaria por revelar a estrutura do grupo no Rio de Janeiro, à qual pertenciam ex-sargentos, como Severino Viana Calou e João Lucas Alves. A imprudência de Mattos lhe custaria quase 10 anos de prisão.

Carmela Pezzuti, mãe de Ângelo e Murilo, trabalhava no Gabinete do Governador Israel Pinheiro. Quando Ângelo foi preso, ela tentou conquistar o apoio do Senador José Augusto, seu amigo próximo, filiado à Arena, a fim de que ele conseguisse que o Governador intercedesse para a libertação do filho. Foi informada que seu filho estava envolvido em assaltos a banco e que a situação dele era muito complicada. Porém a polícia já andava desconfiada dela e, em 29 de janeiro, após a notícia do tiroteio começar a correr, seu chefe imediato, o Secretário do Governador, a mandou sair rapidamente do Palácio e ir para casa.

Carmela combinou com seus irmãos, Ítalo e Ângela, de sair de BH e ir para uma fazenda da família, em Araxá. Mas, por uma dessas fraquezas humanas, resolveu, antes de ir embora, passar em sua casa para fazer a mala. Lá estava, quando a polícia chega e a leva presa, para consternação dos irmãos, que presenciaram, impotentes, a cena. 66

SORTE E AZAR DE IRANI

Se faltava alguém na casa da Rua Atacarambu, era Irani Campos, o Costa. Veterano militante do movimento dos funcionários públicos, preso em 1964, fora recrutado por Apolo Lisboa para a Polop nos anos de 1966-1967, antes do racha que originou o Colina.

Irani nascera em Conselheiro Pena, no interior de Minas. Migrara ainda menino para Belo Horizonte, onde fora levado para a Casa do Jornaleiro, abrigo de menores com

⁶⁶ No livro de Maurício de Paiva, *Companheira Carmela*: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio (1996), esse episódio é relatado em detalhes. Além da prisão e do exílio, Carmela teve o terrível destino de sobreviver à morte dos seus dois filhos — Ângelo, que morreria ainda no exílio — e Murilo, que se suicidou após retornar ao Brasil.

risco social, organizado pela educadora Helena Antipoff, de presença marcante em Minas Gerais.

Os menores usavam um uniforme azul e vendiam jornais pelas ruas da cidade. No abrigo, apanhava dos guardas e, por iniciativa de jornalistas, participou da comissão de meninos que foram se queixar diretamente dos espancamentos ao então Governador Juscelino Kubitschek.

Serviu exército e se tornou um excelente atirador, o que seria lembrado pelos seus contemporâneos militares, quando foi preso.

No Colina, passou a compor o comando militar e participou de todas as ações do grupo, com exceção do assalto aos bancos de Sabará, porque fora designado para preparar uma ação que seria realizada no interior de Minas, no carro forte que fazia o transporte de dinheiro entre as agências do Banco do Brasil de Uberaba e Uberlândia. Ângelo Pezzuti, que era de Araxá, fora até lá, fizera os primeiros contatos e voltou com a ideia de arrendar um sítio nas proximidades do local, o que foi feito.

Irani mudou-se para o sítio, assumiu ares de produtor rural, deixando a barba crescer e vestindo-se como fazendeiro. Quando ficou sabendo das quedas da Rua Atacarambu, refugiou-se em Governador Valadares, indo depois para o Rio de Janeiro, permanecendo sem contato com seus companheiros. Sabia que seu nome já havia surgido nas investigações policiais.

Nesse primeiro momento, consegue escapar, mas o destino lhe reservava uma amarga surpresa.

Em agosto de 1969, tomou um ônibus da Viação Cometa, com destino a Belo Horizonte. O ônibus capotou no Viaduto das Almas e 33 pessoas morreram no acidente. Irani salvou-se, mas foi levado ao Pronto Socorro.

Lá foi atendido por uma equipe médica, que o conhecia sobejamente. Entre eles, estava o médico José Márcio



Gonçalves de Souza, que fora atingido por um tiro no tórax, disparado por Irani quando ele e Murilo tentaram roubar-lhe o carro em outubro de 1968, como preparação da ação que empreenderiam no dia seguinte. José Márcio deixara a chave cair com o intuito de ganhar tempo, entrara em luta corporal com a dupla e saíra correndo, gritando que era um assalto. Quando chegou à garagem de um vizinho, levou o tiro.

O médico salvou-lhe a vida.

Mas já sabia que eu, Irani Campos, já tinha participado da ação quando o médico levou um tiro, então ele trabalhava no Pronto Socorro, era conhecido e tudo. Foi quando o médico pôs a mão no meu abdômen e disse assim: "Sala de cirurgia urgente, que ele tá com hemorragia interna". Quando terminou a cirurgia, eu já estava preso (CAMPOS *apud* LEITE, 2009, p. 3).

Mesmo assim, Irani não se queixa, pois, segundo ele, caso fosse preso em outras circunstâncias, estaria provavelmente morto.

O AVALISTA

A casa da Rua Atacarambu foi alugada no dia 14 de janeiro de 1969 por uma jovem estudante. Mesmo pobremente mobiliada, guardava um Volks 1967, placa de Brasília, na garagem. A moça explicou que iria morar na casa com três irmãos e três primos. A história era muito pouco crível e, mais cedo ou mais tarde, chamaria a atenção dos vizinhos e da polícia.

O avalista era um certo Sr. Nahal, segundo a imprensa, que passou a ser procurado pela polícia. Porém, nos primeiros interrogatórios, a polícia descobre que ele era o pai de Jorge Nahas.





Na manhã do dia 29 de janeiro de 1969, o comerciante Antônio Augusto Nahas abriu seu bar, que se localizava na Avenida do Contorno, próximo ao centro da cidade. Após as primeiras atividades do dia, ligou o rádio e ouviu notícias sobre as prisões e mortes da Rua Atacarambu, nº 120. Preocupado, buscou, numa pequena pasta que sempre levava consigo, um contrato de aluguel e conferiu: o endereço era do imóvel que seu filho, Jorge Nahas, alugara e para o qual solicitara seu aval. Fez o que era impossível a um comerciante: fechou o bar, deixou seus fregueses sem o café diário e foi ao encontro da sua mulher, Dona Ondina, comunicar-lhe a triste notícia: seu filho querido tinha sido preso.

Eles já suspeitavam há tempos que Jorge andava envolvido em atividades políticas conspirativas, o que os fazia perder o sono. Porém nunca podiam imaginar que chegaria a tal ponto.

Como muitos outros migrantes, tinham vindo do interior de Minas, tentar a sorte na capital. Primeiro, veio só ele e o filho mais velho, Jorge. Sr. Antônio possuía apenas o primário incompleto, que corresponde ao ensino fundamental das escolas de hoje. Trabalhava 14 horas por dia no seu pequeno estabelecimento para proporcionar educação e um futuro melhor para os seus filhos.

Ter um médico como filho era um orgulho incomensurável para ele. Mas aquele sonho estava ameaçado. Para piorar, as notícias na imprensa falavam em assaltos, mortes, terrorismo, deixando propositalmente de lado o caráter político e antiditatorial das ações armadas.

Começaria ali uma longa jornada das famílias daqueles prisioneiros, e de muitos outros, procurando pelo destino dos seus entes queridos nos presídios, nas delegacias, nos quartéis.

Foi uma luta amarga, que envolveu incessantes visitas aos quartéis, encontros desagradáveis com delegados e autoridades policiais. Humilhações, maus-tratos.

Alguns, como a família de Jorge Nahas, tiveram sucesso

e conseguiram localizar seus filhos com vida. Outros, não.

Foi com a solidariedade e a união dos familiares que teve início o Movimento Feminino pela Anistia, que germinou em Minas Gerais até tornar-se um poderoso movimento nacional pela libertação dos presos políticos.





CAPÍTULO XIX

Os primeiros interrogatórios e a morte de João Lucas Alves

A situação dos militantes presos era muito difícil. O grupo já se identificara anteriormente tanto no assalto realizado no Banco do Brasil quanto nas bombas lançadas nas residências dos interventores do Sindicato dos Bancários e Metalúrgicos. As armas e o dinheiro apreendidos não deixavam dúvidas quanto à autoria dos assaltos realizados em Minas Gerais. As circunstâncias da prisão, com tiroteio e mortes, fragilizaram psicologicamente a todos. Eles estavam dispostos à luta armada, mas ainda não tinham enfrentado a perda de vidas como decorrência de suas ações.

A massa de informações que a polícia detinha permitia dar precisão e rigor aos interrogatórios. A polícia poderia perfeitamente ter noção da função de cada um dos presos na organização.

O que aconteceu, nos primeiros dias de fevereiro de 1969, é difícil até mesmo de ser imaginado. A fúria dos policiais que desabou sobre os presos conduziu, no início, a espancamentos irracionais, para punir os sobreviventes. Os policiais estavam mais interessados em extravasar sua revolta que obter informações para a prisão de outros militantes.

Mais tarde, a polícia dedica-se a entender o que o grupo já havia feito. Não se preocupa em desbaratar o restante do grupo nesses primeiros momentos, pois considera que já havia reunido informação suficiente.

Só isso explica por que as prisões não se sucederam nos dias posteriores e quase uma centena de outros militantes que estavam desprevenidos, desinformados, sem saber o





que fazer, continuou em liberdade. Não há registro da presença de analistas de informações nessa primeira fase dos interrogatórios.

Os presos são transferidos para a Penitenciária Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves, devido à falta de espaço na Delegacia de Furtos e Roubos. Em Neves, ficavam em celas individuais, sem comunicação uns com os outros, o que facilitava os interrogatórios. Mas o isolamento não era total.

Estávamos duplamente trancados. Sentei-me à cama e apalpei o chão [...] nessa tarefa, ouvi toques na parede e respondi com os mesmos toques ritmados. Era o Ângelo, meu vizinho de cela...

- Ângelo, chamei baixinho, fazendo concha com a mão, quando senti distante o rangido das botas do soldado.
- Tudo bem? respondeu ele.
- Sim, estou bem. Como estão as coisas aqui?
- Aqui é uma espécie de purgatório. Os interrogatórios são feitos na Delegacia de Furtos e Roubos. Você já foi interrogado?
- Já. Não sei se vão interrogar de novo.
- Devem interrogar. Todos. Todos nós voltamos para os interrogatórios. Eu já fui duas vezes, termina Ângelo (PAIVA, 1986, p. 39).

Maria José teve pior sorte, embora não tivesse sido torturada. Fora transferida para a Penitenciária de Mulheres, onde ficaria cinco meses isolada, numa cela individual minúscula chamada "surda" ou cela de castigo, sem comunicação com outros presos, o que lhe traria sequelas para o resto da vida. Seu isolamento não foi amenizado com a prisão de Carmela Pezzuti, mãe de Ângelo e Murilo, que ali ficaria detida por mais de dois meses, na enfermaria.

Com a sequência dos interrogatórios, aos poucos, outros nomes vão surgindo nos depoimentos, e a polícia sai em busca de articular todas as informações que tinha em mãos.

Foram semanas de interrogatórios, acareações dos presos, isolados, sem conhecimento do rumo das investigações.





Era um ciclo em que cada preso era interrogado isoladamente e nunca sabia o que o outro havia falado. Após cada interrogatório, novas investigações se seguem, podendo levar a novas prisões, ou até mesmo a novos interrogatórios de presos já investigados. Os depoimentos são conduzidos de forma a induzir o depoente a contar toda a sua história política: quem o contatou; como entrou na organização; que tarefas cumpriu; de quais células participou; de quais ações participou, de forma tal que cada interrogado dá sua versão de um mesmo fato.

Confrontadas as versões, o quebra-cabeças é montado: quem roubou os carros para realizar determinada ação; quem fez o levantamento do local; quem participou da ação; quem dirigiu o veículo; qual o total arrecadado no roubo; onde os carros foram abandonados após o assalto; onde foi feito o transbordo para os carros de propriedade do grupo; para onde foram os militantes após o assalto, etc.

O ciclo se repete indefinidamente por meses a fio, até que os responsáveis pelo inquérito se convençam de que todas as informações importantes contidas naquele grupo tenham sido extraídas.

Toda noite vinham buscar um companheiro para novos interrogatórios [...] Toda noite, ao ouvir o barulho da corrente no portão de ferro da entrada do pavilhão, eu pensava ter chegado a minha vez. Até que não faltou mais ninguém, senão eu, para ser interrogado [...] Quem passou por essa situação sabe que, muitas vezes, a tortura psicológica é pior que a física (PAIVA, 1986, p. 40).

Nesse período, a pressão e o horror a que são submetidos os interrogados atingem níveis insuportáveis e deixam marcas profundas e irreparáveis na vida psicológica de quem os sofre. O maior temor do prisioneiro é o surgimento de





novas informações que contradigam seu depoimento ou revelem novas informações sobre a sua atuação. Quando isso acontecia, o processo reiniciava, levando a novos interrogatórios, novas privações, isolamento e torturas.

A MORTE DE JOÃO LUCAS

No decorrer dos interrogatórios, surge o nome do ex-sargento João Lucas Alves, acusado de participar das ações do Colina. João Lucas já estava preso no Rio de Janeiro e sua transferência é solicitada do Rio para Belo Horizonte, pelo delegado Luiz Soares da Rocha. Como isso estava demorando muito para acontecer, Luiz Soares da Rocha solicita a intervenção do SNI, e, por meio desse órgão, consegue a transferência do preso para o Dops de Minas.

João Lucas, conhecido como Alfredo ou Roberto, era nordestino, nascido na cidade de Canhotinho, interior de Pernambuco. Como muitos migrantes, veio para o sudeste do país em busca de trabalho e estudo. Na Aeronáutica, conseguiu graduar-se sargento. Recebera treinamento especializado e estivera nos Estados Unidos participando de cursos de especialização. Antes de 1964, participou dos movimentos dos suboficiais das Forças Armadas que se vincularam ao exgovernador gaúcho, Brizola, a grande estrela do trabalhismo radical, que chegou a ter grande influência sobre os suboficiais das Forças Armadas Brasileiras. Esse alinhamento lhe custou a expulsão das Forças Armadas, juntamente com centenas de outros cabos e sargentos. Após o golpe militar de 1964, decepcionou-se com a inação de Brizola e seu grupo, o MNR, reatou o antigo contato que mantinha com integrantes da Polop no Rio de Janeiro e acabou por integrar o racha da Polop, ocorrido em outubro de 1967, que deu origem ao Colina.





À época, com 34 anos, era considerado um veterano e, certamente, dele partira as orientações iniciais para a estruturação militar do grupo, além do acesso a armas e munições.

Junto aos outros militantes do Colina, participou do fracassado assalto ao JEEP no município mineiro de Guanhães; do assalto ao Banco Comércio e Indústria, na Avenida Pedro II, em Belo Horizonte; e do Banco Ultramarino, no Rio de Janeiro.

Sua ação mais importante, todavia, seria o assassinato por engano do major alemão, no Rio de Janeiro, em julho de 1968. Este seria um segredo que permaneceria guardado por muitos anos, só sendo revelado na década de 80, por Jacob Gorender (1987), no seu livro *Combate nas trevas* — *A esquerda brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada.

João Lucas fora preso no Rio de Janeiro, em 08 de novembro de 1968, por agentes do Dops e da Polícia Federal, que receberam denúncias de moradores sobre uma movimentação estranha que ocorria em um barracão da Rua Ibi, nº 120, no Bairro de Higienópolis, no Rio de Janeiro. Os vizinhos pensavam tratar-se de traficantes.

Na residência, a polícia encontrou explosivos, munições, armamentos, artigos para disfarce, uniformes das Forças Armadas, medicamentos, documentos sobre revolução comunista e sobre guerrilhas, plantas de estabelecimentos militares e croquis sobre localização de bancos e sobre estacionamentos de automóveis.

A princípio, a polícia supôs que João Lucas estivesse envolvido no assalto ao carro pagador do Ipeg, em Bento Ribeiro, por um grupo de seis ou sete homens. O assalto fora realizado pela ALN. Por puro azar, um dos seus participantes, Paulo César Monteiro Bezerra, foi preso e revelou a participação de Marighella na ação.

Apesar de interrogado, João Lucas manteve-se firme e a polícia não encontrou elementos suficientes para vinculálo de forma conclusiva àquela ação. Nem mesmo conseguira ter absoluta certeza sobre seu vínculo com qualquer grupo de esquerda. A incomunicabilidade já fora interrompida e sua mãe já o visitava três vezes por semana no Dops da Guanabara.

Chega a BH no dia 28 de fevereiro de 1969, quando as investigações já estavam bastante avançadas, ficando preso na Delegacia de Furtos e Roubos, sob a guarda do delegado Luiz Soares da Rocha. Segundo o plantonista da delegacia, José Lisboa, João Lucas ficou detido em um cubículo de 3m de altura, 2,6 de comprimento e 1,33 de largura, que tinha uma grade como porta principal e uma porta de madeira após a grade, para impedir a entrada de luz. Estava "à total disposição do delegado Luiz Soares da Rocha", e, no dia 06 de março, "tão logo abriu a porta de madeira, o depoente notou que João Lucas Alves estava deitado no solo, tendo notado que em volta do seu pescoço existia um pano e suas mãos estavam crispadas" (INQUÉRITO nº 1744/69, 1969, p. 49).

O "pano" acabou transformando-se em uma calça, com a qual João Lucas se enforcara, em uma cela onde sequer havia espaço para que ele se movimentasse.

No dia 08 de março de 1969, sua mãe, Odília Pimenta Alves, viúva, doméstica, chegou do Rio de Janeiro para visitar seu filho. Dirigiu-se ao DVS e recebeu a informação de que seu filho estava na Delegacia de Furtos e Roubos. Indo até aquela delegacia, foi informada de que seu filho não estava lá e sim no Exército. Voltando ao DVS, foi encaminhada para o Departamento de Investigações, para falar com o Delegado Luiz Soares da Rocha. Foi informada de que ele lá não estava, por se encontrar adoentado.



Continuou sua peregrinação, foi até a Delegacia Geral do Estado e, novamente, até a Delegacia de Furtos e Roubos, onde ficou sabendo enfim que seu filho tinha se suicidado.

Nesse mesmo dia, enquanto Dona Odília procurava, aflita, pelo filho, João Lucas era enterrado no Cemitério da Saudade, na quadra nº 30, sepultura nº 187, como indigente, pois o corpo, segundo a polícia, ficara uma semana na geladeira do Instituto de Medicina Legal e ninguém teria aparecido para reclamá-lo.

Dona Odília foi ludibriada pelos policiais até estes providenciarem seu sepultamento.

Logo após, sua morte foi comunicada ao então Secretário de Segurança de Minas Gerais, Joaquim Ferreira Gonçalves, e ao Chefe do SNI, Major Gilberto Pessoa, comandante da ID-4.⁶⁷ Sua certidão de óbito foi lavrada em 14 de abril de 1969, consignando como *causa mortis* asfixia mecânica. O atestado de óbito foi firmado pelo Dr. João Bosco Nacif da Silva, datando o evento de 06 de março de 1969.

Seria o primeiro dos 17 casos de suposto suicídio com enforcamento, forma preferida do Governo para explicar a morte de presos políticos nas dependências das prisões.

Por quê? Só podemos especular sobre as razões da morte de João Lucas. Todos os presos, até então, tinham sido seviciados, mas ainda não ocorrera nenhuma morte, nem mesmo de Murilo Pinto da Silva, que confessara ter matado dois policiais. João Lucas não fora preso em Minas, e, àquela altura, o Colina já havia sido desbaratado e a sua participação nas ações já tinha sido apontada em mais de um depoimento. Seu interrogatório se encontrava na fase final e conclusiva do inquérito, visando à instrução judicial e sua confissão sobre a participação ou não nos atentados.



⁶⁷ Órgão de Inteligência do Exército.

Em casos semelhantes, os policiais procediam à confrontação ou acareação dos depoentes, para constrangê-los e arrancar mais informações.

Nessas circunstâncias, do ponto de vista da lógica do aparelho repressivo, torturá-lo até a morte seria inócuo, pois não traria nenhuma informação nova.

Muito provavelmente, a morte de João Lucas se deveu ao ódio acumulado dos policiais contra os militantes presos na Rua Atacarambu. A morte dos policiais, naquela ação, ficara até então sem vingança, e a chegada de um militante do Rio de Janeiro, sem vínculos com a cidade, que não era estudante, nem protegido por laços de compadrio e parentesco, era tudo o que os policiais queriam. A violência que desabou sobre ele resultava em sua morte, possivelmente não planejada e não desejada.

Nenhum depoimento de João Lucas consta do inquérito do Colina. Apenas uma frase, nas páginas finais:

João Lucas Alves, codinome "Alfredo" e "Roberto", filho de José Lucas e Odília Pimentel Alves, natural de Canhotinho - PE, nascido a 03 de novembro de 1935. Morreu no decorrer das investigações, conforme documento de fls. (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 0031, p. 369).

A Morte de João Lucas foi investigada pela Procuradoria da República de Minas Gerais, em Inquérito Civil Público, que levantou todos os documentos referentes ao caso, que foram fornecidos pela Polícia Civil. João Lucas estava sob a guarda do delegado Luiz Soares da Rocha, que inventou uma fantasiosa história de "pacto de suicídio", que existiria entre os militantes do Colina. Uma curiosidade é que esse delegado, para reforçar sua história, acaba revelando a participação de industriais e comerciantes no interrogatório dos presos:





[...] todas as declarações bem como o interrogatório dos assaltantes de bancos realizado pelo depoente tiveram a assistência de testemunhas idôneas, entre elas alguns comerciantes e industriais conhecidos em Belo Horizonte como Joaquim Meireles e João Alves da Silva (INQUÉRITO nº 1744/69, 1969, p. 94).

Seu depoimento evidencia a absurda participação de civis em interrogatórios policiais — comerciantes e industriais mineiros — que já se vinculavam ao aparelho repressivo no combate aos revolucionários. A experiência se espalharia Brasil afora e não foram poucos os que financiaram e apoiaram, de todas as formas, as ações da Polícia Política.







CAPÍTULO XX

O IPM do Coronel Medeiros

Após as prisões e os primeiros interrogatórios, a responsabilidade da investigação passa para o Exército, na pessoa do então coronel Otávio de Aguiar Medeiros, cuja carreira no Exército estava estagnada.⁶⁸

A desarticulação do Colina lhe caiu do céu. Era o trampolim que esperava para impulsionar sua carreira militar. Nenhum oficial do Exército arriscou sua vida nas diligências noturnas de busca aos aparelhos. Deixaram os policiais correr o risco e travar os primeiros combates. Mas queriam exibir a prisão e o desbaratamento do Colina como se fossem méritos do Exército, fazendo dele o grande herói da história. Era uma forma de se mostrarem competentes e poderosos.

Àquela época, o Exército ainda não tinha aprendido a torturar. Deixou o trabalho sujo para os detetives da Furtos e Roubos e do Departamento de Vigilância Social, acostumados que eram a caçar e bater em bandidos. Os depoimentos tomados pelo Coronel Medeiros e sua equipe datam de meados de março de 1969, quando as investigações já haviam esfriado.

O Exército já instaurara dois IPMs para averiguar as atividades consideradas "comunistas" em BH. Tinha vasta informação sobre o Colina, e é espantoso como demorou a agir e a detectar o grupo. Parecia não acreditar que a luta armada era inevitável, apesar dos assaltos que já aconteciam em BH e das ações que despontavam por todo o país.



⁶⁸ Otávio de Aguiar Medeiros chegou a ser General do Exército com quatro estrelas. Encerraria sua carreira em 1985, como Chefe do SNI.

A fragilidade estrutural do Colina era tão evidente que, no meio universitário, todos sabiam quem era quem. A cidade era relativamente pequena. Muitos dos integrantes eram amigos ou conhecidos antes de pertencerem à organização, ou até mesmo colegas de universidade. Haviam pertencido às mesmas chapas nos Diretórios Acadêmicos das respectivas faculdades e havia laços de parentesco unindo os militantes.

Eram muito jovens e nunca haviam realmente experimentado o rigor que a clandestinidade impõe. Apesar de procurá-la e da tentativa de compartimentar as estruturas, da adoção de pontos e nomes de guerra, a realidade é que os inúmeros vasos comunicantes existentes acabavam por tornar os militantes conhecidos entre si. O grupo não resistiria à primeira investida da repressão. Desmoronou com o primeiro impacto.

O que era evidente, no meio universitário, ainda não chegara tão claramente aos órgãos policiais. À época, o Exército, a Polícia Civil e o SNI agiam de forma compartimentada. Talvez por causa disso, o Colina tenha demorado a desabar. Foi a partir de enfrentamentos como esse que foram criados os DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), com o propósito de unificar as informações e a ação dos diversos órgãos de segurança. Foi a partir da queda do Colina que tudo começou a mudar.

Já era tarde. Os grupos de esquerda já estavam armados e prontos para a luta.

Esse fato não era particular a Minas Gerais, acontecia por todo o Brasil. As preocupações dos militares ao longo de 1968 eram de outra natureza:

Durante todo o ano de 1968, a máquina de informações e repressão do governo patrocinou o seu próprio terrorismo e edificou





o golpe do AI-5, mas não cuidou da segurança nacional. Nem sequer a captura de toda a liderança estudantil do país em Ibiúna estimulou um trabalho metódico de coleta de informações [...] Faltavam ao governo informações, analistas, equipes e uma doutrina de segurança pública (GASPARI, 2002b, p. 354).

Por isso, até janeiro de 1969, as organizações permaneceram ativas e intactas. Nenhum atentado de vulto fora desvendado. É a partir da queda do Colina e da VPR, em São Paulo, que tudo começará a mudar. O Exército iria se envolver de chofre nas tarefas repressivas e todo o aparelho policial militar iria se integrar.

Medeiros procura navegar nesse mar de incertezas, tentando firmar-se como um pioneiro no combate ao "comunismo". Leva os presos de volta ao inferno e os reinquire sucessivamente, até obter o que queria. Os presos ficam detidos no 12º Regimento de Infantaria do Exército, localizado no Bairro Prado, em BH, e alguns voltam a ser torturados.

Durante esse período deu-se prosseguimento ao inquérito policial-militar, agora sob a presidência do coronel Otávio Aguiar Medeiros. Os interrogatórios eram realizados numa sala especial do CPOR (Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva), localizado no Quartel do 12º RI (Décimo Segundo Regimento de Infantaria). Jorge Raimundo Nahas foi torturado naquele Quartel, numa sala do Departamento de Educação Física (DOCUMENTO DE LINHARES, 1969).

Foram abertos dois processos de nºs 27/69 e 73/69. Nos dois processos, somados, foram indiciados 32 militantes. Foram eles: Afonso Celso Lana Leite, Ageu Heringer Lisboa, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolo Heringer Lisboa, Badih Melhem, Carlos Alberto Soares de Freitas, Carmela Pezzuti, Carmem Helena do Vale Heringer, Cláudio Galeno Linhares,





Dilma Vana Roussef, Fernando da Mata Pimentel, Gilberto Martins Vasconcelos, Guido de Souza Rocha, Herbert Eustáquio de Carvalho, Irani Campos, João Marques Aguiar, Jorge Raimundo Nahas, José Raimundo Jardim Alves Pinto, Júlio Antônio Bitencourt Almeida, Marco Antônio Azevedo Meyer, Marco Antônio Rocha, Maurício Vieira de Paiva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Oroslinda Maria Taranto Goulart, Pedro Paulo Bretas, Reinaldo José de Melo, Tomaz David Weiss, Maria José de Carvalho Nahas, José Raimundo de Oliveira, Erwin Rezende Duarte e Antônio Pereira Mattos.

Os processos correram na 4ª Circunscrição Judiciária de Juiz de Fora, sendo a sentença proferida em abril de 1972.

Em processos posteriores, foram indiciados Jorge Batista Filho, José Flávio Rodrigues Pereira, Maria Auxiliadora Lara Barcelos e Rubem Carlos Pinto de Souza, além dos militantes que foram presos no Rio de Janeiro, em março de 1969.⁶⁹

Ao longo das 380 páginas do inquérito, surgem as versões, por vezes detalhadas, dos assaltos cometidos; dos contatos realizados; das viagens; das reuniões; dos congressos.

Toda a história do Colina emerge de forma relativamente clara. Todas as ações praticadas pelo grupo são desvendadas, até mesmo o assalto ao Banco Ultramarino, realizado na Guanabara. O vínculo entre militantes cariocas e mineiros também surge, aparecendo os nomes dos ex-sargentos João Lucas, Severino Viana Calou e Roil Noronha Soares.

A estrutura interna é bem descrita. A Organização Político-Militar teria um Comitê Central e dois Comandos: um Comando Urbano e um Comando Militar.

Nenhum dos indiciados negou seu vínculo com o Colina, ou se eximiu de ter assaltado bancos, roubado carros ou praticado ações de guerrilha e sabotagem.

⁶⁹ Ver Capítulo XXII.



Apresentação dos resultados das investigações policiais à população. A manchete do *Diário da Tarde* do dia 30 de maio de 1969. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





Como se organiza um plano de terrorismo





Dos assaltos à guerrilha

As informações contidas no inquérito transformadas em informação para a população. Diário da Tarde, 30 de maio de 1969.

Fonte – Acervo Jornal Estado de Minas.







As fotos dos principais militantes presos ou foragidos. *Diário da Tarde*, 30 de maio de 1969. Fonte — Acervo *Jornal Estado de Minas*.







O Coronel Medeiros comanda a exposição à imprensa, mostrando armas, placas de carro e outros materiais apreendidos. *Diário da Tarde*, 30 de maio de 1969. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





A maioria dos depoentes afirmou sua convicção no acerto das ações cometidas, sendo que alguns chegaram a deixar claro que, caso fossem libertados, voltariam a lutar contra o regime militar.

Outros acabaram por sucumbir à pressão e forneceram um número tão grande de informações, que propiciaram a abertura de novos inquéritos. Em um dos depoimentos, consta, pelo menos, mais de 50 nomes de outros militantes ou contatos do Colina e até mesmo nome de militantes de outras organizações.

Mesmo assim, segundo o coronel,

[...] no que diz respeito aos militantes da OPM, pertencentes aos setores de Minas Gerais, eram eles, na sua quase maioria, estudantes, alguns demonstrando possuir bom grau de inteligência e cultura, como Ângelo Pezzuti, Jorge Raimundo Nahas, Mauricio Vieira de Paiva e Erwin Duarte. O elevado grau de intoxicação ideológica, entretanto, nivelou a todos, tornando-os quase fanáticos. Nenhum deles mostrou sinais de arrependimento pelas ações concretizadas e estão dispostos a retomá-las, tão logo postos em liberdade (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 309).

Apenas um militante se declara arrependido dos seus atos, mas não inocente, por razões religiosas.

O resultado é que outros 39 nomes são citados, com a recomendação de abertura de um novo IPM para investigação. Desses novos nomes, podem-se destacar Inês Etienne Romeu, Juares Guimarães, Maria do Carmo Brito, José Aníbal de Peres Pontes, Maria Auxiliadora Barcelos, Athos Magno Costa e Silva, Élvio Carlos Moreira, João Batista dos Mares Guia. Quem era citado tinha duas opções: fugir ou ser preso.





AS CONCLUSÕES DO IPM

Medeiros chega a duas conclusões cruciais. Uma verdadeira, a outra falsa.

A verdadeira é que o núcleo dirigente do grupo, composto por Apolo Heringer Lisboa, Maria do Carmo Brito, Juares Guimarães Brito e Carlos Alberto Soares de Freitas, tinha conseguido escapar.

De fato, a incompetência das investigações fez com que os militantes mais experientes, com tradição política anterior ao golpe de 1964, escapassem. Todos iriam se refugiar no Rio de Janeiro, repetindo o que acontecera com a Polop no ano de 1965. Logo o grupo estaria pronto para novos embates, como aconteceu.

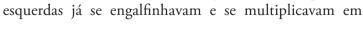
Não só eles: a grande maioria dos militantes consegue escapulir, sendo obrigados a cair na clandestinidade, refugiando-se em casas de amigos, parentes, partindo para o exílio, ou escondendo-se nos aparelhos da sua organização.

A segunda conclusão foi totalmente errada. Supunha que, apesar da profusão de siglas, das disputas políticas e ideológicas, as esquerdas seriam todas subordinadas a um único comando, que coordenava nacionalmente as ações realizadas.

Essas considerações fazem crer que, na verdade, o surgimento dessas diversas organizações obedece a um planejamento e que, afinal, todas se subordinam a um grande comando único nacional [...] Esse comando, reunindo forças de todas as entidades de esquerda, teria por finalidade criar pequenos grupos de "vanguarda popular" e os primeiros focos de guerrilha no país (ARQUI-VO PÚBLICO MINEIRO, 1969, pasta 0027, rolo 3, p. 314).

A União Soviética e a China já haviam rompido; as





inúmeros grupamentos. O PC do B⁷⁰ já existia no Brasil. Organizações independentes, como a AP e a Polop, povoavam a esquerda brasileira, e o PCB⁷¹ se estilhaçava em mil pedaços pelo Brasil afora, mas o mito da grande conspiração comunista internacional ainda dominava a mente dos coronéis e generais que encabeçavam o Exército Brasileiro. Os militares, até aquele momento, pelo menos, acreditavam na sua própria propaganda.

Por pura incompetência dos órgãos repressivos, os pequenos e frágeis núcleos conseguiram se armar e se entusiasmaram com o sucesso das primeiras ações. Como observou Brian Crozier, especialista inglês no combate à subversão e discreto visitante do SNI em 1964: "Os bons governos previnem o conflito, os maus o estimulam; os governos fortes o desencorajam, e os governos fracos o tornam inevitável" (CROZIER *apud* GASPARI, 2002b, p. 307).

Ao final de maio de 1969, o Coronel concede longa entrevista à imprensa, mostrando as fotos dos acusados, os documentos e o material apreendido. Montou um verdadeiro show e utilizou até mesmo uma vareta para melhor explanar suas opiniões. Naqueles tempos, os heróis eram outros.





⁷⁰ Partido Comunista do Brasil, alinhado com a China.

⁷¹ Partido Comunista Brasileiro, historicamente alinhado com a União Soviética.



CAPÍTULO XXI

A luta na prisão

Enquanto duraram os interrogatórios, perdurou a incomunicabilidade dos presos. Durante três meses, os familiares procuraram notícias nas Delegacias de Furtos e Roubos e Vigilância Social, sem sucesso. Batiam de porta em porta, onde era provável que estivessem, mas eram sempre informados de que não estavam detidos naquelas dependências.

Os militantes ficaram presos primeiramente na Penitenciária de Neves, onde eram conduzidos para interrogatórios nas Delegacias de Furtos e Roubos e no DVS, antigo Dops.

Quando o Exército entrou em cena, passaram para o 12º Regimento de Infantaria, localizado no Bairro do Prado, em Belo Horizonte, onde a sala de educação física foi transformada em espaço para tortura.

Foi ali que aconteceu o primeiro encontro entre os familiares e os militantes, três meses após as prisões. Algumas mães receberam informação de fonte segura que seus filhos estavam naquele Quartel. Para lá se dirigiram e foram logo avisando que de lá não sairiam sem ver seus filhos.

Lá ficaram até terem a notícia de que as visitas seriam liberadas no mesmo dia. A rapidez dos eventos surpreendera a todos e os familiares eram tomados por um misto de surpresa, incompreensão, revolta, sofrimento e, com o passar do tempo, orgulho e respeito.

Um dia cheguei em casa e não tinha ninguém lá. A empregada me disse que papai e mamãe tinham ido ao Quartel do 12º RI porque as visitas tinham sido liberadas. Corri pra lá e ainda cheguei a tempo. Entramos no Quartel, acompanhados de um sargento do Exército. Eles não sabiam o que fazer com a gente.



Lá dentro, tinha uma espécie de construção, na parte de cima, isolada. Levaram a gente para o lugar onde eles estavam presos. Lá estava o Jorge, trancado, todo sujo, barbudo, com as unhas roxas de tanto apanhar. Mas estava alegre e passou muita alegria e felicidade para nós todos (Declaração de Maria Inês Pedrosa Nahas ao autor).

Posteriormente, foram conduzidos à Penitenciária Magalhães Pinto, no município de Ribeirão das Neves, nas cercanias de Belo Horizonte, onde foram colocados em celas individuais. Há relatos de torturas e espancamentos que ocorreram até mesmo dentro do presídio.

Lá ficaram no Anexo IV, que existe até hoje, com as mesmas características. As visitas obedeciam a um ritual. As famílias tinham que se dirigir ao Quartel do Exército e eram conduzidas até a Penitenciária por um sargento do Exército encarregado de acompanhar os visitantes.

Eu chegava e ficava na frente de todo o mundo. Vinha sempre de saia curta, para distrair a atenção. Quando o portão era aberto, eu corria na frente de todo mundo para me encontrar com o Jorge. Lá, entregava os bilhetes que a Zezé (Maria José Nahas, esposa de Jorge Nahas) me passava e pegava os do Jorge. Fiz isso muitas vezes, até que um dia desconfiaram e a festa acabou (Declaração de Maria Inês Pedrosa Nahas ao autor).

Nas ruas, as famílias se uniam em busca de advogados, contatos, dinheiro, apoio mútuo, na defesa dos seus filhos. Contavam com a solidariedade de alguns, mas também com a frieza, indiferença e medo de outros conhecidos e até mesmo parentes.

Foi desses contatos que nasceu o comitê mineiro do Movimento Feminino pela Anistia, dirigido por Dona Helena Greco, formado inicialmente em São Paulo por Therezinha Zerbini. A maioria dos militantes permaneceu em Neves até outubro de 1969, quando foram transferidos para a Penitenciária de Linhares, na cidade de Juiz de Fora, que era sede da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), onde já se encontravam os militantes do MNR, presos na frustrada tentativa de guerrilha na Serra do Caparaó.

A transferência de Neves para Linhares foi uma operação de guerra. Os presos foram colocados em três ônibus, dentro dos quais havia forte escolta, com policiais armados e até mesmo cachorros bem adestrados. Pelo caminho, havia vários ninhos de metralhadora estrategicamente posicionados, além de helicópteros que sobrevoavam o cortejo.

Era uma verdadeira cerimônia de exibição dos troféus da caça aos "subversivos".

A VIDA EM JUIZ DE FORA

Linhares ficava em uma área isolada, e o único acesso era por uma estrada de terra. A Penitenciária tinha o formato da letra U e estava dividida em diversas alas. As celas eram individuais, com portas de ferro, com uma pequena entrada em frestas. Possuíam uma privada turca com uma torneira acoplada a um cano. A janela para o pátio era um buraco pequeno e quadrado, com as laterais em aclive, dificultando a visão (RIBEIRO, 2007).

A partir de 1969, aumenta o número de presos. Os detentos comuns são transferidos, e Linhares se torna um presídio exclusivamente para presos políticos. Só naquele ano, chegaram a Linhares mais de 100 presos políticos, que ficaram confinados à espera de julgamento. No total, Linhares chegou a acolher cerca de 200 presos, sendo 20 mulheres (RIBEIRO, 2007).

A AUDITORIA MILITAR E O PROMOTOR SIMEÃO

Em Linhares, os militantes esperavam por longas penas.

Estavam incursos na Lei de Segurança Nacional, seriam julgados por uma Auditoria Militar. Essa Auditoria era um simulacro de Tribunal, presidido por um Juiz togado e composto por mais quatro militares, escolhidos pelo próprio Exército, a partir de critérios obscuros. O Juiz era o Dr. Mauro Seixas Teles, e o promotor, Joaquim Simeão de Faria.

Periodicamente, os presos eram conduzidos ao Tribunal Militar para participar do simulacro de julgamento. Eram primeiramente ouvidos pelo Juiz e davam sua versão dos acontecimentos. A maioria optou por manter perante aquela Corte suas convicções políticas, não arredando pé dos pontos de vista que defendiam.

Enquanto o tempo passava, eram atormentados pelo promotor Simeão. Esse senhor, de triste lembrança, protagonizou episódios ridículos, que clareiam toda sua servidão aos militares. Em um deles, foi advertido pelo Supremo Tribunal Militar, por ter processado uma moça, sob a única acusação de ser noiva de um estudante de jornalismo, o qual, em dezembro de 1964, indicou como paraninfo da sua turma o jornalista Carlos Heitor Cony, que era um desafeto do regime militar.

Outra façanha que ficou famosa foi quando denunciou os militantes que já estavam presos em Linhares por estarem colocando em funcionamento, na prisão, uma célula comunista:

A execução da técnica da agitação e propaganda nos moldes internacionais comunistas em funcionamento naquela penitenciária entre os detentos, com conteúdos deletérios, que, pelo menos, visam à animosidade entre as forças armadas e as classes sociais (RIBEIRO, 2007, p. 154).





Isso porque, mesmo presos, os militantes continuavam a se reunir, a ler e chegaram até mesmo a produzir um pequeno jornal interno, manuscrito, denominado *Até Sem-pre*, que circulava de mão em mão na prisão.

Tais técnicas visavam a dividir, desgastar e desmoralizar os presos, que sabiam estar fadados a cumprir uma longa jornada atrás das grades.

Mesmo fragilizados, organizaram um coletivo dentro do presídio. Dividiam a comida recebida nas visitas, faziam leituras, ministravam cursos e mantinham acesa a esperança no sucesso da Revolução.

Havia uma luta surda travada com os militares. Alguns coronéis mantinham a esperança de conseguir cooptar alguns presos para o lado deles, em busca de declarações bombásticas à imprensa, de repúdio ao comunismo.

Manter a moral elevada era fundamental para que o grupo se mantivesse de pé.

O DOCUMENTO DE LINHARES

Foi daquele presídio que saiu o primeiro relato circunstanciado e minucioso das torturas que eram feitas pelos policiais e militares. O documento foi escrito à mão, em 29 folhas de papel almaço. Era assinado por 12 presos políticos: Irani Campos, Ângelo Pezzuti, Pedro Paulo Bretas, Antônio Pereira Mattos, Maurício Vieira de Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Murilo Pinto da Silva, Júlio Bitencourt, Marco Antônio de Azevedo Meyer, José Raimundo de Oliveira, Jorge Nahas e Erwin Duarte. Possivelmente, foi retirado da prisão por familiares dos presos, aos poucos, através de pequenos bilhetes que costumavam ser trocados.





Apresentamos avir Consétho de Oejesa da Pessoa Humana esta denúncia, na esperança de que os jatos no La contidos rejam averiquados por este Ponsétho para o que nos eolocamos desde já à sua inteira disposição para Colemanharmos ou pava quaisquer exclarectimentos que se sociam necessários Para nos, presos na Benitenciaria de Linhares, é extremamente difícil fornecer, de imedialo, pro Das dos jalos que vamos relatar mas, disole que se queira realmente langar lue sôbre lais jatos- coisa que acciditar to slav agora o Conselho de Defera procurando fazer. podemos indicar novas lestemunhas e sugerir diligências · averignações que poderato tudo elacidar. Além disso las Los Lutemanhos quantos os que apresentamos, todos absoluta mente verídicos e isentos de animo, soo ja prova saficiente de Lais jalos. Tanto assim é que para nos ja é penoso ja zer a própria denúncia já que na nossa situação encontra! monos aindo ao alcânce daquiles que já tanto med nos Inflingiram. Côncios todavia de nossó dever humano de out riliar na extirpocas de se cancro que procura corroct, na orisois, nos quartéis e nus delegacias, a fibra moral de que Le constituída nossa juventude, decidimos entregor nas noùs do Consilho, juntamente con esta denúncia, o res ponsobilidade da vigilância sobre o que possa nos aconte er doqui por diante, no que dir respecto a nossa integri dade física e moral. O Dilyéneia e prisoes As prisoin de Murilo Pinto da Silva.

1969. Documento de Linhares, que causou impacto em todo o mundo. Fonte — Cópia fornecida por Maria José Carvalho Nahas.





vez, o centro motivador. E o indivíduo que resiste é aind mais torturado. É uma vurdadeira bola de neve de vidên ciu. ¿ O control caudat de violência não se montra apenar al. Os oficiais nos quarteis, ciosos dos princípio da geração da violència, assurlam seus sentindas: qualquer somb susperta de terrovista. Os sentinelas atiram e e têm para isso). Recentemente no Rio, joi morta uma passava perto de um quartel, dertro de um taxi. Há dezene de earn assim. a população se vel madocrfidamente, nu se eautal da violência. as familiar dos presos que jazem esta denúncia joram maltratadas em lodos Os centros de repressas política. Islo é um sinal de radicalização tro, da outra parte, e o aviso que os revolucionários fite ram por ocasias do rapto do embaixador: de que torturações devem edocar suas barbas de molho pois sua hora ea sua vez estas para chegar Adro Buto Bretas

1969. As assinaturas contidas no documento, que não foi anônimo, dando maior veracidade às denúncias. O risco corrido pelos militantes e seus familiares foi imenso. Fonte — Cópia fornecida por Maria José Carvalho Nahas.





Certamente, o documento foi escrito por Ângelo Pezzuti, que não só colecionou as denúncias, como procurou deixar claro que não se tratava de casos isolados, ou de arbitrariedades cometidas por algum militar, isoladamente. Era uma política de Estado. Alguém, que se mantém anônimo até hoje, grafou-o cuidadosamente, provavelmente para que não fosse identificada a caligrafia de seu autor, e tratou de enviá-lo para todo mundo.⁷²

Era dirigido ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, órgão do Ministério da Justiça, presidido pelo próprio Ministro, Alfredo Buzaid. Isso foi feito, possivelmente, para garantir a integridade física daqueles que o assinaram. A primeira cópia foi também entregue ao Diretor da Penitenciária de Linhares, com quem os presos mantinham algum diálogo, mas foi extraviada por um sargento do Exército, que o solicitou para leitura.

Descreve em detalhes os episódios envolvendo os militantes do Colina, desde a sua prisão até a detenção em Linhares. Todos os métodos de tortura são apresentados ao público: espancamentos, palmatória, choque elétrico, pau de arara, hidráulica (água no nariz), sufocamentos. O sofrimento de cada um deles é também relatado em minúcias. Os locais onde as torturas eram feitas também são denunciados: Delegacia de Vigilância Social, Delegacia de Furtos e Roubos e o 12º Regimento de Infantaria do Exército.

Apresenta também o nome dos torturadores. Surgem os nomes de Thacyr Sia, velho conhecido dos prisioneiros. Ariosvaldo Horta Haydin Saraiva, Subinspetor Cecildes, Delegado Mário Cândido Saraiva, Delegado Luiz Soares da Rocha, Delegado Lara Rezende, além de outros

⁷² Ângela Pezzuti acredita que o documento foi retirado da penitenciária pelo pai de Murilo e Ângelo Pezzuti, Theofredo Pinto da Silva.



investigadores. Nomeia também os oficiais do Exército que praticavam a tortura sob ordens do Coronel Medeiros: o Capitão Portela, o Tenente Delmenezi, além de um cabo e um sargento.

A AULA DE TORTURA

A parte mais pungente do documento, que alcançou repercussão internacional, foi a descrição em detalhes da aula de tortura em que serviram como cobaias.

Terminado o inquérito em Belo Horizonte, em agosto de 1969, Ângelo Pezzuti da Silva, Murilo Pinto da Silva, Nilo Sérgio Menezes Macedo, Júlio Antônio Bitencourt de Almeida, Afonso Celso Lana Leite e Pedro Paulo Bretas, Maurício Vieira de Paiva e Irani Campos foram enviados para o Quartel da 1ª Companhia da Polícia do Exército, na Guanabara, onde permaneceram por 74 dias, em péssimas acomodações.

Seriam reinquiridos pela participação nos assaltos no Rio de Janeiro. No Rio, por pouco, não morreram. Ângelo chegou a tentar o suicídio, atirando-se por uma janela envidraçada.

É o que relata Ângela Pezzuti, que conseguiu visitar seus sobrinhos presos na Vila Militar, no Rio de Janeiro, após muita luta.

Aí eu fui para uma sala lá, mas acompanhada de um policial. Cheguei lá aí entra o Ângelo e o Murilo. Parecia um campo de concentração. Estavam esqueléticos. Aí, eu trouxe uma maçã para comer no caminho. "Vocês querem?" Eles agarraram a maçã e a devoraram. Eu falei: "Querem um pedaço de chocolate?" E devoraram. E aí o Murilo começou a querer vomitar e o oficial teve que sair com o Murilo. Aí o Ângelo apertou minha mão e

disse: "Tia Ängela, vem ver a gente, vem ver a gente" (PEZZUTI apud LEITE, 2009, p. 3).⁷³

Para o Exército, teriam também outra função.

No dia 8 de outubro, houve, na PE, uma instrução sobre interrogatórios para um grupo de 100 militares, a maioria sargentos das três armas. Antes dessa instrução, Maurício foi submetido a choques "para ver se o aparelho estava funcionando bem", segundo disse o cabo Mendonça [...] À hora da instrução, cerca de 16 horas, os presos Maurício de Paiva, Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto da Silva, Pedro Paulo Bretas, Afonso Celso Lana, Nilo Sérgio, Júlio Antônio, Irany Campos, um ex-sargento da PM e outro preso, conhecido por Zezinho, foram levados para as salas, onde estava se realizando a reunião (DOCUMENTO DE LINHA-RES, 1969, p. 10).

E o documento continua:

Em seguida, fizeram-nos entrar na sala, tirar as roupas e, enquanto o tenente Haylton projetava "slides", explicando a forma de tortura, suas características e os efeitos, os sargentos Andrade, Oliveira, Rossini e Rangel, juntamente com os cabos Mendonça e (ilegível), torturavam os presos frente aos 100 militares, numa demonstração ao vivo dos vários métodos de tortura empregados (DOCUMENTO DE LINHARES, 1969, p. 10).

Maurício de Paiva deixou também o seu relato:

Um sargento segurou-me pelos cabelos, pisando sobre os meus pés com todo o peso do seu corpo. Um soldado atou nos dedos mínimos das minhas mãos as pontas de dois longos fios conectados





⁷³ Ângela Pezzuti relata que conseguiu a transferência dos presos da Vila Militar para Linhares por sugestão do Coronel Medeiros, que a orientou a procurar o Juiz auditor para marcação de audiência de instrução do Processo na IV Auditoria Militar, em Juiz de Fora. A audiência foi marcada e os presos transferidos para Linhares.

a uma maquininha de choques que um cabo firmava à altura do peito [...] Ao mesmo tempo, um companheiro era dependurado no pau de arara, outro colocado de pé sobre duas latas abertas e entre os dedos das mãos de um terceiro foram fixados pequenos pedaços de ferro roliço. Uma imensa palmatória estava nas mãos de um sargento e outra nas de um cabo. Simultaneamente começou a demonstração prática [...] O sargento soltou os meus cabelos e o cabo girou a manivela. Num pulo, soltei os pés que estavam presos sob as botas. O cabo aumentou a velocidade o quanto podia, eu urrei desesperadamente, pulei para todos os lados, caí, levantei-me (PAIVA, 1986, p. 52).

Anos depois, Maurício, exilado em Cuba, encontraria, naquela ilha, o cineasta Costa-Gravas, que colocaria a cena no seu filme *Estado de Sítio*, chocando o mundo. Muita gente que assistiu pensou que a cena tivesse saído da imaginação do autor.

Mas não saiu.

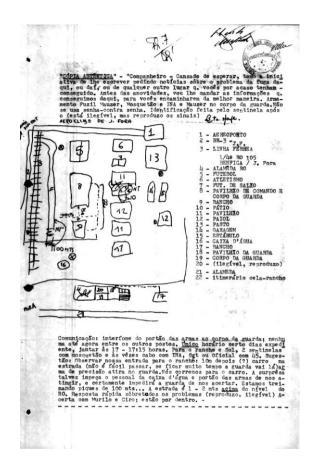
A REPERCUSSÃO DO DOCUMENTO DE LINHARES

Quando o documento foi divulgado, já existiam inúmeras denúncias sobre torturas no Brasil e no exterior, graças ao trabalho de militantes vinculados às Igrejas católica e evangélica. A primeira denúncia foi uma carta, assinada por 30 padres de Minas Gerais, "mandada em julho de 1969 ao episcopado, listando os locais e as técnicas de suplício vigentes nas investigações dos IPMs de Belo Horizonte" (GASPARI, 2004, p. 254).

Era uma resposta à prisão de três padres assuncionistas franceses e um diácono brasileiro, ocorrida em dezembro de 1968. A rapidez das confissões levou à suspeita de que tivessem sido obtidas por tortura, o que uniu toda a cúpula da Igreja na defesa dos religiosos presos.







Abril de 1970. Mapa do Quartel do 1º Grupo do 4º Regimento de Obuses da IV Região Militar de Juiz de Fora. Com a caligrafia de Jorge Nahas, foi apreendido, na residência de Maria do Carmo Brito, no Rio de Janeiro. Fonte — SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Processo 36/70, 1970.





A divulgação dessas denúncias, no país, era impossível, pela censura imposta à imprensa, mas essas informações eram enviadas ao exterior — Europa e Estados Unidos — onde tiveram ampla repercussão. Em dezembro de 1969, foi divulgado um documento assinado por prisioneiras da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, contando, em detalhes, tudo o que passaram. Logo depois, surgiu o documento de Linhares, que foi recebido nos Estados Unidos em março de 1970.

O que torna único o documento de Linhares é a profusão de detalhes: apresenta datas, locais e, principalmente, o nome dos torturadores.

Enquanto as denúncias são genéricas, os torturadores se sentem protegidos. Porém, quando seus nomes aparecem, tudo muda. O risco individual surge como uma hipótese: o próprio documento finaliza, referindo-se ao Manifesto divulgado por todo o país, em 1969, quando do sequestro do embaixador americano, e adverte: "É o aviso que os revolucionários fizeram por ocasião do rapto do embaixador: de que os torturadores devem colocar suas barbas de molho, pois sua hora e sua vez estão por chegar" (DOCUMENTO DE LINHARES, 1969, p. 20).

A partir daí, os torturadores passaram a utilizar nomes falsos nos interrogatórios e a colocar tarjas sobre a sua etiqueta de identificação.

Os presos também sofreram as consequências da divulgação: revistas rigorosas passaram a ser feitas, visitas foram suspensas, e a incomunicabilidade, restabelecida.

Os principais suspeitos foram interrogados sucessivamente, e a pressão sobre aqueles que já duvidavam da sua fé revolucionária aumentou.

As represálias estenderam-se também aos parentes. Era claro que fora por intermédio deles que as denúncias saíram da prisão. Diversas residências foram invadidas. Muitos foram presos, entre eles, Ângela Pezzuti e Ondina Pedrosa Nahas.

É espantosa a coragem e determinação desses militantes, que desafiavam aqueles tempos sombrios, mesmo com as mãos atadas. Não é exagero dizer que, presos, conseguiram mais sucesso na sua luta que quando estavam em liberdade.

Em agosto de 1971, Erwin Duarte e José Raimundo de Oliveira assinaram um documento negando as denúncias que eles próprios assinaram, afirmando tê-las feito por pressão dos colegas de prisão. Era o resultado de anos de pressão e da certeza de que a revolução estava derrotada e a prisão seria longa.

As derrotas cobram preço alto.

A TENTATIVA DE FUGA E A LIBERTAÇÃO DE ALGUNS

Apesar das providências tomadas para evitar novos vazamentos de informações, os militares descobriram, em abril de 1970, na residência de Maria do Carmo Brito, que fora presa no Rio de Janeiro, um mapa completo do Quartel do 1º Grupo do 4º Regimento de Obuses da 4ª RM, em Juiz de Fora. Foi apreendido o documento original, com os comentários sobre o que poderia ser feito para resgate dos presos. Incluía fuzis postados na estrada e fuga enquanto eles eram conduzidos por reduzida escolta ao rancho ou banho de sol. A caligrafia identificou Jorge Nahas como autor do documento, que foi isolado do grupo e submetido a intenso interrogatório.

O Promotor Simeão aproveitou-se da oportunidade para abrir novo processo:

No período anterior a 29 de março de 70, o acusado se achava preso preventivamente no Quartel do 1/4 R0 105 desta cidade, em razão de outro processo que respondia nesta auditoria (processo "COLINA"), tendo para esse quartel sido deslocado, oriundo da Penitenciária de Linhares, em razão do seu comportamento naquela Penitenciária, inclusive, mesmo preso, agindo comuno-subversivamente (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Processo 36/70, 1970, p. 13).

E continua:

No quartel, usando de subterfúgios, dizendo que seus companheiros e ele necessitavam de exercícios físicos, programou e executou, com seus companheiros de prisão, corridas ("piques", como chamaram, de 100 metros), no interior do quartel, exercitando-se, isso sim em velocidade; durante esse tempo pôde, premeditadamente, perceber todos os movimentos internos do quartel, deslocamento dos guardas, horários, localização de partes e seções que não são do conhecimento geral; fez um levantamento total daquele quartel; desenhou-o acrescido de informes de disposições internas e informações sigilosas, inclusive tanto um completo plano de fuga quanto um plano de assalto àquele quartel... (SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Processo 36/70, 1970, p. 13).

Para sorte dele e, certamente, para os seus carcereiros, que permitiram esse deslize, seu nome, juntamente com o de Ângelo Pezzuti, Marco Antônio Azevedo Meyer, Murilo Pinto da Silva e Maurício Vieira de Paiva, foi colocado na lista dos presos que foram libertados pelo sequestro do embaixador alemão, Von Holleben, ocorrido em julho de 1970, em plena Copa do Mundo de futebol, que deu o tricampeonato ao Brasil.⁷⁴

Quatro dias depois, estavam a caminho do Chile e da



⁷⁴ Sobre o sequestro do embaixador alemão, ver Capítulo XXII.



Julho de 1970. Jorge Nahas, algemado, pouco antes de embarcar rumo ao exílio. Fonte – Acervo *Jornal Estado de Minas*.





Argélia. Em dezembro de 1970, o sequestro do embaixador suíço rendeu a liberdade para Afonso Celso Lana Leite, Carmela Pezzuti, Irani Campos, Júlio Bittencourt de Almeida, Pedro Paulo Bretas e Reinaldo Jose de Melo.⁷⁵

Onze dos 27 militantes indiciados no IPM do Coronel Medeiros foram libertados por seus companheiros nos sequestros dos embaixadores.

Alguém, lá fora, se preocupava com seus companheiros e arriscava a vida por eles.

Para os que partiam, começava o exílio político. Iniciavase uma nova vida de privações, incertezas, dúvidas, fugas e tentativas de reconstrução das suas vidas.

Só retornariam ao Brasil 10 longos anos mais tarde, com a promulgação da Anistia.

Uma época se encerrava, outra começava.







CAPÍTULO XXII

O fim e o começo

Depois da queda da Rua Atacarambu, toda a estrutura da organização em Minas desabou. Aqueles que não foram presos foram obrigados a cair na clandestinidade. Alguns preferiram o exílio. Outros se refugiaram em casa de parentes, amigos ou no interior do Estado.

Mas ainda restava muita energia. A maioria dos militantes não fora presa. Apolo, Juares Guimarães, Maria do Carmo Brito, Inês Etienne Romeu e Carlos Alberto Soares de Freitas, os veteranos do Colina, conseguiram escapar, e o mais importante: a organização permaneceu intacta no Rio de Janeiro. No Rio, o Colina fora articulado por Juares Guimarães e Maria do Carmo Brito, a partir dos ex-sargentos brizolistas. O grupo não tinha a mesma expressão social que o Colina em Minas, mas contava com integrantes experientes e chegou a realizar pelo menos três assaltos em 1969, todos coordenados por Juares Guimarães Brito.⁷⁶

O primeiro e complicado movimento era transferir para o Rio os militantes procurados pela polícia. A cidade se encheu de mineiros perdidos, que eram conhecidos como "deslocados".

Boa parte deles, entre os quais o autor deste livro, foi recebida carinhosamente por Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dodora, mineira, estudante de Medicina, também clandestina, que orientava seus conterrâneos nos primeiros



⁷⁶ Foram assaltados os bancos Banco Andrade Arnauld, Banco Mercantil de Niterói e a União de Bancos Brasileiros, todos no primeiro semestre de 1969.

passos da sua nova vida. Os "deslocados" eram alocados em casas alugadas, espalhadas por toda a cidade. A organização fornecia também documentos falsos e uma ajuda financeira para despesas com alimentação e transporte.

A vida de clandestino exigia cuidados. Ninguém podia estudar ou trabalhar para não ser localizado pela polícia. Para não levantar suspeitas, os militantes tinham que se levantar cedo e ficar o dia inteiro perambulando pela cidade. Assistir, duas a três vezes, à mesma sessão de cinema, caminhar pelo centro, tomar ônibus sem destino, frequentar bibliotecas públicas, como se fosse um pesquisador, portar uma pasta como se fosse um vendedor, manter o menor contato possível com os vizinhos, tudo isso fazia parte da rotina. Qualquer deslize poderia ser fatal.

A própria Dodora acabaria sendo presa em novembro de 1969, junto a Antônio Roberto Spinoza e Chael Charles Schreier, por denúncia dos vizinhos, que segredaram à polícia suas suspeitas. Alguns anos depois, Dodora cometeria suicídio, jogando-se debaixo de um metrô na Alemanha.

A RETOMADA

As quedas não ensejaram nenhuma autocrítica do grupo. Eram ossos do ofício e havia possibilidades animadoras. Recomeçar, fazer tudo de novo, era a palavra de ordem.

São acelerados os contatos com dois grupos cariocas: o Núcleo Marxista-Leninista, originário da AP, e com a Dissidência da Dissidência do Partidão (DDD), liderada por Jorge Eduardo Saavedra Durão, o Cláudio. Os dois grupos se integram ao ex-Colina.

No Rio Grande do Sul, um grupo independente, tendo à frente Carlos Franklin Paixão de Araújo, intensifica as





relações que já vinham sendo mantidas com a direção do Colina e acaba por unir-se a ela. O mesmo aconteceria com núcleos regionais de Goiás, Bahia e Pernambuco.

Em seguida, uma nova direção é eleita:

Em abril de 1969, o grupo faz, na cidade fluminense de Teresópolis, o encontro que formaliza a O. PONTINHO como organização ampliada. Desse encontro, sai uma nova direção, formada por Beto, Dilma, Maria do Carmo, Juares, Herbert Daniel, Carlos Araújo e Carlos Brasil (CHACEL, 2012, p. 75).

Logo após o encontro, ao final de maio, uma nova onda de quedas assalta o Colina, agora no Rio de Janeiro.

Fausto Machado Freire, que era funcionário do MEC, e o mineiro Marco Antônio Azevedo Meyer foram surpreendidos pela polícia ao tentarem expropriar um veículo. Marco Antônio é logo preso, pois tropeçou e deixou cair a sua arma. Fausto Freire resiste à prisão e só é detido após manter cerrado tiroteio com a polícia.

Imediatamente, é feita a conexão dos dois com as quedas do Colina, em Minas Gerais. Marco Antônio já havia sido preso sucessivas vezes em Belo Horizonte e foi para a Guanabara, após ter sido perseguido à bala pelas ruas de Belo Horizonte, por um comando clandestino. Seu vínculo com o Colina já estava estabelecido e constava do Inquérito do Coronel Medeiros.

As prisões se sucedem e logo são levantados os nomes de Antônio Matias Zacarias, Walter Fernandes Araújo, Valdívio de Almeida, José Alves da Silva, Paulo César Huebra de Souza, Roil Noronha Soares, Francisco Pereira da Silva Medeiros, Carlos Minc Baumfeld, Clênia Machado, Fernando Goldfarb, Luiz Márcio Guerra, Mauro Fernando de Souza, Wellington Ferreira Diniz, Zenaide Machado,





Severino Beatriz da Silva e José Roberto Monteiro.⁷⁷ Sob intensa pressão, o Colina procura dar dois passos que, pensava a sua direção, seriam decisivos.

A FUSÃO COM A VPR

O primeiro deles era a fusão com a VPR, com quem o Colina se encontrava e dialogava já há algum tempo. A VPR, baseada em São Paulo, era também originária da Polop. Abrigara ex-militantes do MNR, deserdados por Brizola, e recebera a adesão do grupo de secundaristas de Osasco, entre os quais se destacavam Antônio Roberto Espinosa, José Ibrahim, Zequinha Barreto e Roque Aparecido da Silva.

O grupo dirigira a greve de julho de 68, movimento importante, com conflitos violentos entre as forças policiais e os operários da Cobrasma, liderado por Zequinha Barreto.

A dissidência paulista do PCB, formada por militantes experientes, também veio a se somar à nova organização, que se denominaria VPR em dezembro de 1968.



⁷⁷ Pelos dados do projeto "Brasil Nunca Mais", 55 pessoas foram processadas por pertencer ao Colina, sendo três processos em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro. O número de militantes que o grupo chegou a ter é bem maior. Não constava nos processos citados acima nomes como o de João Lucas Alves, João Anunciato dos Reis, Carlos Piñon e Pitágoras Machado, presos antes das quedas da Rua Atacarambu. Além disso, um grande número de militantes fugiu de Minas Gerais, indo para outros estados e, ao serem presos, foram processados como pertencentes à VAR-Palmares ou à VPR, organizações herdeiras do grupo mineiro. Militantes conhecidos e expressivos do Colina, como Athos Magno da Costa e Silva, João Batista dos Mares Guia, José Aníbal de Peres Pontes, Maria do Carmo Brito, Inês Etienne Romeu, Juares Guimarães e Vera Lígia Huebra, não aparecem na lista por essa razão. Segundo alguns depoimentos, entre militantes e simpatizantes, o Colina chegou a contar com mais de 200 membros.

Embora contasse com a experiência e cultura de militantes como Fernando Mesquita e Antônio Espinosa, o grupo era controlado realmente por Onofre Pinto, ex-sargento, praticamente destituído de formação política. Contava com 200 militantes, 50 deles em tempo integral. Realizara diversas ações militares ao longo de 1968, mas não sofrera quedas naquele ano.

Sua principal ação seria realizada logo no início de 1969 e tinha tudo para se tornar a mais espetacular ação guerrilheira já realizada no Brasil. Teria duas partes distintas. A primeira delas seria realizada pela base militar do grupo localizada no Quarto Regimento de Infantaria, em Quitaúna, próximo à cidade de São Paulo. A base contava com o capitão Carlos Lamarca, o cabo José Mariane e o soldado Carlos Roberto Zanirato, que vinham fornecendo armas leves à VPR há algum tempo.

No dia 26 de janeiro de 1969, Lamarca e seus comandados roubariam tudo o que pudessem do Quartel: mais de 500 fuzis, morteiros, granadas, munição. Sairiam em um caminhão pintado com as cores do Exército, que estava sendo preparado pela VPR em uma chácara em Ibiti, no município de Itapecerica da Serra.

Do Quartel iriam direto para a Guerra de Guerrilhas, no Pará, que estaria sendo preparada pela VPR.

A outra parte da ação caberia à VPR. No mesmo dia em que Lamarca se retirasse do Quartel, a Organização bombardearia o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, o QG do II Exército e a Academia de Polícia.

Tudo deu errado. Três dias antes da data marcada, o caminhão foi descoberto, e, no local, foram presos quatro militantes, entre os quais Hermes Camargo Batista, exparaquedista, que não só se tornou delator como ajudou a orientar os interrogatórios dos prisioneiros.



Hermes conhecia toda a estrutura da organização e o precioso segredo envolvendo o capitão do II Exército. Pressentindo o perigo, Lamarca abandona o Quartel em uma Kombi, levando mais de 50 fuzis FAL e alguma munição.

A ação planejada pela VPR reduziu-se à deserção de Lamarca e seus companheiros.

A polícia consegue desbaratar boa parte da organização, realizando diversas prisões, entre as quais a do seu comandante, Onofre Pinto. Toda a estrutura da VPR é revelada e a polícia passa a conhecer o nome da maioria dos seus militantes. A maioria é obrigada a passar à clandestinidade, tornando muito dispendioso o custeio do grupo.

Mesmo que tivesse sido bem-sucedida, a ação não passaria de um episódio isolado, sem condições de sustentar-se no médio prazo. O movimento não se assemelhava a um levante militar, como ocorrera em 1935, na Intentona Comunista.⁷⁸ Não se tratava de tomar um Quartel, mobilizar tropas e provocar combates armados.

A adesão à guerrilha também não iria acontecer, já que o foco guerrilheiro da VPR ainda estava sendo planejado. Não havia movimento guerrilheiro já em atividade que desse uma continuidade armada à ação planejada pela VPR.

Fora uma informação errada repassada por Onofre Pinto a Lamarca. Mas, independentemente dos exageros de Onofre, tudo indica que Lamarca abandonaria o Exército para se juntar às organizações armadas, havendo ou não foco guerrilheiro.

Além de desarticular a VPR, seu único efeito prático foi apressar a unificação dos órgãos repressivos e levar à

⁷⁸ A Intentona Comunista foi uma revolta militar organizada pela ANL, liderada pelo PCB, ocorrida em novembro de 1935, que pretendia derrubar o governo Vargas. Durou três dias, toda a base militar do PCB foi desbaratada e muitos foram presos, inclusive Luiz Carlos Prestes.

organização da Operação Bandeirantes em São Paulo, que reuniria a Polícia Civil, o Exército e o empresariado paulista no combate aos grupos de esquerda.

Esfacelados, com boa parte dos quadros em clandestinidade, vivendo toda a tensão da perseguição policial, os dois grupos reúnem suas direções em dois finais de semana, nos meses de junho e julho de 1969. Pelo ex-Colina, agora chamada de O., negocia a nova direção eleita no início do ano. Pela VPR sentam-se à mesa Carlos Lamarca, Antônio Espinosa, Cláudio de Souza Ribeiro, Fernando Mesquita e Chizuo Osawa, o Mário Japa.

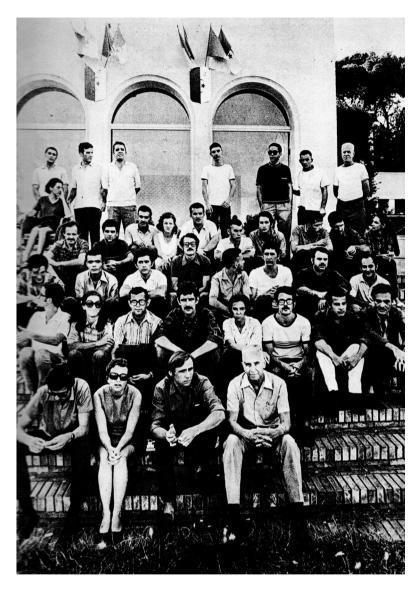
As organizações se fundem, em torno de pontos que eram considerados essenciais: o caráter socialista da Revolução Brasileira, a centralidade da luta armada na estratégia revolucionária, a importância de adaptação da teoria do foco guerrilheiro para a realidade brasileira, que seria transformado em colunas móveis, seja lá o que isso significasse para cada uma das organizações.

Dos encontros, sai o nome da nova organização — VAR-Palmares — e a sua direção provisória, composta por Lamarca, Espinosa, Cláudio Marinheiro, pela VPR, e Maria do Carmo, Juares Guimarães Brito e Carlos Araújo, pelo antigo Colina.

A VAR chegou a contar com mais de 300 militantes, sendo, provavelmente, o grupo armado mais numeroso, atrás da ALN e do PC do B.

Porém, os vínculos de confiança entre os militantes inexistiam. Fora um processo apressado, empurrado por alguns militantes das direções dos dois grupos. A consolidação da unidade política interna da nova organização ainda não acontecera.

Dez dias depois do encontro, a nova organização parte para um passo decisivo.



Julho de 1970. A chegada ao exílio. Os 40 presos políticos libertados em consequência do sequestro do embaixador alemão chegam à Argélia. Nas primeiras fileiras estão Maria do Carmo Brito, Ângelo Pezzuti, Marco Antônio Meyer e o casal Jorge e Maria José. Fonte — Foto cedida por Maria José Carvalho Nahas.





A GRANDE AÇÃO

A grande ação da VAR foi o roubo de um dos cofres em que o ex-governador paulista, Ademar de Barros, guardava dinheiro de propinas recebidas. Ademar fora eleito três vezes governador de São Paulo e era conhecido pelo *slogan* "rouba, mas faz". Ana Capriglioni, amante do exgovernador paulista, conhecida pelo codinome de Dr. Rui, era depositária desses valores, os quais distribuía em diversos cofres espalhados pelo Rio de Janeiro.

Por intermédio de um sobrinho de Dr. Rui, Gustavo Buarque Schiller, a VAR ficou sabendo que um desses cofres estava em um armário, no segundo andar de uma mansão localizada no morro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. Na tarde de 18 de julho, um comando da VAR subiu as ladeiras e chegou à mansão em duas camionetes, identificando-se como agentes da Polícia Federal, em busca de material subversivo. Um grupo subiu até o segundo andar atrás do cofre enquanto o outro furava os pneus dos carros guardados na garagem, desligava os telefones e amarrava os moradores e criados.

De acordo com o plano, o cofre deveria ser levado até a camionete em um carrinho, mas rolou escada abaixo e foi levado para um aparelho em Jacarepaguá.

A ação durou ao todo 28 minutos e foi coordenada por Juares Guimarães Brito, o Juvenal. Quando o cofre foi aberto, descobriram que lá havia nada menos que 2,6 milhões de dólares. Em valores de hoje, alcançam a cifra de 57 milhões de reais. "Tinham acabado de dar o maior golpe da história do terrorismo mundial" (GASPARI, 2002b, p. 54). Em um só lance, coletou-se o equivalente a cinco vezes a renda de todos os 41 assaltos realizados no país, pelos grupos de esquerda, desde dezembro de 1967 (GASPARI, 2002b).



Ana Capriglioni informou à polícia que o cofre roubado estava vazio e não revelou o montante dos recursos que passaram à mão dos grupos guerrilheiros. A polícia não acreditou na versão de Ana e o vínculo entre o assalto e as organizações de esquerda logo foi estabelecido. A busca pelos dólares acabou por atiçar a cobiça dos aparatos legais e clandestinos da repressão, tornando ainda mais intensa a perseguição aos militantes da VPR e da VAR.

Maria do Carmo Brito relata que

[...] vinha gente de todo o lado atrás do dinheiro do cofre. Até o Comando Militar da Amazônia mandou representantes. Os militares diziam: "Tanta gente já morreu por causa desse dinheiro... se você falar, menos gente vai morrer". E pior. Um dos militares fez a ela a seguinte proposta: "Vamos rachar a grana?" (VIANNA, 2003, p. 91).

Porém, o dinheiro não trouxe felicidade à nova organização. Serviu para alimentar um sentimento de autossuficiência daqueles que se denominavam foquistas, propensos a organizar a luta armada no campo sem mais delongas, independentemente de qualquer presença no movimento de massas, pelo menos naquele momento.

Os recursos financeiros surgiam como a solução para todos os problemas enfrentados. Com dinheiro na mão, o foco se tornaria uma realidade como que por milagre.

As divergências internas da VAR, que já eram latentes, acabariam por se agudizar, o que levaria à cisão daquela organização.

Caso essa ação houvesse sido realizada anteriormente, é provável que o Colina e a VPR não tivessem necessidade de realizar os assaltos. Eles foram realizados quando os grupos ainda estavam na sua infância, possuíam pouca experiência militar e sua base logística era ainda muito precária.

Serviram para dar aos grupos uma sensação de onipotência, pela impunidade inicial que lograram, passando a ilusão de que a luta armada, mesmo descolada de bases sociais e realizada à revelia e longe do movimento de massas, era o caminho acertado para alcançar o poder.

Essa última ação só serviu para acirrar as divergências latentes dentro da VAR-Palmares e acelerar o fim daquela organização.

A CISÃO DA VAR E A RECRIAÇÃO DA VPR

Dois meses após a ação, o grupo realiza seu Congresso em Teresópolis, no Rio de Janeiro, sob grande tensão, já que a maioria dos militantes presentes era foragida.

Um esquema de guerra foi montado para receber os 36 delegados da VAR-Palmares. A estrutura de segurança começava na estrada Rio-Petrópolis, com militantes armados de metralhadoras e radiocomunicadores [...] O aparato de guerra se justificava. Ali estaria boa parte dos terroristas procurados pela repressão", entre eles, Carlos Lamarca (CARDOSO, 2001, p. 90).

O Congresso duraria um mês e o ardor revolucionário predominou sobre a racionalidade dos debates. A análise da correlação de forças, a reestruturação do aparelho repressivo, o grande acervo de informações que a polícia já formara a respeito dos dois grupos, o refluxo do movimento de massas, o próprio crescimento econômico do país não povoavam o pensamento dos militantes.

O divisor de águas era simples: quem queria "ir para o pau" imediatamente e organizar a guerrilha e aqueles que procuravam mediar essa intenção com a realização de trabalho de massas.

Para os foquistas, os massistas não passavam de um bando de "bundas-moles", que negavam o foco guerrilheiro no campo e insistiam na velha punheta ideológica de seduzir os operários e estudantes, com aquele papo interminável de "frente de massas". Os massistas também tinham perdido a paciência. Dilma Rousseff surpreendera a todos os delegados ao interromper um discurso de Carlos Lamarca, chamando a atenção para a fragilidade das suas ideias e a falta de densidade política dos foquistas. Foi chamada de "bunda-mole". A guerra estava declarada (CARDO-SO, 2001, p. 94).

Boa parte dos militantes da antiga VPR e alguns militantes do Colina consideravam desnecessário o chamado "trabalho de massas" naquele momento. Achavam impossível sua viabilização e consideravam que, após a deflagração da luta armada, as massas se aglutinariam em torno da guerra de guerrilhas. Mais do que isso: o trabalho de massas desviaria recursos do objetivo principal, que era organizar a guerrilha. O número de militantes clandestinos era também um problema a ser resolvido. Estes não tinham mais inserção na sociedade. Viviam isolados e a solução proposta era simples: mandar todo mundo combater na guerrilha.

Durante o Congresso, ocorrem dois fatos que marcaram definitivamente os debates. O primeiro deles foi o impedimento do ditador Costa e Silva, que fora acometido de uma trombose cerebral. O vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de tomar posse, e o país passou a ser governado por uma Junta Militar, composta pelos Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O segundo foi o sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, ocorrido em 04 de setembro de 1969, em plena semana da pátria.

Os sequestradores exigiam a libertação de 15 presos políticos e a leitura, em cadeia nacional de rádio e televisão, do Manifesto que enviaram à redação dos jornais. O sequestro





foi planejado pelos militantes da Dissidência da Guanabara, com a participação de Daniel Aarão Reis Filho, Franklin Martins e Cláudio Torres. Contou também com a participação da ALN, que cedeu para a operação Virgílio Gomes da Silva, Joaquim Câmara Ferreira, Manoel Ciryllo de Oliveira e Paulo de Tarso Venceslau.

Foi uma ação espetacular, que humilhou os militares, que não tardariam a retaliar.

A força e a organização da esquerda estavam muito abaixo do que o sequestro deixava transparecer. Aos olhos da sociedade, parecia haver um poder alternativo aos militares, capaz de desafiar o poder da ditadura. Nada mais fora da realidade.

Porém, no Congresso da VAR, soaria como um alarme. Outros grupos estavam "partindo para o pau", organizando a guerrilha, passando à frente da VAR, como pensavam os mais radicais.

O resultado foi a consolidação da decisão já tomada por alguns para a cisão do grupo. Parte da VAR-Palmares retirase, passando a adotar o antigo nome de VPR. Houve uma troca de substância entre as duas organizações. Militantes da antiga VPR permanecem na VAR, como Antônio Espinosa, Fernando Mesquita, José Campos Barreto. Por outro lado, parte dos militantes do antigo Colina segue com a VPR refundada, como Maria do Carmo, Juares Guimarães Brito, Herbert Eustáquio de Carvalho, Fernando Pimentel e Inês Etienne Romeu.

OS SEQUESTROS

A partir desses acontecimentos, a história do Colina se perde. As duas organizações tomam caminhos diferentes, sendo ambas rapidamente aniquiladas. O foco guerrilheiro nunca existiu. Com poucos militantes, infiltradas por agentes policiais, as duas passam a dedicar-se à própria sobrevivência, realizando ações para provimento de fundos para a sustentação, fuga ou libertação de militantes presos: assaltos, sequestro de aviões para fuga ao exterior, de embaixadores para libertação de seus companheiros.

A VPR era determinada e, mesmo muito ferida, chegou a realizar ações importantes.

A nova organização tinha como prioridade absoluta o foco guerrilheiro. Enquanto este não se concretizava, a VPR instalou uma área de treinamento no Vale da Ribeira, região ao sul de São Paulo, comandada por Carlos Lamarca.

Ribeira oferecia à VPR algumas vantagens práticas. Era uma área próxima das cidades onde tinha o grosso dos seus efetivos. Era uma vasta região de floresta, bastante acidentada, ralamente povoada. Em Ribeira, havia também muita caça, e alguns militantes conheciam a área por terem nela caçado (DANIEL, 1982, p. 53).

A área era tão sigilosa que, quando Chizuo Ozawa, o Mário Japa, foi preso no início de 1970, o cônsul japonês, em São Paulo, Nobuo Oguchi, foi sequestrado para libertálo e preservar o segredo do Vale da Ribeira.

Em seguida, caem Celso Lungareti, Maria do Carmo Brito e Juares Guimarães, que se suicida. Maria do Carmo é barbaramente torturada para revelar o destino de Lamarca.

"Logo, logo, muito antes de dar sequência ao seu plano de constituição, a VPR foi desmantelada, ou quase", relata Herbert (DANIEL, 1982, p. 53). Em abril de 1970, os mais experimentados quadros urbanos foram presos, ou mortos. O campo de treinamento de Ribeira foi localizado e cercado.

Uma grande operação militar é montada para capturar os guerrilheiros da VPR.

Foram lançados 1.500 homens sobre o Vale. Fecharam-se as estradas, prenderam-se 120 pessoas, varreu-se a serra com helicópteros, e bombardeou-se a floresta. Os guerrilheiros eram 17, e Lamarca, já informado do perigo, desativara as duas bases. Oito foram embora de ônibus misturando-se à população (GASPARI, 2002b, p. 196).

Herbert Daniel, que era dotado de um grande instinto de sobrevivência, estava nesse primeiro grupo, que se retirou do Vale da Ribeira enganando o Exército. Em meados de 1970, restavam pouco mais de 20 militantes da VPR no Rio de Janeiro e que tentavam se rearticular.

Àquela altura, as organizações de esquerda estavam completamente isoladas da sociedade. Seus principais quadros eram clandestinos e simplesmente não havia como recrutar novos militantes. A clandestinidade retirara os militantes do convívio social. Havia cartazes espalhados com retratos em pontos-chave das cidades. Muitos cidadãos, por medo, afinidade com a ditadura ou enganados pela propaganda governamental, colaboravam com o regime e ofereciam denúncias espontâneas aos órgãos repressivos.

A base de apoio, composta por amigos, simpatizantes, parentes, colegas de movimento estudantil, estava assustada demais com as prisões, as mortes, as torturas e distanciara-se completamente.

Não havia como recrutar novos membros. Uma possível saída seria libertar aqueles que estavam presos, para engrossar novamente as frentes de luta. Já havia mais de 500 espalhados por todo o Brasil.





Queríamos realmente soltar nossos companheiros e este era realmente o objetivo fundamental da ação. Considerávamos que eles eram os melhores dentre nós e que, liberados, podiam começar a militar no exterior para melhorar nossa situação — e principalmente voltar depois de uma boa preparação (DANIEL, 1982, p. 57).

Realizavam-se, portanto, ações defensivas. Não tinham o colorido político que envolvera o sequestro do embaixador americano. Eram voltadas para a sobrevivência do próprio grupo.

O plano do sequestro do embaixador alemão já era do conhecimento da polícia, pois tinha sido capturado na residência de Maria do Carmo Brito, a Lia.

Exatamente por isso, a VPR resolveu realizá-lo. Como os planos tinham caído, a polícia deveria pensar que a VPR os teria abandonado.

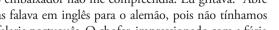
Ehrenfried Von Holleben foi sequestrado em junho de 1970, em plena Copa do Mundo, da qual o Brasil sairia tricampeão mundial. Dele participaram, entre outros, Carlos Lamarca, Herbert Daniel, Eduardo Leite, o Bacuri, e Sônia Lafoz. O carro do embaixador e o da sua segurança foram abalroados e, logo em seguida, cobertos por rajadas sucessivas de metralhadora.

O guarda-costas do embaixador tentou reagir e foi morto com um tiro no peito. Os moradores e vizinhos acharam que os tiros eram foguetes para comemorar os resultados da Copa.

Uma vizinha que acompanhava a cena, pensando tratarse de um acidente banal de trânsito, gritou: "Socorro! Eles ficaram doidos! Foi só um acidente. Não é preciso atirar por causa disso."

O chofer do embaixador não me compreendia. Eu gritava: "Abre a porta", mas falava em inglês para o alemão, pois não tínhamos certeza que falaria português. O chofer, impressionado com a fúria





que se interpretava, me respondia em belo e bom idioma pátrio: "Não me mate. Eu tenho filhos, família" (DANIEL, 1982, p. 102).

Apesar da dramaticidade do acontecimento, ele teve seus momentos de humor.

"Algum engraçadinho escreveu cartas anônimas aos jornais, reivindicando o sequestro e impondo como condição à libertação do embaixador que a Alemanha perdesse o jogo com o Brasil", relata Herbert Daniel (1982, p. 103), que afirma ainda que os militantes discutiram futebol antes, durante e depois do sequestro do alemão.

Os sequestradores exigiram a libertação de 40 presos. O Governo aceitou e os presos foram embarcados para a Argélia. Entre o tiroteio e o embarque dos presos políticos para a Argélia se passaram quatro dias.

Maria do Carmo Brito, que estava presa, recebeu a notícia do major Gomes Carneiro e relata sua surpresa ao ouvi-lo dizer:

"Olha, como você não fala palavrão, é uma mulher direita, eu vou lhe contar: houve um sequestro, e você vai ser solta" [...] Não pode ser, a organização não tem mais capacidade operacional para fazer nada, não pode ser, pensei. E não podia mesmo. Inês, Daniel, eles fizeram o sequestro só de raiva, de amizade por nós. Não foi apenas um ato político. Foi um ato de amizade [...] Acho muito difícil, respondeu Maria do Carmo. Em todo caso, se é que houve, vocês vão fuzilar todos nós (VIANNA. 2003, p. 100).

A desestruturação do grupo era tão evidente que Holleben despediu-se com uma constatação: "Pensei que vocês estivessem melhor organizados."

No segundo semestre de 1970, já era claro que a esquerda fora derrotada e que dela pouco restava. Apesar disso, os militantes remanescentes da VPR conseguem se reestruturar. Eram poucos, mas corajosos.





Mesmo em condições extremas, sequestram o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em uma ação comandada diretamente pelo ex-capitão Lamarca.

O embaixador suíço foi mais fácil de carregar que o alemão. Ele era baixotinho, como eu, por isso tive que fazer menos força e gritei menos. Mesmo assim, enquanto o extraía do carro, pois se entalara entre os bancos, fez força para voltar. Imobilizei-o, ameaçando. Ele se acalmou: "É só para pegar os meus cigarros." Fumava cigarros ingleses, especialmente fabricados para ele e não queria privar-se nem naquele momento (DANIEL, 1982, p. 115).

Foi exigida a libertação de 70 presos, a divulgação de um manifesto, o congelamento geral dos preços por 80 dias e roletas livres nas estações de trem do Rio de Janeiro.

Dessa vez, o Governo regateou. Não aceitou libertar presos envolvidos em sequestros ou crimes de sangue e descartou o atendimento das demais exigências.

Seguiu-se um mês de negociações e, por fim, 70 presos foram libertados e conduzidos ao Chile, onde o socialista Salvador Allende fora eleito presidente da República.

OS BRAÇOS LONGOS DA AMIZADE

Nesses dois sequestros,⁷⁹ foram libertados 17 militantes do Colina: Ângelo Pezzuti, Murilo Pinto da Silva, Maurício Vieira de Paiva, Jorge Nahas, Maria José de Carvalho Nahas, Marco Antônio Meyer, Fausto Machado Freire, Carlos Minc,





⁷⁹ Foram realizados pelos grupos armados quatro sequestros. O primeiro, em setembro de 1969, quando foi sequestrado o embaixador americano Charles Burke Helbrick. Além dos dois citados neste capítulo, foi sequestrado, em São Paulo, no início de 1970, o cônsul japonês Nobuo Oguchi. Houve ainda a tentativa de sequestro do cônsul americano Curtis Cutter, em Porto Alegre. Ao todo, foram libertados 130 presos.

Reinaldo José de Melo, Júlio Antônio Bitencourt, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Maria do Carmo Brito, Wellington Ferreira Diniz, Afonso Celso Lana Leite, Pedro Paulo Bretas, Irani Campos e Carmela Pezzuti. Quatorze deles eram mineiros.

Foi um profundo gesto de companheirismo e amizade, certamente determinado pelo mineiro e ex-militante do Colina, Herbert Daniel, que participou dos dois sequestros. Herbert, mineiro, estudante de Medicina, era profundamente ligado emocionalmente aos seus companheiros do Colina. Intelectual, crítico de cinema, redigia crônicas que iam ao ar pela Rádio Inconfidência, quando morava em BH. Seu pai era oficial da PM e participava de um programa de humor transmitido pela mesma emissora. Sua mãe, Dona Geni, é viva até hoje e muito orgulhosa do filho, Dete, que é seu apelido familiar.

Herbert participou de dois assaltos em Minas, da fuga no Vale da Ribeira, do sequestro dos dois embaixadores e ainda conseguiu fugir do país sem ser preso. Com a mesma coragem, defendeu que a continuidade da luta armada era suicídio e inútil, mesmo com a incompreensão dos seus companheiros de organização, que, do exílio, achavam sua decisão um ato de covardia e o condenaram à morte.

Saiu do Brasil pela fronteira argentina, portando "passaportes falsos porém honestos", como disse.

Para ele, o exílio foi mais prolongado porque ficou de fora da Lei da Anistia, pelo seu envolvimento em ações armadas que redundaram em morte.

Voltou ao Brasil uma pessoa amável, que escondia o homem extraordinário e corajoso que foi. Contra quase todos, assumiu a defesa da sua sexualidade com integridade e coragem, e com os títulos de guerrilheiro da Ribeira, sequestrador de embaixador e clandestino até o exílio.

A aids o levou.



CAPÍTULO XXIII

A anistia

A desarticulação do Colina em Minas, em janeiro de 1969, marcaria o início de uma nova era.

A queda da inflação, o aumento do nível de emprego, o crescimento econômico e a expansão do consumo levaram a população à completa indiferença em relação aos rumos políticos do país. Era a época de ouro da ditadura militar, o período do chamado milagre econômico brasileiro, que perduraria até metade da década.

Ao final daquele ano, a derrota da esquerda já era certa. A queda do Colina foi o prenúncio de um implacável processo de destruição. Ao final de 1970, pouco restava da VPR, da ALN, do MR-8, da VAR-Palmares, da Ala Vermelha, do PRT, enfim, daqueles que levaram até às últimas consequências seu posicionamento político. Boa parte dos militantes estava presa, condenada de maneira sumária pelos tribunais militares. O exílio foi o destino de muitos. Alguns partiram voluntariamente, esperando melhores dias para retornar ao Brasil. Os 130 militantes libertados pelos sequestros dos embaixadores ocorridos nos anos 1967 e 1969 foram banidos do país, tiveram sua cidadania cassada pela ditadura e vagaram por anos no exterior, em busca de asilo político, documentos de identidade, trabalho, estudo.

Os sobreviventes, aqueles cujos nomes não chegaram aos ouvidos do aparelho repressivo, retornaram à sua vida normal. Alguns, lenta e sorrateiramente, iniciaram a organização de novos círculos políticos, que passaram a atuar de maneira discreta em sindicatos, jornais independentes e entidades estudantis.





A guerrilha do Araguaia, ocorrida nos anos 1973-1974, ocorre em um momento em que já não havia possibilidade de apoio e até mesmo divulgação do movimento nas cidades. Seu massacre ocorreu de forma quase anônima para os brasileiros.

As razões para a existência da ditadura militar começavam a se esgotar. O país modernizara-se notavelmente. O Brasil já somava 110 milhões de habitantes, sendo que mais de 60% destes habitavam as grandes cidades. A classe média e os assalariados urbanos constituíam a maioria da população e do eleitorado, enterrando o passado político anterior a 1964, quando os rincões do interior forneciam o voto de cabresto, capaz de perpetuar no poder antigas oligarquias agrárias.

Em dez anos de regime militar, o país tinha mudado. E muito. Deixara de ser um país rural, surgindo grandes cidades e algumas metrópoles; a expansão da televisão criou novos hábitos e alterou as relações de sociabilidade; cresceu a classe média e também a classe operária (VILLA, 2014, p. 224).

Já não havia razões para manutenção de um aparato repressivo poderoso e fora do controle do próprio Governo.

Por outro lado, a principal base de sustentação do regime, o milagre econômico, dava seus primeiros sinais de esgotamento. Fatores externos, como a elevação do preço internacional do petróleo, começavam a desestabilizar a economia brasileira. A inflação, o desemprego, a crise, a estagnação econômica poderiam voltar, como, de fato, voltaram.

Era preciso corrigir os rumos do regime militar. O receio de uma ruptura política, como ocorrera, à época, na Grécia e em Portugal, começava a surgir.



Manifestação pela anistia na Faculdade de Direito da UFMG, em 1978. A faixa colocada reivindica a libertação dos presos políticos. Fonte — Acervo Marcelo Pinheiro.



O INÍCIO DA ABERTURA POLÍTICA

Ernesto Geisel, ao tomar posse, em 1974, dá os primeiros sinais da necessidade de mudança da postura dos militares em relação ao poder e à sociedade. Passa a falar em "distensão", "lenta, gradual e segura", cujo passo final seria a devolução do poder aos civis. A confusão entre Exército e Governo não poderia durar. Os comandantes regionais daquela corporação se sentiam imbuídos de completa autoridade para exercer regionalmente o poder, como se fossem verdadeiros senhores feudais, baseando sua autoridade no temor imposto pelo aparelho repressivo.

As eleições de 1974 revelaram aos militares mais lúcidos a enorme diversidade social e cultural que o país abrigava. Foram limitadas ao Legislativo e à renovação de um terço do Senado. Mesmo assim, o MDB saiu vencedor em 16 estados, entre os quais Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁸⁰

A Arena venceu em apenas seis estados, entre eles, o Maranhão, onde o MDB não lançara candidato.

A reação dos militares contrários à abertura política foi imediata. Puseram-se a perseguir o que restava da esquerda,





⁸⁰ Em Minas, aconteceu um fato pitoresco. A propaganda eleitoral era realizada ao vivo, com a participação de um representante da Justiça Eleitoral. O candidato arenista ao Senado, todo dia, por meio do locutor do seu programa eleitoral, desafiava Itamar Franco, do MDB, para um debate e mostrava uma cadeira vazia para simbolizar a ausência do adversário. Um dia, sem avisar, Itamar compareceu aos estúdios da TV Itacolomi, onde eram gravados os programas, e, ao vivo, disse para o locutor: "Vim para o debate". O problema é que José Augusto estava ausente. Os arenistas correram BH em busca do candidato, que só apareceu ao final do programa, totalmente descontrolado emocionalmente. O Juiz eleitoral resolveu impedir o debate, alegando descontrole emocional dos oponentes. José Augusto quis partir para a briga, xingou Itamar, armou-se de um pedaço de pau e avançou em direção ao concorrente. Toda a cena foi fotografada. José Augusto tinha vínculos com Carmela Pezzuti e lhe dera todo o apoio quando da sua prisão.

alegando vínculos entre a oposição vitoriosa e os comunistas. Era uma forma de justificar a existência do aparelho repressivo, que ainda se mantinha intacto, e mandar recados ao general Geisel.

O PCB, que, por não ter optado pela luta armada, passara à margem da onda repressiva do início dos anos 70, entra na alça de mira da repressão, especialmente em São Paulo, onde ocorrem mais de 300 prisões.

O momento mais dramático do período foi o da prisão e morte de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura de São Paulo, em outubro de 1975, que se apresentara voluntariamente para depor no QG do 2º Exército. Herzog, 38 anos, era militante do PC, praticamente anônimo, exercia sua profissão de maneira pacata. Fora chamado a depor no 2º Exército em uma manhã de sábado e, no mesmo dia, o DOI-Codi paulista anunciou o "suicídio" de Vlado, como era conhecido pelos amigos.

O Exército tentou explicar sua morte, afirmando que Herzog se suicidara para evitar revelar nomes dos seus colegas comunistas. Amarrara uma tira de pano dos macacões utilizados pelos presos na grade da cela onde estava e, como a grade era baixa, não havendo vão livre para o enforcamento, teria dobrado os joelhos e se atirado para frente.

O detalhe é que o macacão não possuía tira de pano. O corpo foi entregue já dentro de um caixão e a autópsia não foi permitida.

Vlado não era um guerrilheiro, não pegara em armas. Não era uma ameaça. As circunstâncias da sua morte, a absurda justificativa dos seus algozes, a coragem da sua mulher, Clarice, e a presença dos estudantes da PUC-SP fizeram com que fosse organizada a primeira manifestação pública antiditatorial após mais de cinco anos, ocorrida

dentro da Catedral da Sé, em São Paulo, na celebração da missa de sétimo dia.

Por todo o Brasil, ocorreram manifestações, tímidas, retraídas, marcadas pelo temor de novas investidas do aparelho repressivo.

OS PRIMEIROS "SINAIS DE FUMAÇA" EM MINAS GERAIS

Já nas eleições de 1974, pequenos núcleos de esquerda começavam a se movimentar. Alguns deles optaram pelo voto nulo. Outros começaram a notar que novos tempos surgiam. Era necessário repensar a política e os meios para realizá-la.

Reunidos em torno de entidades estudantis, nas redações dos jornais da imprensa alternativa, ou simplesmente em pequenos círculos privados, aguardavam o momento para exibir suas ideias.

Na UFMG, desde o início da década, o DCE passara a editar o jornal *Gol a Gol*, intencionalmente hermético, denso, centrado em questões culturais e filosóficas, mas com um claro conteúdo de esquerda.

Uma nova geração afluía à universidade com pensamentos, hábitos, tendências culturais totalmente diferentes daqueles verificados em 1968. Já não eram migrantes. Não viveram o período de recrudescimento ditatorial e, para eles, o Brasil sempre fora uma ditadura. Nada sabiam sobre o golpe de 64. Não queriam, nem pensavam em luta armada.

Sentiam-se sufocados pela ditadura, mas o desejo de mudança da maioria circunscrevia-se à melhoria da sociedade da qual faziam parte. Estavam longe os tempos de revolta de 1968.

Por mais que se esforçassem as correntes de esquerda, associar o fim da ditadura à construção do socialismo era

uma tarefa praticamente impossível. O que encontrava eco na sociedade era a luta antiditatorial: eleições livres e diretas; anistia política; fim da censura à imprensa; liberdade de organização e expressão; fim das perseguições políticas, entre outros itens.

Àquela altura, diversas correntes políticas povoavam o movimento estudantil. Militantes do PC do B, juntamente com setores católicos, organizaram o agrupamento "Caminhando", com expressiva participação no movimento estudantil paulista e baiano. Remanescentes da antiga Polop e da AP estruturaram-se em torno da corrente chamada "Refazendo".

Grupos trotskistas,⁸¹ até então com pouca expressão no movimento estudantil, surgiam com força. Era a época da Convergência Socialista e da Liberdade e Luta, Libelu, como era chamada, a mais importante corrente trotskista existente à época.

Em Minas, Refazendo chamava-se "Liberdade", cuja base principal era a Fafich. E havia também a tendência "Centelha", que, anos mais tarde, definir-se-ia como trotskista.

Fora da universidade também havia sinais de vida. O *Jornal dos Bairros*, iniciativa de Nilmário Miranda, começa a circular na Cidade Industrial, divulgando o dia a dia dos trabalhadores, narrando a vida e expondo as dificuldades de cada um.

O Sindicato dos Jornalistas tornou-se um local de encontros, palestras, debates sobre questões democráticas, em especial pelo protesto constante contra a censura à imprensa, que ainda persistia.







⁸¹ Grupos políticos inspirados na figura de Leon Trótski, um dos líderes da revolução bolchevique, que foi expulso por Stalin da União Soviética em 1929 e terminou seus dias no México, onde foi assassinado a mando de Stalin, em 1940. As ideias de Trótski ganharam certa popularidade no Brasil no início da abertura política, em função do vazio político deixado pelo regime ditatorial.

As associações de bairro retomam lentamente movimentos reivindicativos em torno de assuntos específicos, em especial o transporte coletivo, que se tornara crítico devido à expansão da cidade.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

No ano da morte de Herzog, a mulher do general Euryale Zerbini, um dos poucos militares legalistas que se mantiveram fiéis ao governo Goulart, aproveitando-se do fato de a ONU ter declarado 1975 como o Ano Internacional da Mulher, lança, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), iniciativa que logo se espalharia por todo o país, reunindo familiares dos presos e exilados políticos. O grito por uma "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita" ecoa por todo o país e torna-se uma bandeira encampada praticamente por todos os setores oposicionistas.

O MFPA cumpriu o papel de desbravar o caminho para outras forças de oposição. A palavra anistia tinha um encanto por si só. Significava encontro, retorno, volta ao lar, congraçamento, pacificação. Era do que o país necessitava. Era também multipartidário. A bandeira reunia militares cassados, como era o caso do marido de Therezinha Zerbini; professores afastados das suas funções; jornalistas que amargavam prolongado exílio; deputados cassados; ex-Presidentes da República e até aqueles que foram banidos pelo regime militar.

Sua característica de gênero, sua composição — esposas, mães, filhas — tornavam palatável sua existência pelo regime militar. A persistente militância dos seus integrantes colocou a bandeira da anistia na ordem do dia por todo o Brasil, abrindo espaço para novas reivindicações democráticas.

376



1979. Aeroporto da Pampulha — Belo Horizonte. Familiares e manifestantes aguardam a chegada dos anistiados. Fonte — Foto cedida por Ângela Pezzuti.







Era uma bandeira que já fora levantada em outras épocas no país e que trazia memórias de outras lutas e vitórias. Drummond já escrevera, em 1945:

[...] Anistia nos becos, nos quartéis, nas mesas burocráticas, nos fornos, Na luz, na solidão: só anistia.
E bate um sino.
Um remo corta a onda.
Alguém corre na praia.
Estes sinais querem dizer apenas, sem disfarce: Anistia... (ANDRADE, 1985, p. 29).

Em Belo Horizonte, desde 1976, um grupo de mulheres começou a se organizar para formar o núcleo do MFPA. Era formado por Magda Almeida Neves, Eleonora Menicucci, Zélia Rogedo, Emely Salazar, Diva Moreira, entre outras.⁸²

Esse grupo inicial entra em contato com os familiares dos presos políticos, que se mobilizavam semanalmente para visitar os seus parentes, presos na Penitenciária de Linhares de Juiz de Fora. A interação é imediata. Rapidamente, Ângela Pezzuti, Ondina Pedrosa Nahas, Maria Luiza Meyer e Efigênia Oliveira, familiares dos presos, se integram.

O movimento passa a reunir-se na Sacristia da Igreja de Carlos Prates, sempre contando com o apoio dos padres. Dona Helena Grecco, que se tornaria símbolo do movimento em nível estadual e nacional, se integra ao grupo, dando-lhe visibilidade e dinamismo.

Muitas outras pessoas foram aos poucos se envolvendo com o movimento, que perde rapidamente a sua característica de gênero e torna-se um local de agregação de uma grande quantidade de militantes, egressos das mais diversas fontes, que se





⁸² Informações prestadas ao autor por Ângela Pezzuti.

unem para rememorar o passado, trocar informações, contar histórias, organizar eventos, arrecadar fundos, colar cartazes.

Lá estavam presentes padres católicos, militantes de movimentos de bairros, ex-presos políticos, políticos cassados, militantes desgarrados das mais diversas organizações, lideranças estudantis recentes e, certamente, policiais infiltrados.

Em julho de 1977, Dona Helena Grecco é escolhida presidente, e Ângela Pezzuti, vice-presidente.

A expansão do movimento é notável. Passa a realizar diversas ações, como distribuição de panfletos nas portas das igrejas, visita aos presos de Linhares, arrecadação de fundos para auxiliar os presos políticos com a venda de artigos feitos por eles nos presídios, denúncia das péssimas condições a que estavam submetidos, assistência às famílias.

O movimento começa a realizar atos públicos em recintos fechados, com um número crescente de presentes. Um deles ocorreu no Colégio Santo Antônio e terminou em passeata, que seria a primeira a ser realizada em Belo Horizonte, após 1968.

Quando da realização de reunião pró-anistia, no Colégio Santo Antônio, que conseguiu aglutinar a participação de vários setores da sociedade e contou com a presença de Dona Therezinha Zerbini, foi denunciada a existência de uma bomba nas dependências do Colégio. Era na realidade uma notícia falsa para intimidar o movimento, mas logo conseguimos que o DCE-UFMG nos cedesse sua sede na Rua Gonçalves Dias e fomos em passeata (Depoimento de Magda Almeida Neves, cedido ao autor por Ângela Pezzuti).⁸³







⁸³ A primeira manifestação pública antiditatorial que ganhou as ruas após 1964 aconteceu também em 1977, no mês de março, quando os estudantes foram às ruas, em São Paulo, protestar contra a prisão de militantes da Liga Operária (GASPARI, 2004, p. 407).

Em 1978, é organizado, em todo o Brasil, o CBA — Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita — que passa a abrigar todos os movimentos relacionados à anistia. Dele participam militares reformados, professores universitários, políticos cassados, parlamentares do PMDB, enfim, todos que se sensibilizaram com a delicadeza do tema. As bandeiras liberais, tão desprezadas pela esquerda nos anos anteriores, assumiam a principalidade na luta contra a ditadura.

O tema torna-se popular e passa a se associar às mais diversas reivindicações que pipocavam por todo o Brasil.

Os exilados teriam que esperar ainda que Geisel empossasse o General Figueiredo como seu sucessor, em 1979. Figueiredo, que conduziria um dos governos mais desastrosos da história política brasileira, encontraria um Brasil em pleno processo de mudança, transformação e politização. Pouco depois da sua posse, em abril de 1979, 140 mil metalúrgicos entram em greve no ABC paulista, modificando definitivamente o panorama político brasileiro.

Em agosto do mesmo ano, é votada, no Congresso Nacional, a Lei nº 6.683, concedendo anistia

a todos quanto, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos [...].

Havia ainda 53 presos políticos no Brasil. O grande contingente beneficiado era composto pelos que foram afastados das suas funções — militares e professores — e pelos exilados políticos.

A Lei excetuava da anistia "os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal".

380

E, novamente, Drummond esclarece:

Anistia, vens pela metade ou por dois terços? Consideras-te ampla e estreitas as dobras da tua veste? Absorveste mal o significado da palavra perdão, omites a profundidade da palavra esquecimento? Discriminas onde a razão, a filosofia e a ciência política se eximem de fazê-lo? (ANDRADE, 1979, p. 2).

Dentre a metade, ou um terço, excluídos, estava parte dos 125 banidos, libertados por força do sequestro dos embaixadores. A lei os excluía, mas uma trapalhada dos militares resolveria o problema. Seus processos foram suspensos e não foram a julgamento. Não tendo sido condenados, a Lei os abrangia.

Era o momento de volta daqueles presos na Rua Atacarambu.

Dois mineiros não voltariam. Ângelo Pezzuti morreu em Paris, em um estúpido acidente de motocicleta, em 11 de setembro de 1975. Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dodora, se jogaria nos trilhos do metrô, em Berlim, um ano depois, em junho de 1976.

Um ciclo se encerrava.

A anistia foi um grande momento da História contemporânea brasileira. A volta para casa dos banidos e exilados iluminou a História do Brasil. Fez com que os perseguidos pelo golpe de 1964 tivessem seu papel histórico reconhecido e pudessem retomar suas vidas e sua atividade política.

Para os militantes que voltavam, começava uma adaptação, muitas vezes, difícil, ao Brasil que se abria aos seus olhos. Tratava-se, agora, de integrar-se à sociedade, como cidadãos, trabalhadores, profissionais liberais, e exercer a atividade política dentro dos marcos legais permitidos pela democracia. Luta armada, sequestros, clandestinidade, tudo isso saíra de cena.





mesmo de voltar ao Brasil. Outros levariam muitos anos para acreditar que o mito da Revolução Socialista estava ultrapassado, fora de época e de lugar. Era uma verdade difícil de ser aceita, mas que se tornava cada dia mais nítida e forte.

A grande maioria já mudara suas convicções antes

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:382;Data:14 de May de 2015 07;4|1:35





CAPÍTULO XXIV

Os Novos Inconfidentes

Ao final desta narrativa, é difícil escapar à tentação de comparar os mineiros banidos e exilados com os Inconfidentes, cuja trajetória se liga, de forma umbilical, à história mineira.

Até mesmo os conspiradores de 64, que se reuniam no Edifício Acaiaca, sob a liderança de Aloísio Aragão Vilar, não por acaso, se autodenominaram "Novos Inconfidentes".

Era uma manipulação de valores e símbolos, procurando legitimar sua ação golpista em nome da bandeira da Liberdade. No dia 21 de abril de 64, promoveram sua marcha, cujo ponto alto aconteceu aos pés da Estátua de Tiradentes, no alto da Avenida Afonso Pena, próximo ao centro da cidade.

Em 1966, às vésperas do 21 de abril, quando os estudantes mineiros estavam acampados na Praça da Liberdade, formando um enorme L, de Liberdade, com velas acesas nas mãos, protestando contra a falta de liberdade imposta pelo regime vigente, alguém, de dentro do Palácio da Liberdade, enviou-lhes exemplares de um livro que relatava a história de Tiradentes. Muito provavelmente, essa publicação era o livro *História da Inconfidência de Minas Gerais*, do historiador Augusto de Lima Júnior.

Por volta da meia-noite, de dentro do Palácio da Liberdade, saíram alguns policiais carregando pequenas caixas em direção aos estudantes, que começaram a correr, pois pensavam que seu conteúdo seriam bombas. Na realidade, as caixas continham livros sobre Tiradentes, do historiador Augusto de Lima Júnior, os quais foram distribuídos aos estudantes presentes na vigília cívica. Na ocasião, poucos leram, e a maioria preferiu transformá-los em pequenas fogueiras, para afastar o frio que fazia (FARLEY, 2010, p. 159).



Lima Júnior participava das reuniões do Acaiaca e, talvez, tenha partido dele a sugestão da denominação "Novos Inconfidentes" para o grupo.

O livro conta não só a história da Inconfidência Mineira, mas também dos Inconfidentes. Além de Tiradentes, condenado à forca, outros 13 tiveram seus bens confiscados. Foram reduzidos à miséria e condenados ao degredo, na África, por diferentes períodos.

Destes, só três retornaram ao país, todos padres, mesmo tendo sido condenados à morte: José da Silva Rolim, Manuel Rodrigues da Costa e Cônego Luis Vieira. Protegidos pela Igreja Católica, que, à época, era subordinada ao Estado, foram os únicos que conseguiram driblar sua sorte e retornar às suas vidas no Brasil.

Os outros morreram no degredo e tiveram suas vidas esquecidas. O destino daqueles inconfidentes permaneceu obscuro por mais de um século.

Ainda na década de 30, em pleno governo Getúlio, Lima Júnior teve a iniciativa de pesquisar a sorte dos degredados nas colônias portuguesas africanas.

Portugal ainda mantinha seu império colonial e as primeiras pesquisas aconteceram em Angola, em 1936. Lá, foram achados os restos de seis inconfidentes, que ficaram inicialmente detidos em antigos presídios do interior (Muxima, Massangano, Cambambe e Ambaca), localizados em diversos pontos da colônia.

O primeiro a morrer foi o poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto, ainda em 1793, com as "febres da Terra", possivelmente malária, como diz o relato da Prefeitura de Muxima. Em 1794, falece o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, que era obeso e cardíaco. Logo em seguida, chega a hora do sargento-mor Luiz Vaz de Toledo Piza, em Cambambe, no interior de Angola.

José Alvares Maciel foi encarregado de construir uma fábrica de ferro. Formado em Coimbra, tendo visitado as siderúrgicas em Birmingham, na Inglaterra, tinha amplo conhecimento da matéria. Chegou a montar uma pequena siderúrgica, mas a morte o surpreendeu em 1802. Tinha 43 ou 44 anos.

O segundo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade e Francisco Antônio de Oliveira morreram em Luanda, sendo que o último foi enterrado na antiga catedral de Nossa Senhora de Luanda.

Em Moçambique, as exumações foram presididas por autoridades civis e eclesiásticas. Quem teve a melhor sorte foi Tomás Antônio Gonzaga, que casou novamente e reconstruiu sua vida naquela colônia, chegando a ser nomeado Juiz de Alfândega. Faleceu em 1811, sendo enterrado na Sé Velha de Moçambique.

Outros inconfidentes menos conhecidos também faleceram em Moçambique: Vitoriano Gonçalves Veloso, João da Costa Rodrigues, Salvador Carvalho de Amaram Gurgel, Capitão Vicente da Mota, Antônio de Oliveira Lopes e Coronel José Aires Gomes.

Outros dois tiveram como destino Cabo Verde: Domingos Vidal de Barbosa e José de Resende Costa Filho, onde vieram a falecer ainda no século XVIII. Curiosamente, o filho de José Resende acompanhou os passos do pai, talvez para recuperar sua história e sua honra perante os antepassados. Continuou a cumprir o degredo até 1803, quando retornou a Portugal e depois ao Brasil, sendo nomeado encarregado das arrecadações dos diamantes e posteriormente Contador Geral do Tesouro. Foi deputado às Cortes de Lisboa, representando a Província de Minas e, posteriormente, em 1827, à primeira Constituinte do Império. Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1841, com 76 anos de idade.



Debate realizado na Fafich, em 1982, sobre a luta armada ocorrida no Brasil. Na mesa, Jacob Gorender, Alfredo Sirkis e Fernando Pimentel. Fonte – Acervo Marcelo Pinheiro.



Início dos anos 80. Herbert Daniel de volta ao Brasil. Sua amabilidade escondia um homem de uma coragem e determinação extraordinárias. Fonte — Acervo Fundação Verde Herbert Daniel.





Lima Júnior consegue a repatriação dos restos mortais e narra o que aconteceu:

Chegaram anteontem a esta capital, transportados pelo navio nacional Bagé, os restos mortais dos inconfidentes que, na África, faleceram, durante o duro exílio que lhe impôs o então Governo de Portugal, após a Devassa do ano de 1789. As urnas, que contêm as cinzas dos primeiros sonhadores da Independência do Brasil vieram sob a guarda do escritor e poeta mineiro Augusto de Lima Júnior, que, incumbido pelo Governo brasileiro, foi buscá-las em Lisboa, onde se encontravam [...] (LIMA JÚNIOR, 1968, p. 193).

E, mais adiante:

As urnas, posteriormente transferidas para Ouro Preto, foram, ainda lá, recebidas pelo sr. Getúlio Vargas. Foram recolhidas ao Museu da Inconfidência, criado em virtude do Decreto, que determinou o repatriamento dos Inconfidentes mortos no degredo. Para a cerimônia inaugural do Museu, bem como na Capela onde repousam as cinzas dos heróis de 1789, [houve] cerimônias presididas pelo Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema, e pelo Diretor do Serviço de Patrimônio, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade (LIMA JÚNIOR, 1968, p. 195).

E arremata Lima Júnior, com amargor e ironia: "O autor deste livro, que tivera a iniciativa desse repatriamento e que providenciara a sua execução, não foi incluído no número dos convidados" (LIMA JÚNIOR, 1968, p. 195).

Para os perseguidos pelo regime de 1964, o destino foi muito mais generoso. Voltaram ao Brasil com vida em tempo de retomarem seu destino. Logo depois, a ditadura sumiria da cena política brasileira, mas não seria esquecida. Felizmente, nada ficou debaixo do tapete, como queriam seus principais atores e herdeiros.

Hoje, a Comissão da Verdade percorre o país, promovendo inúmeras audiências públicas, revelando fatos



importantes acontecidos à época, pedindo desculpas aos perseguidos políticos, fazendo as reparações necessárias. Nada mais sábio e mais justo.

Augusto de Lima Júnior estava errado. Os verdadeiros

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:390;Data:14 de May de 2015 07;4|1:35

Novos Inconfidentes são aqueles que levaram às últimas consequências suas convicções políticas e tiveram reconhecido seu papel pelo povo e pelo Estado brasileiros.





REFERÊNCIAS⁸⁴

ANDRADE, Carlos Drumond de. Como vens, como te imaginava. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1979. Caderno b, p. 2.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema da anistia. In:
_____. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985. p. 29.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH/UNICAMP. Fernando Pimentel. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. UNICAMP, 1985, p. 4-5. Cedida ao autor por Isabel Cristina Leite.

ARQUIVO NACIONAL. ACERVO SNI-AGÊNCIA BELO HORIZONTE. *Informação 044*. Depoimento de Edson Lourival. 1971.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *IPM Coronel Euzimar Cavalieri*. Belo Horizonte. 1968. Pasta 034, p. 394.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS. Ata de Reunião da Célula 23. 1968. Pasta 16, rolo 2, p. 142.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Auto de flagrante delito*. 1969. Pasta 17, rolo 2, p. 116.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Auto de flagrante delito*. Depoimento de Murilo Pinto da Silva. 1969. Pasta 17, rolo 2, p. 149.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Carta aberta aos revolucionários*. Setembro de 1967. Belo Horizonte. 1967. Pasta 16, subpasta 2, rolo 2, p. 2-4.





⁸⁴ O material reunido para a pesquisa deste livro provém de diversas fontes, tendo sido muito trabalhosa a sua catalogação. Agradeço à Luciana Lobato o heroico trabalho de tê-la organizado. Eventuais falhas e imprecisões são de inteira responsabilidade do autor.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Conflitos estudantis.* Belo Horizonte. 1968. Pasta 0251, rolo 17, p. 2.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Informe da Delegacia de Vigilância Social*. 1969. Pasta 0015, rolo 1, imagem 11, p. 55.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Laudo pericial do corpo do sub-inspetor Cecildes Moreira. Belo Horizonte. 1969. Pasta 20, p. 18.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Laudo pericial realizado na casa da Rua Atacarambu*. 1969. Pasta 0021, p. 209 em diante.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Laudo pericial realizado na casa da Rua Atacarambu, 120. Anexo fotográfico. 1969. Pasta 0021, rolo 2.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Lista de materiais apreendidos.* 1969. Pasta 17, rolo 2.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Manifestações e protestos no Dia do Trabalhador*. Belo Horizonte. 1968. Pasta 0250, rolo 17, imagem 212, p. 2-3.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Primeiro IPM comandado pelo Coronel Medeiros*. Belo Horizonte. 1968. Pasta 0033, rolo 34, p. 56-173.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Primeiro IPM comandado pelo Coronel Medeiros*. Belo Horizonte. 1968. Pasta 0034, rolo 4, p. 173, 310, 375, 376, 382, 386.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Segundo IPM Coronel Medeiros. Belo Horizonte. 1969. Pasta 0027, rolo 0031. Relatório final. p. 304-309.





ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Segundo IPM Coronel Medeiros. Depoimento de Jorge Nahas. Belo Horizonte. 1969. Pasta 0027, rolo 3, p. 22.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Segundo IPM Coronel Medeiros. Depoimento de Júlio Bitencourt. Belo Horizonte. 1969. Pasta 0027, rolo 3, p. 254.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. Segundo IPM Coronel Medeiros. Depoimento de Murilo Pinto da Silva. Belo Horizonte. 1969. Pasta 0027, rolo 3, p. 102.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Sindicatos, greves e repressão policial.* 1968. Pasta 16, subpasta 2, rolo 2, p. 4-11.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. ACERVO DOPS/MG. *Termo de declaração de Mario Luciano de Oliveira*. 1968. Pasta 0250, rolo 17, imagem 212, p. 2.

ASSUNÇÃO, Paulinho. *Maletta*. Belo Horizonte: Conceito, 2010. (Coleção BH - A cidade de cada um).

BATISTA FILHO, Jorge. Entrevista concedida por Jorge Batista Filho à Rádio Itatiaia em 29 de março de 1968. Reproduzida no IPM presidido pelo major Gabriel Rocha Carvalho, instalado em 1970. Arquivo Nacional. Acervo SNI. Referência PRG nº 4018/ABH/SNI/70.

CARDOSO, Tom. *O cofre do Dr. Rui*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELO BRANCO, Andrea. Uma história contada pelos protagonistas. *Revista Teoria e Debate*, Especial maio 1968, São Paulo, p. 17, maio 2008.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *Polop*: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador-BA, ago. 2009.





CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p.119-120.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Editora Codecri Ltda., 1982.

DEBRAY, Jules Régis. *A revolução na revolução*. Cadernos da Revista Casa de Las Américas Havana, 1967.

DOCUMENTO DE LINHARES. Penitenciária de Linhares. Juiz de Fora-Minas Gerais. 1969. Assinado por Irani Campos, Ángelo Pezzuti, Pedro Paulo Bretas, Antônio Pereira Mattos, Maurício Vieira de Paiva, Afonso Celso Lana Leite, Murilo Pinto da Silva, Júlio Bitencourt, Marco Antônio Azevedo Meyer, José Raimundo e Oliveira, Jorge Raimundo Nahas e Erwin Rezende Duarte.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FARLEY, Bertolino. *Movimento estudantil e esquerda católica na capital mineira*: história e memória de uma geração. 279f. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FREI BETTO. *Batismo de sangue*. 11. ed. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

GASPARI, Élio. A ditadura encurralada. São Paulo: Schwarcz, 2004.





GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. (Coleção As Ilusões Armadas, v. 1).

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Schwarcz, 2002b.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas — A esquerda brasileira*: das ilusões perdidas à luta armada. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

GUIA, João Batista dos Mares. Belo Horizonte, 2011. Depoimento coletado pelo Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, 2011.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista no pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 21-28.

INQUÉRITO nº 1744/69. Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1969. Contido no Inquérito Civil Público MPF/PRMG 1.22.000.000318/2012-10.

INQUÉRITO nº 1744/69. Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1969. Depoimento do Delegado Luiz Soares da Rocha.

JORNAL Diário da Tarde, 02 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.

JORNAL Diário da Tarde, 04 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.

JORNAL Diário da Tarde, 05 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.





JORNAL Diário da Tarde, 05 jun. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.

JORNAL Diário da Tarde, 02 out. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.

JORNAL Diário da Tarde, 29 jan. 1969. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Coleção Diário da Tarde.

JORNAL Última Hora, 07 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 12 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 15 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 18 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 21 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 23 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 25 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.



JORNAL Última Hora, 27 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 28 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 30 jul. 1966. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 05 jan. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 20 fev. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 28 mar. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 1º abr. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 02 abr. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 05 abr. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 13 abr. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.





JORNAL Última Hora, 17 abr. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 22 abr. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 23 abr. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 24 abr. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 29 abr. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 02 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 03 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 05 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 06 maio 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 05 jun. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.





JORNAL Última Hora, 26 jun. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 11 jul. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 26 jul. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 06 ago. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 15 ago. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 16 ago. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 21 ago. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 27 ago. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 03 set. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 18 set. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.





JORNAL Última Hora, 28 set. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 03 out. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 05 out. 1968. Edição BH. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 09 out. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 17 out. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JORNAL Última Hora, 24 out. 1968. Acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Coleção Jornal Última Hora.

JOSÉ, Emiliano. *Victor Meyer*: um revolucionário. Salvador: Caros Amigos Editora, 2012.

LEAL, Leovegildo Pereira. *História da Polop*: a alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira. Belo Horizonte: Editora Virtual Books, 2013.

LEITE, Isabel Cristina. *Comandos de libertação nacional*: oposição armada à ditadura em Minas Gerais – 1967-1969. 233f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1968.





LISBOA, Apolo. Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e cedida por Isabel Cristina Leite. Arquivo AEL/UNICAMP. São Paulo, 13 maio 1985.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil nos anos 60. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*: nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3, p. 187-193.

MIRANDA, Nilmário. A cidade operária símbolo. *Revista Teoria e Debate*, Especial 1968, São Paulo, p. 22, maio 2008.

MONTEIRO, Marta Nair. *Meu mundo*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

O PIQUETE, n. 39, ano 3, 02 out. 1967. Acervo DOPS/MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

O PIQUETE, n. 61, ano 4, 26 fev. 1968. Acervo DOPS\MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

O PIQUETE, n. 65, ano 4, 1º abr. 1968. Acervo DOPS\MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

O PIQUETE, n. 69, ano 4, 1º maio 1968. Acervo DOPS\MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

O PIQUETE, n. 80, ano 4, 6 jul. 1968. Acervo DOPS\MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

O PIQUETE, n. 93, ano 4, 24 out. 1968. Acervo DOPS\MG. APM. Pasta 16, subpasta 12.

PAIVA, Maurício de. *Companheira Carmela*: a história de luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

PAIVA, Maurício de. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1986.



PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão em Cultura, 1996.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. 2. ed. rev., ilustr. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro.* 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Concepção da luta revolucionária. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair. Ferreira de. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985a. p. 135-158.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O papel da ação revolucionária na Organização. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985b. p. 206-217.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Programa socialista para o Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985c. p. 115-117.

RIBEIRO, Flavia Maria Franchini. *A subida do monte purgató-rio*: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares. 230f. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - UFJF-ICH, Juiz de Fora, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Partidos e movimentos após os anos 1960. Esquerdas Armadas Urbanas 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil.* São Paulo: Editora UNICAMP, 2007. v. 6, p. 105-136.





SEABRA, Ênio. Entrevista concedida a Michel Marie Le Ven e Marluce da Silva C. Moreira. Programa de História Oral. Centro de Estudos Mineiros FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 10 out. 1995.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

STARLING, Heloisa M. M. *Os senhores das Gerais*: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Autos findos. Processo 36/70. 1970. Diagrama do Regimento de Obuses-JF. p.7.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Autos findos. Processo 36/70. 1970. Denúncia oferecida pelo Procurador Joaquim Simeão de Faria Filho. p. 13.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória*: a história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira*. São Paulo: Leya, 2014.

WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 5, p. 21-50, 1972.





(

A queda – Rua Atacarambu, 120 foi impresso em maio de 2015,

Documento:A queda miolo _14 05 15 - Ok.pdf;Página:404;Data:14 de May de 2015 07:4|1:36

Belo Horizonte, MG, para a Editora Scriptum.



